



GEOGRAFIA DO LITORAL SERGIPANO

José Wellington Carvalho Vilar
Hélio Mário de Araújo
Joab Almeida Silva
(Organizadores)

 EDITORA
IFS

GEOGRAFIA DO LITORAL SERGIPANO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SERGIPE (IFS)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

**SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA**

Ariosto Antunes Culau

REITORA DO IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

The background is a collage of images from Sergipe, Brazil. At the top, a sandy dune with sparse vegetation under a blue sky with clouds. Below, a wooden boardwalk with a metal railing runs along a beach. In the background, there are palm trees and a large, modern sculpture made of blue arches. The bottom left shows a body of water, possibly a lagoon or bay, with greenery on the opposite shore.

GEOGRAFIA DO LITORAL SERGIPANO

José Wellington Carvalho Vilar
Hélio Mário de Araújo
Joab Almeida Silva
(Organizadores)



**INSTITUTO
FEDERAL**

Sergipe

Aracaju 2022

Copyright© 2022 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe (Coordenadora de Publicações)

Kelly Cristina Barbosa

Planejamento e Coordenação Gráfica

Bruna Luiza de Araújo Santos

Erik Daniel dos Santos

Projeto Gráfico da Capa

Bruna Luiza de Araújo Santos

Diagramação

Erik Daniel dos Santos

Avaliadoras ad hoc

Caroline Bulhões Nunes Vaz

Cleidinilson de Jesus Cunha

Revisão

José Wellington Carvalho Vilar

Hélio Mário de Araújo

Joab Almeida Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V697g Vilar, José Wellington Carvalho

Geografia do litoral sergipano. [recurso eletrônico]. / José Wellington Carvalho Vilar, Hélio Mário de Araújo, Joab Almeida Silva (organizadores). - Aracaju: Editora IFS, 2022.

367 p.: il. color

E-book

ISBN 978-65-87114-93-4

1.Geografia. 2.Litoral. 3. Sergipe. I. Vilar, José Wellington Carvalho II. Araújo, Hélio Mário de III.Silva, Joab Almeida. (organizadores) IV. Título CDU 913(813.7)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637

[2022]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Avenida Jorge Amado, 1551. Loteamento Garcia, Bairro Jardins.

Aracaju/SE. CEP: 49025-330

TEL.: +55 (79) 3711-3222 / e-mail: edifs@ifs.edu.br

Impresso no Brasil

Conselho Científico

Chirlaine Cristine Gonçalves
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão

Adeline Araújo Carneiro Farias
Área: Ciências Humanas

Jaime José da Silveira Barros Neto
Diretor de Pesquisa e Pós-graduação

Alexandre Santos de Oliveira
Área: Ciências Sociais Aplicadas

José Wellington Carvalho Vilar
Área: Ciências Exatas e da Terra

João Batista Barbosa
Área: Ciências Agrárias

Diego Lopes Coriolano
Área: Engenharias (titular)

Manoela Falcon Gallotti
Área: Linguística, Letras e Artes

Herbet Alves de Oliveira
Área: Engenharias (suplente)

Sheyla Alves Rodrigues
Área: Ciências Biológicas

Membros Externos

Flor Ernestina Martinez Espinosa - FIOCRUZ

Eliane Maurício Furtado Martins
- IF Sudeste MG

Odélsia Leonor Sanchez de Alsina - UFCG

Zélia Soares Macedo - UFS

Mirian Sumica Carneiro Reis - UNILAB

Mario Ernesto Giroldo Valério - UFS

Claudio Cledson Novaes - UEFS

Ana Aparecida Vieira de Moura - IFRR

Caique Jordan Nunes Ribeiro - UFS

Josilene de Souza - IFRN

Lucas Molina - UFS

Charles Dos Santos Estevam - UFS

Murilo Lopes Martins - IF Sudeste MG

Editoração

Kelly Cristina Barbosa - Bibliotecária

Produção Visual

Jéssika Lima Santos - Diagramador

Júlio César Nunes Ramiro - Técnico em Artes Gráficas

**À Professora Dr^a Aracy Losano Fontes,
Geógrafa e Geomorfóloga sergipana.
(*In memoriam*).**

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	17
PARTE 1	20
O LITORAL SERGIPANO: REVISÃO DOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS	
CAPÍTULO 1	21
GEOGRAFIA DO LITORAL SERGIPANO: TRAJETÓRIA RECENTE E PERSPECTIVAS	
José Wellington Carvalho Vilar	
1 Introdução	21
2 Análise geoambiental e ordenamento territorial	23
3 Turismo: políticas territoriais, TBC e o modelo de sol e praia	29
4 Conflitos ambientais, invisibilidade territorial e gestão de unidades de conservação	34
5 Região metropolitana de Aracaju: o habitar, a segregação socioespacial e a configuração do território	36
6 Considerações finais	38
Referências	39
CAPÍTULO 2	43
A GEOGRAFIA DO LITORAL DE SERGIPE QUE PULSA NA MEMÓRIA: DESCOBERTAS, CONHECIMENTOS E RECONHECIMENTOS	
Maria Augusta Mundim Vargas	
1 Introdução	43
2 Descobertas	47
3 Conhecimentos	52
4 Reconhecimentos	57
5 Considerações finais: para além do chão e das gentes do litoral sergipano	63
Referências	66
PARTE 2	68
GEOGRAFIA DA NATUREZA E SUA INTERFACE HUMANA	
CAPÍTULO 3	69
INTERFACES GEOMORFOLÓGICAS DOS SISTEMAS NATURAIS E SEDIMENTARES NO LITORAL DE SERGIPE	
Hélio Mário de Araújo	
Rafael da Cruz	
1 Introdução	69
2 Interface marinha	70
3 Planície costeira	75

3.1 Sistemas naturais dos terraços marinhos e cordões litorâneos	76
3.2 Sistemas naturais de dunas costeiras e continentais	78
3.3 Sistemas naturais de lagoas freáticas/permanentes e complexo lagunar	86
4 Interface continental	90
5 Considerações finais	91
Referências	93

CAPÍTULO 4 97

VULNERABILIDADE AMBIENTAL E PERSPECTIVAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO LITORÂNEO DA BARRA DOS COQUEIROS

Neise Mare de Souza Alves

Débora Barbosa Da Silva

Bruna Leidiane Pereira Santana

Lucas Silva Leite

1 Introdução	97
2 Caracterização biofísica e ocupação na planície costeira de Barra dos Coqueiros .	100
3 Vulnerabilidade ambiental na escala do município	103
4 Perspectivas de ordenamento territorial	108
5 Considerações finais	112
Referências	113

CAPÍTULO 5 116

RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NA BACIA COSTEIRA DO RIO VAZA-BARRIS

Márcia Eliane Silva Carvalho

1 Introdução	116
2 Elementos socioambientais da bacia costeira do rio Vaza-Barris	120
2.1 Aspectos socioeconômicos	120
2.2 Aspectos geológicos, hidrogeológicos e geomorfológicos	124
2.3 Condicionantes climáticos, solos e cobertura vegetal	126
2.4 Múltiplos usos dos recursos hídricos	129
3 Tensores antrópicos e limitações naturais	130
4 Indicadores socioambientais e de recursos hídricos: mensurando a vulnerabilidade na bacia costeira do Vaza-Barris	132
5 Considerações finais	137
Referências	138

PARTE 3	141
CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS E CONFLITOS AMBIENTAIS	
CAPÍTULO 6	142
A DINÂMICA REGIONAL E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NO LITORAL SERGIPANO	
Max Alberto Nascimento Santos	
Ana Rocha Santos	
1 Introdução	142
2 Os caminhos da valorização do litoral	146
3 Formação territorial da zona costeira de Sergipe	152
4 Políticas públicas e a especulação imobiliária do litoral sergipano	160
5 Considerações finais	162
Referências	164
CAPÍTULO 7	167
CONFLITOS AMBIENTAIS NO LITORAL SUL DE SERGIPE	
Fagner Santos de Oliveira	
José Wellington Carvalho Vilar	
Carla Norma Correia dos Santos	
1 Introdução	167
2 A arena dos conflitos	168
3 Conflitos ambientais: atores e tipologia	174
3.1 Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais	174
3.2 Conflitos dos impactos da ação humana e processos naturais associados ...	178
3.3 Conflitos de uso dos conhecimentos ambientais	181
4 A cartografia dos conflitos ambientais no Litoral de Estância	185
5 Considerações finais	188
Referências	189
CAPÍTULO 8	192
SIM! EU MORO EM CONDOMÍNIO FECHADO! CONTRAPONTO DAS NOVAS FORMAS DE URBANIZAÇÃO LITORÂNEA NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU-SE	
Sarah Lúcia Alves França	
Vera Lúcia Alves França	
1 Introdução	192
2 A formação da região metropolitana de Aracaju: contextualização do objeto de estudo	193
3 Novas formas de urbanização contemporânea: o processo de “condominização” na região metropolitana de Aracaju	195

3.1 Tendência de novas formas de moradia: condomínios horizontais de luxo e o veraneio de praia	195
3.2 O Programa Minha Casa Minha Vida e a “condominização” da moradia social ...	203
4 Considerações finais	209
Referências	212

CAPÍTULO 9 215

OS “MALAFOGADOS” NA COSTA SERGIPANA (1942-1945): CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA HISTÓRICA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Luiz Antônio Pinto Cruz

1 Introdução	215
2 Sob o prisma da geografia: a batalha do Atlântico Sul	217
3 Os registros do torpedeamento e a escolha da costa sergipana	220
4 A geografia dos malafogados: entre a proibição e o desejo dos objetos	228
5 Considerações Finais	234
Referências	235

CAPÍTULO 10 238

A TRAJETÓRIA DO DESENHO URBANO DE ARACAJU: UMA LEITURA CARTOGRÁFICA

Fernanda Monteiro

José Wellington Carvalho Vilar

1 Introdução	238
2 A ocupação do sítio original e os primeiros registros de crescimento espacial (1855-1900)	240
3 Crescimento urbano lento e evidências de fragmentação espacial (1900-1964)	244
4 A intensificação dos processos de fragmentação e segregação (1964-1988)	249
5 A continuidade do movimento de dispersão-fragmentação-centralização	253
6 Considerações Finais	258
Referências	258

PARTE 4 261

TERRITÓRIOS TURÍSTICOS

CAPÍTULO 11 262

TERRITÓRIOS TURÍSTICOS DE ARACAJU/SE

Joab Almeida Silva

José Wellington Carvalho Vilar

1 Introdução	262
2 O território como categoria fundante da análise sócio-espacial de destinos turísticos	263
3 Territórios turísticos e a oferta de atrativos em Aracaju	267
4 Considerações finais	279
Referências	281

CAPÍTULO 12 284
TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO LITORAL NORTE DE SERGIPE: ENTRE
COMUNIDADES E ÁREAS PROTEGIDAS

Claudio Roberto Braghini

Manoel Elielson Cordeiro de Jesus

Thatiana Carvalho Santos

1	Introdução	284
2	Unidades de conservação e comunidades do Litoral Norte: breve apresentação territorial	285
3	Relações socioambientais entre comunidades e áreas protegidas: conflitos e desafios para o turismo	292
4	Turismo como ferramenta para o desenvolvimento local inclusivo, justo e ambientalmente sustentável	295
5	Considerações finais	299
	Referências	300

ORGANIZADORES 302

AUTORES 303

PREFÁCIO

A obra Geografia do Litoral Sergipano possibilita meu retorno ao passado, na ânsia de visualizar elementos norteadores da reflexão que apresenta à comunidade geográfica sergipana e brasileira.

Pensar em uma “Geografia do Litoral” nos coloca diante de vivências experimentadas em escalas espaciais e temporais diversas, nos trazendo à mente nosso primeiro contato com a rica discussão empreendida por Geógrafos franceses e a envolver profissionais de diversas áreas (filosofia, história, antropologia, direito, etc). Nos idos do final da segunda metade do século XX, se empenharam no sentido de apreender fenômeno marcante a direcionar o olhar da sociedade à ambiência marítima, culminando em um importante produto, obra de referência aos interessados no tema, lamentavelmente ainda não traduzida ao português, e intitulada “La Maritimé Aujour’hui”, organizada por Françoise Péron e Jean Rieucan.

Como resultado de evento de peso realizado na Université de Paris IV – Sorbonne, na ambiência do Instituto de Geografia, lançou alicerces à uma discussão na qual especialistas de matrizes departamentais e teóricas diferenciadas foram convidados a pensar sobre o processo de valorização dos espaços litorâneos no mundo Ocidental.

No citado afã se apropriam da noção de maritimidade, redimensionando-a ao enfoque da Geografia Humana, imbuída de uma abordagem cultural. A noção clássica da Geografia Física, entendida como efeito na configuração do clima (de dadas áreas ou regiões) derivado da proximidade em relação ao mar, é retomada e ressignificada. De um dado a caracterizar as ambiências marítimas representativas da diversidade de praias existentes na escala mundo (daquelas a animar fluxo pioneiro intenso de usuários ao Mediterrâneo, área de clima ameno se comparada ao extremo norte europeu, às mais próximas dos trópicos, com seus climas e paragens paradisíacas) converge a uma abordagem na qual o domínio das representações toma força e alavanca uma corrida da

sociedade em direção ao elemento líquido, modificando lenta e gradualmente a tradição de dar as costas ao mar, ênfase notada no delineamento das cidades antigas. Lembra-se nestes termos do movimento iniciado no século XVII-XVII na Europa e que, conforme Alain Corbin, conduziu à reversão do cenário no qual o litoral se configurava como “Território do Vazio”, área estéril, considerada imprópria ao convívio humano e na qual, populações tradicionais permaneciam entregues à própria sorte.

Do citado movimento, Paul Claval nos brinda ao revalorar o conceito de maritimidade, entendido como conjunto de representações coletivas que a sociedade nutre em relação ao mar e a justificar aproximação lenta e gradual com implicações em política agressiva de urbanização a suscitar uma artificialização intensa dos litorais, tanto na Europa Ocidental como, na sequência, nos trópicos.

É a partir deste constructo que me vinculei ao intento ora apresentado por Vilar, Araújo e Silva da necessidade de caracterização de uma abordagem intitulada de Geografia do Litoral, dispondo de uma contribuição não apontada por aqueles a nos antecederem.

No meu caso, modestamente me dediquei ao deciframento do como tal fenômeno se evidenciou nos Trópicos, ênfase no Brasil. Me contrapus, nos termos citados, a estudiosos a admitirem transposição das práticas marítimas modernas gestadas no Ocidente aos Trópicos. Apontei, nestes termos, elemento a justificarem uma diferenciação resultante de filtragem estabelecida pelo lugar e a justificar eclosão de práticas vizinhas das ocidentais. Os banhos de mar, a vilegiatura e o turismo litorâneo teriam assim uma configuração diferenciada.

No caso de José Villar, Hélio Araújo e Joab Silva, a idealizarem e organizarem obra cuja essência conduz os leitores à lembrança de que na Geografia urge delineamento de estudos sobre a dinâmica natural e ambiental e caminha no sentido de apreender e conseguir balizar o movimento cada vez mais intenso de aproximação da sociedade em relação ao mar. Para os citados, o ocupar intensamente áreas em processo de formação, amplia a problemática,

sai da escala da pura ambiência marítima a justificar dados usos e adentra em reflexão na qual os fenômenos acima referenciados, leia-se ação antrópica para remeter a noção utilizada amplamente pelos autores do texto, suscitam impactos naturais, ambientais, territoriais e sociais sérios e injustificáveis.

Os organizadores do livro em foco inovam, no domínio de uma geografia física e ambiental, com consequente redimensionamento dos limites circunscritos no conceito clássico de maritimidade. Encetando uma abordagem, à exemplo da citada anteriormente, de caráter interdisciplinar e a balizar discussões ancoradas na geoecologia, na ecodinâmica, nos estudos de paisagem, nas reflexões sobre bacias hidrográficas, bem como, no debate sobre sustentabilidade, ordenamento territorial e conflitos ambientais.

Do apresentado fica claro como as linhas de pesquisa na Geografia Sergipana e de áreas correlatas, como a do turismo, foram redimensionadas. De um dos cursos mais importantes no Nordeste (primeiro Doutorado em geografia implantado na região), especializado no temário da Geografia Agrária e estruturado inicialmente no método quantitavista, os autores da presente obra conseguem mostrar o delineamento de linha de pesquisa forte, associada à temática da Geografia do Litoral, alicerçada na Teoria dos Sistemas e nas perspectivas do ordenamento territorial, sem desconsiderar os conflitos ambientais.

Após a obra organizada por José Wellington Carvalho Vilar, Hélio Mário de Araújo e Joab Almeida Silva, a Geografia de Sergipe não mais será vista como outrora e vis-à-vis roupagem diferenciada a apontar, nos últimos anos e a partir de uma temática estratégica, um fortalecimento da Geografia Física e do Ordenamento Territorial neste estado da federação. Um exemplo a ser comemorado e, certamente, a validar-continuar trabalho iniciado por outros colegas que nos deixaram, como a professora Aracy Losano Fontes.

Fortaleza, 10 de maio de 2022

Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas

Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC)

APRESENTAÇÃO

Apresentar uma obra não é uma das tarefas mais fáceis. Para muito além de querer tudo dizer, numa postura tão ingênua como impossível, é recomendável assinalar as razões do surgimento da obra e sua importância. O presente livro, intitulado Geografia do Litoral Sergipano, é uma contribuição feita majoritariamente por geógrafos e geógrafas que vem se dedicando a estudar esse espaço raro, limitado territorialmente, espacialmente seletivo e bastante disputado, que nem sempre teve o valor social e cultural que assume na atualidade.

A ideia de organizar uma coletânea específica sobre o litoral sergipano surgiu a partir da revisão dos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Geografia (DGE) e pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), ambos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Já existe um considerável acervo, seja como TCC, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e artigos científicos, voltado para o espaço litorâneo de Sergipe, e a presente coletânea vem se juntar a essa diversidade de estudos na perspectiva de divulgação do conhecimento geográfico e da organização temática em um documento que sintetiza abordagens divergentes e olhares diferenciados sobre um espaço multiforme e multifuncional.

Na verdade, o estudo do litoral sergipano é um convite ao entendimento dos usos e abusos econômicos e sociais, do funcionamento da natureza, da degradação ambiental, da necessidade de conservação e do caos das transformações socioespaciais por variados agentes de produção do espaço regional e dos lugares costeiros. No espaço litorâneo de Sergipe a dinâmica natural e do território usado e sua constituição regional, o arranjo territorial e as formas da paisagem, reflexo das relações do homem com a natureza, impactam nas (re)configurações culturais, sociais, políticas e econômicas, vistas pelo olhar integrado e de síntese que a ciência geográfica, com sua dimensão espacial, oferece.

Além do aporte teórico da geografia, também foram considerados os principais agentes de produção do espaço litorâneo, e por isso os governos, o Estado, as empresas, os moradores, os usuários, turistas, vilegiaturistas, as comunidades tradicionais e os consumidores residentes ou externos são fundamentais à compreensão e explicação da configuração territorial do nosso litoral, dos seus problemas e das variadas formas de apropriação dos recursos.

Neste sentido, a obra está organizada em quatro partes: 1. O Litoral Sergipano: Revisão dos Estudos Geográficos; 2. Geografia da Natureza e sua Interface Humana; 3. Configurações Territoriais e Conflitos Ambientais; e 4. Territórios Turísticos. Essa abrangência temática tenta resgatar alguns aspectos que dão vivacidade contemporânea a esse recorte espacial. Sua leitura e interpretação percorre a análise geoambiental, o ordenamento territorial, a memória de conhecimentos dos indivíduos litorâneos, passa pela geomorfologia dos sistemas naturais e sedimentares, as vulnerabilidades sociais, físicas e socioambientais, e também foca nas dinâmicas regionais e nas reconfigurações territoriais de áreas urbanas e rurais e nos territórios turísticos. Trata-se na verdade de um pouco de história, memória, conflitos, relações de poder, homem e natureza em compatibilidade ou descompasso, formando uma visão geográfica necessária, atual, um belo convite aos leitores sobre a construção litorânea a partir de um olhar territorial, ou seja, de uma geografia do litoral.

Vale ressaltar nessa breve apresentação que o litoral sergipano é um espaço diversificado. A recente construção da termoeletrica e de condomínios exclusivos na Barra dos Coqueiros, a crescente urbanização dos bairros da antiga Zona de Expansão de Aracaju e os incidentes de contaminação por óleo nas praias são alguns exemplos da necessidade de estudos territoriais e ambientais desse espaço, tão valorizado em termos socioeconômicos e culturais, e tão frágil e diverso em termos ecológicos, geomorfológicos e de biodiversidade.

Embora com um atraso considerável em relação à maioria dos estados costeiros do Nordeste, a lei estadual que institui o Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro e cria o Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro (CEGC) (Lei estadual nº 8.634, de 27 de dezembro de 2019) é um

marco recente quanto à utilização sustentável dos recursos ambientais da zona costeira sergipana. No mesmo diapasão, a lei nº 8.980, de 10 de fevereiro de 2022, aprova o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC) do Litoral Sul de Sergipe. Esses instrumentos legais trabalham na perspectiva da segurança jurídica para o ordenamento territorial e para as intervenções privadas no espaço litorâneo sergipano, algo sempre problemático, mas que avançou bem mais rápido nos estados vizinhos de Alagoas e Bahia. Esses são alguns indicadores da oportuna publicação de um livro dedicado a uma série de facetas desse espaço de transição.

Ao longo dos doze capítulos do livro, a proposta de leitura territorial e ambiental do litoral sergipano abre caminhos para conhecer esse espaço tão sensível, que convive entre a preservação, a urbanização, o uso intensivo, sem sustentabilidade, e a sobrecarga dos conflitos e da desorganização do espaço. Em outras palavras e à guisa de síntese, a presente contribuição coletiva lança luzes na necessidade de pensar a ocupação desse espaço tão volátil de forma equilibrada e equitativa. Sonho? Sim! Mas, como ensinou o grande dramaturgo e poeta espanhol, Calderón de La Barca, “La vida es sueño”.

Boa leitura a todos!

Aracaju/SE, verão de 2022
José Wellington Carvalho Vilar
Hélio Mário de Araújo
Joab Almeida Silva
(Organizadores)

Parte 1

O LITORAL SERGIPANO: REVISÃO DOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Capítulo 1

GEOGRAFIA DO LITORAL SERGIPANO: TRAJETÓRIA RECENTE E PERSPECTIVAS

José Wellington Carvalho Vilar

1 INTRODUÇÃO

De tempos em tempo é saudável e recomendável que comunidades acadêmicas realizem estudos de revisão de seu campo disciplinar ou mesmo de seus ramos do conhecimento. No caso específico da geografia do Brasil, o litoral tem sido estudado por renomados geógrafos desde os clássicos da abordagem tradicional, até o direcionamento neopositivista e as correntes dominantes na atualidade, cuja ênfase maior se dá na questão ambiental, nas políticas territoriais, na ocupação humana, na mirada cultural e na visão crítica da realidade desse espaço de transição entre o oceano e o continente.

A geografia do litoral sergipano é ampla, complexa e diversificada. Ao longo dos seus mais de setenta anos de existência acadêmica (VILAR et al, 2021), a escola sergipana de geografia tem estudado o espaço litorâneo por vários ângulos e recortes espaciais, e por meio de caminhos teóricos e abordagens epistemológicas diferenciadas. O resultado é uma produção alentada e numerosa, cujo aumento recente merece um registro especial e se configura como uma das justificativas para a elaboração do presente texto.

Em todo o caso, são muito poucos os trabalhos de revisão sobre o litoral entre o rio São Francisco e o rio Real. Cabe destacar o trabalho de Vilar (2008) que realizou uma das primeiras sínteses bibliográficas sobre o litoral sergipano. Naquela oportunidade foi realizada uma revisão das investigações

geográficas até o ano de 2008, com um enfoque tripartite: a) Sergipe nos estudos do litoral brasileiro; b) diagnósticos e análise dos problemas ambientais; c) iniciativas de ordenamento territorial do litoral sergipano.

Com o intuito de contribuir com os avanços recentes dos estudos sobre o litoral de Sergipe, o presente capítulo pretende resgatar criticamente as pesquisas acadêmicas defendidos como Tese de Doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe¹. Tal escolha se deve ao grande número de trabalhos já existentes e ao fato de que teses supõem mergulhos mais profundos e densos nos objetos de investigação, e por isso evidenciam tendências, e ao mesmo tempo são registros das convergências teóricas e epistemológicas que abrem caminhos para iluminar a trajetória das pesquisas.

Em termos metodológicos, basicamente duas estratégias foram utilizadas: a) consulta ao catálogo de Dissertações e Teses do PPGEO (FRANÇA; CONCEIÇÃO, 2008); b) consulta ao repositório da Biblioteca Central (BICEN) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) para selecionar as teses que abordam o litoral sergipano a partir de 2008. Embora essas estratégias tenham se mostrado acertadas, ainda em termos metodológicos a necessidade de critérios para a seleção dos trabalhos se mostrou crucial. Nesse sentido, foi estabelecida a definição dos municípios litorâneos de Sergipe para balizamento do recorte espacial² das teses e foi dada prioridade à sequência histórica dos trabalhos.

Por último, a preocupação girou em torno dos alinhamentos teóricometodológicos e epistemológicos das teses, o que contribuiu decisivamente

¹ Alguns trabalhos clássicos já abordados por Vilar (2008) não foram elencados neste capítulo. Assim as variadas pesquisas da Dr^a Araci Losano Fontes (In memoriam), Dr. Hélio Mário de Araújo, Dr. José Wellington Carvalho Vilar e Dr^a Lilian de Lins Wanderley não constam nessa revisão. Por outro lado, os estudos culturais da escola de geografia sergipana com foco no litoral são mais numerosos nas dissertações de Mestrado.

² O debate sobre a regionalização dos municípios costeiros é amplo e na literatura são definidos municípios variados para compor o espaço litorâneo de Sergipe. Individualmente ou em conjunto, aqui foram selecionadas as teses que incluem municípios costeiros, ambientes estuarinos e sublitorâneos. Ver Vilar (2008).

para delimitação das três primeiras partes do texto: i) análise geoambiental e ordenamento territorial; ii) turismo visto pela ótica da política territorial e enquanto segmentação específica; iii) conflitos ambientais, invisibilidade territorial e gestão de unidades de conservação. Dada a representatividade demográfica e a intensidade de ocupação, a última seção está dedicada à região metropolitana de Aracaju (RMA), situada na zona costeira de Sergipe.

2 ANÁLISE GEOAMBIENTAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

A primeira tese defendida no PPGeo que considera diretamente um fragmento do litoral é a de Araújo (2007), numa análise socioambiental da bacia costeira do Rio Sergipe. Com grande erudição e num trabalho de maturidade acadêmica o estudo de Araújo (2007), baseada no enfoque sistêmico, está preocupado com a realidade socioeconômica e suas relações com os elementos naturais, sem perder de vista o processo histórico de ocupação territorial. Tomando a bacia hidrográfica como unidade de referência, Araújo (2007) discute os condicionantes naturais, propõe uma classificação em geossistemas, geófaceis e geótopos, com grande destaque para a geomorfologia costeira, e analisa a produção do espaço do ponto de vista socioeconômico. A cartografia e a riqueza de ilustrações também chamam a atenção.

No mesmo ano da apresentação do trabalho de Araújo, Souza (2007) defende a tese intitulada “As transformações do espaço e os impactos decorrentes das atividades de carcinicultura no complexo estuarino-lagunar do Rio São Francisco em Sergipe, Brasil”. A partir de um detalhado levantamento de campo e de georreferenciamento da carcinicultura em Carapitanga (Brejo Grande) e Ponta dos Mangues (Pacatuba), verificou-se a predominância de empreendimentos de pequeno porte e da força de trabalho familiar. Vale ressaltar a polêmica conclusão que chega a autora:

(...) a **única alternativa viável** para adaptar-se às intervenções antrópicas (...) e naturais (...), tem sido a transformação das antigas áreas de salinas, viveiros de piscicultura estuarina, de rizicultura e cocoicultura, (...),

em viveiros de engorda de camarão e que os órgãos ambientais e o Ministério Público, com base em estudos técnicos e científicos, precisam buscar alternativas viáveis para a regularização dos viveiros tidais (SOUZA, 2007, apud FRANÇA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 171, grifo nosso).

No ano de 2010, a professora Neise Mare Alves apresenta a tese “Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território”. Numa investigação de fôlego, com uma preocupação diagnóstica, cartográfica e com o zoneamento ambiental, Alves (2010, p. 27)

objetivou proceder à análise dos componentes geoambientais e socioeconômicos dos quatro municípios costeiros defrontantes com o mar, circunscritos na área do Litoral Norte de Sergipe – Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande. Os estudos desenvolveram-se apoiados nos pressupostos sistêmicos e métodos da Geomorfologia, visando um diagnóstico geoambiental e socioeconômico com a identificação do grau de Vulnerabilidade Ambiental das Unidades de Paisagem e do estado ecodinâmico do sistema ambiental, a fim de oferecer subsídios ao Ordenamento territorial e a Gestão dos recursos naturais deste setor da Zona Costeira sergipana.

Embora não seja uma investigação exclusiva do litoral sergipano, a tese de Débora Silva (2009), intitulada “Avaliação das unidades ambientais complexas na dinâmica do sistema hidrográfico do Rio Real - Bahia/Sergipe”, trata da unidade ambiental complexa dos tabuleiros costeiros e da planície costeira. A preocupação com a organização espacial do sistema hidrográfico do Rio Real também inclui indicadores de sensibilidade ambiental e individualização de unidades espaciais na zona costeira pelo relevo (modelado, classes e processos morfodinâmicos), classes do solo e tipos de uso atual da terra.

De forma análoga à professora Débora Silva (2009), Carvalho (2010) estuda bacia hidrográfica, nesse caso, a do rio Vaza-Barris em solo sergipano, mas aqui nos interessa o espaço estuarino, envolvendo a

planície e os tabuleiros costeiros, definidos pela autora como baixo curso, subunidade da referida bacia. A tese, publicada em forma de livro em 2014, se alinha à abordagem sistêmica e se preocupa com os resultados da relação sociedade-natureza e com o papel do Estado no planejamento e na gestão dos recursos hídricos. Há um capítulo histórico e outro dos condicionantes geoambientais, bem ao estilo da geografia tradicional, mas Carvalho (2009) avança ao focar nas formas de uso, nos usuários e na infraestrutura hídrica, além de, respaldada na legislação ambiental vigente, propor uma gestão das águas na escala local.

Na esteira da análise geoambiental em bacias hidrográficas, Farias (2011) apresenta a tese “Sub-bacia hidrográfica do rio Poxim: transformação da paisagem (1970-2010)”. Com base na premissa de que os recursos naturais, considerados como suporte do desenvolvimento, se encontram em risco, foi arrolado o seguinte objetivo geral: analisar a dinâmica ambiental no processo de ocupação humana da sub-bacia hidrográfica do rio Poxim e a disponibilidade e importância dos recursos naturais no período compreendido entre 1970 e 2010. Ao seguir um esquema muito convencional e segmentado, Farias (2011) não avança nas análises espaciais e não propõe unidades de paisagem como acena o seu referencial teórico e se espera de um trabalho geográfico integrado. Limita-se a um estudo compartmentado e descritivo. Nesse sentido, há um descompasso entre as reflexões teóricas e o trabalho empírico.

A tese de Costa (2013), lastreada no modelo teórico-metodológico do complexo GTP (Geossistema, Território e Paisagem), tem como objetivo analisar as transformações ambientais da paisagem de restinga na planície costeira em Sergipe. Embora haja um esforço notável do autor, o trabalho apresenta muitas fragilidades e não dá respostas adequadas porque a problemática não está bem equacionada. Em primeiro lugar, a hipótese é frágil porque se restringe a fenômenos geológicos, e o que é lastimável, não foi demonstrada. Em segundo lugar, há um uso confuso da expressão restinga, pois se trata de um termo ambíguo usado tanto na geomorfologia como na

biogeografia. Por outra parte, é problemática a definição de restinga como um sub-ambiente da planície costeira, principalmente quando se confunde com a mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) e a ela se restringe. Ademais, é bastante questionável a classificação da restinga como geofácies, dados os problemas de escala.

Oliveira (2013) pesquisou os cenários biofísicos como subsídios para o ordenamento territorial no Litoral Sul de Sergipe, mais especificamente para a planície costeira dos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda. Depois da delimitação de unidades paisagísticas homogêneas e da identificação do estado do meio ambiente são propostos cenários recomendados e exploratórios de uso sustentável e insustentável para o espaço de tempo de dez anos (2003-2012).

Edinaldo Santos (2015) busca analisar o uso e a ocupação do território sob a perspectiva das políticas públicas implantadas no Litoral Norte de Sergipe, com vista a subsidiar uma proposta de ordenamento territorial que permita a promoção do desenvolvimento sustentável. O embasamento teórico do trabalho segue a análise sistêmica e há uma defesa do desenvolvimento de ambientes costeiros em sua conexão com o ordenamento territorial. A proposta de configuração espacial também merece destaque, embora restringir a análise às potencialidades fragiliza a compreensão do ordenamento territorial, uma vez que também se faz necessário um diagnóstico das fragilidades.

Num alinhamento teórico diferenciado dos demais trabalhos analisados até o momento, Daniel Silva (2016) apresenta dois objetivos centrais:

Este trabalho tem como objetivo discutir a natureza das águas urbanas em Aracaju e analisar os rebatimentos espaciais, considerando os aspectos relacionados à disponibilidade hídrica, os seus diversos usos e a disposição dos efluentes produzidos na área urbana. A partir das categorias território e paisagem (...) e da análise do sóciometabolismo do capital (...) afirma-se a tese de o seu comprometimento das águas urbanas em Aracaju resulta da simbiose entre o crescimento desordenado, pobreza, acesso estratificado aos serviços de saneamento,

ação predatória de grupos econômicos (estado e grupos empresariais) e a cooptação do poder público municipal por interesses especulativos (SILVA, 2016, p. 22).

(...) este trabalho apresenta como objetivo central, explicar o processo de produção deste espaço entre os anos de 1855 a 1920 atrelado aos recursos hídricos da cidade de Aracaju – excetuando a área de expansão – utilizando-se de uma análise integrada de sociedade e natureza tendo como viés a discussão hídrica. (SILVA, 2016, p. 23).

A falta de foco, revelado na presença de dois objetivos gerais, é um aspecto central que fragiliza a tese de Daniel Silva (2016). Igualmente, o historicismo enfraquece o pressuposto do comprometimento das águas de Aracaju e, ademais, cabe questionar qual o objetivo de capítulos dedicados à drenagem urbana contemporânea e ao abastecimento de água no século XXI. Se o recorte temporal é de 1855 até 1920, qual a necessidade de tantas evidências recentes? Por outra parte, a busca da totalidade concreta através das práticas sócio-espaciais, preconizada pelo autor, não é levada a bom termo. Há problemas graves na construção da armadura da tese. Por último, uma observação sobre o ecletismo teórico-metodológico utilizado: mais confunde do que esclarece o objeto de estudo.

Com o título “Avaliação geoecológica e dos riscos ambientais na paisagem costeira de Aracaju/SE”, a tese de Mota (2017), baseada nos postulados sistêmicos, tem como objetivo analisar a paisagem costeira do município de Aracaju/SE sob a ótica da geoecologia, visando à avaliação dos riscos associados ao atual e futuro cenários de ocupação. Embora a hipótese desconsidere as forças naturais na dinâmica dos riscos costeiros em Aracaju, a fundamentação teórica e o estudo do processo de ocupação fortalecem a análise integrada da paisagem costeira e da vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, dão lastro à avaliação dos riscos ambientais e à definição de cenários. A riqueza e a qualidade da cartografia merecem um registro todo especial.

Com o objetivo de desenvolver instrumentos de análise da vegetação na paisagem urbana para subsidiar o planejamento e a gestão, tendo em vista

os indicadores elaborados em conformidade com a visão ecossistêmica da cidade, Koler (2018) estuda as interações entre vegetação e as áreas centrais de Aracaju/SE e Maceió/AL. A escolha do sistema ambiental urbano, a visão ecossistêmica da cidade e a discussão sobre a contribuição da vegetação para a qualidade urbana iluminam o percurso da autora. A partir dos sistemas naturais e antrópicos são definidos indicadores e índices ecológicos, sociais e paisagísticos para compreensão da vegetação urbana.

Por sua vez e encerrando essa seção sobre análise geoambiental e ordenamento territorial no litoral sergipano, Malta (2018) estuda a fitogeografia urbana e os condicionantes socioambientais em Aracaju-SE no espaço temporal entre 1978 e 2018. A tese em tela procura analisar a fitogeografia de Aracaju/SE e suas correlações com aspectos socioambientais urbanos, com base em condicionantes geográficos e históricos, técnicas de modelagem e geoprocessamento. Ancorado na abordagem socioambiental, o trabalho de Malta (2018) adota uma visão crítica da relação sociedade-natureza na cidade e de maneira coerente e acertada não desconsidera a produção histórica e o tempo presente na espacialização do trabalho humano e os usos e formas de apropriação fitogeográficas. Os resultados do trabalho possibilitaram uma caracterização socioambiental de Aracaju por meio da abordagem integrada entre as águas, a terra e o ar e seus impactos, além de destacar os problemas da urbanização, das condições demográficas e da infraestrutura urbana. Vale ressaltar a qualidade das imagens utilizadas e da acurácia cartográfica ao longo do trabalho, inclusive na modelagem.

Os espaços urbanos e a fitogeografia de Aracaju, portanto, podem auxiliar na promoção da espacialização mais inclusiva das estruturas urbanas, comprometidas prioritariamente com os aspectos socioambientais, nos quais é preciso fomentar processos pedagógicos para uma Educação Ambiental crítica e uma organização/participação mais democrática (MALTA, 2018, p. 244).

3 TURISMO: POLÍTICAS TERRITORIAIS, TBC E O MODELO DE SOL E PRAIA

O segundo maior conjunto de trabalhos recentes sobre a zona litorânea sergipana corresponde ao temário associado ao turismo, seja em termos de políticas públicas ou de modelos de base comunitária e de sol e praia. De maneira diferente da temática da análise geoambiental e do ordenamento territorial, a variedade de abordagens para o turismo é bem mais ampla, desde o direcionamento sistêmico, até a economia criativa e os encaminhamentos fenomenológicos e dialéticos.

A primeira tese defendida no PPGEO sobre a temática do turismo coube a Mary Santos (2009), com o título “Políticas territoriais do turismo: investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe”. Esse trabalho, convertido em livro em 2013, parte do seguinte questionamento: é possível diminuir os efeitos contraditórios dos investimentos turísticos no referido polo, na perspectiva de superação da pobreza? Esse questionamento central desdobrou-se em uma série de outros com vistas a analisar os investimentos no espaço público do Polo Costa dos Coqueirais e as relações entre o Estado e o mercado na definição de políticas territoriais do turismo para superação da pobreza. Embora se registre um ecletismo na discussão de método, que fragiliza a tese, a preocupação com o poder territorial do turismo, lastreado em teorias de desenvolvimento e em categorias geográficas, abre caminhos para uma leitura técnica e participativa do turismo no litoral sergipano em suas várias dimensões.

Com o título elástico de turismo de sol e praia no Litoral Sul de Sergipe: uma análise sob o ângulo dos modelos SISTUR (Sistema de Turismo) e TALC (Ciclo de Vida do Destino Turístico), Lima (2011) propõe uma geografia do turismo e da segunda residência nas zonas de praia de Estância e Itaporanga d’Ajuda. Parte-se do pressuposto que o turismo territorializa o espaço costeiro na criação de vínculos permanentes e provisórios. Com a utilização de postulados modélicos, a tese usa o método dedutivo e se

preocupa com a ação do poder público nas zonas de praia, e propõe uma visão ao mesmo tempo territorial e turístico para a área de estudo.

Por sua vez, Gomes (2014) estuda o Turismo de Base Comunitária (TBC) em comunidades costeiras do Brasil e do México³. Num claro alinhamento com a geografia cultural, através de uma leitura de base fenomenológica da paisagem e do território, a tese de Gomes (2014) estuda as relações socioespaciais envolvendo sujeitos locais, políticas de fomento turísticos e o TBC. Trata-se de uma pesquisa sobre as territorialidades (re)criadas e (re)significadas pelos sujeitos sociais por meio do TBC, fundamentada na autogestão, no empoderamento e na valorização do modo de vida tradicional. Em que pese o esforço de trabalhar com comunidades de países diferentes, a tese não aprofunda muitas questões levantadas e há desconexão entre a discussão do turismo propriamente dito e o TBC, além do desequilíbrio entre o aprofundamento dos estudos de caso, que é visivelmente maior nas comunidades brasileiras, principalmente nas sergipanas.

Alexandre (2014) estuda “a (re) invenção de um novo modelo de gestão para o desenvolvimento turístico sustentável no Litoral Sul de Sergipe a partir do Turismo de Base Comunitária”. Nesse caso, as áreas de estudo são os municípios de Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Todavia, a comunidade de Tavira (Algarve, Portugal) também faz parte da área de estudo, embora não seja informado no resumo e não haja referência alguma sobre isso no título da Tese, claramente sobre o Litoral Sul de Sergipe. Seja como for, há um esforço de estudar a relação entre o turismo e economia criativa como elos de gestão participativa. Baseada no método fenomenológico e amparada na teoria da complexidade, Alexandre (2014) tenta entender o TBC, embora não esteja explícita a necessidade de uso de aportes da teoria dos sistemas, escolha que mais confunde do que esclarece a compreensão do objeto de estudo. Há uma aposta na complexidade e uma insistência no SISTUR, sem esclarecer a opção pela “salada epistemológica”, responsável pelo “curto-circuito” analítico. Um

³ Há uma comunidade selecionada na Tese de Gomes que não é costeira: San Pedro de Atlapulco, situada no município de Ocoyoacac, a 43 km da capital mexicana.

último questionamento: até que ponto o turismo de Tavira pode ser inserido no segmento do TBC? Vale a reflexão!

Por seu turno, uma proposta analítica que tenta um olhar crítico é defendida no trabalho de Max Santos (2018), intitulado “Na dissimulação do turismo, a estruturação da especulação imobiliária no litoral de Sergipe”. A tese, o objetivo e o lastro do método são, respectivamente, os seguintes:

(...) as políticas públicas de implementação de infraestruturas (pontes e rodovias) na fachada litorânea de Sergipe, justificadas pelo discurso do desenvolvimento do turismo, elitizam e intensificam a segregação socioespacial dessa porção do território sergipano, a partir do momento em que promovem e dão suporte a facilitação da entrada do capital especulativo por meio da intensificação dos fluxos, sobretudo na implementação de fixos privados (investimentos imobiliários), que (des) territorializam, supervalorizam a terra, criam novos fixos, geram impactos ambientais e desencadeiam acentuados contrastes sociais e paisagísticos, além de intensificarem a dinâmica regional.

Desse modo, diante das contradições percebidas nesse movimento, o objetivo geral deste estudo é analisar a dinâmica regional e as reconfigurações territoriais que se processaram no litoral sergipano após a instalação da infraestrutura de pontes e rodovias, edificadas sob a perspectiva do desenvolvimento econômico pelo turismo (SANTOS, 2018, p. 4).

A pesquisa proposta está assentada na análise dialética, considerando as contradições da produção do turismo e o papel do Estado na promoção de políticas públicas que promovem do turismo, (re) produz a segregação socioespacial e a valorização do capital, via empreendimentos imobiliários (SANTOS, 2018, p. viii).

Num maniqueísmo inusual, Santos (2018) defende que o litoral sergipano é fruto exclusivo da especulação imobiliária, da força do capital neoliberal. Esquece-se o autor que muito dificilmente os territórios costeiros podem ser entendidos unilateralmente, por um único agente de produção do espaço, porque há um feixe de forças e processos atuando, um caleidoscópio de sujeitos ou, em poucas palavras, um conjunto de possibilidades, como

ensinou o mestre Milton Santos. Ademais, cabe questionar porque a montagem da armadura territorial do litoral sergipano não foi acompanhada da fluidez do capital. E a “dúvida metódica” permanece: porque as infraestruturas construídas, a exemplo das rodovias e pontes, não alavancaram uma ocupação capitalista como aconteceu com o Litoral Norte da Bahia e em boa parte do litoral alagoano? Nem todas as peças do tabuleiro foram colocadas na mesa para entender a complexidade da dinâmica regional e a configuração territorial. Fazer belas perguntas e se esforçar para respondê-las é o caminho do bom geógrafo, muito parecido com o enigma da esfinge: decifra-me ou te devoro! O caminho unilateral, “fácil”, com respostas a priori não tem lastro na realidade complexa, viva e mutante do litoral sergipano. “Joga-se fora o bebê com a água do banho” e por isso não há avanço no conhecimento do litoral de Sergipe. Há uma dificuldade enorme em entender que a elitização e a segregação são seletivas no espaço em geral e no litoral em particular.

Priscila Pereira Santos (2019) estuda a formação da região turística entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia. Com o triunvirato representado pelo veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico, Santos (2019) leva a cabo uma análise de fôlego, alicerçada num pensamento que alinhava o papel do Estado, da iniciativa privada, dos sujeitos locais e do turista na produção regional. A definição clara do objeto, a escolha teórico-metodológica bem aquilatada e o suporte epistemológico coerente com o objeto, faz do trabalho de Santos (2019) uma referência e leitura obrigatória sobre o litoral entre Sergipe e a Bahia.

A integração rodoviária entre a SE-100 e a BA-099 articulou o Litoral Sul de Sergipe ao Litoral Norte da Bahia, conectou as capitais desses estados e despertou o seguinte problema de pesquisa: esta conexão forma uma região turística entre o litoral sergipano e o litoral baiano? Diante deste problema de pesquisa, defendeu-se a tese que a partir da articulação rodoviária litorânea entre Aracaju (SE) e Salvador (BA), a dinâmica territorial do veraneio, do turismo de sol e praia e do imobiliário-turístico entre os municípios de Estância e Mata de São João tendiam a configurar em territórios-zona, entre estes

litorais, e território-rede, entre a Praia do Saco (SE) e a Praia do Forte (BA), uma região turística sob a égide do Estado e do Mercado Turístico e Imobiliário (SANTOS, 2019, p. 363).

Por último, o trabalho de Joab Silva (2019) discute, sob a égide da teoria sistêmica, a organização socioespacial do turismo de Aracaju/SE, a partir da governança como diferencial competitivo.

A pretensão deste estudo é responder às seguintes questões de pesquisa: 1. O sistema turístico de Aracaju está contemplado nas instâncias de governança instituídas? 2. A organização sócio-espacial do turismo atende interesses convergentes dos seus agentes de produção? 3. Como as políticas públicas interferem nos territórios turísticos de Aracaju? 4. Quais são as alternativas de aumento da competitividade do turismo de Aracaju? (SILVA, 2019, p. 22).

Mesmo com registros de governança social de turismo e com cerca de quatro décadas de operações turísticas formais, a organização espacial do turismo em Aracaju apresenta quatro problemas que servem de base investigativa para esta tese: 1) Falta de monitoramento e controle sobre a produção e consumo do espaço turístico; 2) Baixa representatividade dos 23 agentes de produção do turismo nas instâncias de governança instituídas; 3) Incipiente inovação da oferta turística; 4) Tendência de estagnação do fluxo turístico. Os caminhos para responder a esses questionamentos pretendem sustentar a hipótese de que o fortalecimento da governança social representativa do sistema turístico do destino Aracaju é capaz de aumentar sua competitividade (SILVA, 2019, p. 22-23).

Dadas essas questões norteadoras, Joab Silva (2019) discute o sistema turístico de Aracaju considerando quatro subsistemas: políticas públicas, produção e consumo do espaço, competitividade e governança. Ricamente ilustrado com modelos, o trabalho também define sete territórios turísticos que se alinham num eixo entre os rios Sergipe e Vaza-Barris e as praias oceânicas. Para o autor, a organização socioespacial do turismo em Aracaju não atende a interesses convergentes dos agentes produtivos, uma vez que inexistente estratégia de desenvolvimento do setor, conduzido por ações aleatórias, e em

função da baixa representatividade na governança turística e da ausência de um plano municipal de turismo. Tal situação compromete a competitividade turística da capital sergipana.

4 CONFLITOS AMBIENTAIS, INVISIBILIDADE TERRITORIAL E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A tese de Vieira (2010) estuda os conflitos ambientais e as territorialidades no Litoral Norte de Sergipe. A preocupação inovadora de Vieira (2010) reside efetivamente na escolha da discussão dos conflitos e das iniciativas de ordenamento territorial a partir das ações, por um lado, do poder público e da iniciativa privada, e de outro, da visão dos moradores em seu território vivido. O uso do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) como instrumental metodológico se coaduna com a noção de conflitos enquanto expressão de territorialidades que contribuiu para a compreensão da heterogeneidade espacial dos municípios integrantes do Litoral Norte de Sergipe (Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande).

A pesquisa de Rodrigo dos Santos (2015) discute a formação do litoral sergipano, um espaço construído historicamente e socialmente apropriado, sob o olhar das comunidades tradicionais. De forma inovadora, Santos (2015) investiga qualitativamente a invisibilidade histórica, geográfica e social dessas comunidades, suas práticas e vivências na busca da identidade territorial. A escolha das categorias território e identidade e do caminho das representações subsidiaram a análise empírica de três comunidades costeiras, a saber: Terra Caída, Pedreiras e Tigre/Junça, situadas, respectivamente, no litoral sul, centro e Norte.

O professor e biólogo Braghini (2016) discute a gestão territorial de unidades de conservação (UC) no litoral sergipano na perspectiva da governança. Parte-se da abordagem sistêmica, da discussão sobre conflitos e do contexto do movimento ambientalista para estudar três UCs, duas de proteção integral, a REBIO de Santa Izabel e a RPPN do Caju, e uma de uso

sustentável, a APA do Morro do Urubu. A discussão sobre vulnerabilidade e a efetividade da gestão dessas UCs abriu oportunidade para uma visão atenta, interdisciplinar, crítica, lúcida e responsável sobre a necessidade de proteção da natureza em ambientes costeiros.

Carla Norma Santos (2017) problematiza as políticas territoriais entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia. De maneira inédita, essa geógrafa considera a ideia de “fundos territoriais” e “efeito borda” para realizar uma leitura da forma como a perspectiva da lógica zonal e da lógica reticular definem a configuração territorial entre limites interestaduais. Além disso, os problemas resultantes da ocupação histórica e dos conflitos ambientais, e questões associadas às estratégias de ordenamento territorial das unidades de conservação, sob o olhar da sustentabilidade, foram analisados em termos de “perdas e ganhos”.

Eline Santos (2018) está preocupada com as mulheres pescadoras e mulheres mangabeiras, numa tentativa de desvelar as territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE. A tese tem como objetivo geral analisar a apropriação biogeográfica dos recursos ambientais em função do trabalho feminino em Indiaroba, destacando os elementos que interferem na resiliência socioecológica, bem como o processo de organização das mulheres, as formas de resistências e representatividade nas decisões em defesa dos direitos e fortalecimento do grupo social. Para alcançar esse objetivo, território, paisagem e gênero foram selecionadas como categorias analíticas, em razão de propiciar a compreensão do espaço pelas relações de poder estabelecidas na apropriação dos recursos ambientais. Por sua vez, a abordagem sistêmica e a complexidade deram suporte ao estudo da resiliência das comunidades e dos sistemas socioecológicos com a aplicação da metodologia de indicadores de resiliência.

Por último, Costa (2019) investigou as apropriações e conflitos nos novos territórios da energia eólica no Brasil. No trabalho, somente um dos três estudos de caso se refere ao litoral sergipano, mais exatamente ao Parque Eólico da Barra dos Coqueiros. A tese levantada defende a ideia que “a implantação de parques eólicos no Brasil forma territórios-redes e afirma-

se pelas apropriações, conexões, relações, ligações e conflitos estabelecidos entre os atores e os sujeitos envolvidos na cadeia produtiva” (p. 25). Já o objetivo geral é “compreender como a implantação de empreendimentos eólicos no Brasil gera territórios-rede que estabelecem relações, conexões e ligações entre os atores e os sujeitos envolvidos com rebatimentos socioespaciais de apropriações e conflitos multiescalares” (p. 25). Ainda para Costa (2019), como nova fonte renovável, a energia eólica não é totalmente limpa, pois sempre haverá certo grau de impacto ambiental, daí a importância do licenciamento e da participação local na implantação dos empreendimentos. Em síntese, a energia eólica gera territórios-rede por meio de conexões horizontais e verticais.

5 REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU: O HABITAR, A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO

A região metropolitana de Aracaju (RMA) foi discutida por quatro teses defendidas no PPGEIO sobre temáticas diversificadas: o habitar, a segregação, a organização espacial e a vulnerabilidade socioambiental. No primeiro caso, Souza (2016) estudou os condomínios horizontais exclusivos na dinâmica residencial do litoral metropolitano de Aracaju (SE). As questões norteadoras apostaram nos condomínios como vetores espaciais responsáveis por uma das feições da urbanização difusa e, ao mesmo tempo, pela fragmentação territorial. Interessada na geograficidade da casa, do habitar e do veranejar no litoral metropolitano, Souza (2016) considerou a força dos agentes imobiliários e do poder público na construção de segregação socioespacial, além da compreensão dos condôminos e dos moradores locais. A complexa teia de relações que se estabelece no espaço urbano regional em função dos condomínios, conduziu Souza (2016) a entender que os novos arranjos espaciais rompem e desagregam as velhas estruturas geográficas e produzem uma nova configuração territorial.

Intitulada “A (re)produção da segregação socioespacial na região metropolitana de Aracaju(SE): interfaces da ação do estado e do capital”, a tese de Mário Santos (2018, p. 31) parte da seguinte hipótese: “o que se produz no espaço urbano-regional de Aracaju (RMA) são processos de ordem econômica, social e política, que se refletem no espaço socialmente separados” Da forma como está equacionada a hipótese, parece que o espaço é um elemento dominado, sem força perante as demais instâncias da sociedade. Nada mais equivocado com os recentes avanços da teoria geográfica. Flertando com o maniqueísmo, as análises de Santos (2018) apontam para a força do capital e da propriedade privada na geração de segregação e desconsideram os demais agentes de produção do uso residencial do espaço da RMA de Aracaju. O nível de generalização da cartografia em termos de espacialização dos territórios da segregação fragiliza o esforço da tese.

No terceiro caso, Antonio Santiago Santos (2019), por meio das geotecnologias, estuda da organização socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju. A tese de Antonio Santos (2019), com dois volumes, um de texto e outro de cartografia, tenta estudar os condicionantes da natureza e os aspectos socioespaciais da RMA. Sem sombras de dúvidas, o ponto alto do trabalho é a rica cartografia produzida.

Santana (2019), alicerçado em visões integradas da geografia física, tem como objetivo analisar a fragilidade ambiental e a vulnerabilidade socioambiental dos quatro municípios integrantes da Região Metropolitana de Aracaju. Parte-se da hipótese segundo a qual a ocupação de espaços de elevada fragilidade ambiental é relevante na distribuição espacial da pobreza. Cabe, no entanto, questionar o significado de pobreza, que o autor não discute, e se todo espaço de pobreza em Aracaju apresenta fragilidade ambiental. Mas o equívoco maior, agora de natureza metodológica, é outro: como cotejar a fragilidade ambiental e a vulnerabilidade social se as unidades espaciais utilizadas não são as mesmas? Como comparar os setores censitários, geralmente no domínio da linha reta, com os espaços aleatórios dos fenômenos naturais? Tal opção metodológica enfraquece as comparações

em base espaciais incompatíveis, e nem mesmo o trabalho de campo consegue refinar essa limitação, muito pelo contrário, comprova-a. Seja como for, o mérito cartográfico é indiscutível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trinta teses de geografia sobre o litoral sergipano aqui analisadas revelaram-se com abordagens múltiplas e com escopo teórico e de estratégias metodológicas igualmente diferenciadas. De maneira geral, os trabalhos apresentam alto nível, embora haja heterogeneidade na qualidade técnica, na coerência e no foco. Vale ressaltar que o avanço da ciência geográfica deve se dar pela avaliação criteriosa dos seus produtos e nesse sentido, as tendências indicam claramente um domínio dos estudos geoambientais, do ordenamento territorial e da temática do turismo na geografia do litoral sergipano.

O maior número de teses defendidas no PPGeo, que de forma direta ou indireta tratam do litoral sergipano, corresponde aos trabalhos cuja temática central se associa à análise ambiental e ao ordenamento territorial, ancorados na teoria dos sistemas, na geoecologia, na ecodinâmica, nos estudos de paisagem e na discussão sobre bacia hidrográfica. O debate fundamentado na sustentabilidade também é recorrente. De maneira geral, são temas mais afeitos à geografia física, embora não se desconsidere os elementos humanos e tampouco, a definição de unidades territoriais homogêneas.

O turismo, os conflitos ambientais, as estratégias de gestão de unidades de conservação, a configuração territorial, a segregação e as pesquisas culturais também ocupam lugar na geografia do litoral sergipano, vista na mirada certa das teses defendidas no PPGeo da UFS, de 2008 até 2021.

Algo recorrente em muitas das teses é a dificuldade em encontrar referências aos trabalhos anteriores sobre os temas estudados. Parece que boa parte dos geógrafos e geógrafas desconhece e/ou desconsidera o acervo de pesquisas já realizadas no próprio PPGeo e se esquece que a revisão da literatura faz parte do “jogo científico”, corresponde a uma das fontes seguras

de obtenção de informação e um ponto de partida para novas contribuições. E nunca é demasiado reforçar: é a releitura dos trabalhos anteriores, sempre com o olhar crítico com o intuito de superação, que permite o avanço da ciência, seja pelo acúmulo e crítica dos conhecimentos consolidados ou pela sua ruptura. Na geografia em geral e na geografia do litoral sergipano em particular não é diferente.

A tradição geográfica da escola sergipana de pesquisas sobre o litoral ganha força e apresenta vitalidade, dinamismo e relevância ao se diversificar em termos temáticos e teórico-metodológicos e, no mesmo diapasão, ao avançar epistemologicamente. Vida longa à geografia do litoral de e em Sergipe!

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, L. M. de M.. (Re)invenção do turismo de base comunitária no litoral sul sergipano: turismo e economia criativa como elos de gestão participativa. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2018.
- ALVES, N. M. de S.. Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2010.
- ARAÚJO, H. M. de. Análise socioambiental da bacia costeira do Rio Sergipe. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2007.
- BRAGHINI, C. R.. Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.
- CARVALHO, M. E. S. Um olhar geográfico sobre as águas no Vaza-Barris sergipano. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2010.
- COSTA, J. de J.. Transformações ambientais das restingas da planície costeira sergipana. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2013.
- COSTA, V. S. Novos territórios da energia eólica no Brasil: apropriações e conflitos. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2019.
- FARIAS, M. C. V.. Sub-bacia hidrográfica do rio Poxim: transformação da paisagem (1970-2010). **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2011.

- FRANÇA, V. L. A.; CONCEIÇÃO, A.; L. **NPGeo – 25 anos de contribuição à Geografia**: Catálogo de Dissertações e Teses. São Cristóvão: EDUFS, 2008.
- GOMES, R. C. S.. Território, paisagem, sujeitos sociais e políticas públicas: (des) caminhos e perspectivas do TBC em comunidades brasileiras e mexicanas. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2014.
- KOHLER, R. Interações entre vegetação e as áreas centrais de Aracaju/SE e Maceió/AL: índice socioecológico e paisagístico urbano. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, UFS, 2018.
- LIMA, L. B. B. de M.. O turismo de sol e praia no litoral sul de Sergipe: uma análise sob a perspectiva dos modelos SISTUR e TALC. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2011.
- MALTA, J. A. O.. Fitogeografia urbana e condicionantes socioambientais em Aracaju - SE (1978-2018). **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2018.
- MOTA, L. S. O.. Avaliação geoecológica e dos riscos ambientais na paisagem costeira de Aracaju/SE. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2010.
- OLIVEIRA, A. C. de A.. Cenários biofísicos e ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2013.
- SANTOS, M. N. L.. Políticas territoriais do turismo: investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2009.
- SANTOS, R. H. dos. Entre águas e gentes: vivências e (in)visibilidades nos territórios do litoral de Sergipe. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015.
- SANTOS, E. B. dos. O ordenamento territorial como instrumento de promoção do desenvolvimento do litoral Norte de Sergipe. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015.
- SANTOS, C. N. C. dos. Entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2017.
- SANTOS, E. A. Mulheres pescadoras - mulheres mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2018.
- SANTOS, M. A. N.. Na dissimulação do turismo, a estruturação da especulação imobiliária no litoral de Sergipe. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2018.
- SANTOS, M. J. S.. A (re)produção da segregação socioespacial na região metropolitana de Aracaju (SE): interfaces da ação do estado e do capital. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2018.

- SANTOS, A. S. P.. Uso de geotecnologias no estudo da organização socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2019.
- SANTOS, P. P.. Veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico: a formação da região turística entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2019.
- SANTANA, L. B. de. Fragilidade e vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Aracaju/SE. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2019.
- SILVA, D. B. da. Avaliação das unidades ambientais complexas na dinâmica do sistema hidrográfico do Rio Real - Bahia/Sergipe. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2009.
- SILVA, D. A. da. Nos(dos) meandros ambientais: a natureza das águas urbanas em Aracaju. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2016.
- SILVA, J. A.. Organização sócio-espacial do turismo de Aracaju/SE: a governança como diferencial competitivo. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2019.
- SOUZA, M. R. M. de. As transformações do espaço e os impactos decorrentes das atividades de carcinicultura no complexo estuarino-lagunar do Rio São Francisco em Sergipe. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2007.
- SOUZA, A. M. dos S. de. Condomínios horizontais exclusivos e a dinâmica socioespacial no litoral metropolitano de Aracaju (SE). **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2016.
- VIEIRA, L. V. L. Conflitos ambientais e territorialidades no Litoral Norte de Sergipe, **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2010.
- VILAR, J. W. C. O espaço litorâneo de Sergipe: uma revisão dos estudos geográficos. **GeoNordeste**, ano XIX, nº 2, 2008, p. 95-124.
- VILAR, J. W. C. et al. (Orgs.). **70 anos da geografia sergipana (1951 – 2021):** nos caminhos da memória. Aracaju: Criação Editora, 2021.

Capítulo 2

A GEOGRAFIA DO LITORAL SERGIPANO QUE PULSA NA MEMÓRIA: DESCOBERTAS, CONHECIMENTOS E RECONHECIMENTOS⁴

Maria Augusta Mundim Vargas

1 INTRODUÇÃO

A construção deste texto encerra o prazer da escrita de memórias sobre os caminhos de nossas produções geográficas. O recorte é dado em atenção à solicitação dos organizadores do Dossiê Territórios Costeiros cujas intenções são de pronto louváveis, pois isso certamente proporcionará o encontro de vários temas e abordagens. Seguindo o olhar de Manoel Correa de Andrade, que, na década de 1960, nos apresentou o Nordeste plural, a geografia sergipana prospera, seguramente, ao trazer o litoral em múltiplas dimensões e em diversos percursos metódicos.

E, em face da proposta da coletânea de se constituir um dossiê, a produção do texto foi orientada pela linha do tempo, desde minha chegada a Aracaju, em dezembro de 1979, com o sonho de me assentar à beira-mar para inspirar e expirar outras geografias. Já em janeiro de 1980, assumi a execução

⁴ Texto originalmente publicado na Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXXII, n. 2, Edição Especial: Territórios Costeiros, setembro, 2021, p. 51-70. Agradecemos a autorização para republicação em forma de capítulo de livro.

de “projetos especiais” na recém-criada Administração Estadual do Meio Ambiente – Adema e, em junho do ano seguinte, me mudei para a ‘longínqua’⁵ praia selvagem de Atalaia, atualmente bairro Coroa do Meio.

Esses primeiros anos (1980-1990) corresponderam ao período das descobertas de outras geografias que, ainda sob o paradigma positivista, não impediram o deslumbre ao identificar “o que e onde”, tanto quanto as causas e os efeitos, de fenômenos e das novas paisagens que foram surgindo e ampliando minha visão de mundo. A seleção da produção desse período é emblemática destes aspectos pontuados: (i) Zoneamento dos riscos e das potencialidades ecológicas do Estado de Sergipe e (ii) Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá.

À seção de descobertas, segue o relato delineado pelo conhecimento do território sergipano como uma instância adventícia de sua geohistória, política, cultura e economia, em que se desvelam relações desde as esferas dos sentidos do poder aos sentidos das partilhas. Registram-se nesse período (1991-2005), nomeado de ‘conhecimentos’, entradas e mergulhos, sobretudo no Sertão e no Baixo São Francisco, como consequência dos estudos do mestrado e do doutorado e da participação da equipe do Núcleo de Estudos do Semiárido, que, em 1996, criou e se constituiu linha de pesquisa do Programa de PósGraduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Por esses estudos, a brisa litorânea alcançou apenas os municípios de Brejo Grande, Pacatuba e Pirambu na execução de pesquisa sobre a dimensão cultural, possibilitando exercer uma outra geografia, desta feita ancorada pela e a partir da natureza produzida pelas relações sociais e não mais pela externalidade de suas causas e de seus efeitos.

Uma breve retrospectiva sobre minha formação justifica a importância de associar as descobertas das geografias de Sergipe àquelas teóricas e metodológicas que se seguiram. Recebi formação pelo alinhamento determinista indutivo da escola francesa; dei continuidade na atuação

⁵ O bairro Coroa do Meio era à época longínquo para os aracajuanos por distar 10 km do centro da cidade e pelo fato de não oferecer equipamentos mínimos, como padaria, farmácia, mercadinho.

profissional com o positivismo lógico para, em seguida, ter a oportunidade de pensar e praticar a geografia pelo materialismo histórico conduzido pela dialética como construto de nossos estudos. Ressaltam-se, nesse período a efervescência de produções críticas dos primeiros anos após a promulgação da Constituição em 1988 e a ampliação de linhas de financiamento e fomento de pesquisas em todas as áreas.

Retomando, apresenta-se, na segunda seção, o relato da (i) Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo – área lindeira à faixa de dutos Carmópolis-Atalaia e (ii) Valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe. Ambos os estudos foram financiados pela Petrobras, interessada naquele momento em conhecer melhor as socioespacialidades das áreas em que atuava, com o intuito de gerar normativas internas e cadernos instrutivos para a população potencialmente impactada por possíveis desastres decorrentes das atividades de exploração, produção e transporte⁶ da empresa. A coordenação desses estudos, que envolveram em determinados momentos mais de vinte estudantes, ‘provocou’, em 2004, o registro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no CNPq.

O texto segue apresentando o ‘reconhecimento’ de que Sergipe é o pequeno grande Estado brasileiro, celeiro de uma cultura que se guarda e refaz tradições diversas e enraizadas na matriz indígena-portuguesa-africana das manifestações e expressões populares. Esse é o período gestado com os estudos sobre a dimensão cultural do Sertão e do Baixo São Francisco e se consolida com a empreitada de realizar um inventário das expressões e manifestações culturais do Estado (2009) em atenção à Secretaria de Planejamento⁷ e, em seguida, um

⁶ Essas ações/pesquisas foram desenvolvidas em Sergipe e nas demais áreas de atuação da Petrobras e resultaram na criação de normativas internas e, posteriormente, na implantação do Programa de Educação Ambiental em Comunidades Costeiras – PEAC.

⁷ Refere-se ao Projeto Identidade, Cultura e o Desenvolvimento dos Territórios Sergipanos com a realização do Inventário Cultural de cada um dos oito Territórios de Sergipe e a Elaboração de um Atlas da Cultura Sergipana por intermédio de contrato com a Sociedade Semear – Parceria 01/2009. Ver Vargas e Neves (2009). Versão resumida do Atlas foi publicada pelo Governo do Estado de Sergipe com o título “Sergipe Cultura e Diversidade – conhecer, reconhecer, valorizar” (2010). Outras publicações, ver Vargas et al. (2010); Vargas e Neves (2011) e Vargas (2010, 2011).

estudo comparativo do patrimônio imaterial entre Goiás, Ceará e Sergipe⁸ (2010/13). Ambos permitiram ‘visitar e geografizar’ todos os municípios do Estado, desvelando camadas materiais e simbólicas que ancoravam a produção de uma geografia de saberes e fazeres até então guardada em minhas intenções.

Foi, portanto, no momento de virada do século que aproximamos e vivenciamos não somente a visibilidade da cultura, mas, sobretudo, o reconhecimento de que a geografia contribuiu significativamente para a explosão de territórios identitários, políticos, simbólicos, de políticas públicas, dentre tantos que se construíram pelo caminho do lugar-território de povos, comunidades, ancestralidade, memória etc. A geografia se posiciona no lugar dos colonizados – da geografia colonizada – e se volta para o lugar de escuta de sujeitos encontrados e postos como narradores de geografias e histórias até então retidas na oralidade.

Assim ocorreu, em 2015, com o encontro de jovens do Projeto Japarutuba em Rede, no qual atuei como oficina motivadora para o fazer, produzir e gestar da cultura do lugar. As oficinas encerraram a primeira atividade do projeto, e o êxito e o entrosamento com os jovens resultaram em nossa participação, juntamente com a comunidade, na organização de edições da Jornada de Estudos Artur Bispo do Rosário e na orientação da dissertação de mestrado Limites e fronteiras: perspectivas emancipatórias no povoado São José da Caatinga em Japarutuba, Sergipe, de César Augusto França Ribeiro.

Foi, também, no ano de 2015 que se finalizou o Projeto “Grandes projetos e identidades locais: possibilidades e desafios das pequenas comunidades costeiras”, com a entrega do relatório final. Ressalta-se ainda que os recursos desse projeto financiaram a realização de três pesquisas de Iniciação Científica com graduandos, duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado cujos

⁸ Refere-se ao Projeto “Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe”, financiado pelo Edital Pro-Cultura 07/2008 CAPES/MINC. Ver Vargas (2014, 2016). Em consequência desse projeto, o Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura passa a atuar na Comissão Organizadora do Simpósio do Encontro Cultural de Laranjeiras (2010), na coordenação da Comissão Científica e na realização do Fórum Patrimônio e Festas de Sergipe (2011).

temas trataram de questões de comunidades litorâneas. Essa conjunção resultou, além disso, no financiamento da edição de uma coletânea e de uma cartilha.

Pelo exposto, essas produções encerram o relato da última seção, observando o resguardo dos textos tal como produzidos. A última seção traz um balanço de nossas descobertas, nossos conhecimentos e nossos reconhecimentos geográficos para além do chão e das gentes do litoral sergipano.

2 DESCOBERTAS

O **Zoneamento dos riscos e das potencialidades ecológicas do Estado de Sergipe** foi realizado com recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no período de 1982 a 1985. Tido como produto, constou de uma coleção de cartas expressas em graus que indicam as potencialidades e as fragilidades do meio físico e socioeconômico, com o objetivo maior de integrar a variável ambiental ao planejamento territorial, importantes para a atuação da Adema. Tratou-se do primeiro estudo que abarcou todo o Estado de Sergipe, marco da pesquisa voltada ao planejamento ambiental do recém-criado órgão, em outubro de 1978, possível por um somatório de esforços financeiros, estruturais e humanos da reduzida equipe⁹.

O quadro conceitual tomou o estudo de geossistema desenvolvido por Sotchava (1977); a geomorfologia nos estudos integrados de ordenação do meio natural elaborado por Tricart (1977) e o texto *Análise geográfica dos riscos ecológicos*¹⁰.

Até se alcançar a carta final dos ‘riscos e potencialidades ecológicas’ foram elaboradas 13 cartas referentes às variáveis selecionadas (e possíveis de serem mapeadas) do meio físico e socioeconômico que constituíram o suporte para a elaboração de sete cartas-base (erodibilidade, riscos de enchentes, riscos

⁹ Equipe: Maria Augusta Mundim Vargas (Coordenadora), Lucilene Tiyomi Takahashi (Geógrafa), Eduardo Henrique Rode (Engenheiro Agrônomo) e Telma Rubia Cardoso Resende (Consultora).

¹⁰ *Essai de géographie des risques écologiques*. Paris: Ministère de la Qualité de la Vie, 1976.

de secas, riscos de poluição das águas, densidades de população, ocupação do solo e pressão das indústrias), para, em seguida, se construir as duas cartas semifinais de ‘vulnerabilidade do meio físico e pressão das atividades humanas’.

No que diz respeito aos resultados alcançados, registra-se, além de seu caráter inovador, por eleger a escala de 1:500.000, o que possibilitou mapear todo o Estado, a significativa utilidade das cartas temáticas de acordo com suas especificidades. A carta de vulnerabilidade do meio físico mostra forte vulnerabilidade nas áreas costeiras e semiáridas, o que não constitui novidade pelo conhecimento anterior de suas características. Entretanto, mapear 70% da superfície do Estado com vulnerabilidade média constitui um alerta para o necessário estabelecimento de limites de uso dos recursos ambientais de Sergipe.

As áreas potenciais correspondem aos tabuleiros da porção centro-sul, aos vales costeiros e aos estuários. Conhecendo-se a história de Sergipe, da cana, do algodão e do gado, e sabendo do atual (década de 1980) uso e ocupação dessas áreas com a agroindústria cítrica e canavieira, com a expansão urbana e industrial, há que se reforçar a importância de não se perder de vista medidas e ações conservadoras com vistas ao longo prazo.

No que diz respeito à pressão das atividades humanas, chama-se atenção para a situação de risco em que se encontra o estuário do rio Sergipe. A exploração do petróleo, a especulação imobiliária em torno de Aracaju e a expectativa de implantação de um complexo portuário e industrial no litoral do município de Barra dos Coqueiros colocam as regiões do médio vale e do estuário do rio Sergipe numa condição em que os impactos ambientais, decorrentes dessas atividades antrópicas, devem ser expostos, estudados e dimensionados.

O Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá também foi financiado pela FINEP¹¹

¹¹ FINEP – Empresa Pública de Inovação e Pesquisa. O estudo correspondeu ao Subprojeto III, realizado por Maria Augusta Mundim Vargas (com consultoria de Jean Robert Weisschanpt), integrante do “Estudo Bioecológico do Caranguejo-uçá”, que abarcou também o Subprojeto I – “A Bioecologia do caranguejouçá”, realizado por Solange Nascimento, e o Subprojeto II – “Levantamento da Flora e caracterização dos bosques de mangue”, realizado por Marly Menezes Santos.

durante o período de 1982 a 1984. O referencial teórico levou em consideração (i) o homem: o caranguejeiro na atividade específica da captura do caranguejo e o engajamento da família nessa e em outras atividades produtivas; (ii) o habitat: as condições de moradia, mobilidade e estabilidade geográfica e (iii) o meio de produção: a percepção dos caranguejeiros em relação aos bosques de mangue e sua forma de utilização¹².

O trabalho de campo desenvolveu-se em 14 pontos de amostragem nos seis estuários ocorrentes, utilizando-se de questionário com encadeamento de questões que permitiram dialogar com os caranguejeiros sobre as condições de captura e venda de caranguejo, bem como informações complementares. Foram aplicados 205 questionários nos 15 municípios costeiros, sendo que em nove deles o sítio da sede está próximo das ou total ou parcialmente sobre áreas de mangue. São eles: Pirambu, Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Aracaju, São Cristóvão, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Nos demais, os mangues situam-se afastados das sedes, geralmente próximos a povoados e aglomerados rurais – Brejo Grande, Pacatuba, Laranjeiras, Riachuelo, Itaporanga D’Ajuda e Estância. Os povoados assemelham-se no seu aspecto físico, pois, em todos, se verificou a predominância de casas de taipa com telhados de palha de coqueiro. A ocupação linear também domina com disposição das casas contíguas, formando um núcleo central ao longo de uma única ‘rua’ principal ou às margens de canais e rios.

Os resultados ressaltaram aspectos como: (i) as condições de vida do caranguejeiro; (ii) a captura de subsistência; (iii) a captura comercial; (iv) a produção; e (v) o destino da produção.

De uma maneira geral, a ‘vida de caranguejeiro’ não difere em decorrência da qualidade do mangue. A grande maioria possui casa própria pela autoconstrução e constituída predominantemente de sala, quarto e cozinha. A família é caracteristicamente numerosa, verificando-se uma média de 5,5

¹² O estudo foi publicado na Revista GeoNordeste (VARGAS, 1986) e na coletânea de trabalhos do Encontro Ciências Sociais e o Mar no Brasil (VARGAS, 1988).

peças por residência. Seu horário de trabalho não se enquadra no ritmo convencional, determinado pelo período de vazante das marés. O ambiente de trabalho é lodoso, e se exigem prática e muita energia para locomoção e retirada do caranguejo-uçá das tocas.

A situação de marginalidade é nítida perante o *status* dos pescadores de peixe nos povoados em que habitam e mais acentuada no estuário do rio Japarutuba, perante os pescadores de camarão. A projeção do caranguejeiro é reconhecida somente entre eles, na época do inverno, quando o “efetivo” se mostra melhor que os demais, alcançando produção elevada¹³.

Nos estuários dos rios São Francisco, Japarutuba, Sergipe e Vaza-Barris, a captura de caranguejo-uçá voltada para a comercialização não é representativa economicamente, salvo para as famílias que vendem total ou parcialmente a produção, predominando o que caracterizamos de ‘captura de subsistência’. Isso porque uma parcela significativa dos entrevistados nesses estuários não realiza a captura continuamente, declarando que a prática se dá pela situação de desemprego, pela folga das atividades da roça e/ou pela abundância/facilidade de captura em determinados períodos do ano.

O complexo estuarino Piauí-Real-Fundo é responsável por 41,1% da produção comercializada em todo o Estado, sem, contudo, abarcar o maior número de caranguejeiros “efetivos”, identificados no estuário do Vaza-Barris. Possui bosques de mangue em melhores condições de conservação e preservação que os demais estuários com caranguejos com tamanhos apreciados pelos consumidores. Essa é a única área do Estado em que foram identificadas formas de assalariamento dominando a livre iniciativa de ser caranguejeiro. Observaram-se relações capitalistas de produção nas quais cambistas investem em canoas para que os caranguejeiros alcancem bosques mais distantes, bem como pagamento por produção. O Vaza-Barris apresenta

¹³ O caranguejeiro “efetivo” foi considerado como um grupo semimercantil que produz para o consumo próprio e para o mercado, diferenciando-se daquele voltado somente para o consumo próprio. Diegues (1983) aborda o processo de proletarianização da pesca oceânica quando se afirmam as relações de produção capitalista com a separação efetiva do pescador e dos meios de produção.

produção significativa, mas uma extensão considerável de bosques de mangue já se encontra impactada.

Onde domina a pesca de peixe e camarão, pelas condições desfavoráveis dos bosques de mangue, o número de caranguejeiros “efetivos” é reduzido – São Francisco e Japaratuba, e, nos estuários dos rios Sergipe e Vaza-Barris, as grandes extensões de mangues, mesmo que bastante estressados, somadas à expressiva densidade de população, encerram um número significativo de caranguejeiros “efetivos”, sem, entretanto, corresponderem a maiores produtividades. É o que mostra o Quadro 1. Das 37.090 cordas que se estimam capturadas semanalmente, chegou-se a que 45,7% se destinam a Aracaju; 21,5% ao interior do Estado; igual quantitativo a Salvador, e o restante, 11,3%, extraído nos estuários dos rios Japaratuba e São Francisco, é comercializado nas feiras locais.

Quadro 1 - Produção semanal de caranguejo-uçá dos estuários de Sergipe – 1984.

Especificação Estuário	Qtd. questionários	Qtd. cordas	Caranguejeiros estimados	Qtd. cordas estimada	Qtd. cordas estimada
São Francisco	13	582	50	2.240	6,0
Japaratuba	12	412	53	1.820	5,0
Sergipe	54	1.460	277	5.560	15,0
Vaza-Barris	58	2.460	290	12220	32,9
Piauí/Real	68	4.043	279	15.250	41,1
TOTAL	205	8.885	949	37.090	100,0

Fonte: Projeto Levantamento Sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá. Adema, 1984.

Obs.: Estimativa de acordo com dados dos questionários, entrevistas com lideranças e consultas às Colônias de Pescadores.

Há que se ressaltar que a destruição do ecossistema manguezal, responsável pela reprodução de inúmeras espécies, atinge fundamentalmente aqueles pescadores que praticam a pesca denominada nesse estudo de semimercantil, englobando os caranguejeiros e pescadores de peixe de estuário, detentores de pequenas embarcações. Identificou-se, na região costeira sergipana, a erradicação da vegetação de mangue para fins variados

como: corte de lenha, construção civil, cerca, formação de tanques, viveiros, salinas, até a extinção com aterros para vias, rodovias e loteamentos.

O estudo possibilitou apreender a elevada relação homem-terra (mangue) em detrimento das relações trabalho-capital ou terra-capital. Grande absorvedora de trabalho, a economia desse grupo envolvido com a captura de caranguejo-uçá se reproduz a si mesma continuamente, interrompida nos pequenos intervalos de ecdise, sem que ocorra acumulação de capital. Acrescenta-se a isso a condição de marginalidade social e econômica que lhes é imposta pelo baixo valor de sua força de trabalho.

Dessas colocações extrai-se considerar que recomendar que os bosques de mangue e o mangue como um todo devem ser conservados e preservados não basta para solucionar os problemas de seu uso predatório, mesmo que se implementem programas de conscientização. É a política de desenvolvimento que induz o processo, a ocupação e a reprodução dos espaços, definindo usos e interesses.

3 CONHECIMENTOS

Como já exposto, os estudos sobre a “Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo”¹⁴ tiveram como objetivo avaliar a percepção sobre a atuação da indústria do petróleo e ocorreram em dois momentos: a “Área lindeira à faixa de dutos Carmópolis-Atalaia”

¹⁴ Esse projeto foi concebido pela equipe da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e financiado pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello (CENPES). Equipe: coordenação geral, Prof. Dr. Gabriel Henrique da Silva; Coordenação em Sergipe, Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas; fiscal do projeto pela UN-SEAL, Petrônio Bonfim Bacelar. Projeto desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia, coordenado pela Profa. Dra. Josefa Eliane Santana de Siqueira Pinto. O projeto proporcionou a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade e Cultura registrado no CNPq. A equipe técnica foi composta pela especialista em Análise Espacial Lucilene Tiyomi Takahashi, pelo mestrando Daniel Almeida da Silva e pelos graduandos Alexandre Guimarães Santana (Engenharia Elétrica), Carlos Eduardo Santos Moraes, Denise Renata dos Santos, Roalisson dos Santos, Ronilse Pereira de Aquino (Geografia), Heriberto Alves dos Santos, Mara Angélica dos Santos (Engenharia Florestal) e Saulo dos Santos Lopes Cruz (Direito).

foi entregue em 2004 e a “Valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe”, em 2006.

“Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo - Área lindeira à faixa de dutos Carmópolis-Atalaia” entregou à Petrobras (i) banco de dados com todas as informações primárias obtidas no levantamento de campo e armazenadas pelo programa SPHINX; (ii) banco de dados em CD-ROM com todas as notícias veiculadas pelos jornais *Gazeta de Sergipe* (1960-1970) e *Jornal da Cidade* (1971-2003), distinguindo-as em níveis (local, nacional e internacional) e em 17 conteúdos quanto à abordagem temática; (iii) relatório com dados de campo interpretados e discutidos (719 questionários) com contextualização da região estudada através de dados secundários e depoimentos de ONGs sobre a indústria do petróleo.

O desenho da pesquisa teve como arcabouço metodológico a apreensão da percepção ambiental. Interessou-se por captar a percepção da paisagem resultante e em mutação criada pela indústria do petróleo. Entendemos como percepção o processo cognitivo e, portanto, dinâmico de apreensão e manifestação. A apreensão implica o entendimento e a manifestação, o julgamento e, por vezes, a ação expressada em atos de conduta. Os dados primários foram coletados pela aplicação de questionários aos moradores do entorno da faixa de dutos, pelo registro fotográfico e pela realização de entrevistas.

As 61 perguntas colocadas no questionário proporcionaram a análise de aspectos diferenciados na abordagem da percepção. São eles: 1- Perfil da população; 2- Percepção ambiental, entendendo o meio ambiente como resultante da relação do homem com seu meio, seu entorno traduzindo as configurações do habitat socialmente criado e modificado pela ação humana; 3- Percepção dos riscos ambientais, em que a qualidade de vida foi avaliada levando-se em conta aspectos específicos e relacionados aos riscos ambientais, principalmente pela avaliação dos riscos de incêndios e de derramamento de óleo; 4- Percepção da indústria do petróleo, pela avaliação da sua imagem enquanto signo sujeito a interpretações que evidentemente são perpassadas pelas práticas sociais e sua relação com os aspectos econômicos e ambientais

do universo múltiplo dos bairros e localidades da pesquisa; procurou-se, ainda, avaliar a identidade com a indústria do petróleo, pelo reconhecimento da importância e da imagem formada e pelo entendimento e julgamento a respeito dela; 5- Percepção cidadã, pela avaliação das formas de manifestação das pessoas com relação à indústria do petróleo no que se refere às vantagens que ela traz para o lugar, a cidade, o município e o Estado/região; como se posicionam frente aos riscos ambientais e às ações sociais e de preservação ambiental da Petrobras.

A pesquisa em dois veículos de comunicação de âmbito estadual possibilitou a construção da imagem da indústria do petróleo segundo a imprensa sergipana. Foram levantadas, resumidas, catalogadas e tipificadas pelo conteúdo e pela escala de abrangência 1.630 matérias referentes ao período de 1960 e 2003.

Para efeito da análise, decidiu-se pela distribuição dos bairros e localidades em seis setores descritos, brevemente, a seguir.

A área do petróleo estudada abarca oito municípios, dentre os quais Carmópolis e Aracaju, onde se encontram importantes bases de produção, armazenamento, distribuição e logística da Petrobras. Em números, a população dos oito municípios¹⁵ era de 715.726 habitantes em 2000; a população aproximada do entorno da faixa de dutos, 78.000, e a população lindeira à faixa de dutos, 7.530 habitantes¹⁶. O perfil da população amostrada aponta que é composta predominantemente por mulheres, jovens e adultos, com família constituída, residente no entorno da faixa de dutos há mais de 10 anos, ocupada no setor informal, de baixa qualificação e baixo grau de escolaridade.

A população amostrada identifica o principal problema do lugar (segurança e saúde), e a poluição (qualidade da água e saneamento) sobressai como principal problema ambiental e os governantes como responsáveis por

¹⁵ General Maynard, Rosário do Catete, Maruim, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, além dos já citados Aracaju e Carmópolis.

¹⁶ Com base nas informações do número de prédios dos croquis da Fundação Nacional da Saúde/Governo de Sergipe e no número médio de cinco habitantes por domicílio encontrados no universo da pesquisa.

tal situação. A maioria associa a imagem da Petrobras de forma positiva ao desenvolvimento com bom nível de conhecimento das atividades petrolíferas e das vantagens trazidas, identificando acidentes como principal risco. Uma pequena parcela tem conhecimento das ações mitigadoras, das informações sobre riscos e prevenção de acidentes e de programas sociais e ambientais. O elevado nível de desinformações se mantém com relação aos royalties.

O relatório finda sugerindo ações propositivas, quais sejam:

i) Construção de uma pauta política para interdependência das ações de informação e mitigação das atividades da indústria do petróleo entre as Gerências e a Comunicação Social através da identificação e avaliação dos pontos frágeis das políticas e práticas da empresa com a responsabilidade social;

ii) Implantação de um plano de ação para a melhoria de cada localidade considerando os elementos contidos no relatório, tais como: gênero, segurança, saúde, saneamento ambiental, geração de trabalho e renda, ações educativas e preventivas, comunicação e difusão de informações, sobretudo, dos perigos e das ações de controle;

iii) Desenvolvimento de parcerias e execução de obras de manutenção e melhorias na faixa de dutos de acordo com a valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe e com as demandas formuladas pelas comunidades de entorno das faixas de dutos;

iv) E acompanhamento dos indicadores socioambientais produzidos através de avaliação dos resultados das ações que serão implementadas pela elaboração de plano de ação social conjunta para cada localidade e bairro pesquisados.

Em sequência, a **“Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo - Valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe”**¹⁷ entregou à UENF e à UN-SEAL, em março de 2006, um minucioso inventário sobre o perfil socioeconômico dos usuários do litoral sergipano.

¹⁷ A equipe técnica de Sergipe permanece a mesma, acrescida de Rodrigo Santos de Lima (graduando em Geografia) e Alessandro Carvalho de Andrade (graduando de Estatística).

O eixo metodológico estruturante da pesquisa foi definido pela realização de diagnóstico socioambiental com pessoas e segmentos produtivos, habitantes e frequentadores das praias e da região costeira do Estado de Sergipe. Foi de interesse levantar os usuários da área litorânea e saber quem são, como o usam e como usufruem de sua base física – as águas, a fauna, a flora e o solo do entorno, tendo sido definidos como segmentos da pesquisa: (i) frequentadores, (ii) pescadores, (iii) estabelecimentos, (iv) sócios de marinas, (v) marinas, e (vi) Associações¹⁸, sendo que cada um desses segmentos gerou um questionário específico com universo amostral diferenciado, bem como período de aplicação distinto.

Foram aplicados 1.621 questionários em todo o litoral sergipano, privilegiando praias, condomínios, loteamentos, povoados e sedes municipais à beira-mar dos oito municípios banhados pelo Oceano Atlântico, ao longo dos 162 km de linha de praia do Estado. Ressalta-se que foram considerados outros dez municípios que correspondem à área de influência das marés e das colônias de pescadores, considerados como segmentos da pesquisa. Ainda, para facilitar a análise, o litoral foi seccionado em três setores: Litoral Norte, que corresponde à costa dos municípios de Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu e Barra dos Coqueiros, com aplicação de 205 questionários; Aracaju, que corresponde à faixa litorânea, com seis praias, com aplicação de 554 questionários; e Litoral Sul, que compreende a costa dos municípios de Itaporanga D'Ajuda e Estância, com aplicação de 189 questionários.

A avaliação socioambiental foi realizada em área correspondente a 18 municípios que perfazem 50,3% da população do Estado. Dentre as mudanças ocorridas nas últimas décadas, a orientação para o turismo destaca-se, sobretudo quando apreendido como fenômeno generalizado na costa brasileira. Em Sergipe, após a década de 1980, foram construídos polos

¹⁸ Considerando-se que os levantamentos foram executados com vistas a subsidiar a Petrobras na execução de ações de planejamento e gerenciamento – preventivas e corretivas – no trato com as comunidades e os segmentos produtivos, evitou-se o uso de ‘sujeito’, ‘ator’ ou ‘representante’ para nomear os segmentos constitutivos do universo de usuários e frequentadores das praias e da região costeira de Sergipe.

turísticos dotando a costa de infraestrutura, o que proporcionou maior demanda para as praias e seus respectivos entornos. Assim, surgiram loteamentos, condomínios, pousadas, comércio e serviços, transformando a paisagem até então “selvagem” (salvo em Aracaju) em áreas de consumo do lazer.

A especificidade que se apresenta ao longo dos 162 km de linha de praia é a ocorrência de seis estuários tipicamente tropicais e de uma reserva biológica que protege as tartarugas marinhas numa extensão de 45 km do Litoral Norte, entre os estuários dos rios Japarutuba e São Francisco, mas com vigília de preservação em toda a costa.

É no contexto dessa realidade em que os recursos da natureza se contrapõem com os usos e as ocupações, sobretudo as mais recentes, que se estabelece o interesse da Petrobras em avaliar o perfil socioambiental de usuários e frequentadores que direta e indiretamente são ou podem vir a ser afetados pelas atividades da empresa.

As ações propositivas se assemelham àquelas apresentadas para o relatório da faixa de dutos, e as especificações para cada um dos segmentos levantados e avaliados geraram informações significativas para subsidiar a Petrobras na execução de ações preventivas e corretivas de planejamento e gerenciamento.

4 RECONHECIMENTOS

O ano de 2015 estabelece um novo marco de nossa produção pela realização do primeiro Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa¹⁹, em comemoração aos 10 anos do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura; pela publicação da primeira coletânea do Grupo; pelo término de mais um projeto, desta feita voltado para pequenas comunidades do espaço litorâneo e, ainda, pela realização de oficinas com jovens do município

¹⁹ O Seminário Tempos e Espaços da Pesquisa Qualitativa já ocorreu em quatro edições (2015, 2016, 2018 e 2021), com o lançamento de três coletâneas do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura e com a construção da Rede Nacional de Grupos e Pesquisadores atuantes pelas abordagens qualitativas.

de Japaratuba, referência na produção cultural e na permanência – ou (re) existência – de manifestações tradicionais da cultura popular.

Como não reconhecer a caminhada pelas geografias de Sergipe? Essa é uma seção que traz múltiplos temas e fazeres sobre o espaço costeiro sergipano interligados pela abordagem cultural da Geografia.

Destacamos de pronto a atuação do Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura no município de Japaratuba com a efetiva participação em quatro edições da Jornada de Estudos Artur Bispo do Rosário (em 2015, 2016, 2018 e 2019) e na realização de oficinas para o Projeto Japaratuba em Rede: Juventude, Cultura e Cadeias Produtivas²⁰, que proporcionou a construção de uma cartografia cultural.

A cartografia cultural foi fruto da Oficina **“Mapeamento de Identidades Culturais e Diagnóstico Participativo”**²¹, desencadeada por meio de encontros com jovens ativistas culturais de diferentes comunidades do município de Japaratuba, quais sejam: Sede, Patioba, Forges, São José, Porteiras, Sapucaia, Badajós, Sibalde, Várzea Verde e Caraíbas.

As oficinas encadearam-se com os temas (i) Conhecimento, (ii) Reconhecimento, (iii) Práticas e Vivências e (iv) Pertencimento, com exercícios dirigidos para a realização de uma pesquisa sobre manifestações, pessoas ou fatos relevantes do lugar, sobre relatos de práticas e vivências pessoais, da família e do povoado e, também, sobre a construção de uma matriz das expressões culturais.

A cartografia apresentou o repertório cultural do município de Japaratuba delineado por três eixos norteadores desse repertório, quais sejam: a herança rural, as tradições e as expressões contemporâneas, que permitiram entender a dimensão do patrimônio cultural e das identidades dos jovens – de seus entornos, do lugar e da família. A Herança Rural foi apreendida pelo saber fazer dos jovens com relação ao artesanato de palha, cipó e pesca; casa de

²⁰ O Projeto Japaratuba em Rede foi financiado pelo Edital Petrobras, captado e coordenado pelo Instituto Banese.

²¹ Ver Vargas (2015a, 2015b, 2015c).

farinha; roças; extrativismo da mangaba e palhas; coco; manga; doces e mel. As Tradições foram apreendidas pelo festar dos jovens nas festas religiosas dos padroeiros; festas populares do entorno das comemorações católicas e afro; festas pagãs; festas gospel; festivais; encontros; concursos. As expressões contemporâneas foram apreendidas pelas conexões dos jovens nas escolas; associações; redes sociais; grupos de teatro; grupos de dança; quadrilhas.

Assim, apresentamos a cartografia cultural como expressão viva e múltipla, em constante produção e ressignificação, não somente vivenciada no presente pelos jovens participantes do Projeto Japarutuba em Rede, mas também retida em suas memórias e na paisagem. Tais jovens se apresentaram como ativos na dinâmica da cultura, pois tanto as catadoras de mangaba confirmaram a antiguidade do fazer pelas avós até suas atuações no presente como sujeito social reconhecido, quanto os grupos de dança, múltiplos em suas expressões, se fazem reconhecidos como artistas locais. No entanto, chamou atenção o quanto as expressões tradicionais enraizadas são importantes para esses jovens produtores e participantes de manifestações ressignificadas e contemporâneas.

Ficou claro, também, que a sistematização de informações sobre as expressões culturais não é tarefa fácil. Mas a relativa rapidez de execução das oficinas e o elevado volume de informações, gerado por esse conjunto de procedimentos, habilitam essa metodologia como ferramenta a ser considerada nas diversas etapas de execução de estudos que considerem a dimensão cultural e o seu tratamento, em que pesem as determinações simbólicas, materiais, históricas e políticas da dinâmica produção social. Nesse sentido, ressalta-se como vantajoso o curto espaço-tempo face ao volume de dados levantados e às possibilidades de análise.

O projeto **“Grandes projetos e identidades locais: possibilidades e desafios das pequenas comunidades costeiras”**²² teve início em 2012 e trouxe

²² Realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura – PPGeo/UFS – em virtude do convênio entre a Construtora Norberto Odebrecht S/A (CNO) e a Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de Sergipe (FAPese). Equipe: Maria Augusta Mundim Vargas (Coord.), Rodrigo Herles dos Santos, Jorgenaldo Calazans dos Santos e Ronilse Pereira de Aquino Torres (Pesquisadores), Eliete Cecílio Furtado e Silva e Daniele Luciano Santos (Bolsistas PIBIC) e César Augusto França Ribeiro (Estagiário).

para a discussão, investigação e reflexão a constituição socioeconômica das comunidades costeiras de Sergipe e os processos de permanências, mudanças e transformações culturais, econômicas, sociais e ambientais que ocorrem em seus territórios na presença de ‘grandes projetos’ que se instalaram na região nas últimas décadas. Para o Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura, tal projeto resultou na associação para o desenvolvimento de metodologia para avaliação de grandes empreendimentos, com o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em nível de formação de três graduandos, dois mestres e um doutorando. Destacam-se, a seguir, os encadeamentos da pesquisa, com ênfase nos caminhos metodológicos, para, posteriormente, se apresentar a produção acadêmica.

A definição pelas pequenas comunidades costeiras deu-se pela constatação de que, embora seja uma região bastante estudada e ‘planejada’, o enfoque cultural carece de olhares mais aprofundados e críticos, em que pese a intrínseca relação entre identidade, território e desenvolvimento, chaves desencadeadoras da pesquisa.

Em termos metodológicos, a primeira atividade consistiu na identificação e no mapeamento do que denominamos grandes projetos presentes no litoral, delimitados para a execução da pesquisa: (i) a rodovia SE-100 (linha Verde Norte-Sul) como modalidade de acesso que favoreceu pequenas comunidades; (ii) a extração de petróleo considerando toda a bacia de Sergipe e Alagoas (SEAL); e (iii) as Unidades de Produção, como fábricas de cimento. Após identificação de 94 povoados e comunidades e visita a 37, decidiu-se pelo estudo aprofundado – descrição densa e etnogeográfica – nos povoados Terra Caída, favorecido pela ponte Gilberto Amado da SE-100, Pedreira e Tigre/Junça, impactados pela extração de petróleo, e Estiva, pela fábrica de cimento.

As chaves metodológicas constituíram-se em indicadores socioeconômicos e de identidade cultural para a avaliação de grandes empreendimentos e projetos, consubstanciando nossos esforços e nossa contribuição para, sobretudo, não propor uma metodologia ‘padrão’ no sentido de padronização de realidades diferentes. Foram levados em consideração

os riscos de padronização, nortear nossas atenções para estabelecer como caminho metodológico a abordagem qualitativa, o desenvolvimento de estudos de caso, a etnogeografia como instrumental da pesquisa e interpretação da realidade e a percepção e as representações pela realidade dos sujeitos em seu ambiente de cultura. Assim, propomos um conjunto de indicadores que permite avaliar a relação entre patrimônio, identidades e base socioeconômica para analisar a perspectiva de pequenas comunidades e sua condição social e espacial frente à inserção de grandes projetos.

i) Para a Base socioeconômica tradicional/atual, o território e a identidade foram tomados como indissociáveis, na medida em que a construção das representações de determinadas porções do espaço é inseparável da construção das identidades. Para seu uso como instrumento de análise, adotamos como referente da base socioeconômica tradicional aquela em que meios de vida são obtidos a partir de processos de trabalho assentados sobre um fazer em relação ao ambiente que envolve transmissão oral de conhecimento sobre as atividades e obedece a princípios geracionais; sobre a base socioeconômica atual, o que expressa processos em que as bases social e de trabalho são de certa forma orientadas por conhecimentos sistematizados, envolvendo subordinação e divisão de trabalho; as perspectivas da base socioeconômica levaram em consideração a trajetória esperada em relação ao comportamento da comunidade e sua base socioeconômica.

ii) Para as Representações sociais, tomaram-se processos e formas de organizações coletivas das comunidades, adotando-se como referentes às Associações, as lideranças e as representações religiosas.

iii) Para o Patrimônio, concebido enquanto fator que sustenta valores e mobiliza dimensões socioeconômicas que interligam e erigem as identidades, considerou-se o que se mobiliza no que se refere às manifestações representativas e às referências do lugar, sejam as edificações, paisagens, práticas ou manifestações culturais adotadas como elementos de referência.

iv) Para a Identidade, considerou-se a reunião de características passíveis de serem analisadas no que diz respeito à conexão de grupos sociais

e sua atuação no espaço, carregando conteúdo identitário em pequenas escalas analíticas, ou seja, circunscrito a uma comunidade tradicional ou ao povoado e que traduz o sentido de pertencimento e enraizamento – enraizamento pelo nível de apego que os sujeitos sociais desenvolvem em relação ao seu espaço e é apreendido nos discursos adotados na defesa do seu espaço/território, e o sentido de pertencimento, lido como fundamento-coesão da comunidade em laços de reconhecimento mútuo e no sentido de adesão a princípios e visões de mundo comuns.

A premissa que orientou a formulação dessa pesquisa, de que os grandes projetos contribuem, direta ou indiretamente, para uma nova dinâmica da organização territorial, foi parcialmente refutada e parcialmente confirmada, pois os grandes empreendimentos são responsáveis pelo desencadeamento de mudanças da base socioeconômica, mas não é possível enquadrá-los como os únicos determinantes de um processo de mudança, em que pese a observação de realidades em movimento. Nesse sentido, ressaltamos a importância e a aplicabilidade teórico-metodológica que vislumbramos a partir dessa pesquisa.

As abordagens sobre o patrimônio cultural e as identidades atualmente pressupõem examinar realidades mais ou menos híbridas, multifacetadas e em movimento. O processo da pesquisa demonstrou a abordagem qualitativa útil tanto para a academia quanto como instrumento técnico para futuras aplicações e avaliações. Para a academia, a possibilidade de discussão de conceitos a priori mais indicados, a utilização de categorias de análise e o desenvolvimento de indicadores em si mesmos constituem avanços em termos da relação teoria e realidade; do ponto de vista instrumental, a utilização de mecanismos de pesquisa, como a realização de oficinas temáticas, mostrou-se eficiente em termos de prazos e proporcionou o alcance de resultados confiáveis, com precisão e a baixo custo.

Por essa razão, observamos os aspectos positivos da metodologia que desenvolvemos e empregamos, com o predomínio da execução de oficinas como instrumento, pois estas: (i) estabelecem espaços de interação; (ii) são pautadas no diálogo com a comunidade como oportunidade de exposição (reflexão) das

fragilidades, das fraquezas, das fortalezas e das expectativas sobre a realidade, e (iii) proporcionam apreensão e conhecimento da realidade local.

Por fim, ressaltamos os produtos derivados da realização do projeto de pesquisa, situando-o em dois níveis. O primeiro diz respeito ao acompanhamento do texto do relatório final de um banco de dados de referências da pesquisa e à elaboração de acervo fotográfico. O outro, com duas publicações: pela publicação e divulgação dos resultados com a elaboração da cartilha “Identidade e Patrimônio: nossas referências”, pudemos realizar a devolutiva do projeto nas quatro comunidades mais estudadas; esses retornos foram significativos para aqueles que se reconheciam no texto e nas fotos êmicas e identificavam seus nomes como participantes da pesquisa; e, pela publicação da coletânea “Práticas e vivências com a Geografia Cultural”, foi possível visibilizar os estudos acadêmicos que se fizeram concomitantemente à realização do projeto, como dito, pela conclusão de uma tese de doutoramento, duas dissertações de mestrado e duas pesquisas de Iniciação Científica²³.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA ALÉM DO CHÃO E DAS GENTES DO LITORAL SERGIPANO

Não é tarefa fácil arrematar um texto que se propôs apresentar um dossiê sobre nossas geografias do chão e das gentes do litoral sergipano sem que fatos e fenômenos estudados tenham sido pouco enfatizados ou, até mesmo, não mencionados. Procuramos oferecer maiores detalhes das abordagens

²³ Ver Vargas (2015d, 2015e, 2015f). Acrescenta-se que, em 2015, Rodrigo Herles dos Santos defende tese de doutoramento: *Território e identidade: representação social e apropriação na forma (ação) de territórios no litoral de Sergipe*; Ronilse de Aquino Torres defende a dissertação *O sentido de ser pescador: signos e marcas no povoado Pedreiras – São Cristóvão/SE*; Jorgenaldo dos Santos Calazans defende a dissertação *As novas territorialidades no processo de criação da Floresta Nacional do Ibura*; Eliete Cecílio Furtado e Silva e Daniele Luciano Santos concluem com bolsa do Programa de Iniciação Científica – PIBIC o projeto “Patrimônio cultural e identidade de pequenas comunidades costeiras do Litoral Sul (povoado Terra Caía) e Litoral Norte (Tigre e Junça)”, e César Augusto França Ribeiro complementa sua formação como estagiário do projeto no Grupo de Estudos e Pesquisa Sociedade e Cultura.

metodológicas pelo fato de possibilitarem melhor compreensão dos métodos iluminados pelas técnicas e pelos instrumentais que deram suporte aos caminhos metódicos e, assim, proporcionar melhor distinção entre os estudos da década de 1980 e aqueles realizados nos meados de 2015.

Pelo chão e pelas gentes, guardamos registros de encontros inesquecíveis! Chegar ao povoado Ponta dos Mangues, no município de Pacatuba, antes da construção da rodovia SE-100 Norte só foi possível pela gentileza de um fazendeiro em ceder trator e carroceria, em que nos amontoávamos assentadas sobre os isopores para a coleta de material dos bosques e de amostras de caranguejos. Conhecer graduandos de diversas formações na execução dos projetos sobre a socioeconomia do litoral resultou no encontro com pessoas que nos alegram até os dias de hoje. Os campos, sempre exaustivos, findavam com brincadeiras e trocas de experiências de vida, como aquela em que um deles foi impactado pela resposta do entrevistado sobre sua ocupação: matador, respondeu o rapaz e, com os olhos, indagou sobre o que mais gostaria de saber dele. É inesquecível o momento de uma oficina em que, após observar o vídeo feito por um jovem do povoado Badajós mostrando sua avó tecendo uma arupemba – ou peneira – e explicando os passos e as tranças, fui presenteada com o produto de tantos sentidos e histórias. Nos povoados Tigre e Junça, as pessoas são reconhecidas pelo trançado das palhas que transformam em tapetes, abanos, bolsas e até assentos, como marcas de ser e estar no mundo pelos saberes herdados da cultura indígena. Esses relatos encerram o início de muitas histórias que findaram em encontros com as gentes e com as geografias dos territórios costeiros de Sergipe.

Em cada viagem de campo se desenvolvia um projeto, se desvelavam questões, mas certo tem-se a docência e a pesquisa lado a lado desde quando me formei, na década de 1970, com conhecimento único da escola francesa, pois, para mim, a geografia ora era física, ora humana. Com a vivência em sala de aula e como geógrafa de órgão ambiental, as relações homem-meio e sociedade-natureza foram transformando meu olhar para com o mundo em suas múltiplas escalas: o mundo de perto e de longe, o mundo de gentes e coisas conexas, díspares, o mundo que segrega, o mundo solidário etc. A

geografia foi-se adensando pelos modelos e modelagens que exigiam muitos esforços e uma equipe significativa em número e em especialidades, mas que não resultavam em conhecimento e ações transformadoras de realidades tão díspares. Foi esse o ponto de inquietação que motivou direcionar minha formação para a pós-graduação em Geografia, quando a dimensão cultural adentrou o sentido de apreender, compreender e visibilizar fenômenos, fatos, lugares, práticas, representações, territórios, comunidades, signos, significados, sentido e sentidos. Essa geografia ‘surge’ e se me adensa como professora pesquisadora na academia, palco de diálogos e respeito com o/pelo contraditório. Nesse contexto, as metodologias qualitativas passam a iluminar o caminho metódico da dialética.

No texto “Geografizando entre referências, permanências e ressignificações”, exponho que o geógrafo é um colecionador de relações socioespaciais; que fazer Geografia não é fácil, principalmente porque ela não se define, mas, sim, é aprendida ao tempo em que é produzida e referenciada pelas permanências e ressignificações impressas em suas categorias fundantes – espaço, território, região, paisagem, lugar –, uma vez que “ao desvelar as relações os geógrafos vêm mostrando seus fazeres, conhecimento, suas maneiras de explicar por métodos e procedimentos que se aprimoram e se revelam primorosos sustentáculos da disciplina”²⁴.

É, portanto, na abordagem da geografia que se debruça sobre o espaço social para com a cultura que encontro a geografia cultural. Em sendo a cultura um invólucro de conceitos totalizantes – a exemplo de hegemonia, ideologia, imaginário, identidade, entre outros em permanente diálogo com as mentalidades –, a geografia vem se debruçando com suas epistemologias sobre as dimensões da cultura pelas categorias que lhe fundam, auxiliada no transcurso do ‘tempo’ por conceitos circundantes e circunstanciais. Ora, o modo de vida e a qualidade de vida tratados no estudo da socioeconomia dos caranguejeiros na década de 1980 não se aplica ao modo de vida dos lugares-territórios das comunidades costeiras observados em 2015.

²⁴ Ver Vargas (2020, p. 111).

Certamente, a geografia contribuiu e contribui na renovação do pensamento geográfico brasileiro. Como não tomar como geografia – em sua abordagem cultural – a análise do fenômeno recente de suspensão e supressão das expressões socioculturais que vivenciamos com a conjunção de uma crise sanitária e uma crise política? A região costeira, assim seccionada, é tomada como recorte analítico. A atenção para com o espaço social e a escuta de sujeitos e representações da educação, da cultura e do meio ambiente expõe opressão, exclusão, abandono, entre outros. Por exemplo, como visibilizar comunidades tradicionais e mestres da cultura popular? Como se posicionar frente ao desmonte das instituições de cultura, meio ambiente, educação, amparo social etc.? Como avaliar a influência política, econômica e social dos grandes empreendimentos da indústria do petróleo que desativaram suas atividades, bem como o caso do escritório que se transferiu para unidades de outros Estados? Como, no transcurso de uma sindemia, identificar novas formas de organização e os processos de formação das representações das comunidades costeiras? Como identificar novas formas de produção e apropriação do patrimônio cultural e sua contribuição para com a base socioeconômica? Como verificar e apreender a diversidade cultural como elemento formador de identidade e fortalecimento da organização territorial?

Pela Geografia!

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- SERGIPE. **Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá**. Relatório. Aracaju: Adema, 1984.
- SERGIPE. **Cultura e Diversidade** – conhecer, reconhecer, valorizar. Aracaju: Secretaria de Planejamento, 2010.
- SOTCHAVA, V. B. O estudo de geossistemas. **Métodos em Questão**, nº 16. São Paulo: Instituto de Geografia USP, 1977.
- TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

- VARGAS, M. A. M. Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá. **Revista GeoNordeste**, v. 3, p. 1-16, 1986.
- _____. Levantamento sócio-econômico da população humana envolvida com a captura do caranguejo-uçá. In: DIEGUES, A. C.; SALES, R. R. de (Coords.). **Ciências Sociais e o Mar no Brasil**, 1988. p. 111-129.
- _____. (Coord.). **Avaliação socioeconômica de áreas sobre a influência da indústria do petróleo - Área lindeira à faixa de dutos Carmópolis-Atalaia**. Relatório. 6 volumes. Aracaju: UFS/UENF/UN-SEAL, 2004.
- _____. (Coord.). **Valoração ambiental das praias do Estado de Sergipe**. Relatório. 3 volumes. Aracaju: UFS/UENF/UN-SEAL, 2006.
- _____. Território de identidade nos territórios de planejamento: heranças e construções em Sergipe. **Revista Anpege**, v. 7, n. 1, p. 99-109, 2011.
- _____. Festas patrimônio: os ciclos junino e natalino de Sergipe. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 252-273, 2014.
- _____. **Mapeamento de Identidades Culturais e Diagnóstico Participativo: patrimônio cultural e identidade dos jovens do município de Japaratuba/SE**. Relatório. 98 p. Aracaju: Instituto Banese, 2015a.
- _____. **Cartografia Cultural – Patrimônio e identidade dos jovens do município de Japaratuba/SE**. Aracaju: Instituto Banese, 2015b.
- _____. (Coord.). **Grandes Projetos e Identidades Locais: possibilidades e desafios das pequenas comunidades costeiras**. Relatório. 3 volumes. São Cristóvão/SE: NPGeo/UFSCNO/FAPese, 2015c.
- _____. **Atlas das Celebrações: festas dos ciclos junino e natalino em Goiás e Sergipe**. Aracaju: Instituto Banese, 2016.
- _____. Desvelando heranças, tradições e práticas de jovens de Japaratuba/SE-Brasil. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 15, n. 1, p. 3-39, 2017.
- _____. Geografizando entre referências, permanências e ressignificações. In: MENEZES, S. de S. M.; PINTO, J. E. S. de S. **Geografia e geograficidade: escolhas, trajetórias e reflexões**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2020. p. 111-140.
- _____; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. (Orgs.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: Edise, 2015.
- _____; _____. (Orgs.). **Patrimônio e Identidades: nossas referências**. Aracaju: Edise, 2015d.
- _____; NEVES, S. **Inventário Cultural de cada um dos oito Territórios de Sergipe e Elaboração de um Atlas da Cultura Sergipana**. Relatório. 171 p. Aracaju: PPGeo/UFS/Sociedade e Cultura, 2009.
- _____; _____. Olhares sobre identidades e festas em Sergipe. In: **Anais do XIII Egal**, San José/Costa Rica, 2011, p. 125-140.
- _____. et al. Inventário cultural para os territórios de identidade de Sergipe. In: **Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Cartografia**, Aracaju, 2010, p. 1805-1815.

Parte 2

GEOGRAFIA DA NATUREZA E SUA INTERFACE HUMANA

Capítulo 3

INTERFACES GEOMORFOLÓGICAS DOS SISTEMAS NATURAIS E SEDIMENTARES NO LITORAL DE SERGIPE

**Hélio Mário de Araújo
Rafael da Cruz**

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do episódio da penúltima transgressão marinha, as paisagens ao longo da costa brasileira sofreram variadas transformações, onde desembocaduras e vales fluviais foram afogados, depressões preenchidas por sedimentos e água oceânica, e a linha de costa avançou em direção ao continente modificando a morfologia costeira através dos processos erosivos sucessivos, até atingir o seu nível máximo constituindo o limite superior da planície costeira (BITTENCOURT, 1983).

A zona costeira é um ambiente dinâmico e complexo de ser analisado devido as conexões formadas a partir do encontro dos agentes oceanográficos, atmosféricos e continentais presentes em um único lugar. Como resposta a variação de intensidade e frequência com que ocorrem as combinações entre os agentes atuantes nessa dinâmica, a linha de costa pode se apresentar como uma estrutura morfológica inconstante no tempo e no espaço (RUDORFF, 2005).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, instituído em 16/05/1988 pela Lei Federal nº 7.661, definiu a zona costeira como espaço geográfico de

interação do ar, do mar e da terra, abrangendo uma faixa terrestre e outra marítima, com inserção dos recursos ambientais.

Nesse aspecto, considerando a compartimentação estabelecida por Carvalho e Rizzo (1994), para a zona costeira brasileira, conforme previsto na lei, a Geomorfologia litorânea de Sergipe revela uma paisagem integrada por diversos elementos elaborados no decorrer do tempo geológico, representando vários ciclos de atuação de processos morfogenéticos comandados pelas mudanças climáticas do Quaternário e pelas oscilações do nível relativo do mar (ALVES, 2010), podendo, por essa razão, ser analisada tomando-se como referência os três segmentos reconhecidos por tais autores quando subsidiaram na avaliação ambiental do litoral brasileiro: Interface marinha, Planície costeira e Interface continental, como segue:

2 INTERFACE MARINHA

A interface marinha é formada pelas porções mais externas da planície costeira e da plataforma continental. Este ambiente correspondente a praia pode ser subdividido em três zonas: Pós-praia (*backshore*) que é a porção mais externa dessa interface, com limite externo no nível de alcance da maré alta de sizígia, às vezes atingido por ondas de tempestade; Estirâncio (*foreshore*) que se limita entre o nível de maré alta e baixa de sizígia, e Face litorânea limitada pelo nível de maré de sizígia mais baixo, onde se inicia a plataforma continental, considerada rasa nesse trecho do litoral nordestino e com largura que não ultrapassa os 30 km (SUGUIO *et al.*, 2005).

A plataforma continental de Sergipe é rasa, variando em largura e profundidade na sua extremidade norte e sul. Levantamentos realizados em campanhas oceanográficas por Fontes *et al.*, (2015; 2017), no período 2008/2013, através do projeto MARSEAL UFS/PETROBRAS, confirmam profundidade média de 45 m e 33 km de largura média ao norte do Estado. Reduções significativas da largura ocorrem na parte frontal dos cânions do rio São Francisco, medindo 8 km de extensão, sem nenhuma equivalente em toda

a extensão da plataforma continental nordestina, e do rio Japarutuba, com apenas 11 km. Ao sul de Sergipe, pelo estreitamento da plataforma, a largura média apresentada não ultrapassa os 20 km. Essa variação, inicia-se em frente ao município de Aracaju com largura de 28 km, e se estende até os limites frontais dos rios Piauí/Real que apresenta uma largura mínima de 16 km.

No sentido transversal (praia-limite do talude continental), pelas características topográficas da plataforma, uma classificação foi estabelecida permitindo seccioná-la em três divisões: a interna, que se aproxima da linha de costa e do sistema praial, exibindo, grosso modo, declividade acentuada. A média, transicional, com suavidade na declividade, e a externa, com brusca quebra em degraus no limite com o talude, caracterizada pela maior declividade (FONTE, *at al.*, 2017). Segundo observou Fontes (2015), a transversalidade da plataforma, permitiu constatar na morfologia e profundidades, diferenças existentes entre a plataforma norte e sul de Sergipe.

A Geomorfologia marinha da plataforma continental, não apresenta relevos com expressivas variações altimétricas, sendo marcante na superfície de fundo a exibição de uma morfologia suave, mais ao norte, com decaimento a partir da praia até o início do talude continental quando atinge uma profundidade média de 45 m, e, relativamente plana, ao sul do Estado, que não apresenta um relevo com características dominantes, sendo mais rebaixado (plano), associado aos sedimentos lamosos, com baixos teores de carbonatos, nas proximidades das desembocaduras fluviais da região e um pouco mais elevado, com certa rugosidade aos sedimentos carbonáticos. Na expressão de Fontes (2015),

(...) A superfície rugosa aparece a partir dos 25 m de profundidade de lâmina d'água. O teor elevado de carbonatos nestas elevações corresponde a bioconstruções de algas calcárias e corais sobre sedimentos arenosos. Essas áreas rugosas estão geralmente na plataforma média e externa, mas aparecem próximas à costa onde os sedimentos do Grupo Barreiras afloram no litoral em forma de paleofalésias (FONTES, 2015, p. 19).

Entre a plataforma continental norte e sul de Sergipe, as feições morfológicas predominantes de fundo se diversificam, pois, além do registro

de cânions submarinos adentrando a plataforma continental, comporta áreas que exibem relevos trabalhados pelos processos erosivos e os que resultaram de deposição de sedimentos terrígenos e carbonáticos, a exemplo dos alinhamentos de recifes submersos, bancos carbonáticos de borda da plataforma, terraços submarinos de borda, drenagens submarinas e vales incisos e incisos de cânions submarinos, barras de desembocadura fluvial, barras de maré vazante e ondulações de areia (*sandwaves*). É importante ressaltar, segundo Fontes (2015, p.19), que “(...) foi identificado o alto morfológico submarino perpendicular à linha de costa, na região de Ponta dos Mangues, no setor norte de Sergipe”. Bem como,

(...) O alto morfológico do Abais localizado no trecho da plataforma entre a foz do rio Vaza-Barris e dos rios Piauí-Real, em frente à praia do Abais. É identificado por uma morfologia de fundo isolada e elevada, que se estende da plataforma interna até a média. Na zona costeira, essa região é marcada por um dos maiores campos de dunas da região e no fundo marinho, é constituída pelo predomínio de areia siliciclástica (FONTES, 2015, p. 19).

No que pese aos relevos resultantes de processos deposicionais originados na porção mais externa da planície costeira associados aos ambientes estuarinos, e na zona proximal de contato interno da plataforma continental, observa-se que, no litoral de Sergipe, as barras ou cordões litorâneos são formadas por faixas arenosas, depositadas paralelamente à praia durante os períodos construtivos das ondas que geralmente se alongam, como a barra de Ponta dos Mangues, uma espécie de ilha-barreira (SEMENSATTO Jr., 2006) na costa do município de Pacatuba, apoiada em pequena saliência do litoral, cujo processo evolutivo favoreceu o desenvolvimento do canal do Poço, configurando uma laguna influenciada pelos agentes continentais (água doce e sedimentos terrígenos) e pelos agentes marinhos (água salgada e sedimentos litorâneos). É uma área de proteção integral devido à presença de tartarugas marinhas que lá desovam, sendo monitorada pelo Projeto Tartarugas Marinhas (TAMAR) que possui base avançada em Ponta dos Mangues (Figuras 1 e 2). Sob outras condições, as barras no entorno das desembocaduras fluviais, se originam abaixo do nível inferior da maré vazante.

Figura 1- Vista panorâmica do Canal do Poço (Ponta dos mangues no município de Pacatuba).



Fonte: @Nativo extremo, Instagram 2021.

Figura 2 - Extremidade sul do Canal do Poço (Boca da Barra/Pacatuba).



Fonte: Carol Mendonça, Instagram Viva Sergipe 2021.

Dentre as barras de desembocaduras fluviais, ganha expressividade ao norte do litoral, a da foz do rio São Francisco, que segundo estudos atuais conduzidos pelo Laboratório Georioemar/UFS (2015), assenta-se em forma de semicírculo até a profundidade máxima de 6 m, concentrando os sedimentos arenosos depositados naturalmente pelo rio como estágio final do seu trabalho de montante para jusante, posteriormente retrabalhados pela ação das ondas e marés.

Araújo (1989), mapeando a geomorfologia da planície costeira associada a foz do rio São Francisco nos idos da década de 1980, detectou através de fotografias aéreas na escala de 1:25.000, prolongamento de pontal arenoso na margem direita do rio, lado sergipano, que evoluiu na parte terminal da desembocadura, no sentido do fluxo fluvial, com avanço proeminente para a plataforma continental, encurvando-se em sua extremidade leste, formando esporões com encurvamentos laterais secundários, que se desenvolveram no sentido contrário ao interior da foz, em função do fluxo causado pelas ondas provenientes de diferentes direções.

Esse fato, que evidencia progradação da linha de costa, num momento em que a energia cinética da corrente fluvial trabalhava o ambiente mais intensamente em condições normais de equilíbrio dinâmico na interação rio/mar, não se verifica nos dias atuais em iguais situações, face ao desequilíbrio na hidrodinâmica fluvial provocado, historicamente, pelas grandes obras de engenharia construídas ao longo do curso do rio São Francisco, sobretudo, com o último barramento de Xingó em 1994. Em aproximadamente 40 anos, médio prazo, os impactos em diversas ordens foram bruscos sobre o ecossistema fluvial, refletidos, entre outros, na retenção de um elevado percentual de carga sólida e alteração no regime hidrosedimentológico natural, com rebatimento na linha de costa e seu consequente recuo, pela intensificação da erosão costeira que, no seu processo de ação, destruiu o Povoado Cabeço, no município de Brejo Grande, migrando a foz no sentido sul.

Nos estuários dos rios Japarutuba, Sergipe, Vaza-Barris e Piauí/Real, as barras arenosas de maré vazante desenvolvidas nas desembocaduras se

diversificam em forma, comprimento, largura e profundidade. Tais rios, considerados cursos principais das bacias hidrográficas de mesmo nome, nascem em regiões de clima semiárido, e por vários outros fatores associados, não aportam grandes vazões e carga sedimentar ao oceano. Por essa razão, as barras que se formam na região de entorno da foz resultam da deposição de sedimentos transportados pelas marés vazantes, sendo modeladas pela ação das ondas e correntes litorâneas (FONTES, *at al.*, 2017).

3 PLANÍCIE COSTEIRA

Em Sergipe a zona costeira ocupa uma extensão de 163 Km entre os rios São Francisco, ao norte, e Piauí/Real, ao sul. A Planície costeira segue o modelo clássico das costas que avançam em direção ao oceano, se constituindo numa superfície relativamente plana, baixa, localizada na interface entre as três principais províncias da geosfera que são os oceanos, os continentes e a atmosfera. Em decorrência dessa interseção, recebe diferentes fluxos de matéria e energia que vão influenciar na origem, evolução e configuração atual dos ambientes costeiros. Como regra, acompanha a orla marítima e penetra pelo continente através das desembocaduras dos rios (MUEHE, 1994).

Considerando a configuração do território sergipano, a planície costeira ocupa uma faixa alongada e assimétrica no sentido NE/SW abrangendo áreas de 9 (nove) municípios, os quais, no sentido norte/sul, tem-se: Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu e Barra dos Coqueiros, integrando o Litoral Norte, Aracaju, o Litoral Centro, e Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba, o Litoral Sul.

Essa unidade geomorfológica, caracteriza-se pela presença de formas de origem marinha, fluviomarina, lacustre e eólica, depositadas sob a influência das condições ambientais variáveis durante o Quaternário. A maior expressão areal da planície costeira depende do recuo dos tabuleiros costeiros, estando mais ampla no Litoral Norte, com tendência a afinamento

no Litoral Sul pelo menor afastamento dos tabuleiros. Atualmente, observa-se a existência de vários domínios ambientais, destacando-se os Terraços marinhos, Cordões litorâneos, Dunas litorâneas, Lagoas freáticas e permanentes e o Complexo lagunar.

3.1 SISTEMAS NATURAIS DOS TERRAÇOS MARINHOS E CORDÕES LITORÂNEOS

As diferentes oscilações do nível do mar, associadas às mudanças paleoclimáticas do litoral brasileiro durante o Quaternário atestam a existência de duas gerações de depósitos arenosos de origem marinha na planície costeira, correspondentes à penúltima e última transgressões (120.000 e 5.100 anos A.P.), quando o nível do mar atingiu o máximo de 8 e 5 m acima do nível atual.

Os mais antigos, ocupando a parte mais interna, de idade pleistocênica, estão representados por terraços topograficamente mais altos variando entre 8 e 10 metros acima do nível do mar atual, sendo constituídos de sedimentos que “apresentam granulação areia fina a areia média e grau de selecionamento de pobre a moderadamente selecionado” (RAMOS *at al.*, 2021).

Os mais recentes e externos, ocupando maior área, datam do Holoceno, exibindo poucas elevações e topo variando de poucos centímetros a basicamente 4 metros de altitudes em relação ao nível do mar. Formam a margem oceânica, interrompendo-se, apenas, nas desembocaduras fluviais associadas aos rios São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza-Barris e Piauí/Real, além dos riachos que drenam a referida planície (ARAÚJO, 2006; 2010).

Esses terraços, apresentam espessura de sedimentos arenosos e argilosos variáveis entre 25 a 83 m. Segundo testemunho de dez poços perfurados pela PETROBRAS, a exemplo dos poços de prefixos 1-ATA1-SE (Atalaia) e 1-AB-2-SE (Areia Branca), ambos em terras do município de Aracaju, as areias de textura fina e grosseira contém fragmentos de conchas, comprovando a influência marinha nesses terraços mais recentes (ARAÚJO *at al.*, 2020).

Os cordões litorâneos sucedem-se linearmente, associados a antigas linhas de praias, apresentando depressões intermediárias, as quais em decorrência das chuvas abundantes que caem durante o outono-inverno formam lagoas, e no verão dão lugar a brejos, áreas inundáveis em processo de colmatção. Esses cordões são geralmente dispostos em forma de feixe, muitas vezes chamando a atenção pela uniformidade e paralelismo (Figura 3).

Arranjados numa sucessão contínua de lineamentos paralelos à costa, são indicativos da variação do nível do mar ao longo do tempo geológico, representando pequenas variações em curtos intervalos de tempo (WANDERLEY, 1998). Esse paralelismo e uniformidade em maior escala indicam a estabilidade da costa (CUNHA, 1980). A distância relativa entre os cordões é de aproximadamente 100 metros, e o desnivelamento entre as cristas e as cavas de 1 a 4 metros. São, por vezes, superficialmente argilosos nas cavas.

Figura 3- Vista aérea da zona de expansão Urbana de Aracaju: 1 – Sucessão de Cordões Litorâneos; 2 – Paleolagunas e lagoas freáticas; 3 – Aterramentos e Ocupação urbana.



Fonte: SEPLAN, 2007.

O município de Barra dos Coqueiros, inserido nesse contexto, é uma ilha-barreira composta por séries de cristas predominantemente arenosas, representando uma costa de progradação ou costa de avanço por sedimentação (SUGUIO, 2003). As séries paralelas de cristas praias são, em geral, separadas

entre si por superfícies de truncamento, possivelmente, correspondentes a fases de mudanças nos sentidos de incidência dos *trens de ondas*, uma vez que tais feições são diretamente ligadas às ondas marinhas (ARAÚJO *et al.*, 2020).

Confirmações de Santana (2008), mostram que neste município os cordões litorâneos situados entre 5 e 10 m de altitudes, com declividades variáveis entre 0 e 6%, apresentam descontinuidades estruturais e dimensionais. Ao sul do Estado, Ramos *et al.*, (2021, p. 20), na individualização de 30 cordões litorâneos sobre os terraços marinhos holocênicos, constataram truncamentos mais expressivos na extensão entre os rios VazaBarris e Piauí, além de outros truncamentos menores evidenciando possíveis variações na posição das desembocaduras desses rios e do rio Real, entre outras pequenas mudanças ambientais. Segundo relatam, os truncamentos desses cordões durante o Quaternário “indica que a progradação da linha de costa não foi contínua, mas interrompida por eventos erosivos”.

3.2 SISTEMAS NATURAIS DE DUNAS COSTEIRAS E CONTINENTAIS

As dunas costeiras são feições marcantes do ambiente litorâneo e se formam em locais onde a velocidade do vento e a disponibilidade de areias praias serve para o transporte eólico. Essas condições são encontradas em praias do tipo dissipativo como a de Santa Isabel, no Litoral Norte, Atalaia, no Litoral Centro e Caueira, no Litoral Sul, à intermediário, onde o aumento de energia das ondas favorece o aporte potencial de areia. Associa-se a maior energia da velocidade do vento, cuja atuação resulta na formação de dunas de deflação e na mobilidade do campo de dunas que avança para o interior em forma de lençóis de areia.

As dunas costeiras sergipanas, se identificam com aquelas observadas por Martin *et al.* (1980 a e c) na região de Salvador (BA), individualizadas em três gerações. A 3ª geração, mais recente que 5.100 anos A. P. (BITTENCOURT *et al.*, 1982), está subdividida em dois conjuntos: o mais antigo e o mais

recente. As dunas locais do tipo barcana pertencem ao período mais novo e se posicionam de maneira quase contínua, bordejando o litoral dos municípios de Pacatuba e Pirambu, ao norte, Aracaju, Itaporanga D'Ajuda e Estância, no centro/sul. Esse episódio, refere-se ao estágio VI, do esquema Evolutivo Paleogeográfico Quaternário da Costa do Estado de Sergipe, em que o último evento regressivo deu forma final ao modelado da costa litorânea definindo a planície costeira holocênica atual.

No Litoral Norte, investigações pioneiras (BARBOSA, 1997; 2008), comprovam três províncias morfológicas ativas predominantes na planície costeira do São Francisco que se estendem do litoral para o interior do continente, assim designadas: lençol de areia, dunas isoladas do tipo barcanas e zibar com interdunas e dunas de precipitação. As dunas se prolongam por uma área aproximada de 25 Km, desde Ponta dos Mangues, em Pacatuba, até a Praia de Santa Isabel, em Pirambu.

A província lençol de areia, margeia a linha de costa atual medindo aproximadamente de 100 a 700 m de largura, sendo caracterizada pela presença de superfícies arenosas de relevo negligenciável que avançam para o interior do continente em forma de língua, geralmente intercalando com zonas interdunares vegetadas ou alagadas (CORREIA, 2015). Em locais mais internos da província surgem montículos vegetados (*nebkas*) por espécies pioneiras de pequeno porte, que resultam da deflação eólica quando ocorre a remoção de sedimentos soltos da superfície pelo vento. Na cobertura vegetal das dunas surgem as Gramíneas, Ciperáceas, Cactáceas, Mirtáceas, Bromeliáceas e Euforbiáceas.

As dunas isoladas (barcanas e zibar) e interdunas se formam pela ação do retrabalhamento eólico dos sedimentos na face praial associadas ao efeito torpeador da vegetação pioneira de restinga que se desenvolve na retropraia. Ocorrem sobre os terraços marinhos holocênicos atuais, acompanhando a linha de costa em traçado sinuoso, com avanço sobre as dunas inativas, interdunas e lagoas freáticas que se formam no período chuvoso em profundidade variáveis nos ambientes interdunares. Essas dunas se estendem desde o município de

Barra dos Coqueiros, nos limites da praia do Jatobá, até o município de Pacatuba, povoado Boca da Barra, alcançando uma altitude média de 8 m (Figura 4 A e B). Na parte frontal desse lineamento dunar, se estabeleceram, no contato com a face praial, as dunas embrionárias com depósitos eólicos mais recentes de baixa elevação. As dunas dessa província são fundamentais nos sistemas costeiros por funcionarem como barreiras geomórficas protetoras contra erosão e inundações, como importante habitat ecológico e área de beleza cênica, além de utilidade recreativa (BARBOSA, 2008).

Figura 4 - (A e B) Lineamento de dunas, em diferentes trechos do Pantanal de Pacatuba, com avanço sobre as lagoas freáticas.



Fontes: A) Luana Pereira Lima, 2016. B) Aracy Losano Fontes Correia, 2015.

As dunas de precipitação recobrem as dunas costeiras mais antigas localizadas mais distantes da linha de costa, seguindo orientação quase paralela. São migrantes e ocupam posição altitudimétrica mais elevada, exibindo feições

erosivas em *blow-outs*, feições de acumulação e superfícies de deflação geradas pelo processo migratório das dunas. Os ventos de Leste, predominantes no período primavera-verão (novembro a janeiro) são responsáveis pelas maiores taxas de deslocamento de partículas das dunas costeiras ativas condicionadas pelos baixos índices pluviométricos e maiores taxas de evaporação (ALVES, 2010). Essas dunas ocupam extensas áreas do município de Pirambu, sendo observadas no topo dos tabuleiros e da superfície degradada do Grupo Barreiras, distinguindo-se as dunas de cor ocre semi-fixadas por tufos de vegetação e as dunas brancas edafizadas e com arbustos e árvores adensadas. A coloração branca resulta de sua lavagem pelas águas de um antigo lençol freático que se estendia mais longe do que a linha de costa atual (FONTES, 1984).

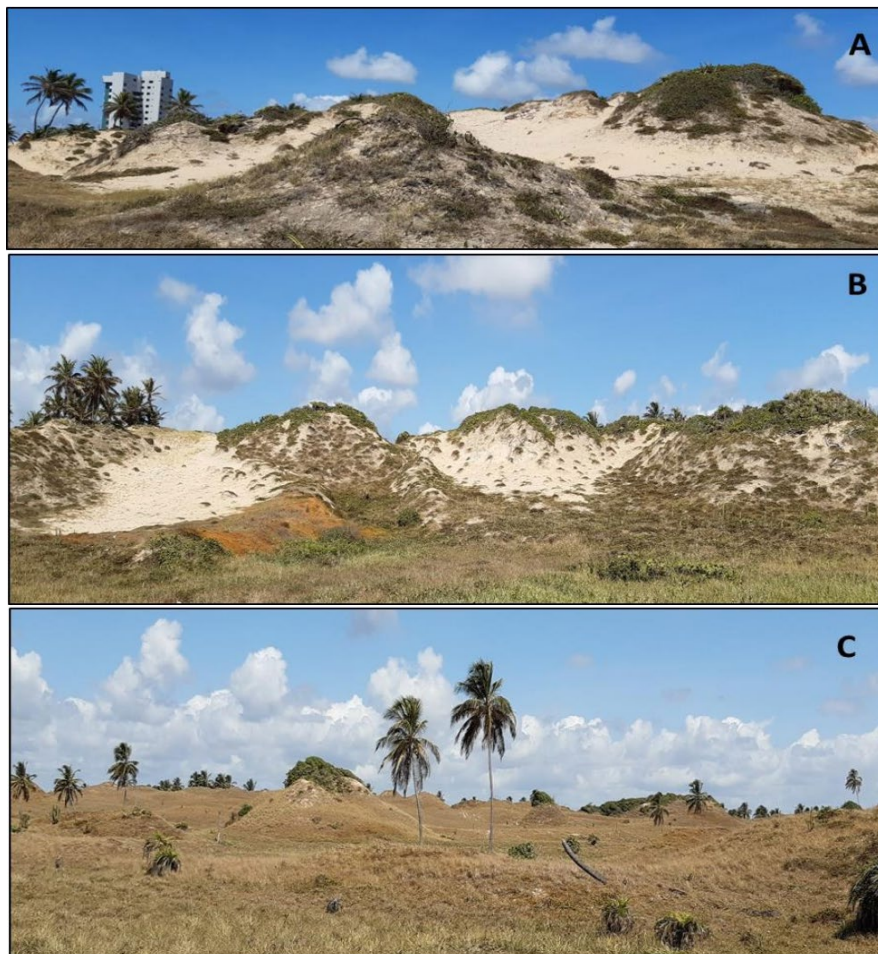
As dunas costeiras inativas, assentadas sobre os terraços marinhos holocênicos atuais e fixadas por vegetação, ocupam áreas dos municípios de Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu e Barra dos Coqueiros, neste último, em porções isoladas. Se estendem a partir dos povoados Saramém e Brejão dos Negros (Brejo Grande) até o vértice do delta do rio São Francisco nas proximidades da Lagoa Santa Isabel em Pirambu. Conforme Alves (2010), essas dunas apresentam distanciamento variável em relação a linha de costa, sendo aproximadamente 3 km em Ponta dos Mangues (Pacatuba) e cerca de 1,5 km do Tabuleiro onde se assenta a referida lagoa. Nesse ambiente, são encontradas as dunas parabólicas, com braços alongados deixados a barlavento, apresentando diferentes estágios de segmentação, quase sempre controlados pela ação eólica. “A vegetação fixadora no domínio dessas dunas inclui herbáceas, gramíneas e lenhosas, sendo frequentes Myrtácea, Cactácea e Bromeliácea” (CORREIA, 2015, p. 98).

No Litoral Centro, abrangendo o município de Aracaju, sobre os terraços marinhos holocênicos atuais da fachada atlântica, situada entre a Rodovia Inácio Barbosa e a Rodovia dos Náufragos, se assentam dunas entre 4,0 e 6,0 metros de altura acima do nível do mar, formando uma plataforma arenosa plana a ligeiramente ondulada (Figura 5, A, B e C). A partir desse nível, as dunas se projetam, chegando algumas delas a alcançarem 10 metros de altura, às vezes ultrapassando essa cota

atingindo no máximo 25 metros, constituindo uma formação dunar contínua e de altura mais ou menos uniforme (WANDERLEY, 2006).

Figura 5 - (A e B) Dunas semi-fixadas, parcialmente, por vegetação de pequeno porte, evidenciando sinais de degradação das geoformas (praia de aruana e complexo atalaia tecarmo).

(C) – dunas fixadas por vegetação herbácea/arbórea no segmento da praia do robalo.



Créditos: Hélio Mário de Araújo e Rafael da Cruz, 2020.

No segmento Coroa do Meio - Atalaia Velha - Cinelândia, a dinâmica eólica sobre os terraços marinhos holocênicos atuais favoreceu o estabelecimento de um extenso cordão dunar, em menor porte altimétrico, delimitando a faixa de praia da retropraia, com seccionamentos irregulares

em pequenos trechos (Figura 6). A sotavento, com menor influência eólica, a disseminação da vegetação herbácea contribui para a fixação das geoformas, que permanecem ativas, enquanto a barlavento, pela exposição frontal a energia dos ventos que sopram nessa direção, dificulta a colonização de espécies vegetais em alguns setores mais próximos a linha de costa, principalmente nos ambientes praias de Atalaia e Cinelândia, ao contrário da Coroa do Meio, onde plantas herbáceas de caules longos e prostados, dominando espécies como a salsa-de-praia (*Ipomea pescapre*), se desenvolvem com facilidade contribuindo para a fixação dunar (Figuras 7 e 8).

Figura 6 - Alinhamento de dunas a sotavento, fixadas por vegetação herbácea de pequeno porte, com exibição de ampla retropraia colonizada por vegetação no segmento Coroa do Meio/Atalaia.



Fonte: Hélio Mário de Araújo, 2020.

Figura 7 - Segmento de dunas embrionárias a barlavento na praia de Atalaia.



Fonte: Hélio Mário de Araújo e Rafael da Cruz, 2022.

Figura 8 - Duna frontal a energia dos ventos, semifixada por vegetação herbácea de pequeno porte, medindo aproximadamente 15 m de altura, praia do Havaizinho (Coroa do Meio).



Fonte: Hélio Mário de Araújo, 2020.

Seja nesse segmento da costa, ou em qualquer outro nos limites litorâneos do município, os sinais de degradação das dunas costeiras ativas pela ação antrópica são evidentes e sugerem a adoção de medidas de vigilância pela gestão pública municipal ou de outras esferas governamentais para resguardar a conservação de um patrimônio natural extremamente vulnerável, amparado pelos instrumentos legais de proteção, a exemplo da Resolução CONAMA 303/2002, conforme já sinalizados por Melo e Souza *et al.* (2006), Wanderley (2006) e Araújo *et al.* (2020) em estudos acadêmicos-científicos realizados sobre esse domínio do sistema ambiental costeiro.

É fato evidente, portanto, que a expansão urbana de Aracaju para o eixo sul da cidade, e ampliação da orla turística das praias do Litoral Sul pelo Governo de Sergipe diversificando os serviços e atividades de lazer e instalação de equipamentos urbanos variados pela iniciativa privada, até então, inexistentes na Zona de Expansão, se tornou, nos últimos tempos, um atrativo para a inserção de incorporadoras da construção civil com a instalação de empreendimentos imobiliários ameaçadores a quebra do equilíbrio ecológico de um extenso ambiente legalmente protegido, mas, sem muita eficácia da proteção legislativa que se retrai aderindo a lógica do sistema capitalista na produção do espaço.

No Litoral Sul, as dunas costeiras ativas abrangem os municípios de Itaporanga D'Ajuda e Estância. Em Itaporanga D'Ajuda, as mais recentes de maior mobilidade bordejam a linha de costa, sendo orientadas conforme a incidência preferencial dos ventos na zona costeira, enquanto na retaguarda acompanhando a extensão da praia da Caueira que banha a costa desse município, se estabelecem as semi-fixadas pela vegetação arbórea/herbácea, entremeadas pela presença de coqueirais em diversos trechos. Apresentam traçado sinuoso, variando em altura, largura e porte horizontal. Do que afirmam Oliveira e Melo e Souza (2010), logicamente aplicável ao município pelas condições semelhantes, as dunas do sul do Estado, embora de considerável extensão, apresentam, pontualmente, sinais de comprometimento das feições existentes, principalmente nos trechos de maior pressão antrópica.

A avaliação Ecodinâmica feita por tais pesquisadoras na zona costeira do município de Estância, mostrou predominância de dunas em estado de instabilidade e intermediário, onde as dunas classificadas estáveis que ocupam uma área de 267.23 ha, perfazem 33,9%, as encontradas em situação intermediária abrangendo 196.83 ha, correspondem a 24,9%, e as instáveis, ocupando maior área, com 324,71 ha, equivalem a 41,2% do total. Com esse percentual, as dunas apresentam alto grau de vulnerabilidade, principalmente aquelas localizadas na praia do Abaís. Essa situação contribui para que haja no ambiente litorâneo, um predomínio da morfogênese sobre a pedogênese.

No segmento mais interno da planície costeira, lado direito da Rodovia Airton Sena, observa-se na paisagem, um extenso lineamento irregular de dunas pleistocênicas inativas pertencente a 2ª geração (MARTIN *at al.*, 1980 a e b), até as proximidades dos limites de Itaporanga D'Ajuda. Recobertas pela vegetação arbórea/herbácea, ocupam áreas dos terraços marinhos pleistocênicos, sendo constituídas de areias brancas edafizadas, com idade inferior a 120.000 anos A. P., e superior a 5.100 anos A. P. (BITTENCOURT *at al.* (1983).

Nas proximidades do Povoado Manoel Dias – Estância, apresentam altura em torno de 43 m, com distanciamento de cerca de 5 km da linha de costa. Essas dunas, parcialmente erodidas, com nula ou fraca atividade eólica foram classificadas por Prata (2021), que seguiu os princípios geossitêmicos adotados por Bertrand (2004), como Geofácies Dunas Inativas Pleistocênicas, além de outros dois compartimentos identificados na planície costeira do município com morfologias de atividades eólicas ativas (Geofáceis Dunas Ativas Primárias, em processo inicial de evolução geomorfológica, com variação entre 1 e 10 metros, nas proximidades da linha de costa, e Geofácies Dunas Ativas Secundárias, mais desenvolvidas em altura, largura e comprimento, com idade inferior a 5.100 anos A. P.).

3.3 SISTEMAS NATURAIS DE LAGOAS FREÁTICAS/ PERMANENTES E COMPLEXO LAGUNAR

Nos três setores do litoral sergipano, entre os cordões litorâneos, as depressões dão lugar a formação de lagoas e/ou charcos decorrentes das precipitações pluviométricas, e até mesmo baixios que no período de estiagem são colmatados.

A sazonalidade climática dos municípios litorâneos reflete na temporalidade de várias lagoas que tem sua recarga condicionada ao regime das chuvas. Quando as precipitações são mais intensas, o nível freático se eleva interceptando a superfície do terreno gerando áreas alagadas e lagoas freáticas, principalmente, no período outono/inverno. Dependendo das características texturais do solo e da topografia do terreno, as ações das primeiras chuvas podem desencadear processos relacionados ao escoamento superficial.

De setembro a março (primavera-verão) com a redução das chuvas, a intermitência das lagoas reflete na cobertura vegetal e na redução hídrica do nível freático. Nos ambientes onde naturalmente se desenvolvem os solos são arenosos, fortemente ácidos e de baixa fertilidade devido a deficiência em micro e macro nutrientes (Espodossolo Ferrihumilúvico)

originados a partir de sedimentos arenoquartzosos do período Quaternário. Segundo Fontes (2006), esses solos apresentam características resultantes da influência do excesso de umidade, permanente ou temporária, devido ao lençol freático elevado à superfície do solo no período chuvoso de abril a agosto (outono/inverno). Além disso, ocorrem problemas decorrentes da pouca retenção de umidade no horizonte A, devido a sua textura, como também de drenagem nas áreas onde o horizonte B se apresenta muito endurecido pela concentração eluvial de carbono e sesquióxidos, sendo mal drenados em terrenos baixos e sujeitos a alagamentos periódicos (SANTANA, 2008).

Na extensão do litoral sergipano, é o setor norte que reúne o maior número de lagoas temporárias e permanentes internas aos limites da planície costeira-deltaica do rio São Francisco, ocupando dimensões areais expressivas nos terraços marinhos holocênicos atuais, e em menores proporções nos terraços marinhos holocênicos subatuais e planície fluviolagunar do sistema hidrográfico Betume, do município de Pacatuba e Brejo Grande nos terraços marinhos holocênicos atuais. Decrescem para os municípios de Pirambu e Barra dos Coqueiros, neste último, ocupando áreas da planície costeira a partir da praia do Porto até as proximidades limítrofes com o município de Pirambu, onde a paisagem cênica é marcada pelas dunas, lagoas freáticas e alagadiços, principalmente no período mais chuvoso do ano (Figuras 9, 10 e 11).

De modo particular, no município de Pacatuba, são encontradas pequenas lagoas que ocupam áreas interdunares e entre os braços das dunas parabólicas que se mantêm ativas anualmente ao longo dos meses, principalmente, no período chuvoso. Para Correia (2015, p. 99), “a presença de lagoas de drenagem e vegetação nativa evidenciam o delicado panorama ambiental e sinalizam a necessidade de planejamento e controle do uso e ocupação da área, sobretudo, no tocante ao desmonte de dunas e consequente aterro da drenagem”.

Figura 9 - Lagoa freática no Pantanal de Pacatuba, observando-se ao fundo um lineamento de dunas.



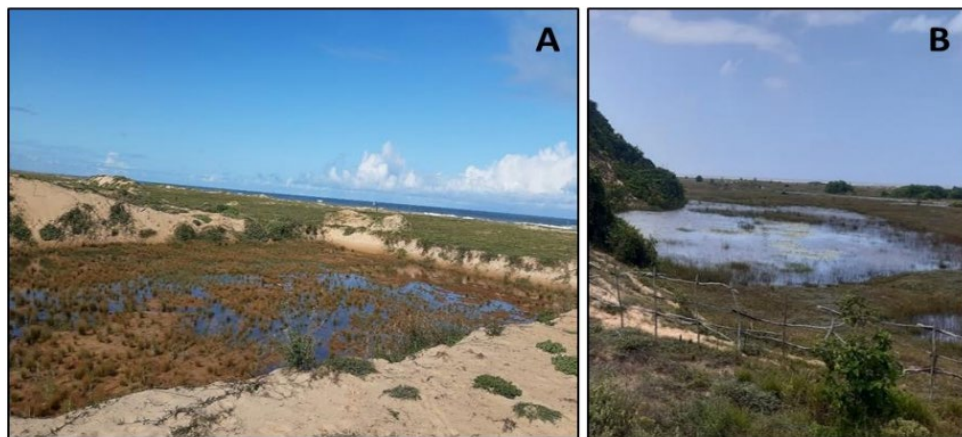
Fonte: Luana Pereira Lima, 2016.

Figura 10 - Lagoas interdunares no município de Pirambu em ambiente de terraços marinhos holocênicos.



Fonte: @Nativo extremo, Instagram 2021.

Figura 11 - Lagoas freáticas na planície costeira do município de Barra dos Coqueiros em ambiente de terraços marinhos holocênicos nas proximidades da praia do Porto. A) Representa nível mais baixo do lençol freático durante o verão. B) Representa nível mais elevado do lençol freático durante o inverno.



Fonte: Hélio Mário de Araújo, 2022/2020.

Assim, “por se constituir área plana e baixa, com terrenos arenosos e presença de cordões litorâneos, entremeados de lagoas, há certa dificuldade de escoamento das águas pluviais, formando novas lagoas” (CORREIA, 2015, Op. Cit.). Conforme ainda observou a pesquisadora, sem dúvida, os aterros realizados nas áreas alagadas, como no povoado Tigre para a perfuração de poços de petróleo em tempos passados, estimularam os problemas naturais já existentes.

Em Aracaju (Litoral Centro), as lagoas e/ou charcos adquirem expressividade areal bem significativa na Zona de Expansão, sendo bem restrito o trecho dentro dos limites do sistema hidrográfico do rio Sergipe. A maior abrangência, ocupa terras da planície costeira associada a bacia hidrográfica do rio Vaza-Barris que se avizinha com a bacia hidrográfica do rio Sergipe.

Ao sul do Estado, no município de Itaporanga D’ Ajuda as lagoas freáticas e permanentes assentam em terras da bacia costeira Caueira/ Abais (MACEDO, 2014), onde se aglomeram na porção oeste, seguindo o direcionamento da rodovia SE 100 e lineamento dos cordões litorâneos.

Na planície costeira do município de Estância, ocorrem em ambiente de suave rebaixamento topográfico que separa os terraços marinhos pleistocênicos dos terraços marinhos holocênicos, nas proximidades das dunas continentais pleistocênicas inativas. As lagoas, assentadas sobre depressões alongadas, geometricamente retilíneas, a exemplo dos Tambaquis, cientificamente conhecidas por Lagoa Grande, Lagoa Escura e Lagoa Seca, formam, dentre outras menores, um complexo de antigas lagunas de águas salobras que, no processo evolutivo, perderam comunicação com o mar. A origem para Sergipe remonta ao evento regressivo subsequente ao Máximo da Última Transgressão (BITTENCOURT, *at al.*, 1983), quando o abaixamento do paleonível relativo do mar após cerca de 5.500 anos A. P. causou uma gradual transformação de lagunas em lagoas aos poucos substituídas por água doce, seguidos por pântanos (MARTIN, *at al.*, 1996). “Os sedimentos do fundo das lagoas apresentam granulação silte grosso a areia média, muito pobremente a moderadamente selecionados” (RAMOS, *at al.*, 2021, p. 18).

4 INTERFACE CONTINENTAL

A interface continental é domínio geomorfológico constituído pelos Tabuleiros costeiros Tércio-quaternários que marcam o segundo compartimento do relevo, modelados nos sedimentos do Grupo Barreiras, atualmente superpostos ao embasamento cristalino e aos sedimentos mesozoicos da Bacia Sedimentar de Sergipe.

Nessa unidade geomorfológica, sobressai-se um relevo dissecado em colinas de topos convexos e planos, inicialmente modelado pelo movimento transgressivo mais antigo, correspondente ao evento I, da paleogeografia costeira estadual e, posteriormente retrabalhado pelos processos morfogenéticos até os dias atuais. A transição entre as duas unidades geomorfológicas (Tabuleiros costeiros e a Planície costeira) faz-se pela diferença de altitude e a composição sedimentar (Figuras 12 e 13).

Figura 12 - Relevo colinoso de perfil arredondado nas proximidades da nascente do Riacho Palame – Microbacia do rio do Sal (Nossa Senhora do Socorro).



Fonte: Givaldo dos Santos Bezerra e Hélio Mário de Araújo, 2014.

Figura 13 - Vale alargado de fundo plano, utilizado na instalação de viveiros de pequeno porte –Microbacia do rio do Sal (Nossa Senhora do Socorro)



Fonte: Givaldo dos Santos Bezerra e Hélio Mário de Araújo, 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na exiguidade do litoral sergipano, diversos cenários geoambientais se expressam guardando peculiaridades genéticas e respostas evolutivas pela dinâmica interativa dos agentes oceanográficos modeladores (correntes marinhas, ação das ondas e marés) que juntos com a participação dos ventos e outros processos morfogenéticos fornecem energia geradoras de erosão, transporte e deposição modelando a paisagem.

De acordo com a particularidade do segmento litorâneo, os efeitos da ação humana sobre os sistemas naturais ocorrem em graus de intensidades diferenciadas como reflexo da inserção capitalista na produção do espaço para atender a hegemonia do capital nos circuitos escalares do local ao global.

No Litoral Norte, que ainda conserva aspectos de uma paisagem pouco alterada, os indícios de ameaças ao seu estoque natural cada vez mais tem se configurado pela iniciativa privada que encontra uma porta aberta na esfera legislativa para se estabelecer através dos empreendimentos imobiliários, seja para atender as demandas de lazer ou de outros fins, sem muitas vezes, compatibilizar o uso racional do recurso da natureza. A Barra dos Coqueiros insere-se nesse contexto, com a destruição de cordões litorâneos, dunas e aterramentos de lagoas para instalação de condomínios horizontais fechados de elevado padrão estético-construtivo refletindo a estratificação socioeconômica, além dos condomínios verticais de baixo a médio padrão construídos no consórcio público/privado.

No Litoral Centro, em que sedia a capital do Estado, a situação é mais agravante pelo ritmo acelerado de crescimento do espaço urbano iniciado nas últimas décadas do século XX, ainda que guarde elementos naturais vulneráveis na Zona de Expansão ameaçados pelo setor público e privado. Os efeitos da degradação ambiental são evidenciados na linha de costa pela erosão costeira que além de ser um fenômeno natural se intensifica pela ocupação humana desordenada, e fora dela, pelo aterramento secular de lagoas, canais fluviais, destruição de dunas, cordões litorâneos, morros e outros domínios ambientais. Essa situação que muitas vezes não compatibiliza a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico com a natureza, enquadra esse setor litorâneo na classe de paisagem regressiva pelo predominante grau de antropização muito forte iniciado com as grandes transformações históricas para ocupação do sítio urbano de Aracaju, permanecendo até os dias atuais.

No Litoral Sul, as iniciativas de ordenamento territorial já são evidentes. Muito mais do que no Litoral Norte, os impactos nos ambientes naturais provocados pelas intervenções antrópicas ocorrem em diferentes graus e se

diversificam de acordo com os objetivos. É um setor que se consolidou pela maior atração turística e de lazer com praias mais atrativas, que ao longo do tempo vem dinamizando a especulação imobiliária pelo avanço da segunda residência ou ocupação de veraneio. A resposta da natureza a erosão costeira severa na praia do Saco e em outros pontos específicos da linha de costa, evidencia a falta de uma política eficaz de gerenciamento, na escala do município, no processo de uso e ocupação do solo costeiro.

Portanto, apesar das políticas incentivadas pelo Estado de gestão para a zona costeira, as ações locais ainda parecem ineficientes. Por isso, estudos como o que ora se apresenta, são fundamentais para a equidade de um planejamento territorial/ambiental que leve em consideração a qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. M. S. Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe: diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. **Tese** (Doutorado em Geografia), NPGeo/UFS, São Cristóvão, 2010.
- ARAÚJO, H. M. de; CONCEIÇÃO, M. J. da; MEIRELES, A. J. de A. Efeitos das variações climáticas nas doenças cardiorrespiratórias em Aracaju-Sergipe-Brasil. São Cristóvão, **Revista GeoNordeste**, Ano XXXI, n. 1, p. 229-250, jun-jul, 2020.
- ARAÚJO, H. M. de. O estuário e sua dinâmica na bacia inferior do rio Sergipe: considerações paleogeográficas e evolução geomorfológica. In: ARAÚJO, H. M. de; VILAR, J. W. C. (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**, São Cristóvão: EDUFS, 2010.
- _____, Análise geomorfológica dos domínios ambientais da planície costeira associada a foz do rio São Francisco – Sergipe. **Caderno de Cultura do Estudante**, Ano VI, n. 6, p. 88-94, 1989.
- ARAÚJO, H. M. de; MEIRELES, A. J. de A; WANDERLEY, L. de L. Ambientes e Domínios do relevo na planície costeira do sistema hidrográfico do rio Sergipe. In: ARAÚJO, H. M. de; CRUZ, R. da; MEIRELES, A. J. de A. (Orgs.). **Geomorfologia e Mudanças ambientais: recortes espaciais da zona costeira sergipana**. Aracaju: Criação Editora, 2020.
- ARAÚJO, H. M. P. Estuário do rio Sergipe: importância e vulnerabilidade. In: ALVES, J. P. H. (Org.). **Rio Sergipe: importância e vulnerabilidade**, São Cristóvão: EDUFS, 2006.

- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. **Rev. RA'EGA**, n. 8, p. 141-152, 2004.
- BARBOSA, L. M. Métodos de abordagem sobre sistemas eólicos em ambientes no Brasil. In: NUNES, J. Q. R. **Geomorfologia, aplicação e metodologias**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- _____, Campos de dunas costeiras associadas à desembocadura do rio São Francisco (SE/AL). **Tese** (Doutorado em Geologia). Salvador, Instituto de Geociências, UFBA, 1997.
- BITTENCOURT, A. C. S. P. et al. Dados preliminares sobre a evolução do delta do Rio São Francisco/SE-AL durante o quaternário: influência das variações do nível do mar. **SIMPÓSIO DO QUATERNÁRIO NO BRASIL, IV**; 1982, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CTCQ/SBG, 1982. p.49-68.
- BITTENCOURT, A. C. S. P. Evolução paleogeográfica quaternária da costa do Estado de Sergipe e da costa sul do Estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 93-97, 1983.
- CARVALHO, V. C.; RIZZO, H. G. **A zona costeira brasileira**: subsídio para uma avaliação ambiental – MMA/SMA, Brasília, 1994.
- CORREIA, A. L. F. Interações socioambientais da planície costeira associada a foz do rio São Francisco – município de Pacatuba/SE. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, PPGeo/UFS, 2015.
- CUNHA, F. M. B. Aspectos morfológicos da costa de Sergipe ao sul de Aracaju. Rio de Janeiro, **Boletim Técnico da Petrobras**, v. 2, n. 23, 1980. p. 73-80.
- FONTES, A. L., Condicionantes geoambientais do município de Barra dos Coqueiros/SE. In: **Plano Diretor de Barra dos Coqueiros**. Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros/SE, 2006, CD ROM.
- _____, Geomorfologia da área de Pirambu e adjacências – Sergipe. **Dissertação** (Mestrado em Geociências), UFBA, Salvador, 1984.
- FONTES, L. C. da S. et al. Uma viagem ao fundo do mar de Sergipe e Alagoas. **Revista MARSEAL**, Ed. Plataforma Continental SE/AL, Aracaju, 2015.
- FONTES, L. C. da S.; SANTOS, J. R. dos; SANTOS, L. A.; MENDONÇA, J. B. S.; SANTOS, M. S. dos. Geomorfologia da Plataforma Continental de Sergipe-Alagoas. In: FONTES, L. C. da S.; KOWSMANN, R. O.; PUGA-BAMABÉU, A. (Orgs.). **Geologia e Geomorfologia da Bacia de Sergipe-Alagoas**. São Cristóvão, EDUFS, 2017.
- MARTIN, L., BITTENCOURT, A. C. S. P. VILAS BOAS, G. S., FLEXOR, J. M. **Texto explicativo para o mapa geológico do Quaternário costeiro do Estado da Bahia – escala 1:250.000**. Salvador, COM/SME, 1980a, 60p.
- MACEDO, H. dos S. Ordenamento territorial/ambiental na bacia costeira Caueira/Abais. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, PPGeo/UFS, 2014.
- MUEHE, D. Geomorfologia costeira. In: A. J. T. GUERRA e S. B. CUNHA (Orgs.).

Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 253-302.

OLIVEIRA, A. C. de A.; SOUZA, R. M. e. Análise Ecodinâmica dos sistemas dunares costeiros do Litoral Sul de Sergipe. In: ARAÚJO, H. M. de; VILAR, J. W. C. (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**, São Cristóvão: EDUFS, 2010.

PRATA, M. L. M. Compartimentação geossistêmica do campo dunar da planície costeira do município de Estância – Sergipe. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, PPGeo/UFS, 2021.

RAMOS, L. P.; ANDRADE, A. C. da S.; NASCIMENTO, P. S. de; SANTOS, J. P. da S. Mapeamento geomorfológico da zona costeira sul de Sergipe, Nordeste do Brasil. **Pesquisas em Geociências**. Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 1-29, 2021.

RUDORFF, Frederico de Moraes. Geoindicadores e análise espacial na avaliação de suscetibilidade costeira a perigos associados a eventos oceanográficos e meteorológicos extremos. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), UFSC, Florianópolis, 2005.

SANTANA, L. B. Análise geoambiental dos municípios costeiros de Barra dos Coqueiros e Pirambu/SE. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). São Cristóvão, NPGeo/UFS, 2008.

SEMENSATTO JR, D. L. O sistema estuarino do delta do rio São Francisco (SE): análise ambiental com base no estudo de foraminíferos e tecamebas. **Tese** (Doutorado em Meio Ambiente). Rio Claro SP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 2006.

SOUZA, R. M, OLIVEIRA, A. C. A. Risco Ambiental nos sistemas dunares de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de; VILAR, J. W. C.; WANDERLEY, L. de L.; SOUZA, R. M e (Org.). **O ambiente urbano: Visões Geográficas de Aracaju**, São Cristóvão: Editora UFS, 2006.

SUGUIO, K. **Tópicos de geociências para o desenvolvimento sustentável:** as regiões litorâneas. **Geologia**, USP: Série Didática, v. 2, n. 1. 2003, p. 1-40.

_____. Geologia e Geomorfologia de regiões costeiras. In: SOUZA, C.R. de G. et al. **Quaternário do Brasil**. São Paulo: Holos, 2005.

WANDERLEY, L. de Lins. Litoral sul de Sergipe: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. **Tese** (Doutorado em Geografia), Rio Claro, IGCE/UNESP, 1998. 421p.

_____. Dunas da zona de expansão de Aracaju: condicionantes jurídicos e ambientais do uso e ocupação. In: H. M. ARAÚJO, et al. (Org.). **O Ambiente Urbano: visões geográficas de Aracaju**. Aracaju: Editora UFS, 2006, p. 197-221.

Capítulo 4

VULNERABILIDADE AMBIENTAL E PERSPECTIVAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO LITORÂNEO DA BARRA DOS COQUEIROS

Neise Mare de Souza Alves

Débora Barbosa da Silva

Bruna Leidiane Pereira Santana

Lucas Silva Leite

1 INTRODUÇÃO

No território nacional vigora uma legislação ambiental que contempla Leis, Decretos, Resoluções e Portarias nas diferentes esferas do poder, com o objetivo de assegurar à população brasileira o direito a um “meio ambiente ecologicamente equilibrado [...] essencial à sadia qualidade de vida” conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A Constituição atribui à União, a competência da elaboração e execução de planos para promover a ocupação do território nacional e o desenvolvimento econômico e social de formas sustentáveis. Além disso, o inciso VIII do Artigo 30 define como competência dos municípios “[...] promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (BRASIL, 1988).

Buscando executar estas determinações o Governo Federal criou, em 1991, o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento do

ordenamento territorial a ser aplicado em todas as escalas, inclusive municipal. Tendo em vista que o ordenamento das atividades no território requer uma avaliação da capacidade de suporte dos componentes do sistema ambiental de uma área, se faz necessário um planejamento que inclua estudos sobre os elementos da dinâmica natural e características da dinâmica social e econômica local.

Para apoiar as informações levantadas, precisa-se prever também possíveis ações que possam ocorrer em outras áreas e que são capazes de terem repercussões localmente. A ausência desta avaliação poderá implicar no comprometimento dos recursos naturais e da qualidade de vida da população, potencialização e/ou desencadeamento de processos morfogenéticos que acarretarão em problemas ambientais.

Os ambientes costeiros apresentam-se dinâmicos e estão, naturalmente, sujeitos à variabilidade constante na linha de costa, com reflexos sobre os ecossistemas, pois as características tanto da geologia como da geomorfologia são favoráveis à atuação constante de processos oceanográficos, eólicos e fluviais, que ocasionam contínuos ajustes nos depósitos de sedimentos e nas morfologias.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil apresenta mais de 8.500 km de Zona Costeira, um ambiente de ligação entre o continente e o oceano, marcado pela concentração da população brasileira e importantes atividades econômicas, influenciadas pelo processo histórico de formação e ocupação do território nacional.

Por sua vez, o estado de Sergipe detém um litoral pouco extenso, com 163 km aproximadamente, subdivididos nos seguintes setores – Norte, Centro e Sul (SANTOS; VILAR, 2014). A planície costeira sergipana apresenta alguns trechos delimitados por uma linha de falésias inativas e está composta por um agrupamento de feições – campos dunares de diferentes gerações, terraços marinhos pleistocênicos e holocênicos, cordões litorâneos, planícies fluviomarinhas e fluviolagunares –, que são registros da evolução paleográfica do Quaternário (BITTENCOURT et al., 1983).

Barra dos Coqueiros integra o Litoral Norte do estado e possui cerca de 30 km de extensão litorânea. Com base no tempo geológico, a área do município é um ambiente de formação recente, que nos últimos anos vem sofrendo modificações na paisagem decorrentes, principalmente, da especulação imobiliária. Diante desse contexto, o ordenamento do território torna-se uma ferramenta essencial para os gestores públicos de municípios costeiros, tal como se verifica na área de estudo. Diante deste quadro, este trabalho tem por objetivo avaliar a vulnerabilidade ambiental no município de Barra dos Coqueiros-SE, com vistas ao ordenamento territorial.

Na realização desse trabalho, empregaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e cartográfica, trabalho de campo, processamento de imagens de satélite e a elaboração de produtos cartográficos.

Dentre os produtos cartográficos, foram analisados os mapas de Alves (2010) - geologia, geomorfologia, pedologia, uso e cobertura da terra, zoneamento ambiental e vulnerabilidade ambiental. Por sua vez, as informações sobre o uso e cobertura da terra, zoneamento ambiental e vulnerabilidade ambiental em Barras dos Coqueiros foram atualizadas a partir da interpretação de imagens de satélite em ambiente SIG e de trabalho de campo realizado em março de 2022.

O presente trabalho apresenta uma proposta de zoneamento ambiental como subsídio ao ordenamento territorial do município de Barra dos Coqueiros, a partir dos estudos sobre a vulnerabilidade ambiental desenvolvidos por Alves (2010) e da avaliação do estado das unidades de paisagem baseada na metodologia de Crepani et al. (1996, 2001).

Na confecção do mapa com a proposta do zoneamento ambiental, um dos instrumentos para o ordenamento territorial, foram utilizadas técnicas da cartografia digital. Na definição dos critérios para identificação das limitações e potencialidades dos componentes da paisagem consideraram-se as características dos condicionantes naturais e a legislação ambiental em vigor no país.

2 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E OCUPAÇÃO NA PLANÍCIE COSTEIRA DE BARRA DOS COQUEIROS

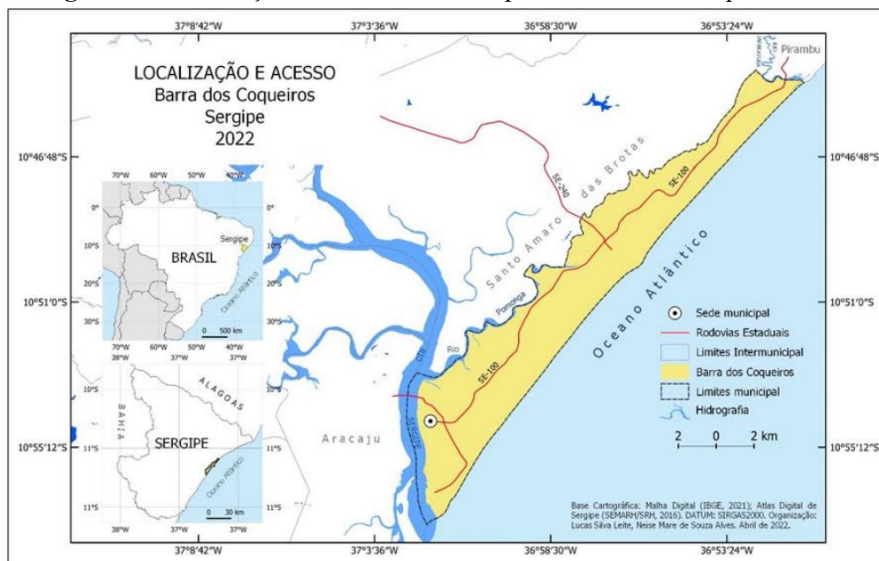
O município de Barra dos Coqueiros possui uma extensão territorial de 92,26 km² (IBGE, 2022). Ele está localizado na margem esquerda do rio Sergipe, que o separa de Aracaju, capital do estado, tendo como limites: o rio Japarutuba – ao norte, e o rio Pomonga – a oeste.

Por meio da Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995, Barra dos Coqueiros passou a integrar a Região Metropolitana de Aracaju (RMA). Dados do Censo Demográfico de 2010 atribuiu ao município uma população de 24.976 habitantes, com projeção para 31.439 munícipes no ano de 2021 (IBGE, 2022). Os principais acessos a área de estudo são pela Ponte Construtor João Alves, que a conecta a Aracaju, e pela rodovia estadual SE-100, que a interliga com os demais municípios do litoral Norte, além da SE-240, que dá acesso a Santo Amaro das Brotas, ligando-a a BR-101 (Figura 1).

A área está inserida no clima Megatérmico Subúmido Úmido, com temperatura média de 26°C e precipitação média anual de 1590 mm, estando os maiores índices pluviométricos concentrados entre março e agosto, período do outono-inverno (BOMFIM, COSTA; BEVENUTI, 2002).

Em relação à geologia, o território está integrado por Formações Superficiais Continentais, de idade holocênica, representadas pelos – *Depósitos de pântanos e mangues atuais* constituídos por materiais argilo-siltosos, ricos em matéria orgânica; *Depósitos eólicos litorâneos atuais* compostos por areias bem selecionadas com grãos arredondados, e *Terraços marinhos* formados por areias litorâneas bem selecionadas (SANTOS et al., 1998).

Figura 1 - Localização e Acesso ao Município de Barra dos Coqueiros - SE.



Barra dos Coqueiros está totalmente inserido na unidade geomorfológica planície costeira. O município apresenta paisagem integrada por diversas feições morfológicas associadas aos eventos do Quaternário, cujas flutuações do nível do mar deixaram registros na área – cordões litorâneos; terraços marinhos holocênicos atuais; planícies de maré superior e inferior; dunas costeiras ativas; dunas embrionárias ou frontais; e campo de deflação eólica (ALVES, 2010). A gênese desse relevo está relacionada à regressão posterior a “Última Transgressão” ocorrida há 5.100 anos Antes do Presente (BITTENCOURT et al., 1983).

No que se refere à pedologia, o município se caracteriza por apresentar solos de formação recente, pouco evoluídos, das classes Neossolos Quartzarênicos e Gleissolos Sálcos, que ocorrem em associação com outras classes. Levando-se em consideração as características litológicas e as formações superficiais, os solos da área apresentam textura predominantemente arenosa.

A cobertura vegetal preponderante em Barra dos Coqueiros está composta por espécies da Restinga herbácea, arbustiva e arbórea. Por sua vez, na planície fluviomarina e os Gleissolos Sálcos são colonizados pelo conjunto florístico associado ao ecossistema manguezal. As formações vegetais se distribuem de acordo com as características físicas e químicas dos solos, disponibilidade hídrica e oscilação das marés oceânicas (ALVES, 2010).

A área em análise está inserida nas bacias hidrográficas dos rios Sergipe e Japaratuba, no setor estuarino. A dinâmica erosiva atuante na desembocadura do rio Sergipe, que ameaçava os investimentos públicos na capital, levou os gestores públicos a contratar serviços de empresas para instalar um molhe na margem esquerda, na Barra dos Coqueiros, mais precisamente na praia de Atalaia Nova. Com essa intervenção propiciouse a progradação da linha de costa no local, enquanto em outros pontos da faixa litorânea do município ocorrem processos erosivos.

Nesse ambiente sensível à dinâmica dos processos costeiros, os tipos de uso tornam-se fator que contribui para potencializar a morfogênese litorânea. Diante da baixa fertilidade química da classe de solos predominante, o processo histórico de ocupação se verificou com a cocoicultura, que ainda representa a lavoura permanente dominante na área (IBGE, 2017). A presença da vegetação de restinga possibilita o desenvolvimento de atividades extrativas, principalmente de frutíferas nativas, como a mangaba, o cambuí e o caju. A pecuária extensiva pode ser encontrada em algumas propriedades (ALVES, 2010).

A paisagem do município sofre crescente descaracterização desde a inauguração da Ponte Construtor João Alves, em 2006, que o interliga a Aracaju. As antigas fazendas de coco-da-baía, particularmente aquelas situadas no povoado de Atalaia Nova, passaram a ser vendidas para empresas do ramo imobiliário devido à baixa produtividade e rentabilidade. Assim, foram surgindo os condomínios de alto padrão destinados à segunda residência, cuja expansão se acelerou na última década.

Na atualidade, para além das atividades agrícolas, revela-se o crescimento do turismo e a especulação imobiliária, com o surgimento de condomínios residenciais, casas de veraneio, resorts e hotéis, baseados na exploração da paisagem natural, atribuindo-a funções e valores de mercado. A construção de grandes obras de engenharia tem apresentado repercussões sobre o dinâmica natural, exemplificadas, pelo setor portuário, energético e industrial do município de Barra dos Coqueiros (LEITE et al., 2019).

3 VULNERABILIDADE AMBIENTAL NA ESCALA DO MUNICÍPIO

Os debates em torno da vulnerabilidade ambiental surgiram a partir do momento em que o modelo econômico hegemônico na escala global passou a apresentar uma sequência de crises, revelando que o padrão de consumo das sociedades modernas aponta para a escassez dos recursos naturais. Com a ameaça à sua continuidade e ao abastecimento de gerações futuras foram buscadas propostas metodológicas de estudos integrados aplicados ao meio ambiente que permitissem conhecer a capacidade de suporte dos fatores físicos e bióticos. Desse modo, as questões relacionadas ao ambiente e à sustentabilidade foram inseridas na pauta dos gestores públicos e na mídia.

Conceitualmente, vulnerabilidade ambiental pode ser entendida como o limite da capacidade de determinado sistema natural suportar ou ser incapaz de absorver interferências externas (AQUINO *et al.*, 2017). Estas externalidades, comumente, produzem repercussões que alteram a dinâmica do sistema ambiental dominante em certa porção do espaço geográfico, e a paisagem manifesta os desequilíbrios através de processos erosivos, perda de solo, da qualidade do ar e da água, entre outros. Compreender esta dimensão requer estudos que avaliem as potencialidades e limitações dos componentes naturais em sua interação, como forma de não romper o limiar de resiliência do sistema.

No âmbito da geografia, a abordagem sistêmica tornou-se fundamental para a realização de estudos integrados, permitindo produzir diagnósticos ambientais para diferentes recortes espaciais (BERTALANFFY, 1973;

CHRISTOFOLETTI, 1999; CAMARGO, 2005). A correlação dos resultados desta análise da dinâmica natural com a dinâmica do uso e ocupação da terra possibilita reconhecer as áreas sujeitas a riscos ou impactos, e, conseqüentemente, tornarem-se vulneráveis a mudanças irreversíveis. Assim, a avaliação da vulnerabilidade das unidades de paisagem pode subsidiar a elaboração de planos de ordenamento das atividades produtivas e gestão do território.

Dentre as metodologias mais aplicadas e difundidas nos estudos geográficos, para avaliar o estado dos componentes biofísicos da paisagem, destacam-se a Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados de Ross (1994) e a Vulnerabilidade Natural à Erosão de Crepani et al. (1996, 2001). Ambas se fundamentam no conceito dos meios ecodinâmicos de Tricart (1977), e suas matrizes de valores foram definidas com base no balanço pedogênese/morfogênese. As unidades de paisagem mais estáveis apresentam valores baixos, próximos a 1,0, enquanto os valores superiores indicam uma tendência para a instabilidade.

Os municípios costeiros do Litoral Norte de Sergipe foram estudados por Alves (2010) que, após a realização de um diagnóstico geoambiental, aplicou a proposta de Crepani et al. (1996, 2001) para avaliar a vulnerabilidade ambiental. A fim de apresentar a aplicabilidade dos estudos, a autora elaborou um Zoneamento Ambiental, apoiado na metodologia do Zoneamento Ecológico-Econômico (BECKER; EGLER, 1997), como forma de subsidiar o ordenamento territorial dos seguintes municípios: Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande.

Barra dos Coqueiros integra a Região Metropolitana de Aracaju. A Ponte Construtor João Alves inaugurada em 2006 tornou-se um importante vetor de acessibilidade para o Litoral Norte, sendo este o primeiro município a retratar mudanças mais acentuadas na paisagem, com as antigas fazendas de coqueiros cedendo lugar a loteamentos e condomínios residenciais de luxo. Alves (2010), ao propor o Zoneamento Ambiental, projetou a zona rural do município como a Zona de Expansão Prioritária, tal como parece se confirmar

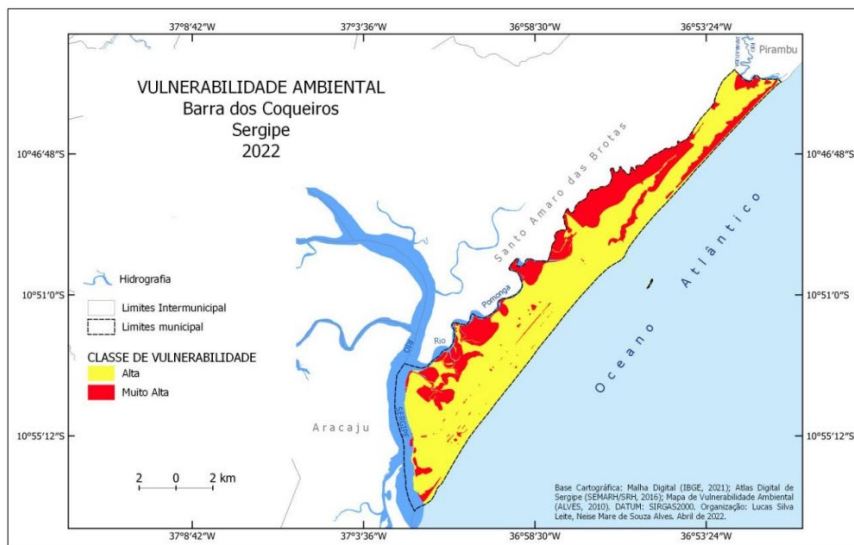
no atual Plano Diretor, que identifica para a Barra dos Coqueiros apenas Área Urbana e Zona de Expansão. Esta definição retrata o avanço do processo de urbanização sobre as áreas rurais.

A avaliação da vulnerabilidade ambiental deste município, segundo Crepani et al. (1996, 2001), enquadra as unidades de paisagem nas classes de vulnerabilidade alta e muito alta, em razão das características dos componentes naturais (Figura 2). A geologia engloba depósitos holocênicos arenoquartzosos marinhos e eólicos; e fluviomarinhos de matriz argilo-siltosa com matéria orgânica (SANTOS *et al.*, 1998). Considerando-se o critério estabelecido - coesão -, estes depósitos sedimentares se inserem na classe de vulnerabilidade muito alta. Eles constituem os materiais de origem que formaram as classes de solos do município.

A unidade geomorfológica é a planície costeira, composta por um conjunto de feições elaboradas na interação de processos fluviais, marinhos e eólicos – terraços marinhos holocênicos, cordões litorâneos, dunas costeiras e planície fluviomarinha. Embora, a topografia plana e a composição textural dos materiais sejam fatores que inibem o desenvolvimento de processos erosivos lineares, estas feições estão submetidas constantemente aos processos da dinâmica eólica ou das marés oceânicas.

Por outro lado, a reduzida altimetria e a proximidade com o nível de base geral favorecem o afloramento do lençol freático na superfície, proporcionando a instalação de um sistema de lagoas temporárias ou permanentes entre os cordões litorâneos. Apesar disso, atualmente, estas feições sofrem forte pressão antrópica por causa da especulação imobiliária. Com base nos critérios - topografia e atuação processos morfodinâmicos -, a geomorfologia foi classificada com vulnerabilidade alta.

Figura 2 - Vulnerabilidade ambiental do município de Barra dos Coqueiros - SE.



As características dos litotipos propiciaram a dominância de formações superficiais de textura arenosa e argilo-siltosa, originando solos pouco evoluídos, dado ao lento desenvolvimento dos processos pedogenéticos, ocorrendo as classes: Neossolo Quartzarênico presentes nos terraços, cordões litorâneos e campo dunar, e Gleissolos Sálcos relativos à planície fluviomarinha. Estes solos estão subordinados, respectivamente, à dinâmica do transporte eólico e às oscilações das marés oceânicas. De modo geral, estas classes de solos principais ocorrem em associação com outras. Considerando estes aspectos, a pedologia foi enquadrada na classe de vulnerabilidade muito alta.

A área possui clima Megatérmico Subúmido Úmido, sendo a temperatura o atributo climático mais estável. A sazonalidade está relacionada com a distribuição das precipitações pluviométricas, pois as chuvas estão concentradas no período do outono/inverno. No verão, quando ocorrem as temperaturas mais elevadas, verificam-se os meses menos chuvosos. Desse modo, são favorecidos os processos eólicos devido à baixa umidade dos

sedimentos arenosos. Diante das características do clima, este componente ambiental foi classificado com vulnerabilidade média/alta.

Em relação aos tipos de uso e cobertura da terra predominam a cocoicultura - atividade tradicional adaptada aos solos arenosos do município; as formações vegetais do mangue - na planície fluviomarinha, e da restinga - nas dunas costeiras e terraços marinhos; área urbanizada - sede municipal, aglomerados residenciais isolados, comércio; usos especiais - Terminal Marítimo Inácio Barbosa, Parque Eólico Barra dos Coqueiros e Usina Termoelétrica Porto de Sergipe; e mais recentemente a carcinicultura vem se expandindo nos setores onde os cordões litorâneos contatam com a planície fluviomarinha do rio Pomonga.

Nos últimos anos, a partir da inauguração da ponte sobre o rio Sergipe, a Barra dos Coqueiros tem apresentado rápida mudança no uso e cobertura da terra, em virtude da especulação imobiliária crescente, devido à acessibilidade à capital do estado. As antigas fazendas de coqueiro-gigante (*Cocos nucifera*) pouco produtivas têm sido convertidas em loteamentos e condomínios residenciais de luxo. A instalação de rede de esgotamento sanitário sobre formações arenosas constitui sério risco de contaminação do lençol freático. Por outro lado, verificam-se a terraplenagem de cordões litorâneos, o aterramento de lagoas freáticas temporárias e a impermeabilização do solo, expondo áreas a alagamentos nos períodos chuvosos.

Tais tipos de uso da terra indicam não apenas danos ambientais, mas também sociais. As catadoras de mangaba alegam a redução das frutíferas da restinga, como a mangabeira (*Hancornia speciosa*) e o cambuizeiro (*Myrciaria tenella* O. Berg), além das limitações em relação ao acesso às áreas de coleta dos frutos. Diante desta análise, constata-se a existência de vulnerabilidade social no território de Barra dos Coqueiros, uma vez que esta atividade extrativa confere renda às famílias de comunidades tradicionais do município em determinado período do ano.

4 PERSPECTIVAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

O modelo capitalista busca no território perspectivas econômicas com base no uso dos recursos naturais. Portanto, “o território constitui um meio de produção e [...] o processo produtivo é o fator que influencia significativamente às formas de organização do território” (ALVES, 2010, p. 263). Considerando-se esta visão, no território são instalados conflitos entre os grupos sociais decorrentes de interesses distintos sobre o tipo de uso dos recursos naturais e ocupação da terra.

O ordenamento territorial tornou-se uma alternativa para equacionar problemas referentes ao uso dos recursos de uma área, numa dimensão econômica. Embora não haja consenso sobre o seu objeto, critérios e proposições para a sua execução, há pontos convergentes nas abordagens e reflexões apresentadas por vários autores (BARRAGÁN MUÑOZ, 1993; GOMEZ OREA, 1994; ZOIDO NARANJO, 1998). De modo explícito ou implícito, o ordenamento territorial abrange “a ideia de regular ou organizar o uso, ocupação e transformação do território com fins de seu aproveitamento ótimo” (RÜCKERT, 2005, p. 35).

A abordagem de Sá (2005, p. 70) apresenta a abrangência do significado e conteúdo do ordenamento territorial. Consiste na “expressão da organização territorial, que se caracteriza pelas múltiplas dimensões (física, cultural, política, econômica e social), nas várias escalas geográficas”. Em síntese, pode-se compreendê-lo como a distribuição das atividades produtivas compatibilizadas com as potencialidades e limitações dos recursos naturais do território, considerando-se inseridas nos diferentes contextos da sociedade.

O diagnóstico ambiental deve preceder o ordenamento do território, tendo em vista que analisa a dinâmica e interações entre os componentes do sistema natural, o processo histórico de ocupação da área e as atividades produtivas ali desenvolvidas pelos grupos sociais. Deste modo, permite avaliar as potencialidades e limitações dos recursos naturais, indicando

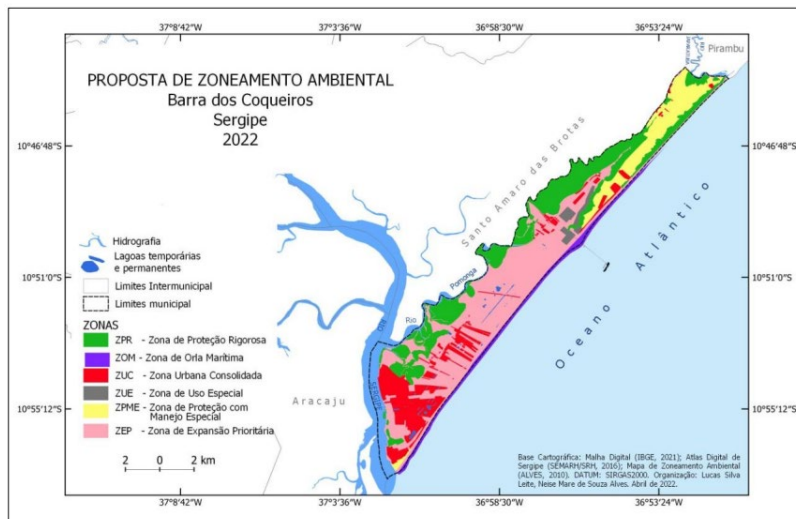
critérios para a adoção de usos adequados, que não gerem dano ou escassez (ALVES, 2010).

No Brasil, a Constituição Federal, no Capítulo II, artigo 21, inciso IX, determina como competência da União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 1988). A Lei nº 7.661/88 instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) com objetivos e instrumentos para viabilizar o ordenamento e a gestão da Zona Costeira. O Zoneamento Ecológico-Econômico foi definido como instrumento oficial para ações de ordenamento no país.

O território de Barra dos Coqueiros possui elementos naturais sujeitos a alterações consequentes da própria evolução paleogeográfica. A geologia, a geomorfologia, os solos e os ecossistemas ali encontrados são vulneráveis a impactos resultantes das atividades humanas, relativas aos tipos de uso e ocupação da terra. A avaliação do estado das unidades de paisagem baseada na metodologia de Crepani et al. (1996, 2001) constatou no município duas classes de vulnerabilidade – alta e muito alta.

Diante deste contexto e da atual tendência do uso da terra, elaborou-se uma proposta de zoneamento ambiental como subsidio ao ordenamento territorial do município (Figura 3). De modo complementar ao produto cartográfico, o quadro 1 apresenta a síntese desta proposta de zoneamento, onde constam seis zonas que foram estabelecidas considerando-se as unidades de paisagem da planície costeira, destacandose – componentes ambientais, limitações e potencialidades, e recomendações de uso.

Figura 3 - Zoneamento ambiental como subsídio ao ordenamento territorial do município de Barra dos Coqueiros - SE.



Quadro 1 - Síntese da proposta de Zoneamento Ambiental para o município de Barra dos Coqueiros - SE

ZONAS	COMPONENTES AMBIENTAIS	LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES	RECOMENDAÇÕES DE USO
Zona de Proteção Rigorosa	Dunas costeiras semifixas com vegetação de restinga; Dunas frontais ativas não vegetadas ou com restinga herbácea; Planície fluviomarinha com ecossistema manguezal.	Restrições impostas por legislação – Código Florestal, Lei 12.651/2012, Art. 4º; Atuação de processos eólicos; Oscilação das marés oceânicas; Solos inadequados para uso agrícola (elevado teor de salinidade).	Elevada biodiversidade; Disponibilidade hídrica – aquífero granular (sedimentos arenosos); Uso científico dos ecossistemas.	Atividades extrativas por comunidades tradicionais – coleta de frutíferas da restinga, coleta de crustáceos e pesca artesanal; Turismo ecológico e práticas recreativas não impactantes – planejados e monitorados; Desenvolvimento de projetos de educação ambiental; Estudos científicos autorizados;

Zona de Orla Marítima	Faixa praial com terraços marinhos e/ou dunas frontais.	Ambiente de atuação dos processos costeiros – oceanográficos e eólicos.	Recursos paisagísticos com potencial para atividades recreativas; Biodiversidade – ecossistema Restinga.	Conservação dos ecossistemas com cumprimento da legislação: controle da iluminação da orla, impedimento de tráfego de veículos automotores, garantia de acessibilidade às praias Atividades de ecoturismo devidamente planejadas, e monitoradas; Lazer.
Zona Urbana Consolidada	Terraços marinhos com alinhamento de cordões litorâneos; Lagoas freáticas intercordões.	Saneamento básico deficitário em algumas áreas; Oscilação do lençol freático, com risco de contaminação pela rede de saneamento básico; Comprometimento da recarga do aquífero com a impermeabilização do solo.	Usos diversificados relativos ao processo de urbanização – condomínios residenciais, comércio, indústria, serviços e equipamentos públicos; Ampliação da malha viária.	Uso e ocupação do solo balizado pela legislação e pelo ordenamento territorial ou planejamento ambiental; Saneamento básico eficiente e adequado às demandas da população local e empreendimentos turísticos, equipamentos públicos.
Zona de Uso Especial	Terraços marinhos com alinhamento de cordões litorâneos; Dunas costeiras semifixas por vegetação de restinga.	Restrições impostas por legislação – Código Florestal, Lei 12.651/2012, Art. 4º; Atuação de processos eólicos.	Cocoicultura; Aproveitamento da energia eólica; Uso científico dos ecossistemas.	Cocoicultura; Conservação da cobertura do solo pela vegetação de Restinga; Monitoramento de atividades especiais instaladas na área: Parque Eólico da Barra dos Coqueiros; Usina Termoeletrica; Terminal Marítimo Inácio Barbosa.
Zona de Proteção com Manejo Especial	Terraços marinhos; Dunas costeiras interdunares; Campo eólico.	Restrições impostas por legislação – Código Florestal, Lei 12.651/2012, Art. 4º; Atuação de processos eólicos nos corredores de deflação (blowouts); Lençol freático elevado – ambiente sujeito a inundações.	Disponibilidade hídrica; Atividade extrativa de frutos de espécies nativas da Restinga; Biodiversidade; Uso científico dos ecossistemas.	Turismo ecológico e práticas recreativas não impactantes – planejadas e monitoradas; Desenvolvimento de projetos de educação ambiental; Atividade extrativa nas frutíferas da Restinga; Estudos científicos autorizados.

Zona de Expansão Prioritária	Terraços marinhos com alinhamento de cordões litorâneos; Lagoas freáticas intercordões.	Saneamento básico deficitário em algumas áreas; Oscilação do lençol freático, com risco de contaminação pela rede de saneamento básico; Comprometimento da recarga dos aquíferos com a impermeabilização do solo.	Usos diversificados – expansão de atividades comerciais e industriais no entorno de núcleos urbanizados e na extensão da rodovia SE-100; Expansão de empreendimentos residenciais e hoteleiros.	Uso e ocupação do solo balizado pela legislação e pelo ordenamento territorial ou planejamento ambiental; Saneamento básico eficiente e adequado às demandas da população local e empreendimentos turísticos, equipamentos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise efetuada permite compreender que a paisagem de Barra dos Coqueiros caracteriza-se como um sistema complexo, formado por um conjunto de unidades de paisagem em diferentes estágios de evolução. A atuação dos processos fluviais, climáticos e oceanográficos resultou em um ambiente naturalmente vulnerável, susceptível às constantes mudanças.

As metodologias adotadas para avaliar o estado da paisagem evidenciaram elevados graus de vulnerabilidade para o município de Barra dos Coqueiros, relacionados com as características dos componentes biofísicos – geologia, geomorfologia e pedologia –, sobretudo quando associados ao atual uso e ocupação da terra, dinamizado pela expansão urbana.

O processo de urbanização no município tem propiciado a descaracterização paisagística, principalmente dos fragmentos de vegetação natural e das feições morfológicas, para ceder espaço às estruturas urbanas como as edificações, sistemas de drenagem e vias de acesso. Deve-se destacar também que as comunidades tradicionais, dependentes dos ambientes naturais para sua sobrevivência e reprodução, estão submetidas de forma negativa à ampliação do mercado imobiliário.

Para atenuação dos impactos que podem decorrer desta dinâmica antrópica, sugere-se que o território adote a proposta de Zoneamento Ambiental como subsídio ao ordenamento territorial, pois considera as

particularidades das diferentes unidades de passagem que compõem a área de estudo. Atualmente, a ferramenta que pode definir e controlar a ocupação do território é o Plano Diretor Municipal, no entanto, sua última versão torna toda área rural da Barra dos Coqueiros em Zona de Expansão Urbana, abstraindo suas limitações e especificidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. M. S. Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do litoral norte do estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. São Cristóvão, 2010, 2v.: II. **Tese** (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- AQUINO, A. R. de et al. **Vulnerabilidade ambiental**. AQUINO, A. R. de; PALETTA, F. C.; ALMEIDA, J. R. de. (Orgs) In: Vulnerabilidade ambiental. São Paulo: Editora Edgar Blucher, 2017, p. 15-28. Disponível em: <<https://openaccess.blucher.com.br/article-details/vulnerabilidade-ambiental-20402>>. Acesso em: 19 de abril de 2022.
- BARRAGÁN MUÑOZ, J. M. **Ordenación, planificación y gestión del espacio litoral**. Oikos-tau: Barcelona. 1994.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Detalhamento da metodologia para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.
- BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BITTENCOURT, A. C. S. P.; MARTIN, L.; DOMINGUEZ, J. M. L; FERREIRA, Y. A. Evolução paleogeográfica quaternária da costa do Estado de Sergipe e da costa sul do Estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 13, n. 2, p. 93-97, 1983.
- BOMFIM, L. F. C.; COSTA, I. V. G.; BENVENUTI, S. M. P. **Projeto cadastro de infraestrutura hídrica do Nordeste: estado de Sergipe**. Diagnóstico do Município de Barra dos Coqueiros. Aracaju: CPRM, 2002.
- BRASIL. **Constituição Federal**, 05 de outubro de 1988, título II, cap. VI, art. 225. Brasília, DF. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br). Acesso em: 19 de abril de 2022.
- BRASIL. **Lei nº 7661**, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. 1988a. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/7661-88.htm>>. Acesso em: 20/10/2006.
- CAMARGO, L. H. R. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1999.

CREPANI, E. et al. **Curso de sensoriamento remoto aplicado ao zoneamento ecológico-econômico**. São José dos Campos: INPE. 1996.

CREPANI, E. et al., **Curso de sensoriamento remoto aplicado ao zoneamento ecológico-econômico**. São José dos Campos: INPE. 2001.

GOMEZ OREA, D. **Ordenación del territorio: una aproximación desde el medio físico**. Madrid: Agrícola Española, 1994.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, Sergipe**: Barra dos Coqueiros. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/barra-dos-coqueiros/panorama>>. Acesso em: 18/04/2022.

_____. **Censo Agropecuário** – 2017. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 18 de abril de 2022.

LEITE, L. S.; ANJOS, A. O.; SILVA, C. B.; NETO, J. A. S. Unidade de paisagem e contextualização dos usos e ocupação das terras em Barra dos Coqueiros - SE. RODRIGUES, T. K.; ALVES, N. M. S.; SILVA, D. B. da; SANTANA, B. L. P.; LEITE, L. S. (Orgs.). In: **Livro de Trabalhos do III Seminário de Dinâmica e Modelagem Costeira**. São Cristóvão: GPDMC, 2019, v. 1, p. 110-132.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: FFLCH-USP, n. 8, p. 63-74, 1994.

RÜCKERT, A. A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: MELLO, N. A. & OLIVEIRA JÚNIOR, R. (Coords.), **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, p. 31-39, 2005. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento_territorial.pdf>. Acesso em: 15/04/2022.

SÁ, T. D. A. O que é ordenamento territorial? In: MELLO, N. A.; OLIVEIRA JÚNIOR, R. (Coords.). **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, p. 70, 2005. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento_territorial.pdf>. Acesso em: 15/04/2022.

SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. A segunda residência no litoral de Sergipe (Brasil): Entre os “velhos” e os “novos” territórios. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**, 2014, São Paulo. Programação e Cadernos de Resumos - VI CIETA, 2014. p. 1717-1739.

SANTOS, R. A. dos et al. (Orgs.). **Geologia e recursos minerais do estado de Sergipe**: texto explicativo do mapa geológico do estado de Sergipe. Brasília: CPRM. Mapa color., escala 1:250.000. Convênio CPRM – CODISE. 1998.

SEMARH/SRH. **Atlas digital sobre recursos hídricos de Sergipe**. Aracaju: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe/Superintendência dos Recursos Hídricos, 2017.

ZOIDO NARANJO, F. Geografía y ordenación del territorio. In: **IBER: Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia**. Barcelona. n. 16. p. 19-32, abr. 1998. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sv-77.htm>>. Acesso em: 20/03/2022.

Capítulo 5

RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NA BACIA COSTEIRA DO RIO VAZA-BARRIS

Márcia Eliane Silva Carvalho

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização e de intervenção do homem no ambiente registrado nas últimas décadas, principalmente nos espaços costeiros, tem exposto a sociedade a riscos e vulnerabilidades associadas e agravadas pela condição social. Alguns estudos tem buscado correlacionar esta condição com a dinâmica social e ambiental refletida na qualidade de vida (BECK, 1998; MARENGO, 2008; MENDONÇA, 2000, 2008, 2011; CONFALONIERI, 2003).

Nesta pesquisa adota-se a definição de risco proposta por Veyret (2013, p. 63) que o compreende como resultado da “associação entre os riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território”.

Especificamente sobre a vulnerabilidade Cutter (1996, apud HOGAN *et al.* 2001) realizou uma revisão do termo e propôs a seguinte categorização: vulnerabilidade como condição pré-existente, como resposta moderada e

como risco do lugar. Esta última se aproxima mais do entendimento adotado no presente capítulo.

Para Mendonça (2010), riscos e vulnerabilidade provocados por fenômenos naturais e/ou por atividades humanas, historicamente, são consideradas impactos, que revelados em diferentes áreas ou localidades, configurem como locais sem planejamento prévio, afetando principalmente as populações de baixa renda.

Especificamente sobre o espaço litorâneo, Polette et al. (2000) atentam para o fato de que o gerenciamento de bacias hidrográficas costeiras é um grande desafio para a sociedade, principalmente quando são utilizados recursos naturais existentes nestas bacias e quando se busca compatibilizar o gerenciamento costeiro com o gerenciamento dos recursos hídricos.

Desta forma, torna-se fundamental considerar todos os elementos que integram o sistema ambiental físico da bacia e os atributos sociais, econômicos, culturais e políticos. Nesse sentido, deve-se concordar com Leal (2000, p. 83) quando afirma: “... gerir os recursos hídricos nesta unidade territorial implica na gestão ambiental da bacia hidrográfica, a qual deve ser considerada como um todo e não apenas o recurso água”.

Isto nos remete, em termos metodológicos, ao ordenamento territorial, conforme ponderações de Gómez Orea (2001). Para Nonn (1987), quando se trata da questão do ordenamento da região costeira devem ser considerados os espaços para além da simples faixa litorânea, pois a chave para a compreensão dos aspectos físicos e sociais encontra-se na integração do litoral com o seu entorno “en función de la solidaridad del litoral con su interior” (*op. cit.*, p. 192).

Diante desta complexidade, o presente capítulo tem como objetivo analisar os riscos e vulnerabilidades socioambientais da bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE/BR e como estes repercutem sobre os recursos hídricos, visando obter elementos para o planejamento e gestão ambiental em âmbito local.

Para tanto, é realizada a caracterização socioambiental da área em estudo, a partir do inventário dos aspectos físicos, sociais e econômicos, bem como o diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, seus usos múltiplos e possíveis conflitos existentes entre os usuários. Visando identificar os riscos e vulnerabilidades existentes tanto no cômputo ambiental quanto social, são utilizados indicadores sociais e de recursos hídricos. A proposta metodológica baseou-se na análise quantitativa de dados secundários, associada à análise qualitativa a partir de dados empíricos coletados no campo, buscando a leitura integrada/sistêmica.

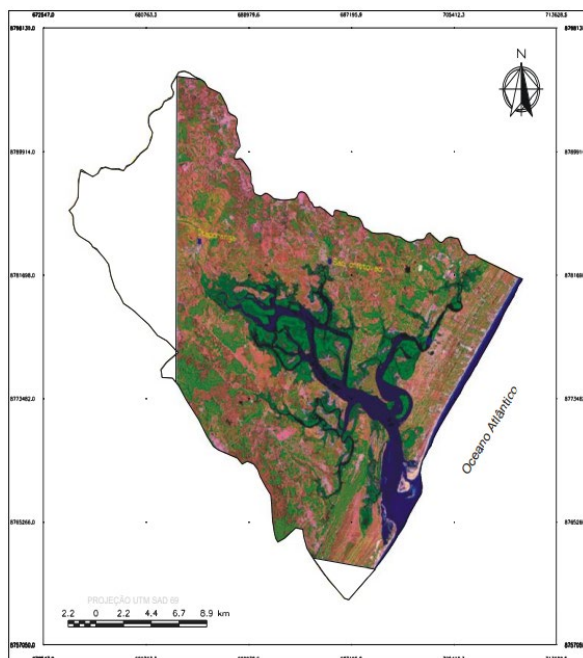
Desta forma, para atingir o objetivo proposto, foram realizados levantamentos bibliográficos e de campo. Fundamentou-se em Ribeiro (2008), Rebouças (2006), Carrera-Fernandez e Garrido (2002), Abers (2010), Mendonça (2010) e Nonn (1987), dentre outros. Os dados socioeconômicos foram baseados no Sistema de Atenção Básica de Sergipe (SIAB, 2010), dados do IBGE (1970, 2010), Perfis Municipais SEPLAG (2013), Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD, 2013), Censo Agropecuário (IBGE, 2006) e Anuário Estatístico de Sergipe (2005). Os dados referentes à base física foram pesquisados em trabalhos de Carvalho (2004, 2010, 2014), CPRM (1998, 2002), Fontes (1988), Takahashi (1994), Mendonça Filho (1998), Chagas (2002), Vilar (2005, 2007), Wanderley (2003) e no Atlas da SRH (SERGIPE, 2014), associados às atividades de campo e ao uso do Quantum Gis e ArcGis como softwares para elaboração dos mapas.

Para avaliar os riscos socioambientais e de recursos hídricos foi aplicada a metodologia proposta por Magalhães Júnior (2011), visando traçar um perfil da realidade pressão/estado/respostas, a partir de indicadores sociais (densidade demográfica, índice de pobreza, dentre outros) e de qualidade ambiental e hídrica (sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos) associados com trabalhos realizados por Carvalho (2010) e Oliveira e Carvalho (2014). O cruzamento das informações supracitadas permitiu realizar uma análise das interações, riscos e vulnerabilidades entre

os aspectos socioambientais que repercutem sobre os recursos hídricos na bacia costeira do rio VazaBarris.

Assim, a área em estudo abrange a bacia costeira do rio Vaza-Barris localizada no litoral sul de Sergipe (Figura 1), pertencente a Mesorregião do Leste Sergipano. Engloba a área de influência estuarina de parte dos municípios de Itaporanga d'Ajuda (até as proximidades da sede municipal), São Cristóvão (em sua porção sudeste e sudoeste) e Aracaju (na antiga Zona de Expansão Urbana - ZEU, hoje formada por novos bairros) (Figura 1).

Figura 1 - Localização da bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE



Fonte: Sergipe, 2014.

Vale inicialmente ressaltar que nos municípios costeiros de Itaporanga d'Ajuda e Aracaju a bacia costeira abrange cerca de 76,9% e 41,4% do território, respectivamente, e no município estuarino de São Cristóvão corresponde a 55,9%.

2 ELEMENTOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA COSTEIRA DO RIO VAZABARRIS

2.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

De acordo com IBGE (1970 e 2010), a população do município de Itaporanga d'Ajuda cresceu de 13.872, em 1970, para 30.419, no ano 2010. Uma particularidade na dinâmica populacional deste município refere-se ao fato de o crescimento rural ser superior ao urbano. No ano 2010 a população rural deste município totalizou 61,0%. Já o IDHM é o mais inferior dentre os três municípios em estudo, sendo o índice de pobreza elevado (Tabela 1).

Tabela 1 - Dados sociais da bacia costeira do rio Vaza-Barris (2010)

Município	População (hab.)	Zona urbana		Zona rural		Densidade demográfica (hab/ km²)	IDH M	População Alfabetizada
		Total	%	Total	%			
São Cristóvão	78.864	66.665	84,5	12.199	15,5	180,52	0,662	61.537
Itaporanga d'Ajuda	30.419	11.863	39,0	18.556	61,0	41,11	0,561	20.849
Aracaju	571.149	571.149	100,0	0	0	3.140,65	0,770	488.535

Fonte: IBGE (2010).

Com relação ao município de São Cristóvão, de acordo com dados do IBGE (1970 e 2000), o incremento populacional em trinta anos foi de aproximadamente 200%, totalizando no ano 2010, 78.864 habitantes. Diferentemente do município de Itaporanga d'Ajuda, São Cristóvão apresenta uma elevada taxa de urbanização, com 84,5% dos habitantes residindo na zona urbana, no ano de 2010, sendo que o Índice de Pobreza é elevado, 57,14%, embora apresente melhorias no IDHM (0,662) com relação à Itaporanga d'Ajuda.

Aracaju apresenta elevada densidade demográfica, bem como tem sua população considerada residente totalmente na zona urbana. Os índices do IDHM e de Pobreza são os mais favoráveis no Estado, uma vez que a capital sergipana concentra os melhores serviços de educação, saúde e opções de emprego. Em Aracaju a bacia costeira do rio Vaza-Barris abrange os bairros da antiga Zona de Expansão Urbana que possui 63km² e cerca de 20km de extensão, compreendida entre o terminal da Petrobras e a localidade Mosqueiro. A população permanente em 2003 foi de cerca de 13.000 habitantes. Abrange principalmente as localidades de Areia Branca, São José dos Náufragos, Gameleira, Robalo e Mosqueiro, recentemente convertidas em bairros. A infraestrutura básica apresenta problemas no que se refere ao esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo (WANDERLEY; WANDERLEY, 2003).

Ainda em tm termos de saneamento ambiental, constatou-se uma ampliação dos serviços na bacia costeira, o que reflete uma redução nas pressões/degradação dos corpos hídricos superficiais e em melhoria das condições de vida da população, embora a universalização dos serviços ainda seja uma meta longínqua a ser atingida.

Em Itaporanga d'Ajuda, por exemplo, em 2002, o abastecimento de água por rede geral correspondia a 42,4%; por poços ou nascentes, 33,9%; enquanto que outras formas não identificadas somavam 23,7%. Dos resíduos sólidos, apenas 38,9% do lixo era coletado e 61,1% não apresentam um destino final adequado (SEPLANTEC, 2002). Em 2010, estes serviços foram ampliados: a rede geral abastece 66,9% das famílias e a coleta do lixo ampliou para 57,1% (Tabela 2). O sistema de fossa séptica predomina em dois dos três municípios da bacia costeira e não há tratamento adequado do esgotamento sanitário antes do mesmo ser liberado nos rios.

Tabela 2 - Indicadores de saneamento ambiental
da bacia costeira do rio Vaza-Barris (2010)

Município	Esgotamento sanitário (%)			Abastecimento de água (%)			Coleta de lixo (%)		
	Rede geral	Fossa séptica	Outras formas	Rede geral	Poço ou nascente	Outras formas	Com coleta	Queimado/ Enterrado	Lixões
São Cristóvão	27,1	61,6	11,4	84,8	12,9	2,3	73,1	16,3	10,6
Itaporanga d'Ajuda	16,6	71,5	11,8	66,9	29,6	3,5	57,1	32,1	10,8
Aracaju	69,4	28,1	2,4	97,7	2,0	0,3	97,8	1,1	1,1

Fonte: SIAB (2010). Dados referentes às famílias cadastradas

Em São Cristóvão, em 2010, 84,8% dos domicílios eram abastecidos por rede geral e 12,9% por poço ou nascentes. Dos resíduos sólidos 73,1% são coletados, mas não há destinação final adequada, número que se modificaram pouco com relação aos totais de 2002.

Para este mesmo período, a capital sergipana apresenta os melhores índices, mesmo assim ainda necessita ampliar as ações no sentido de minimizar as degradações sobre os corpos hídricos, principalmente os superficiais. Embora a rede de esgoto geral abranja 69,4 das famílias, não há tratamento, e quanto ao lixo, apenas recentemente, em função da Lei de Resíduos Sólidos, é que ocorreu a desativação do lixão e a estruturação de Aterro Sanitário em Rosário do Catete.

Em termos de renda, a maior parte da população do município de Itaporanga d'Ajuda (58,4%) apresenta indicadores de até um salário mínimo. Este fato pode estar relacionado ao grau de instrução dos responsáveis pelos domicílios, pois 38,3% destes não apresentam instrução ou possuem menos de um ano de escolaridade, o que reflete em menores possibilidades de emprego e renda (CARVALHO, 2010).

Em São Cristóvão, observa-se uma melhor perspectiva em termos de renda em relação à Itaporanga d'Ajuda, pois 32,2% recebem até 1 salário mínimo; 22,4%, entre 1 a 2 salários mínimos; 21%, de 2 a 5. Sobre os níveis de escolaridade, tomando como base os responsáveis

pelos domicílios em São Cristóvão, 20,5% não possuem instrução ou possuem menos de um ano de escolaridade; 20,2% possuem de um a três anos de escolaridade e 28% possuem de quatro a sete anos de instrução (CARVALHO, 2014).

Com relação aos aspectos socioeconômicos da antiga Zona de Expansão, será tomado como amostra os dados referentes aos bairros Mosqueiro e Areia Branca. Nestas localidades o abastecimento de água ocorre principalmente via poço ou nascente em 80,9% dos domicílios no Mosqueiro e em 98,2% em Areia Branca, ambos cadastrados no Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) em 2004, não possuindo tratamento adequado antes de seu consumo (SERGIPE, 2005).

Sobre o esgotamento sanitário na antiga Zona de Expansão não há, na maior parte dos domicílios, um sistema de captação dos esgotos. Em 96,4% dos domicílios na localidade Areia Branca e em 91,8% no Mosqueiro, a coleta ocorre via fossa séptica, que nem sempre se localiza em nível adequado com relação à existência do poço para a coleta de água para abastecimento residencial (SERGIPE, 2005).

Estes dados demonstram que se há uma tendência desta bacia em apresentar uma elevada concentração populacional, por outro lado, não apresenta os princípios do ordenamento espacial, comprometendo a qualidade de vida e ocasionando uma maior pressão sobre os recursos naturais, e em especial sobre o recurso água, fonte de usos múltiplos e contraditoriamente receptor de efluentes domésticos e industriais.

O município de Itaporanga d'Ajuda tem sua economia baseada na agropecuária. As principais culturas permanentes são o coco-da-baía, cultivo característico dos municípios litorâneos, e a laranja. Como cultivo de ciclo curto destaca-se a mandioca. Na pecuária, destacam-se os galináceos.

De forma similar, no município de São Cristóvão a principal cultura permanente é o coco-da-baía e como cultivo temporário destaca-se a mandioca. Este município também tem se destacado no contexto regional com o efetivo de galináceos.

É interessante destacar o crescimento do turismo ligado à praia da Caueira em Itaporanga d'Ajuda, demandando um incremento no número de bares e restaurantes, aumentando os loteamentos e serviços de comércio em geral. Já em São Cristóvão, os empreendimentos de carcinicultura têm crescido tanto em área quanto em número de estabelecimentos, embora agreguem pouca mão-de-obra e gerem vários problemas ambientais (CARVALHO, 2004).

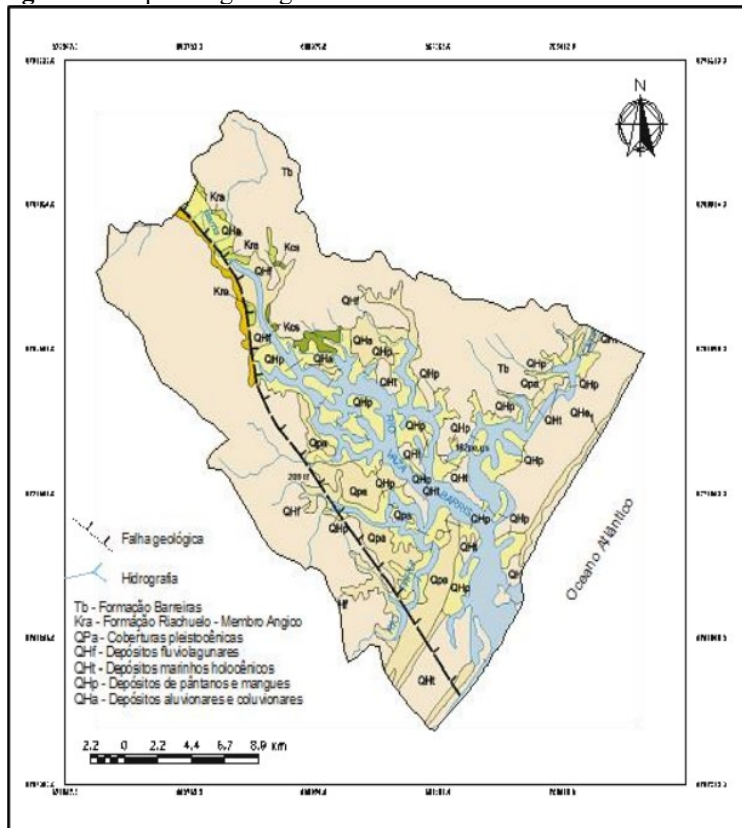
Nos bairros da antiga Zona de Expansão de Aracaju, segundo Sergipe (2005), são poucas as opções de trabalho. Historicamente, destaca-se o cultivo do coco e a pesca, mas como esta área tem abarcado veranistas, a economia local está se voltando para este segmento.

2.2 ASPECTOS GEOLÓGICOS, HIDROGEOLÓGICOS E GEOMORFOLÓGICOS

Em relação à geologia, a área de estudo cobre o extremo sul da fossa tectônica que define a bacia de sedimentação Sergipe/Alagoas e o extremo nordeste da Plataforma de Estância. A falha de Itaporanga separa as duas feições estruturais e constitui a mais forte evidência de tectonismo que afetou a região no Cretáceo Inferior. No recorte espacial da pesquisa predominam os sedimentos cenozoicos terciários e quaternários da Bacia Sergipe-Alagoas.

Na porção que abrange os municípios de São Cristóvão e Itaporanga (cerca de 90% e 70% do território, respectivamente) afloram areias finas e grossas com níveis argilosos e conglomeráticos do Grupo Barreiras, ao lado de depósitos aluvionares e coluvionares arenosos e argilo-arenosos recentes. Na foz do Vaza-Barris estão presentes os depósitos aluvionares representados por sedimentos recentes (que em sua maior parte são constituídos por depósitos fluviomarinhas) e pelo Grupo Barreiras (composto por arenitos e conglomerados inconsolidados) (Figura 2).

Figura 2 - Aspectos geológicos da bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE



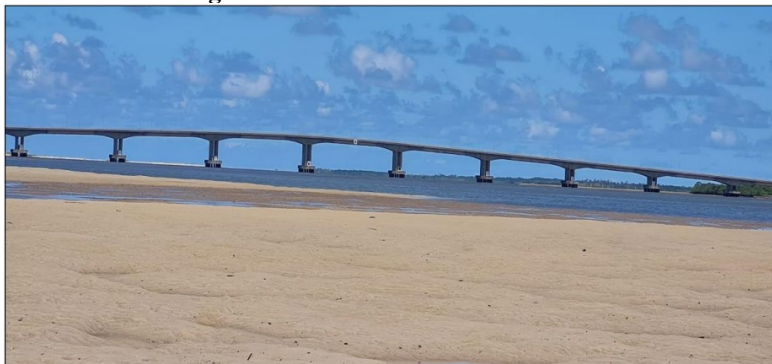
Fonte: CPRM, 1998.

Em termos Hidrogeológicos predominam as Formações Superficiais Cenozoicas, que se traduz em um comportamento de aquífero granular, caracterizado por possuir uma porosidade primária, e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral, excelentes condições de armazenamento e fornecimento d'água.

Em termos estritamente geomorfológicos evidenciam-se duas unidades do relevo: Planície Costeira e os Tabuleiros Costeiros. A Planície Costeira pode apresentar-se como Planície Marinha ou Fluvio-marinha, sendo típicos os ambientes de praia, de Terraços, Dunas Costeiras, Cordões Litorâneos, Lagoas e Estuário (Figura 3), que refletem as influências dos processos

de origem marinha, eólica e fluviomarinha em decorrência das condições ambientais variáveis durante o Quaternário.

Figura 3 - Estuário do Rio Vaza-Barris



Crédito: José Wellington Carvalho Vilar/2022.

Os Tabuleiros Costeiros encontram-se limitados pela Planície Litorânea no lado oriental e pelo Pediplano Sertanejo no lado ocidental. Evidenciam-se os Tabuleiros de superfície tabular erosiva bem como de relevo dissecado em colinas, cristas e interflúvios tabulares.

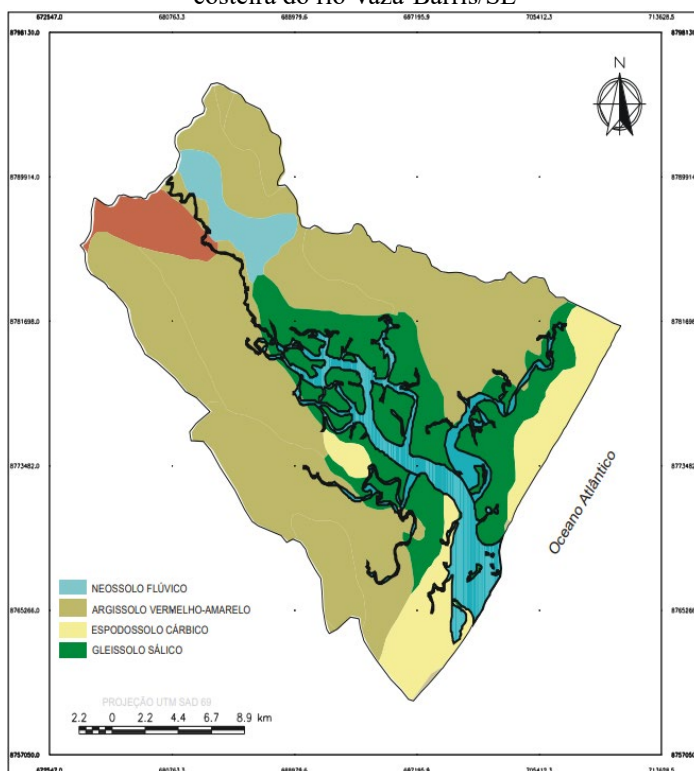
2.3 CONDICIONANTES CLIMÁTICOS, SOLOS E COBERTURA VEGETAL

O clima na bacia costeira é do tipo Megatérmico Úmido e Sub-Úmido com moderado déficit no verão, temperatura média em torno dos 25,2°, precipitação pluviométrica anual variando de 1.100mm a 1.500mm, com um ou dois meses secos e período chuvoso de março a agosto (SERGIPE, 2004; SERGIPE, 1997).

Na área em estudo encontram-se vários tipos de solo, predominando o Argissolo, o Espodossolo e o Gleissolo (Figura 4). Os Argissolos (Podzólico) Vermelho Amarelo são altamente ácidos, de baixa fertilidade natural, apresentando materiais areno-argilosos e argilo-arenosos originado dos sedimentos do Grupo Barreiras de idade pliopleistocênica. Por sua vez, os solos Argissolos Vermelho

Amarelo Equivalente Eutrófico apresentam de moderada a baixa acidez, sendo também derivados dos sedimentos do Grupo Barreiras e possuem de média a alta fertilidade natural. Os solos característicos dos terraços marinhos são o Neossolo Quartzarênico (Areias quartzosas marinhas) e o Espodossolo (Podzol), que são excessivamente drenados, extremamente ácidos e de baixa fertilidade natural. O Gleissolo sálico, com textura indiscriminada típico de mangue, é mal drenado, pouco desenvolvido, encontrado em desembocaduras de rios e riachos com influência dos fluxos e refluxos das marés.

Figura 4 - Aspectos pedológicos da bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE



Fonte: Sergipe, 2004.

Da associação entre o clima e diferentes tipos de solo, destacam-se na área em estudo, os tipos vegetacionais Mata Atlântica perenifólia secundária,

em áreas do Grupo Barreiras; Mata e Campo de restinga, em áreas de sedimentos de praia e aluvião do Quaternário na Planície Litorânea; Vegetação de Mangue, na unidade geomorfológica Planície Fluvio-marinha com solos típicos de mangue. Com dimensões menores encontram-se o Cerrado, nos Tabuleiros Costeiros, e vegetação de Dunas, cuja unidade geomorfológica é a Planície Litorânea (SERGIPE, 1997).

O município de Itaporanga d'Ajuda integra a Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Sul de Sergipe, criada pelo Decreto Estadual nº 13.468/1993, alterado pelo Decreto nº 15.559/1995. A região estuarina do rio Vaza-Barris é considerada Área de Proteção (Lei Estadual nº 2.795/1990). Este estuário abriga rica fauna e flora, sendo a vegetação de manguezal protegida por legislação específica, Lei Federal nº 4.771/95 e nº 6.938/81, pelo Decreto Federal nº 89.336/84 e pela Resolução CONAMA 312/2002.

É interessante destacar que grande parte da vegetação do cerrado e das matas foi removida para exploração agropecuária. Atualmente os manguezais e restingas também têm sido suprimidos para a expansão de empreendimentos de aquicultura, sobretudo a carcinicultura, tanto em Itaporanga d'Ajuda (Figura 5) quanto em São Cristóvão (Figura 6).

Figura 5 - Supressão do manguezal para instalação de bombas para abastecimento de tanques para carcinicultura no rio Paruí - Itaporanga d'Ajuda/SE.



Fonte: Foto da autora (2009).

Figura 6 - Empreendimento de carcinicultura no rio Santa Maria em São Cristóvão/SE



Fonte: GEOTEC, 2004

2.4 MÚLTIPLOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS

Foram identificados diversos usos consuntivos e não consuntivos, por vezes conflitantes entre si. Vale destacar que a maior parte dos usos atuais dos recursos hídricos na bacia costeira do rio Vaza-Barris destinam-se à indústria, abastecimento público e irrigação, situados nos afluentes e não no rio principal, em função do teor de salinidade do mesmo (Tabela 3).

Tabela 3 - Múltiplos usos na bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE

Cursos d'água	Usos						
	Não Consuntivos			Usos Consuntivos			
	Recreação	Manutenção da biodiversidade estuarina	Pesca esportiva	Abastecimento Público	Irrigação	Desse-dentação Animal	Aquicultura (Piscicultura e Carcinicultura)
Santa Maria e Vaza-Barris	X	X	X				X
Paramopama				X	X	X	
Tejupeba				X	X	X	
Água Boa				X	X	X	
Parui				X	X	X	

Fonte: Pesquisas de campo (2007, 2010); Carvalho (2004); Sergipe (2003)

Em termos de recursos hídricos subterrâneos, há necessidade de atualização das análises. O último trabalho realizado pela CPRM data de 2002. De acordo com estas análises hidrogeológicas, no município de Itaporanga d'Ajuda foram diagnosticados 109 pontos de captação de água, sendo que 93,5% dos poços são do tipo tubular e apenas 6,4%, fonte natural. A maior parte (70,6%) localiza-se em propriedade particular. Quanto ao estado de uso dos poços, 56,9% encontram-se em operação sendo que os demais estão paralisados, não instalados ou abandonados.

No município de São Cristóvão constata-se que de um total de 214 pontos de água, 94,4% são poços do tipo tubular e 5,6% do tipo natural. Quanto à propriedade dos terrenos onde os poços foram instalados, a sua maior parte é particular. Dentre estes poços, 58,9% estão em operação, enquanto que os inativos totalizam 40,5%.

Em ambos os municípios, a principal finalidade está enquadrada como uso múltiplo, além do uso doméstico e dessedentação animal, evidenciando a importância dos recursos hídricos subterrâneos para as atividades humanas. Sobre os aspectos qualitativos destacam-se os poços que não possuem análise de parâmetros químicos e biológicos em ambos os municípios (em torno de 35%), ressaltando a necessidade de ações integradas de gestão ambiental, visando compatibilizar as potencialidades do aquífero com os múltiplos usos, bem como para diagnosticar o grau de interferência antrópica.

3 TENSORES ANTRÓPICOS E LIMITAÇÕES NATURAIS

Tensores antrópicos que alteram a paisagem natural ao longo de toda a bacia costeira foram diagnosticados durante as pesquisas de campo. O quadro 1 apresenta de forma sintética alguns tensores antrópicos diagnosticados para a área em estudo, bem como seus impactos diretos e possíveis consequências.

Quadro 1 - Tensores Antrópicos na bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE

Tensores	Impactos		Respostas
Empreendimentos de carcinicultura	Paisagem Biota	Supressão da vegetação de manguezal	Perda da biodiversidade - redução da fauna e flora; Mudança no padrão de circulação estuarina
	Coluna d'água Solo	Liberação de efluentes sem tratamento	Alterações dos componentes hidrobiológicos d'água
Loteamentos	Paisagem Biota Corpo d'água	Supressão da vegetação de manguezal/restinga/dunas	Perda da biodiversidade - redução da fauna e flora; Aumento dos resíduos sólidos e líquidos sem tratamento
Segundas residências	Paisagem Biota Corpo d'água	Supressão da vegetação de manguezal/restinga/dunas	Perda da biodiversidade - redução da fauna e flora; Aumento dos resíduos sólidos e líquidos sem tratamento adequado
Efluentes domésticos e industriais	Coluna d'água Biota Comunidade	Liberação de efluentes sem tratamento	Alteração na qualidade da água por contaminação com coliformes termotolerantes; Contaminação por resíduos químicos
Supressão da mata ciliar	Paisagem Corpo d'água	Erosão e assoreamento	Desperenização de mananciais; Perdas socioeconômicas

Fonte: SERGIPE (2003); Pesquisas de Campo (2004/2007/2010).
Adaptado de Paula (2006).

Uma das principais limitações naturais diagnosticadas no espaço em estudo refere-se ao potencial hídrico e ao tipo de solo. Segundo Sergipe (2003), o rio Vaza-Barris tem um potencial grande de recursos hídricos, mas devido à alta concentração de cloro em seu curso principal não pode ser utilizado para consumo humano, industrial e irrigação. A água deste rio é classificada como salobra e está diretamente relacionada com o tipo de solo, que apresenta percentual de saturação de sódio trocável de moderado a baixo, além de solos facilmente susceptíveis à salinização quando mal manejados.

4 INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS E DE RECURSOS HÍDRICOS: MENSURANDO A VULNERABILIDADE NA BACIA COSTEIRA DO RIO VAZA-BARRIS

A metodologia proposta por Magalhães Júnior (2011) utiliza como base indicadores socioambientais e de qualidade hídrica, a fim de fornecer um perfil sistêmico dos condicionantes sociais, ambientais e das pressões antrópicas, que se traduzem em riscos e vulnerabilidades. Para tal são mensurados e analisados em conjunto os seguintes indicadores: densidade demográfica, urbanização, grau de pobreza, índice de domicílios com instalações adequadas de água, índice de população cujos esgotos não são tratados, índice de domicílios com instalações adequadas de esgotos e índice de atendimento de coleta de lixo. Para os três últimos índices foram utilizados valores de referência (150 l/d/h; 80% do índice anterior; 500 g/d/h, respectivamente) em virtude da inexistência de dados municipais.

Todos estes indicadores foram sistematizados e/ou estimados para cada realidade municipal fornecendo a base para a estruturação das matrizes de Pressão/Impacto/Resposta. Com as matrizes concluídas, realizou-se o cálculo dos índices de desempenho a partir do somatório das notas de indicadores por município e dividindo o mesmo pelo somatório de notas máximas possíveis de todos os indicadores. O resultado que varia de 0 a 1 é classificado em Baixo, Médio e Alto, de acordo com os patamares estabelecidos pela metodologia adaptada de Magalhães Júnior (2011), publicada também por Carvalho (2010) e Oliveira e Carvalho (2014).

Os resultados encontrados no estudo apontam que os principais riscos e vulnerabilidades, traduzidos aqui em maiores pressões e impactos sobre a qualidade ambiental e hídrica na bacia costeira do rio Vaza-Barris, estão associados ao lançamento de esgotos não tratados no ambiente, urbanização e produção de lixo (Tabelas 4 e 5). No computo geral de análise, os municípios mais urbanizados, Aracaju e São Cristóvão, apresentam médias pressões, e o município de Itaporanga d'Ajuda, baixa pressão.

No município de Aracaju as maiores pressões estão relacionadas com a elevada densidade demográfica e urbanização, bem como sobre a degradação da cobertura vegetal. Por ser considerada totalmente urbanizada, em Aracaju o índice de áreas agrícolas foi contabilizado nesta análise. O índice de pobreza também é reduzido em relação aos demais municípios da bacia. Por outro lado, em função do contingente populacional, o índice de exploração hídrica (local e por transposição principalmente de outras bacias hidrográficas, a exemplo do São Francisco), de lançamento de esgotos em cursos d'água e produção de lixo são elevados, configurando-se como as maiores pressões e impactos locais, tornando-se gargalos da administração pública ainda sem solução eficaz e/ou duradoura.

Tabela 4 - Dados para a matriz de pressão/impacto da bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE

Municípios*	Indicadores de Pressões e Impactos								
	DD ²⁵ hab /km ²	ID ²⁶ %	IDC ²⁷ %	IA ²⁸ %	IP ²⁹ %	IEH ³⁰ m ³ /dia	ILE ³¹ m ³ /dia	IPE ³² %	PL ³³ Ton/dia
Aracaju	3.140,7	100	0,06	1	11,1	85.672	68.537	13,5	285,5
Itaporanga D'Ajuda	41,1	39,2	4,04	24	42,2	4.562	3.649	79,9	15,2
São Cristóvão	180,5	84,5	15,36	41	22,9	11.830	9.464	64,1	39,4

Adaptado de Magalhães Júnior (2011), Carvalho (2010; 2014), Oliveira e Carvalho (2014).

Fonte: SEPLAG, 2013; IBGE, 2006; PNDU, 2013.

²⁵ DD - Densidade demográfica

²⁶ ID - Índice de urbanização

²⁷ IDC - Índice de cobertura florestal natural

²⁸ IA - Índice de áreas agrícolas

²⁹ IP - Índice de pobreza

³⁰ IEH - Índice de exploração hídrica para abastecimento

³¹ ILE - Índice de lançamento de esgotos em cursos d'água por habitante

³² IPE - Índice de população cujos esgotos não são tratados

³³ PL - Produção de lixo

Tabela 5 - Matriz de pressão/impacto da bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE

Municípios	Classes de Pressões e Impactos											Índice **	
	DD hab/ km2	ID %	IDC %	IA %	IP %	IEHm3 /dia	ILEm3 /dia	IPE %	PL ton	To tal			
Aracaju	1	1	1	5	5	1	1	3	1	19	0,42	Médio	
Itaporanga D'Ajuda	4	5	2	3	2	4	5	1	3	28	0,62	Baixa	
São Cristóvão	2	2	5	1	3	3	4	1	2	23	0,51	Média	

**Quanto menor o total de pontos e o índice final, maiores serão as pressões e impactos.
Valores: 1 – Muito Intensos; 2 – Intensos; 3 – Médios; 4 – Fracos; 5 – Muito Fracos.
Índice de pressão/impacto: Baixo - > 0,59; Médio – 0,59-0,4; Alto < 0,4.

Fonte: Adaptado de Magalhães Júnior (2011), Carvalho (2010; 2014), Oliveira e Carvalho (2014).

O município de Itaporanga d'Ajuda foi classificado como de baixa Pressão/Impacto, embora o Índice de Pobreza seja elevado e a degradação da cobertura vegetal nativa seja elevado em função das atividades agropecuárias.

Por sua vez, São Cristóvão pertence à região de planejamento denominada de Grande Aracaju. Pela proximidade com a capital sergipana, vem ampliando a densidade demográfica e o grau de urbanização. Os indicadores de maior pressão neste município são as áreas destinadas para fins agrícolas e o índice de esgotos sem tratamento. Por sinal este é o indicador mais problemático nos três municípios da bacia costeira.

Para a matriz de respostas, utilizou-se como indicadores a qualidade de serviços de abastecimento de água, instalações adequadas de esgoto, bem como atendimento de coleta de lixo (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6 - Dados de composição da matriz de resposta da bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE

Municípios	Índice de domicílios com instalações adequadas de água* (%)	Índice de domicílios com instalações adequadas de esgotos** (%)	Índice de atendimento de coleta de lixo** (%)
Aracaju	97,9	86,5	99
Itaporanga d'Ajuda	64,2	20,1	65,7
São Cristóvão	87,7	35,9	81,1

* Rede pública de abastecimento.

** Sistema público de coleta de esgoto e de lixo.

Fonte: Adaptado de Magalhães Júnior (2011); SEPLAG (2013), Carvalho (2010; 2014), Oliveira e Carvalho (2014).

Tabela 7 - Matriz de respostas para a bacia costeira do rio Vaza-Barris/SE

Municípios	Índice de famílias com instalações adequadas de água (%)	Índice de famílias com instalações adequadas de esgotos (%)	Índice de atendimento de coleta de lixo (%)	Total*	Índice de resposta*	
Aracaju	1	2	1	4	0,26	Alto
Itaporanga d'Ajuda	4	5	3	12	0,8	Baixo
São Cristóvão	2	5	2	9	0,6	Baixo

**Quanto menor o total de pontos e o índice final, melhores são as respostas às pressões e aos impactos.

Valores: 1 - Muito Intensos; 2 - Intensos; 3 - Médios; 4 - Fracos; 5 - Muito Fracos.

Índice de resposta: Baixo - > 0,8; Médio - 0,79-0,5; Alto < 0,5.

Fonte: Adaptado de Magalhães Júnior (2011), Carvalho (2010; 2014), Oliveira e Carvalho (2014).

Dentre os municípios analisados, Aracaju apresenta o mais elevado percentual de famílias com instalações adequadas de água, seguido por São Cristóvão. Em Itaporanga d'Ajuda ainda é elevado o abastecimento direto via poço ou nascente, bem como outras formas de abastecimento sem tratamento prévio o que pode deixar a população susceptível as doenças transmitidas pela água contaminada.

No que se refere ao índice de instalações adequadas de esgotos, apenas Aracaju apresenta melhor situação, enquanto que nos demais municípios o número de fossas ou outras formas é elevado. Um problema sério de saneamento ambiental.

No tocante à coleta de lixo, a capital sergipana apresenta os resultados mais favoráveis, no entanto, em todos os municípios estudados existem problemas sérios de disposição final e tratamento dos mesmos, que geralmente são jogados em lixões a céu aberto.

Tais indicadores apontam para a necessidade de efetiva gestão ambiental para a bacia costeira, pois as pressões humanas refletem na qualidade hídrica e ambiental como um todo, expondo as potencialidades naturais locais a vários processos de degradação em função da poluição ambiental, como descrito no tópico sobre os tensores antrópicos. Analisar em conjunto potencialidades e vulnerabilidades ambientais e sociais torna-se premente para a realidade costeira do Vaza-Barris. Desta forma tais indicadores podem ser tomados como fundamentais no processo de gestão ambiental local, balizando as políticas públicas no tocante à temática do planejamento territorial e de recursos hídricos em âmbito municipal.

Vale destacar que em termos da Lei 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, está previsto o comitê de Bacia Hidrográfica como um espaço de gestão participativa, visando propulsionar ações e práticas descentralizadas. No entanto, com dados da pesquisa levantados até 2017, o comitê do rio Vaza-Barris ainda não foi instituído. Um dos elementos para a não instituição deste comitê refere-se ao fato de se tratar de um rio federal, necessitando de diálogo mais próximo entre Bahia e Sergipe e pelo fato das águas da bacia do rio Vaza-Barris serem negligenciadas, tanto pelo seu volume quanto em função do seu teor de sais. No entanto, como demonstrado ao longo do capítulo, seu curso principal e seus afluentes têm inúmeros usos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No recorte espacial estudado, as características ambientais estão associadas ao clima litorâneo apresentando vulnerabilidades associadas principalmente às pressões urbanas. Em Itaporanga d'Ajuda e São Cristóvão as maiores pressões estão associadas aos indicadores desfavoráveis de saneamento, degradação dos mananciais e segundas residências, e em Aracaju, estão representadas pelos empreendimentos imobiliários, obras para fins turísticos e supressão da vegetação típica do estuário e restinga.

Os resultados apontados alertam para a tendência atual de aumento populacional na bacia costeira do rio Vaza-Barris. Aliado a este fator cresce a demanda pelos recursos hídricos ao mesmo tempo em que diminui as disponibilidades quantitativas e qualitativas deste recurso, associadas aos problemas referentes à infraestrutura. Por outro lado, o crescimento dos empreendimentos de carcinicultura e das atividades relacionadas com o veraneio, não tem considerado as limitações naturais do espaço litorâneo.

Os dados analisados demonstraram que as limitações naturais impostas pelo ambiente podem ser potencializadas pelas pressões antrópicas, traduzidas aqui pelas formas de utilização das terras e pelo elevado grau de vulnerabilidade, associadas às deficiências no setor de saneamento, demonstrando uma associação íntima entre vulnerabilidade hídrica ocasionada pelas pressões em termos de ausência de saneamento. Vulnerabilidade sendo compreendida como sendo a privação da população a certos serviços públicos que ampliam a noção de risco associadas a ocorrência de agravos ambientais.

O sistema costeiro, considerado como ambientalmente vulnerável, encontra-se, portanto, pressionado e degradado por processos de expansão urbana e turística desordenados que pode repercutir sobre vulnerabilidades sociais, criando, conforme apontam Garcias e Sanches (2009), vulnerabilidades socioambientais.

Diante do exposto, emerge a necessidade de ações no tocante à gestão integrada do ambiente costeiro com as áreas interioranas, integrando o planejamento socioeconômico com a base física, com destaque especial para o fortalecimento das ações públicas nos serviços básicos de saneamento que, no recorte em estudo, foram identificados com sendo os elementos de maior pressão e impacto sobre o ambiente.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. N.. (Org.). **Água e política**. São Paulo: Annablume. 2010.
- BECK, U.. **La sociedad del riesgo**. Madrid: Paidós. 1998.
- CARRERA-FERNANDEZ, J.; GARRIDO, R-J. **Economia dos recursos hídricos**. Salvador: EDUFBA, 2002.
- CARVALHO, M. E. S.. A Carcinicultura na zona costeira do Estado de Sergipe. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). São Cristóvão: NPGeo/UFS. 2004.
- _____. A questão hídrica na bacia sergipana do rio Vaza-Barris. **Tese** (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: NPGeo/UFS. 2010.
- _____. **Um olhar geográfico sobre as águas no Vaza-Barris Sergipano**. São Cristóvão: EDUFS, 2014.
- CHAGAS, M. C. S.. A pluviosidade e a agricultura nas zonas climáticas da bacia do rio Vaza-Barris. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). São Cristóvão: NPGeo/UFS. 2002.
- COFANLONIERI, U. E. C. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 20, p. 193-204. 2003.
- CPRM. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste**. Sergipe. 2002.
- EMBRAPA. **Levantamento exploratório – reconhecimento dos solos do estado de Sergipe**. Brasília: EMBRAPA. 1975.
- FONTES, A. L.. O cenozoico na bacia inferior do rio Vaza-Barris (SE). In: **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Geologia**, Belém, 1988.
- GÓMEZ OREA, D. **Ordenación territorial**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa. 2001.
- GARCÍAS, C. M.; SANCHES, A. M. Vulnerabilidades socioambientais e as disponibilidades hídricas urbanas. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: EESC-USP, p. 96-112. 2009.
- HOGAN, D. J., et. al. Urbanização e Vulnerabilidade socioambiental. In: HOGAN, D. J., et. al. **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 397-418. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/>>. Acesso em: 25/07/2011.

IBGE. **Censo Demográfico**. Sergipe, 1970, 2010.

LEAL, A. C. **Gestão das águas no Pontal do Paranapanema/SP**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Campinas: UNICAMP, 2000.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectiva para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MARENGO, J. A.. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semiárido do Brasil. **Parcerias Estratégicas**. n. 27. Brasília, p. 149-176. 2008.

MENDONÇA, F. Aspectos da interação clima-ambiente-saúde humana: da relação sociedade-natureza à (in)sustentabilidade ambiental. **RA'EGA**, Curitiba, n. 4, p. 85-99. 2000.

_____. Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos. **Geotextos**, vol. 4, n. 1 e 2, p. 145-163. 2008.

_____. Riscos e Vulnerabilidades Socioambientais Urbanos a contingência climática, **Mercator**, vol. 9, núm. 1, 2010, p. 153-163. 2010.

_____. Riscos, vulnerabilidades e resiliências socioambientais urbanas: inovações na análise geográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 111-118. 2011.

MENDONÇA FILHO, C. J. M. Análise ambiental da planície costeira entre as desembocaduras dos rios Sergipe e Vaza-Barris. **Monografia** (Bacharelado em Geografia). São Cristóvão: DGE/UFS., 1998.

NONN, H.. **Geografía de los litorales**. Madrid: Akal. 1987.

OLIVEIRA, L.; CARVALHO, M. E. S. Indicadores de Pressão/Estado/Resposta na Grande Aracaju. **Projeto de Iniciação Científica**. São Cristóvão. 2014.

PAULA, D. P.; et.al. Análise geoambiental do estuário do rio Jaguaribe-CE: tensores naturais e antrópicos. **VI Simpósio Nacional de Geomorfologia**. Goiânia: SINAGEO, 2006.

POLETTE, M. et.al. Gerenciamento costeiro integrado e gerenciamento de recursos hídricos: como compatibilizar tal desafio. In: MUÑHOZ, H. R. (Org.). **Interfaces da gestão de recursos hídricos: desafios da Lei de Águas de 1997**. 2ª ed. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000.

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

REBOUCAS, A. et.al. **Águas doces do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Escrituras. 2006.

SEPLAG. **Perfis Municipais**. Sergipe. 201.

SERGIPE. **Mapeamento da mata atlântica em Sergipe**. Aracaju: CODISE. 1997.

_____. **R.A.S. Ponte sobre o rio Vaza-Barris**. Aracaju: AMBIENTEC. 2005.

SIAB - Sistema de Informação de Atenção Básica. Secretaria Estadual de Saúde/SE. 2010.

TAKAHASHI, L. T.; TRINDADE NETO, I. Q. **Estudo ambiental do meio físico do estuário do rio Vaza-Barris (SE)**. Aracaju: PETROBRAS, ADEMA. 1994.

VILAR, J. W. C. **(Des)Ordenamento Territorial de Ambientes Litorâneos**. Aracaju: NPGeo/CEFET. 2007.

VILAR, J. W. C. e ARAÚJO, H. M. de. Iniciativas de ordenamento territorial do litoral sul de Sergipe. **X Congresso da ABEQUA**, Guarapari. CD-ROOM: ABEQUA. 2005.

VEYRET, Y. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. 2ª ed. São Paulo: Contexto. 2013.

WANDERLEY, L. L.; WANDERLEY, M. L. Gestão ambiental e urbanização: o ZEE da zona de expansão de Aracaju. **II Congresso sobre planejamento e gestão da zona costeira dos países de expressão portuguesa**. Recife: ABEQUA. 2003.

Parte 3

CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS E CONFLITOS AMBIENTAIS

Capítulo 6

A DINÂMICA REGIONAL E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS NO LITORAL SERGIPANO³⁴

Max Alberto Nascimento Santos
Ana Rocha Santos

1 INTRODUÇÃO

O litoral sergipano tem a sua história intimamente associada às atividades econômicas que foram preponderantes para o crescimento da região Nordeste em seus diversos ciclos de desenvolvimento. No período colonial, o litoral serviu como entreposto comercial para a exploração do Pau-brasil. Recebeu influências da agricultura da cana-de-açúcar realizada na zona costeira nordestina e nesse processo histórico, foi utilizado como caminho de entrada para a pecuária, ao tempo em que abrigou também outras culturas agrícolas como a do coco da baía que ainda se faz presente nos dias atuais. Mais recentemente, as tentativas de industrialização dos estados nordestinos também acrescentam influências na atual reprodução desse espaço geográfico.

Em meados da década de 1990, sob a influência de organismos financeiros internacionais e baseado no sucesso dos balneários marítimos

³⁴ Texto originalmente publicado na Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXXII, n. 2, Edição Especial: Territórios Costeiros, setembro, 2021, p. 159-177. Agradecemos a autorização para republicação em forma de capítulo de livro.

européus e caribenhos, a temática da exploração do turismo como atividade econômica viável para o Nordeste ganhou espaço nos debates políticos. Diante disso, a atividade passou a ser priorizada como política pública pelos governos.

Com a vantagem da presença de atributos ambientais de destaque no território nordestino, o sol, a praia, a paisagem as terras litorâneas receberam grande valorização, transformaram-se nas principais mercadorias de exploração e determinaram o segmento de turismo a ser estimulado na região: de sol e praia.

Idealizado pela lógica do mercado, o litoral passou a ser proposto e edificado com o objetivo da sua inserção no circuito mundial de valorização, especialmente através do ajustamento de suas formas de utilização, reprodução e reorganização de seus espaços. Um receituário externo serviu como modelo a ser seguido, tendo em vista uma possibilidade de sucesso quando da sua aplicação em outras localidades com contextos socioeconômicos e históricos distintos.

Com isso, diante do pressuposto que o Estado incorpora em suas políticas as necessidades da reprodução do capital de forma diferenciada no espaço, foi empreendido pelos governos estaduais um movimento regional de estruturação das bordas litorâneas dos estados nordestinos. A partir do ano de 1994, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), foi priorizada a criação de sistemas de circulação que viabilizassem fluxos turísticos para a região, sobretudo com origem internacional. Aeroportos, vias litorâneas e saneamento ambiental foram implantados ou otimizados, já que a intenção era eliminar os principais dificultadores para a intensificação de novos fluxos e a exploração dos territórios a partir da viabilização dessa atividade.

Inserido nessa lógica, o governo de Sergipe acompanhou este processo. Adquiriu empréstimos, viabilizou obras e criou as condições necessárias para a fluida circulação no litoral e a sua plena utilização pelo turismo. Diante de investimentos públicos e a efetivação de uma infraestrutura de circulação propícia para a exploração do litoral pelo turismo, foi desencadeado também um processo de ocupação imobiliária, valorização e especulação das terras litorâneas do estado.

Nesse contexto, diante dessas ações para o desenvolvimento do turismo, surgiram inquietações sobre a inserção litorânea de Sergipe nesse processo, pois se observou que essas ações de estruturação das suas bordas marítimas, ao tempo em que proporcionavam a possibilidade de alinhamento entre os lugares na competitividade do modelo econômico capitalista através do mercado do turismo, produziam em escala local um novo espaço, engendravam também novos e diferenciados processos que se materializaram na reprodução do litoral e contribuíam principalmente de forma global na acumulação do capital, através do setor imobiliário.

Tais lógicas de acumulação e reprodução do capital são engendradas pelos agentes hegemônicos, com o patrocínio do Estado e se constituem como fatores responsáveis pelas mutações espaciais que se processam na linha costeira sergipana, desencadeando assim, um mosaico espacial complexo e com territorialidades expressas na segregação socioespacial, na riqueza e pobreza, na intensificação do uso do solo e na criação de reservas de vazios especulativos, e na elitização e favelização em alguns casos.

Nas palavras de Lefebvre (2006), toda sociedade produz seu espaço, ou, caso se prefira, toda sociedade produz um espaço. Cada sociedade, dependendo do modo de produção, produzirá seu espaço à sua maneira. Dessa forma, os interesses da acumulação capitalista produzem um espaço, agora fatiado e posto à venda, onde o uso é constantemente açambarcado pela troca.

Diante desse pensamento, o presente artigo, fruto do trabalho de doutoramento defendido no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe/PPGEO-UFS, seguiu norteado pela tese de que as políticas públicas de implementação de infraestruturas (pontes e rodovias) na fachada litorânea de Sergipe, justificadas pelo discurso do desenvolvimento do turismo, elitizam e intensificam a segregação socioespacial dessa porção do território sergipano, a partir do momento em que promovem e dão suporte à entrada do capital especulativo por meio da intensificação dos fluxos, sobretudo na implementação de fixos privados (investimentos imobiliários), que (des)territorializam, supervalorizam a terra,

criam novos fixos, geram impactos ambientais e desencadeiam acentuados contrastes sociais e paisagísticos, além de intensificarem a dinâmica regional.

Desse modo, diante das contradições percebidas nesse movimento, o presente trabalho tem como o objetivo analisar a dinâmica regional e as reconfigurações territoriais que se processaram no litoral sergipano após a instalação da infraestrutura de pontes e rodovias, edificadas sob a perspectiva do desenvolvimento econômico pelo turismo.

Diante do exposto, foi importante compreender o processo histórico de formação do litoral sergipano, numa leitura geográfica de totalidade e a adoção do método dialético como caminho científico que balizou essa investigação. De acordo com Zago (2013), a abordagem dialética pressupõe uma visão totalizante do real, ou seja, por meio dela se percebe os diferentes elementos sociais como interligados a uma mesma totalidade. O agir e o pensar, mesmo que não nos demos conta disso, sempre implica a percepção do todo, uma visão do conjunto das relações. Para tanto, empreendeu-se a análise dos investimentos públicos voltados para a atividade do turismo em Sergipe, através de uma visão ampla e totalizadora que envolveu o cenário econômico nacional e mundializado.

Nesse sentido, distintamente do que se é propagado pelo discurso político ideológico em que o turismo é visto como proporcionador de desenvolvimento econômico, gerador de emprego e renda, o presente estudo procurou evidenciar o contrassenso que acompanha a atividade e demonstrar a realidade dessa totalidade, através da análise de partes de distintas deste mosaico nos vários segmentos envolvidos, para se enxergar essa nova realidade.

Os conceitos trabalhados neste estudo tiveram como referencial de pesquisa a produção do espaço litorâneo sergipano, tendo como ponto de partida as metamorfoses deste espaço geográfico, além do entendimento da dinâmica regional e das reconfigurações territoriais, após a implementação de políticas públicas de criação de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo, com o intuito de apreender a produção deste espaço e as relações de reprodução do capital.

Em se tratando da área estudada, comprimida nos últimos vinte anos por tendências modernizadoras e processos globalizantes, sobretudo com políticas públicas para criação de infraestrutura turística, financiadas com aportes internacionais de recursos, o litoral sergipano tem experimentado mudanças significativas no uso e ocupação do solo e na (re)organização socioespacial ditada pelo rápido e desordenado crescimento urbano. Essa lógica de produção e organização do espaço é deflagrada pelo Estado, articulando-se com o capital através de investimentos no setor imobiliário.

Nesse recorte geográfico são encontradas características e elementos bastante dinâmicos, bem como considerados de interesse econômico. Além disso, possuem os elementos paisagísticos mais desejados pelo mercado especulativo que são a franja litorânea e as áreas estuarinas. Tais atributos ambientais são comercializados na perspectiva da mercantilização da natureza, pois viram mercadorias de grande valor nos empreendimentos imobiliários, a partir do marketing da exclusividade e qualidade de vida.

Para efeito desse estudo foram analisados os municípios litorâneos da Zona Costeira sergipana que se encontram defrontantes com o mar e ainda os que são interligados pela Rodovia SE-100, recebendo assim, influência direta da interligação da rodoviária efetivada pela construção das pontes, são eles: Indiaroba, Estância, Itaporanga D'Ajuda, Aracaju, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande.

2 OS CAMINHOS DA VALORIZAÇÃO DO LITORAL

No atual estágio de mercantilização da natureza no qual estamos inseridos, os atributos naturais e os seus significados se encontram intimamente vinculados às atividades financeiras e agregam importância comercial, mesmo que fictícia, ao mercado dos empreendimentos imobiliários, pois se produz uma natureza particular e de interesse sob a ótica do capital. Na atualidade, o capitalismo resignifica as ideias, transforma e produz constantemente novos sentidos para a natureza na busca incessante pelo aumento do lucro e pela maior valorização do capital.

Devido à valorização do acesso aos elementos naturais propagados em alguns casos como exclusivos, diante da escassez de elementos naturais nos núcleos urbanos mais adensados e ao apelativo marketing de qualidade de vida, criou-se, a partir de novos modelos comerciais para a reprodução mundializada do capital, a necessidade do afastamento da agitação urbana e o refúgio em ambientes que transmitam a calma e o contato com a natureza, surgindo assim, a necessidade da segunda residência.

Historicamente, essa prática já era registrada desde a Antiguidade clássica com as casas de campo no Império Romano. A modalidade litorânea, que subsidia entre outras ideias o tema central desse estudo, começou a ganhar espaço em meados do século XVIII, com a utilização do ambiente marítimo nas recomendações terapêuticas da medicina. Associados a isso, após a Revolução Industrial, com a ascensão da burguesia, o aumento da urbanização e o avanço técnico que facilitaram os deslocamentos, os europeus passaram a incorporar as práticas do veraneio como símbolo de prestígio social (DANTAS, 2008).

Na Europa, ao se iniciar o século XX, o aumento do poder aquisitivo de parte da sociedade, a instituição das férias remuneradas, o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o transporte e a expansão da comunicação, dentre outros, influenciaram o crescimento da utilização da segunda residência, entretanto, de modo bastante seletivo para determinadas camadas sociais.

Naquele período, a utilização da residência secundária passou a se multiplicar pelo mundo, principalmente em países desenvolvidos, visto que por apresentarem melhor distribuição de renda, consequentemente proporcionam também maior acesso de determinada parcela da população a este mercado de habitação. Nesses países, com níveis de urbanização mais altos, as segundas residências cumprem o papel de refúgio do cotidiano agitado das grandes cidades, além de uma opção de investimento imobiliário.

No Brasil, constata-se que a valorização do morar temporariamente na praia, praticar o veraneio ou a aquisição de uma segunda residência de praia, estiveram associados historicamente às adaptações dos costumes europeus,

copiados e praticados pelas classes mais ricas da nossa sociedade. Aos poucos, com a intensificação dessa prática, com a consolidação de infraestrutura, devido também ao crescimento dos núcleos urbanos e aos novos usos das áreas litorâneas, associados à criação da ideia do morar na praia como significado de prestígio social diferenciado, o litoral passou a se transformar no objeto de desejo do modo de vida contemporâneo (DANTAS, 2008).

Associado ao uso imobiliário, ao findar a década de 1970, deu-se início a intensificação da criação de estruturas associadas à atividade do turismo. Percebe-se por parte dos estados o direcionamento de políticas públicas e investimentos, com o objetivo de dotar as áreas litorâneas com estruturas e ou equipamentos para a criação de polos de atração ao desenvolvimento e valorização do segmento de sol e praia, abundantes, sobretudo na região nordestina do Brasil. Desta forma, cada vez mais, observa-se que as áreas litorâneas ganham intensa valorização sobre as demais áreas das cidades.

A partir do século XXI, com a consolidação de um mercado financeiro mundializado, os tentáculos do capital são direcionados para inúmeros segmentos. Com a transformação do ambiente litorâneo em um recurso imobiliário mercadologicamente atrativo e valorizado, sob o discurso da geração de novos postos de trabalho e o desenvolvimento da atividade turística, uma nova fase de ocupação imobiliária litorânea começou a se processar de modo significativo na zona costeira europeia, com propagação desse valorizado mercado imobiliário para a zona costeira nordestina do Brasil.

Moraes (1999, p. 39) afirma:

Em termos sociais, tal atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva. A satisfação do consumo de segundas residências mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria de construção civil (como todo seu aporte de pessoal) nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo ao fluxo povoador.

Consolida-se de uma nova fase de especulação imobiliária que atrela o discurso da necessidade da qualidade de vida à valorização do ambiente

litorâneo e suas peculiaridades. Este segmento de mercado, comercializado a partir da criação de necessidades ao homem moderno, passa a gerar uma pseudo realização pessoal já que proporciona a possibilidade de uma exclusividade espacial e um *status* social diferenciado. Num exame apurado, sob a ótica da ciência geográfica, definem-se então, que inúmeros elementos inseridos nessa relação socioespacial fetichizada e excludente merecem sua análise.

Devido à raridade dos espaços litorâneos, associados à presença de atributos naturais e paisagísticos, cada vez menos encontrados no ambiente urbano, especialmente nas grandes cidades, a valorização financeira dessas mercadorias naturais se torna cada vez maiores e, com isso, o acesso a esse privilégio imobiliário terá sua definição em função da renda a ser paga por esse produto, negligenciando-se o uso coletivo da natureza em detrimento de um produto de acesso exclusivo e seletivo, que proporciona maior lucratividade ao mercado imobiliário.

Elege-se assim o litoral como espaço prioritário para a viabilização da reprodução do capital financeiro imobiliário. Nesse sentido, essa raridade espacial litorânea, remanescente de um quadro natural peculiar, passou a ser cobiçada pelo mercado imobiliário, e com essa atividade, passou também a ser parcelada, comercializada, financeirizada e edificada. Em muitos casos, os atributos naturais são adaptados a um padrão urbanístico estético que servem às condicionantes ambientais e que convencem ao adquirente de uma proximidade com a natureza, do acesso à qualidade de vida e ao status social tão sonhado.

Fato esse observado em alguns empreendimentos imobiliários do litoral sergipano onde houve a terraplanagem dos cordões litorâneos, característicos deste ambiente, para a criação de grandes lagoas, que trabalhadas a partir da técnica da engenharia e arquitetura, cumprem a função ambiental de drenagem das águas pluviais, ao tempo que se torna um atributo ambiental de valorização paisagística do ambiente, reforçado pelo marketing de proximidade com a natureza.

É válido ressaltar que para alimentar esse sedento mercado especulativo, dá-se, diante de informações privilegiadas e até de benefícios legais atrelados aos instrumentos de regulação do território, práticas de antecipação espacial, que para Corrêa (1995, p. 39):

constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade

Com isso, mesmo antes da qualificação estrutural de uma determinada parcela desse espaço litorâneo, é possível perceber visualmente na paisagem a existência de reservas de solo à espera dos ditames do mercado.

É válido lembrar que na atual fase do modelo econômico capitalista no qual se encontra a nossa sociedade, a interação do homem com a natureza tem como principal característica a reprodução do capital. Observa-se que a natureza tem o seu sentido alterado: passa a significar reserva de valor. No nosso caso específico, a natureza tem a sua função social transformada. O solo e os seus atributos ambientais viraram mercadorias voltadas à acumulação do capital, com vinculação direta ao mercado imobiliário (BECKER, 2001)

Assiste-se então, ao surgimento de um novo modelo de ocupação e urbanização litorânea, pois se faz necessário suprir essa nova necessidade de consumo direcionada para a sociedade urbana. Para atender a essa emergente demanda imobiliária de segundas residências ou a mais recente necessidade da moradia principal atrelada à qualidade de vida, à segurança pessoal e patrimonial e a afirmação de uma classe social extremamente segmentada com alto poder aquisitivo, o Estado passa a viabilizar obras de melhoria da infraestrutura.

Nessas áreas litorâneas, portanto, aprofunda-se uma forte especulação privada do mercado imobiliário, reforçando a ideia central desta análise, que através de intervenções com recursos públicos, se dá a viabilização da infraestrutura ainda inexistente, sob a justificativa muitas vezes, do

desenvolvimento econômico através da atividade do turismo. Mas que tem como consequência, a criação das condições para que o capital especulativo imobiliário se reproduza.

Associados à viabilidade citada, a mídia cumpre o seu papel e complementa o elo dessa cadeia reprodutiva do capital especulativo. Vendem-se empreendimentos cujo nome de fantasia já se encontra atrelado a um aspecto do ambiente natural, bucólico, com a presença do verde ou de atributos da natureza. São oferecidos a praia, a paz, o ar puro diferenciado, a exclusividade. Contudo, dotado de todos os serviços oferecidos nas cidades. Vende-se outra modalidade de viver, que leva o futuro comprador ao convencimento de que não se tem uma qualidade de vida na sua residência principal. Vende-se a ideia da liberdade, de um ambiente saudável, das férias o ano todo, da aquisição de um lote no paraíso. Trabalham midiaticamente as frustrações do ser humano urbano e a sua realização pessoal através da conquista deste produto, o qual lhe confere um status de elite e de realização pessoal.

Atrelado a isso, entra em cena a transação imobiliária, item preponderante que direciona no mesmo sentido dois objetivos: de um lado, a criação das condições financeiras vinculadas à renda do comprador, do outro, a concretização da reprodução do capital especulativo na financeirização da aquisição do sonho.

Com a incorporação na nossa sociedade da ideia do uso marítimo e turístico das áreas litorâneas, da influência das diferentes escalas do capital privado no direcionamento dos investimentos públicos, das ações do Estado a partir da criação de políticas, o resultado desse emaranhado se materializa no espaço geográfico. Sendo assim, ao se proporcionar a consolidação dessa nova lógica de produção espacial e social, determinados espaços recebem privilégios em detrimento de outros, numa relação por vezes conflituosa, mas benévola para determinados grupos empresariais que articulam suas ações em diferentes escalas.

Diante do exposto, observa-se uma significativa mudança na forma de uso residencial do litoral. Assiste-se entre o velho e o novo uso, o evoluir

do veranejar com fins de status social, para uma nova necessidade do se estabelecer no litoral como necessidade de fuga da agitação urbana atrelado ao discurso midiático da conquista e às novas formas financeiras de aquisição do bem viver e morar a beira-mar.

À medida que se pulveriza a ocupação espacial das segundas residências pelas franjas litorâneas, concomitante se intensificam os processos de urbanização com novos padrões arquitetônicos que se diferem da antiga realidade local, alteram os fixos e os fluxos e consequentemente desencadeiam nova dinâmica de ocupação e reprodução do espaço e do capital.

3 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ZONA COSTEIRA DE SERGIPE

No território sergipano o início do processo de ocupação se deu, segundo os ensinamentos de Diniz (1981), a partir das seguintes fases: primórdios da colonização; fundação da cidade-forte de São Cristóvão e expansão para o oeste. A primeira fase teve início na investida dos jesuítas, sob o pretexto da catequese dos indígenas. A segunda fase aconteceu quando da instalação definitiva dos portugueses em terras de Sergipe D'el Rey por necessidade de comunicação entre os dois mais importantes núcleos populacionais da colônia, Salvador e Olinda. A terceira fase se deu com a expansão para o agreste em função da procura por minas de prata e salitre e da captura de índios.

Para Vilar (1991), em Sergipe, a pecuária foi a atividade predominantemente no período colonial, responsável pelo abastecimento das *plantations* da Capitania da Bahia. A expansão do gado acompanhou todo o processo de ocupação do território sergipano. Partindo do rio Real, já em 1607, os rebanhos atingiam Itabaiana e Simão Dias, seguiam os cursos dos rios Vaza-Barris, Sergipe e São Francisco. O gado abriu caminhos, posteriormente substituídos por estradas. Esses caminhos ligavam o interior às zonas costeiras, constituindo-se, juntamente com os rios, nos primeiros corredores econômicos da colônia. Nesse sentido, constata-se que é possível perceber o quanto o processo de ocupação do território sergipano contribuiu

para uma relação dualista litoral/sertão, que associados ao processo de desenvolvimento socioeconômico do estado perduram até os dias atuais.

Para Moraes (1999), a formação do território do Brasil nos apresenta uma estrutura de eixos bem definidos de ocupação, que após as suas consolidações, extravasaram um processo capilar de povoamento de seus entornos. Tais eixos, que inicialmente foram ditados pela topografia e pela rede de drenagem, tem como característica comum demandarem a costa, onde, de acordo com suas potencialidades, animaram o crescimento urbano. Assim, cada localidade costeira se inseriu em um sistema de povoamento linear litoral/sertão, com pequenos circuitos intercosteiros no início da segunda metade do século XX. Ainda segundo o citado autor, foi no final da década de 1950, com a consolidação do domínio econômico urbano-industrial e a mudança do padrão de acumulação vigente no país, que se apresentou uma sensível transformação no ritmo de ocupação da costa. Um primeiro ponto a se destacar nesse novo padrão foi a significativa aceleração do processo de industrialização brasileiro, que ultrapassando o estágio da substituição de importações, ancora-se agora na maciça entrada do capital transnacional. Vários ramos importantes, em instalação, vão sofrer grande dependência do abastecimento de insumos externos, o que direcionou a sua localização à proximidade dos sítios portuários. Desta forma, não se pode desprezar a industrialização na avaliação dos vetores da veloz e intensa ocupação da costa brasileira nas últimas décadas. Apesar de sua presença se manifestar de forma pontual e concentrada, de certo modo acentuando o padrão colonial de assentamento, o impacto direto e indireto da atividade industrial é bastante sensível. Para o autor, no que importa aos efeitos sociais, cabe primeiramente apontar a influência da industrialização, mediante geração de empregos diretos e indiretos gerados, sobre a dinâmica da população, atraindo fluxos migratórios para os locais de sua instalação. Nesse contexto, a relação indústria/crescimento urbano também se exerce com toda potência nas cidades litorâneas eleitas para sediar tal atividade. Diante disso, a atividade industrial teve papel fundamental na conformação

das atuais regiões metropolitanas da zona costeira brasileira, visto que as atividades desenvolvidas demandaram inúmeras estruturas de apoio.

Vale registrar o dinamismo subjacente a essa atividade, o qual estimulou a formação de amplo setor gerador de serviços e produtos conexos. Tais tarefas da esfera da reprodução, ao se estruturarem em moldes modernos, gestam novos estratos sociais que a bibliografia chama de camadas médias urbanas. Ainda para Moraes (1999), essas camadas vão constituir a clientela essencial de outro vetor de atuação no processo contemporâneo de ocupação da zona costeira. Trata-se do fenômeno da segunda residência, altamente disseminado em longos espaços dos entornos das capitais estaduais e das grandes aglomerações do litoral brasileiro. Entretanto, para Strohaecker (2008), alguns fluxos migratórios direcionados para essas localidades constituem-se, muitas vezes, de contingentes populacionais que não são absorvidos pelo mercado de trabalho formal, intensificando os processos de favelização, periferização e de ocupação de áreas impróprias aos assentamentos urbanos. Desta forma, entende-se que o processo de urbanização se constitui em um dos aspectos mais importantes para o entendimento da ocupação da zona costeira na atualidade.

Ao analisar o litoral sergipano, observa-se que alguns fatores dificultavam a sua ocupação territorial mais intensa: o recorte territorial das principais bacias hidrográficas, a ausência de interligação rodoviária adequada, grande parte do litoral com características rurais, a expansão urbana concentrada na capital do estado e, sobretudo os interesses econômicos voltados para outros setores produtivos. Fatores esses que na atualidade já se encontram em processos de ajustes e readequação para plena ocupação.

A partir de meados da década de 1980, a antiga fragilidade na circulação desse espaço geográfico começou a ser relativamente quebrada com o início da adequação de rodovias litorâneas, interligações hidroviárias e a criação de infraestrutura. Essas obras passaram a se tornar eixos balizadores da ocupação territorial mais efetiva e que facilitaram, intensificaram e diversificaram fluxos geográficos e a partir de então, alguns municípios da zona costeira sergipana

passaram a conhecer os reflexos territoriais, a exemplo da diversificação no tipo de uso da terra, o surgimento de empreendimentos voltados para o turismo, a valorização do preço dos terrenos, a intensificação da circulação rodoviária e a forte especulação imobiliária.

A história do litoral sergipano esteve intimamente ligada à produção da cana de açúcar na zona costeira e, sobretudo, do coco-da-baía na franja litorânea, atividade agrícola que colocou o estado de Sergipe em destaque no cenário produtivo nacional neste cultivo. Todavia, a década de 1980 inaugurou as primeiras ações que nortearam um redirecionamento da antiga função rural das terras litorâneas de Sergipe. Deu-se início a abertura de estradas perpendiculares ao principal eixo rodoviário, a rodovia BR-101, interligando-a com pequenos núcleos habitacionais litorâneos e atualmente, com o direcionamento de políticas públicas ao desenvolvimento da atividade turística. É o espaço de uma dinâmica que apresenta inúmeras contradições, em parte, materializadas na sua paisagem, que, por conta disso, tem-se transformado de maneira expressiva ao longo das últimas duas décadas.

De acordo com França (1988), em seu estudo intitulado “A cultura do coco da baía e as transformações no litoral sergipano”, a abertura de estradas aumentou a acessibilidade e, num primeiro momento, contribuiu para aumentar a renda resultante da produção do coco, mas também aumentou o valor dos terrenos litorâneos, tendo em vista o aumento do potencial especulativo. Em Sergipe, na década de 1980, a abertura de estradas na faixa litorânea, como a Rodovia dos Náufragos (Aracaju), José Sarney (Aracaju), as estradas da Caueira (Itaporanga D’Ajuda), Saco da Boa Viagem (Estância) e a Rodovia SE 100 Norte para o município de Pirambu são exemplos desse fato.

França (1988) nos apresenta um caminho analítico para a compreensão de um futuro de especulação imobiliária/turística na zona costeira sergipana com a seguinte afirmação:

a Rodovia do Coco, destinada a facilitar o escoamento da produção, que está sendo construída em todo o Nordeste, na verdade, está contribuindo e intensificará a redução da produção. Tal fato já pode ser constatado no litoral

norte da Bahia e sul de Alagoas, onde os loteamentos invadiram a faixa litorânea, reduzindo sensivelmente a atividade agrícola. É a “estrada do coco” ou a “estrada do turismo/especulação”? (FRANÇA, 1988, p. 110).

A partir da década de 1990 se iniciou a interligação rodoviária paralela à linha de costa. Assiste-se então a mais uma etapa no processo de estruturação da zona costeira sergipana com a implementação de próteses da engenharia, a exemplo das Rodovias SE100 sul e norte; a implementação do serviço de interligação hidroviário de veículos entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros sobre o rio Sergipe, e Aracaju e Itaporanga D’Ajuda sobre o rio Vaza-Barris. Em seguida, efetivou-se o prolongamento da Rodovia SE-100 sul no trecho entre o Povoado Praia do Saco ao Povoado Porto N’Angola (Estância) e a interligação hidroviária entre os municípios de Estância e Indiaroba sobre o estuário do rio Piauí. Ressalta-se ainda, a pavimentação asfáltica do trecho que interligou o povoado Terra-Cáida e também o povoado Pontal, ambos localizados na área estuarina do rio Piauí, no extremo sul do estado, que por sua vez efetivou a interligação rodoviária desses núcleos com o estado da Bahia.

Na primeira década dos anos 2000, três grandes intervenções são dispostas no sentido da efetivação do traçado rodoviário litorâneo de Sergipe. No ano de 2002, o estuário do rio Japaratuba passou a ser sobreposto via rodovia SE100-norte, com a inauguração da ponte interligando os municípios de Barra dos Coqueiros e Pirambu. Logo após, no ano de 2006, a inauguração da ponte Construtor João Alves interligou a capital Aracaju ao município da Barra dos Coqueiros.

Com isso, concretizou-se aproximadamente 50% de trafegabilidade por via asfáltica da zona costeira do litoral norte sergipano. Mesmo com a alternância dos grupos políticos que geriam o estado, a política governamental de estruturação litorânea teve continuidade. A inauguração da ponte Jornalista Joel Silveira no ano de 2010 interligou a Zona de Expansão urbana da capital ao município de Itaporanga D’Ajuda, e no ano de 2013, com a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff, foi inaugurada a ponte Gilberto

Amado, considerada na época a maior ponte fluvial do Nordeste brasileiro, que interligou a totalidade de um traçado rodoviário litorâneo.

É válido ressaltar que no trecho norte da rodovia SE-100, entre os municípios de Pirambu ao município de Brejo Grande, limite estadual com o estado de Alagoas, o traçado rodoviário era realizado sobre pavimentação de terra (piçarra), mas no ano de 2015 foi dado início ao processo de adequação e pavimentação asfáltica desse trecho e que até meados do ano de 2020 ainda não havia sido concluída, mesmo com as verbas asseguradas através do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (PROINVEST), com investimentos no valor inicial de R\$ 38.775.570,02 para o asfaltamento de 47,23 km.

Diante da efetivação das ações acima citadas, é possível percorrer por via litorânea, o trecho entre a cidade de Aracaju à rodovia litorânea Linha Verde, no estado da Bahia. Apesar desse fato, excetuando-se o Povoado Praia do Saco no município de Estância, não se verificou uma intensificação na ocupação do solo no litoral sul sergipano, o que pôde ser observado foram práticas de antecipação espacial, como a negociação de grandes áreas urbanizáveis, que se deram pela possibilidade entreabertas pela interligação rodoviária através das pontes.

Atualmente, a zona costeira sergipana apresenta um cenário territorial diversificado, mostrando ao mesmo tempo características rurais e urbanas, com áreas de intensa ocupação e de ocupação rarefeita. É possível ainda elencar usos múltiplos por diversos outros segmentos da economia e ainda, apontar áreas de conflitos territoriais na produção e reprodução deste espaço, na medida em que se torna um produto e expressa as desigualdades e as contradições da sociedade que a constrói.

O espaço litorâneo sergipano se tornou uma mercadoria cara. A especulação imobiliária, o crescimento das segundas residências, a construção dos eixos estruturantes e as iniciativas de desenvolvimento do turismo no litoral sergipano têm provocado significativas modificações paisagísticas, territoriais e sociogeográficas, visto a atual estrutura de circulação fluida do litoral.

Desta forma, nos deparamos com um espaço geográfico dinâmico e rico de elementos que produzem profundas mudanças espaciais, pois de um lado, cria um espaço homogeneizado por altos padrões construtivos que destoam radicalmente da realidade socioeconômica média dos municípios, e do outro, acentua conflitos e disparidades sociais.

Em Sergipe, para Vilar (2010), vale destacar que a ocupação da zona de expansão de Aracaju, e igualmente do Litoral Sul se processou lentamente até os anos 1970. Todavia, a partir dessa década, registra-se na literatura uma série de ações governamentais que intensificaram a infraestrutura geográfica da área e o processo de ocupação, cuja característica mais evidente é seu tom desordenado. Ainda de acordo com o citado autor, em 1980, com o asfaltamento da Rodovia dos Náufragos, interligando por via costeira a cidade de Aracaju ao antigo Povoado Mosqueiro, no extremo sul dos limites municipais, intensificou-se o crescimento demográfico e de loteamentos nessa área.

Para Leite (2007), com a edificação da citada rodovia, moradores da capital passaram a frequentar o povoado, enquanto veranistas adquiriam terrenos e construíam casas. Atualmente, algumas delas se tornaram moradias permanentes, acentuando-se o processo através da especulação imobiliária, que ao longo dos anos vem se efetivando fortemente, fato evidenciado no número de condomínios fechados construídos à beiramar nessa área e em loteamentos na parte sul e oeste da comunidade.

Na atualidade, constata-se que o estado de Sergipe se encaixa na tendência nordestina da urbanização litorânea, pois ao se percorrer a estrutura viária existente no litoral sergipano, visualiza-se a disseminação de toda uma armadura estrutural que viabiliza a implantação de inúmeros empreendimentos imobiliários que se processam de norte a sul da Rodovia SE-100, alguns efetivamente concluídos, outros em processo de edificação e outros em fase de licenciamento e implementação. Em termos sociais, essa atividade desorganiza em muito a sociabilidade dos locais onde se instala, ao inaugurar um mercado de terras ascensional e ávido, gerando uma situação fundiária tensa e conflitiva.

As atividades econômicas das áreas estuarinas sob a influência da Rodovia SE100 e das pontes edificadas no litoral apresentam uma nova dinâmica nesses últimos anos. As atividades tradicionais, a pesca e a agricultura aos poucos vão perdendo espaço para atividades ligadas à especulação imobiliária e a algumas iniciativas pontuais ligadas ao turismo de praia. De acordo com Moraes (1999), a satisfação do consumo de segundas residências mobiliza proprietários de terras, incorporadores, corretores, e a indústria da construção civil nas áreas litorâneas, o que vai constituir, em si, num acréscimo ao fluxo povoador.

Para Dantas (2008), com o desenvolvimento da vilegiatura marítima, os espaços litorâneos são engendrados tanto pela valorização como pela urbanização. Os loteamentos, os arruamentos, os quarteirões, as esquinas, os muros, as casas, os condomínios, os carros, os eletrodomésticos, os novos costumes e as pessoas desconhecidas passam a compor a paisagem das praias eleitas pelos veranistas.

Na realidade sergipana, a atuação do governo estadual na implementação de uma política pública justificada pelo discurso da promoção do desenvolvimento econômico através do turismo, está, na prática, carregada de contradições no que se refere à produção do espaço litorâneo, pois (re)produz a segregação socioespacial e a valorização do capital, via empreendimentos imobiliários.

De acordo com Limonad (2007), lado a lado com o desenvolvimento do turismo tem-se uma intensificação da urbanização dispersa, através da proliferação de condomínios e loteamentos horizontais voltados para atender a demanda de segundas residências, casas de veraneio para habitantes das cidades próximas, inclusive para compradores internacionais, além de alimentarem o mercado de investimento especulativo. Essa realidade pode ser facilmente percebida ao se percorrer o litoral sergipano em ambas as direções. Entretanto, a redefinição do olhar e a valorização da zona costeira nordestina é fruto também de uma forte investida governamental através de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento da atividade do turismo.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA DO LITORAL SERGIPANO

No litoral de Sergipe, a partir dos investimentos públicos de criação e adequação de infraestruturas de circulação houve o redesenho de um conjunto de medidas que foram realizadas para responder às demandas da reorganização de um espaço de forma mais racional, para a maior fluidez e viabilização da acumulação capitalista tendo como base dessa reprodução o espaço geográfico e a sua intensificação de uso a partir da especulação imobiliária que se processa em diversos segmentos: loteamentos regularizados ou não; condomínios fechados horizontais, verticais e temáticos (haras, fazendas, clube); e ocupações de terras.

Evidencia-se, assim, que ao se descortinar o horizonte dos investimentos estatais voltados para o crescimento da “indústria” do turismo de sol e praia, constata-se na prática, como consequência, a refuncionalidade de terras anteriormente agrárias numa transformação em mercadorias imobiliárias especulativas, com brutal reconfiguração geográfica em determinados setores do litoral sergipano.

Se as décadas de 1990 e 2000 marcaram o início da estruturação de uma base territorial que viabilizasse condições ao desenvolvimento do turismo, o final da década de 2000 e até meados da década de 2010 podem ser considerados marcantes no início da intensificação da exploração imobiliária do litoral sergipano com o surgimento e a comercialização de inúmeros empreendimentos.

No estado de Sergipe e sua capital, o processo tardio de ocupação das terras do litoral para fins imobiliários é o que os diferencia das principais cidades marítimas nordestinas com um nível de urbanização já consolidado. Tal fato reflete um emaranhado de relações diversas que podem ser consideradas do ponto de vista socioespacial e temporal, nas quais várias iniciativas privadas ou de interesse coletivos, atreladas à ordem ambiental, natural e ou humana, foram preponderantes para essa dinâmica de ocupação desigual.

Nesse sentido, os processos de readequações urbanas, de revalorização de antigas áreas, de incremento de novas infraestruturas como se vê no litoral de Sergipe, sob o pretexto do desenvolvimento econômico a partir do turismo, nada mais é do que a ação do Estado, criando as condições necessárias para que os espaços ociosos, especulativos ou com baixa valorização, possam ser inseridos ou reinseridos na lógica atual do mercado.

Segundo Carlos (2004), no atual modelo de desenvolvimento, o Estado tem a função de criar mecanismos que minimizem os obstáculos ao investimento do setor imobiliário sem que seja questionada a existência da propriedade privada do solo. Para a autora, a legislação que regulamenta o uso dos solos e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infraestrutura e os planos de revalorização de áreas são alguns dos exemplos da ação do Estado que tem por finalidade a valorização de capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, do capital em geral. Nesse sentido, a realidade que se processou no litoral de Aracaju e que atualmente se estende por todo litoral sergipano, atende a essa lógica de reprodução sustentada nas ações públicas que perdura até os dias atuais. Assim, o desdobramento desse processo de urbanização litorânea é resultado de uma reprodução intensificada de capitais que gera formas de produção espacial, ao se evidenciar e resignificar paisagens que no transcorrer da história foram idealizadas pelos agentes sociais.

No cerne deste crescimento, em que as ações do capital se dão em diferentes intensidades de atuação e com base nas peculiaridades de cada trecho litorâneo, constatase uma atual metamorfose desses espaços, com direcionamento de pequenas propriedades e também das antigas fazendas de produção de coco da baía, com baixa dinamização econômica nos dias atuais, à produção de um solo urbano comercializável. São pelas diferentes condições de combinações que se dão as possibilidades de outros usos deste solo litorâneo. Nesse sentido, ao tempo em que as estruturas de circulação e a intensificação imobiliária foram estabelecidas no litoral aracajuano como espraiamento para além dos seus limites municipais, foi possível constatar

algumas iniciativas estatais que contribuíram, na diversificação de outros usos para o litoral sergipano com reflexos na reprodução deste espaço.

Ao analisar esses usos, é possível afirmar que o Estado se apresentou como grande agente responsável pela reprodução deste espaço e que a partir das suas intervenções, constrói, destrói e reconstrói e com isso complexifica a geografia litorânea, e se torna um grande indutor de tendências de ocupação e gera novas perspectivas de uso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do litoral sergipano ao longo de seu processo de formação e reconstituição é emblemática para entender a própria incorporação dos espaços e para o atendimento da expansão do capitalismo ao incorporar áreas para acumulação capitalista. De praia com ocupação elitizada para veraneio e a consequente instalação de infraestruturas demandadas com o passar dos anos, o litoral aracajuano foi incorporado ao tecido urbano, juntamente com a sua valorização para o uso turístico, como área de lazer e entretenimento da capital. A valorização dos espaços litorâneos se deu pela intervenção do Estado e atuação de capital nacional e também estrangeiro, e nesse sentido o litoral sergipano atravessa transformações socioespaciais que o preencheram de novos conteúdos e relações.

Refletir sobre a atual dinamicidade que se processa no litoral de Sergipe é debruçar sobre um emaranhado de relações que se encontram interligadas neste espaço geográfico. A tentativa da viabilização da atividade econômica do turismo a partir do final da década de 1980 figurou e se perpetua atualmente como o pano de fundo para uma série de investimentos estatais, na estruturação e consequente reprodução de um espaço diferenciado na zona costeira nordestina em geral e no litoral sergipano em particular.

Nesse sentido, ficou constatado que o Estado, numa parceria de submissão ao mercado, é o principal protagonista na produção e reprodução do espaço litorâneo sergipano, tanto pelo o poder da regulação das relações

sociais, quanto pelo provimento das infraestruturas. Diante disso, influenciam diretamente a produção das condições que viabilizam a reprodução do capital privado no litoral, mas que têm uma aparência de um agente do processo desencadeador do desenvolvimento.

É válido ressaltar que os investimentos no turismo foram e são propagados por meio de uma retórica política ideológica dominante que apresentou a estruturação dessa atividade como uma solução viável para o desenvolvimento econômico do estado de Sergipe. Entretanto, o ideal da geração de emprego, renda e dinamização fiscal estadual é apenas a dissimulação de um discurso que alimenta um sistema de dependência financeira, viabiliza a estrutura de especulação imobiliária e não cumpre o seu objetivo principal. Essa política de investimento estatal desencadeou o surgimento de uma nova armadura territorial, estabelecida através da criação de infraestruturas de engenharia que possibilitaram a efetivação de vias de circulação no litoral, que imprimiram, sobretudo nas primeiras décadas do século XXI, novos sentidos e novos usos desta porção do território sergipano.

Disto resulta que não existe, de fato, um movimento de ampliação das atividades que envolvem o mercado do turismo ao longo do litoral de Sergipe, mas sim, pelo que foi constatado, um tímido desempenho socioeconômico para o que foi proposto. Logicamente, como era de se esperar, foi observado diante da dinâmica que se processou, um avanço considerável na atividade do segmento imobiliário na ocupação do litoral. É digno que se registre ainda, que os novos empreendimentos imobiliários instalados ao longo do litoral sergipano, em sua totalidade, não trazem em sua perspectiva de uso a associação com a atividade do turismo, mas exclusivamente o imobiliário residencial.

A atividade de turismo em Sergipe não atingiu o objetivo definido nos projetos e programas propostos nas políticas para o desenvolvimento do turismo. Outrossim, evidencia-se que a sustentação da ideia de desenvolvimento alimenta um ciclo de dependência financeira voltado para a contratação de novos empréstimos por parte do governo do estado, utilizados

para novos investimentos, que são demandados por novas necessidades determinadas pelo mercado imobiliário, numa tentativa interminável da efetivação das condições necessárias para o almejado desenvolvimento econômico proporcionado pela atividade do turismo.

Nesse movimento, a intimidade nas relações entre o Estado e o capital privado direcionam os investimentos e criam as condições necessárias para a ampliação do lucro. Nota-se, diante das medidas implementadas, assim como em muitas outras que se processam na atualidade, que o grande interesse pela implementação do turismo não vai além da munição de grandes investimentos focalizados em determinados pontos do litoral.

O objetivo final é atender interesses imediatos de ordem econômica, beneficiar grupos empresariais da construção civil, ao tempo em que se edifica a plena circulação rodoviária e valorização das terras costeiras. Entende-se que esses investimentos se traduzem como no desenrolar do tapete vermelho da especulação imobiliária ao longo da faixa litorânea de Sergipe e suas áreas de influência.

REFERÊNCIAS

- ANTON CLAVÉ, S. La urbanización turística. De la conquista del viaje a la reestructuración de la ciudad turística. **Doc. Anàl. Geogràfica**. 32, 1998, 1743. <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=239352&orden=84639&info=link>
- BECKER, B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 2001, p. 1-7.
- CARLOS, A. F. A. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. IN: CARLOS, A. F; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CORRÊA, R. L.. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.
- DANTAS, E. W. C; PANIZZA, A. de C.; PEREIRA, A. Q. Vilegiatura Marítima no Nordeste Brasileiro. **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Universidade de Barcelona, 2008.
- DINIZ, J. A. F., **Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste Meridional**. Recife: SUDENE, 1981.

- FRANÇA, V. L. A. Mudanças nas áreas cocoicultoras do litoral Sergipano. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). NPGeo. UFS. São Cristóvão, 1988.
- HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- LEFEBVRE, H.. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. s (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006 2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-doespac3a7o.pdf. Acesso em: 15/03/2022.
- LEITE, M. M. B. X. Educação ambiental e resistência: o caso do Mosqueiro (Aracaju/SE). **Anais EPEA**. Unesp. Rio Claro, 2007.
- LIMONAD, E.. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007b, vol. XI, núm. 245 (40).
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1999.
- VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M de. A Zona de Expansão de Aracaju: contribuição ao estudo da urbanização litorânea de Sergipe. IN: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M de. (Orgs.), **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. EDFUS, São Cristóvão, 2010, p. 62-80.
- VILAR, J. W. C., O papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). NPGeo. UFS, 1991.
- STROHAECKER, T. M. Dinâmica populacional. IN: **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil** – Brasília: MMA, 2008.
- ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. **Kriterion: Revista de Filosofia**. Vol. 54, nº 127. Belo Horizonte, 2013.

Capítulo 7

CONFLITOS AMBIENTAIS NO LITORAL SUL DE SERGIPE

Fagner Santos de Oliveira
José Wellington Carvalho Vilar
Carla Norma Correia dos Santos

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos ambientais são estudados pelos geógrafos há um bom tempo (VILAR; VIEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2020). O olhar territorial sobre tais conflitos permite análises integradas que envolvem tanto os aspectos naturais quanto os sociais, configurando assim estudos socioambientais. A leitura geográfica dos conflitos também convida à definição de atores e ao estabelecimento de tipologias na perspectiva de entender sua espacialidade.

O termo conflito tem sua origem etimológica no latim *conflictu* e corresponde, numa primeira aproximação, a choque, embate, peleja a partir de uma profunda falta de entendimento entre duas ou mais partes. A imposição dos interesses dominantes é fundamental no desfecho desse embate. Para avançar no debate, vale ressaltar que cada conflito possui uma forma peculiar de se manifestar, tem uma lógica própria, uma trajetória e uma dinâmica particular (NASCIMENTO, 2010). Mas a noção de conflito ambiental difere segundo a visão de mundo dos indivíduos e, de modo genérico, decorre da disputa pela apropriação e pelo uso dos recursos naturais. O reconhecimento desses conflitos nem sempre é tarefa fácil, uma

vez que pode envolver uma quantidade considerável de atores, situações complexas, contextos históricos e territoriais distintos e intensidades diferenciadas (SANTOS; VILAR, 2014; FONSECA; VILAR; SANTOS, 2010; VILAR; VIERIA, 2014).

O objetivo do presente capítulo é discutir os conflitos ambientais do Litoral Sul de Sergipe, com foco nos espaços da APA em Estância, mais exatamente nas comunidades costeiras. Para tanto, foi feita uma apresentação geográfica da área de estudo e uma análise dos conflitos a partir da definição dos atores e da seguinte tipologia: controle sobre os recursos naturais; impactos da ação humana e natural; e uso dos conhecimentos ambientais (LITTLE, 2001).

Em termos metodológicos, foram selecionados dezesseis povoados³⁵ inseridos na APA Litoral Sul em Estância e aplicados dezenove questionários aos líderes das respectivas comunidades e representantes de associações. Ademais, estas informações foram complementadas com dados coletados mediante entrevistas junto a representantes da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Estância, do órgão gestor da APA, de presidentes de associações e movimentos de entidades sociais locais e de líderes dos povoados, perfazendo o quantitativo de treze atores entrevistados. Ao todo foram contactados como informantes da pesquisa vinte e nove atores, cuja representatividade local dá força ao universo amostral.

2 A ARENA DOS CONFLITOS

O processo de ocupação do litoral do estado de Sergipe concentrou-se até o século XIX nos tabuleiros e nos fundos dos vales, relativamente distante da linha de costa, da zona de praia. A partir do século XX, com a dominação e valorização seletiva do território, impulsionada pela construção de rodovias, ocorre uma expansão territorial em direção as áreas mais costeiras,

³⁵ Farnaval, Ribeiro, Tibúcio, Ouricuri, Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Massadiço, Coqueiro de Fora, Coqueiro de Dentro, Ribuleirinha, Ribuleira Grande, Praia das Dunas, Boa Viagem, Praia do Saco e Porto do Mato.

que pouco a pouco se tornam espaços altamente valorizados e atraentes ao capital estatal e privado. O processo de ocupação realizado durante o século XXI promove uma maior fluidez territorial, observando-se uma urbanização difusa que amplia a atividade turística e imobiliária no litoral de Sergipe, que apresenta 163 km de extensão, ocupa uma superfície de 5.453,8 km², e inclui vinte e três municípios.

De acordo com o GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro), o litoral sergipano está dividido em três setores: norte, centro e sul. O Litoral Sul apresenta uma área de 2.480,1 km² e de acordo com a classificação do GERCO estadual, está composto pelos municípios de São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Ao considerar as transformações territoriais, ambientais e socioeconômicas pelas quais o litoral sergipano vem passando, Vilar *et al.* (2016) propuseram uma nova regionalização, cujos critérios estão relacionados à localização e ao poder de aglutinação da região metropolitana de Aracaju. De acordo com essa divisão, o litoral sergipano é segmentado em três setores: norte, metropolitano e sul, sendo este último constituído pelos municípios de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, pois São Cristóvão, que na classificação do GERCO pertencia ao Litoral Sul, passa a integrar o Litoral Metropolitano.

No Litoral Sul verifica-se a presença de planícies e tabuleiros costeiros, bem como de uma elevada densidade da rede hidrográfica, o que promove uma abundância de recursos pesqueiros. Quanto aos aspectos fitogeográficos, possui uma grande área de restinga arbórea, manguezais, dunas, mata ciliar, com enclaves de mata atlântica, uma vez que nesta porção do litoral sergipano predomina o clima tropical subúmido, que sofre a influência da maritimidade, apresentando uma maior regularidade das precipitações e um regime pluviométrico caracterizado por chuvas mais abundantes no período outono/inverno (SANTOS, 2017).

Os manguezais e coqueirais têm dado lugar à expansão urbana em grande parte dessa área e a carcinicultura encontrou espaço para ampliação,

sobretudo no município de Indiaroba, comprometendo a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade das águas. Os manguezais, presentes nos estuários dos rios Piauí e Real, nas áreas de influência fluviomarinha, são ecossistemas complexos, bastante férteis e diversificados, representando “berçários naturais” tanto para as espécies típicas desses ambientes, como para animais, aves, peixes, moluscos e crustáceos, que aqui encontram as condições ideais para reprodução. Estes ecossistemas produzem matéria orgânica para os estuários e desta forma, sua manutenção é vital para a subsistência das comunidades pesqueiras que vivem em seu entorno e também para manutenção da linha de costa.

O Litoral Sul de Sergipe apresenta uma diversidade de atrativos naturais, reflexo das mais variadas formas de uso e ocupação do solo, que promovem uma crescente valorização econômica e intensificam a atração de investimentos públicos e privados para esse território costeiro, onde atividades como a pecuária, carcinicultura, cultivo do coco e turismo, vêm interferindo na configuração das paisagens e promovendo a perda da identidade cultural de parte da população local e conflitos ambientais, igualmente problemáticos. Lima (2010), ao estudar o Litoral Sul de Sergipe, corrobora com essa ideia ao afirmar que:

As principais ameaças referem-se aos seguintes elementos: uso e ocupação irregular do solo litorâneo, aumento da exploração indevida dos recursos naturais (dunas e mangues), crescimento da carcinicultura, sobreposição de costumes e culturas e deficiência do planejamento integrado turístico (LIMA, p. 10).

Neste contexto, no espaço costeiro são criadas novas formas geográficas e novas funções sociais em um território em que atividades tradicionais como a pesca, a agricultura, a coleta da mangaba e a mariscagem eram predominantes. As belezas paisagísticas existentes vêm atraindo um grande número de turistas e visitantes, sobretudo para as localidades de praia, o que torna imprescindível a análise dos seus aspectos ambientais, para desta forma avaliar os impactos socioambientais ocasionados pelos investimentos públicos e privados e os conflitos ambientais.

Os municípios do Litoral Sul de Sergipe apresentam aspectos ambientais problemáticos e da mesma forma sofrem impactos ocasionados pela reestruturação econômica pela qual vem sendo submetidos. A ocupação territorial recente e acelerada do Litoral Sul de Sergipe intensificou o processo de degradação ambiental, uma vez que diversas atividades econômicas são baseadas na extração de recursos naturais sem tipo algum de manejo, gerando pressão sobre a biodiversidade e sobre o território costeiro.

Nesse contexto, são necessárias medidas que garantam a sustentabilidade do uso dos recursos, a fim de assegurar um desenvolvimento territorial de longo prazo. Assim, considerando sua elevada fragilidade ambiental, seu patrimônio natural e a construção da rodovia SE-100 sul, foi instituída a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe³⁶, através do Decreto Estadual Nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993, que define a estrutura de ocupação do espaço compreendido entre a foz do rio Vaza-Barris e a desembocadura do rio Real numa superfície ligeiramente retangular de 542 km², delimitado ao leste pelo oceano Atlântico, com uma linha de costa de 55,5 km, e a oeste, por uma linha imaginária de 10 a 12 km de largura do litoral para o interior (SANTOS; VILAR, 2014).

A APA Litoral Sul, constituída basicamente por praias, restingas arbóreas, manguezais, terraços marinhos e fluviomarinhos, cordões litorâneos, manchas preservadas de Mata Atlântica, dunas e lagoas, além dos balneários da Caueira (Itaporanga d'Ajuda), Abaís, Praia das Dunas e Praia do Saco (Estância) vem sofrendo impactos em virtude das atividades turísticas e econômicas, sobretudo através da ocupação residencial de veraneio. Essa unidade de conservação de uso sustentável foi criada com o intuito de ordenar os usos e ocupação dos espaços litorâneos dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba que se caracterizam por apresentar uma grande variedade de paisagens naturais, compostas por ambientes frágeis e vulneráveis à ação antrópica.

³⁶ Embora esta seja a denominação oficial registrada no Decreto Estadual Nº 13.468, de 22 de janeiro de 1993, aqui utilizaremos a expressão mais objetiva e como é reconhecida localmente: APA Litoral Sul.

Os municípios localizados no Litoral Sul de Sergipe, embora apresentem algumas características que lhes conferem certa homogeneidade, apresentam também uma diversidade social, econômica, ambiental e fundiária que permite diferenciá-los e tornam evidente uma multiplicidade de usos do território, geralmente acompanhados de conflitos ambientais de intensidade e tipos variados. Neste contexto, ao mesmo tempo em que é necessário identificar as potencialidades turísticas desta porção do litoral sergipano, também é imprescindível estabelecer restrições quanto ao uso de cada elemento paisagístico.

A APA Litoral Sul de Sergipe sinaliza a possibilidade de ordenamento de usos e ocupação no espaço, através de instrumentos de planejamento e gestão, que buscam proteger e conservar a qualidade ambiental dos sistemas naturais locais. Mas se observa a pouca participação da sociedade no processo de ordenamento do espaço e das atividades econômicas e a dificuldade de utilização dos instrumentos de gestão ambiental para auxiliar a resolução de conflitos. A ausência de um planejamento integrado reflete a falta de articulação entre os diversos setores da Administração Pública que deveriam mediar conflitos nos quais os atores sociais se apropriam, dominam, (re) constroem e usam os territórios da APA numa relação contraditória, tendo em vista diversos interesses econômicos e sociais, em geral oponentes e difusos. Apesar de contar com uma série de instrumentos de planejamento, como o zoneamento ecológico-econômico e o plano de manejo, algo pouco usual nas UCs de Sergipe, a APA Litoral Sul encontra-se em processo de degradação em decorrência de ações humanas.

A população de maior poder aquisitivo se apropria e usa o espaço litorâneo como fonte de geração de riqueza, ou seja, como um produto explorado e consumido, ao passo que várias comunidades locais e tradicionais são espoliadas e/ou excluídas dos territórios onde utilizavam os recursos naturais como única fonte de sobrevivência. Os problemas associados aos instrumentos de gestão e a dificuldade de implementação de planos tendem a facilitar a dilapidação dos recursos ambientais, sendo que grande parte

da vegetação original já foi desmatada em função da agropecuária, e mais recentemente para atender as demandas do turismo predatório e excludente, tendo como reflexo a espoliação e/ou exclusão das comunidades locais e tradicionais, como as marisqueiras, pescadores e catadoras de mangaba, usuários dos recursos ambientais como substrato de vida.

No Litoral Sul de Sergipe, as comunidades tradicionais estão sendo impedidas de ter acesso ao mar e às áreas de restinga e ao ecossistema manguezal, dos quais dependem para sua subsistência. Diante dessa situação, representantes legais de instituições não governamentais da área da APA, a exemplo da colônia de pescadores, do grupo das catadoras de mangaba e das ONGs locais, deram entrada em 2007 na petição de recategorização da área da APA para RESEX (Reserva Extrativista), que deve abranger áreas dos municípios de Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda e Santa Luzia do Itanhy. Reservas Extrativistas são importantes para o meio ambiente e para a população que nelas vivem, tendo em vista que contribuem para o melhor aproveitamento dos recursos naturais, fortalecendo a renda e melhorando as condições de vida das comunidades tradicionais (ARAÚJO, 2014).

As reservas extrativistas surgem como a alternativa mais indicada, quando se trata de conservação em espaços ocupados por comunidades tradicionais à medida que conciliam preservação ambiental e proteção da riqueza cultural existente nos modos de vida dessas populações. A coleta da mangaba é uma forma de sustento tradicional e hereditária que atualmente está ameaçada pela escassez da mangabeira. As reservas extrativistas são pensadas a partir do uso sustentável dos recursos naturais em consonância com o reconhecimento do direito de permanência das comunidades locais em seus territórios costeiros.

Audiências públicas foram realizadas nas cidades de Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba e Estância, para discutir a criação da Resex, que tem gerado tanto mobilizações a favor quanto mobilizações contrárias, sobretudo por parte dos grandes proprietários que receiam que suas propriedades estejam dentro dos limites das Unidades de Conservação, pois temem as restrições

impostas caso seja criada a reserva extrativista Contudo, as mobilizações em prol da criação da Resex têm trazido resultados positivos, pois favoreceu a participação mais efetiva das comunidades nas discussões das causas que lhes dizem respeito.

O Litoral Sul de Sergipe também vem sendo usado para o fortalecimento do turismo, através de ações promovidas pelos poderes públicos e privados que em geral não consideram as fragilidades ambientais e tampouco as condições de vida das populações tradicionais que retiram desse território a base para sustentação, como é o caso evidente das catadoras de mangaba e das marisqueiras. Nesse contexto, intensificam-se os conflitos territoriais, com perdas para a biodiversidade e para a sociodiversidade, pois o Litoral Sul também é ocupado por comunidades locais e tradicionais. A falta de sensibilidade ambiental e a ausência de mecanismos adequados de gestão territorial, na perspectiva de ordenar o uso e a ocupação do solo na APA Litoral Sul, contribuíram para o desenvolvimento de atividades que colocam em risco as potencialidades paisagísticas locais.

3 CONFLITOS AMBIENTAIS: ATORES E TIPOLOGIA

3.1 CONFLITOS EM TORNO DO CONTROLE SOBRE OS RECURSOS NATURAIS

A partir da tipologia proposta por Little (2001), foram identificados conflitos ambientais em torno do controle sobre os recursos naturais, distribuídos espacialmente por diversas comunidades ao longo da APA, expressão dos interesses de preservação, da economia, dos extrativistas e de particulares. Caracterizam-se basicamente pela apropriação e acesso aos recursos naturais. O quadro 1 apresenta uma síntese das principais motivações, atores e locais de ocorrências desse agrupamento de conflitos.

Quadro 1 - Conflitos Ambientais em torno do controle sobre os recursos naturais - Estância - APA Litoral Sul - 2019.

Motivações dos Conflitos	Atores Envolvidos	Locais de Ocorrência
Carcinicultura	Carcinicultores legais x clandestinos	Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Manuel Dias, Associação de Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Movimento das Marisqueiras de Sergipe
Pesca	Pescador artesanal x Pescador industrial de arrasto	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Associação de Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Associação das Catadoras de Mangaba, Movimento das Marisqueiras de Sergipe
Caranguejo	IBAMA x catadores locais	Manuel Dias, Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Associação das Catadoras de Mangaba, Movimento das Marisqueiras de Sergipe
Flora	IBAMA x construtoras e clandestinos	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Associação de Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Associação das Catadoras de Mangaba, Movimento das Marisqueiras de Sergipe
Fauna	IBAMA x caçadores clandestinos	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Associação de Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Associação das Catadoras de Mangaba, Movimento das Marisqueiras de Sergipe
Catadoras de mangaba	Catadoras extrativistas x construtoras	Manuel Dias, Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Porto do Mato, Associação de Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Associação das Catadoras de Mangaba, Movimento das Marisqueiras de Sergipe

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A disputa territorial sobre a apropriação e o uso dos recursos naturais caracterizam-se, fundamentalmente, pela sua dimensão política. Igualmente, as contendas sobre o acesso aos recursos naturais expressam uma dimensão

social, tidas como de domínio público ou aquelas onde existem sobreposição direta entre o bem público e a propriedade privada. Por fim, as disputas em torno do controle dos recursos demarcam a dimensão jurídica de delimitação territorial do conflito (OLIVEIRA, 2020).

Com base na análise dos dados coletados nos questionários e nas entrevistas aplicadas nas comunidades integrantes da APA Litoral Sul de Estância, foram identificados alguns atores envolvidos nos conflitos e discutidos, ainda que brevemente, sua dinâmica territorial.

a) Carcinicultores legais *versus* clandestinos.

A carcinicultura em Sergipe remete aos tempos coloniais, mas somente nas últimas décadas tem exercido forte atuação na redução dos manguezais na APA Litoral Sul, principalmente nas proximidades do rio Fundo e do rio Piauí. Trata-se de uma atividade seletiva, cuja prática clandestina é a que mais cresce e cujo aspecto poluidor é preocupante, pois os manguezais são devastados para a implantação da aquicultura. Ademais, a água para encher os tanques é retirada por motores, e depois da coleta do camarão, é despejada nos rios sem nenhum tipo de tratamento. Tal realidade é retratada por inúmeros estudos, tanto na APA Litoral Sul, como em outras localidades do Estado de Sergipe (BRAGHINI, 2016; CARVALHO, 2004).

b) Pescadores artesanal *versus* pescadores industriais de arrasto.

A pesca artesanal é uma das tradicionais atividades extrativistas desenvolvidas no litoral sergipano (ARAÚJO, 2014) e tem sofrido com a pesca industrial de arrasto, realizada ilegalmente em alto mar, principalmente na altura da praia do Abaís, configurando uma prática predatória. Tal situação tem levado muitos pescadores artesanais a abandonar suas atividades para assumir outras funções nas comunidades, tendo em vista a sua sobrevivência e de suas famílias. Além disso, as restrições impostas pelos latifundiários aos pescadores (GONÇALVES, 2015), bem como a instalação de carcinicultura, que expropria os pescadores e extrativistas de suas comunidades, têm gerado conflitos.

c) IBAMA *versus* catadores locais.

A cata do caranguejo em período de andada, ou seja, em tempo de sua reprodução, tem sido uma constante, principalmente entre os moradores, detentores de conhecimento aprofundado dos ecossistemas locais, porém com pouca ou nenhuma valorização nas políticas públicas. A legislação ambiental no tocante a essa proibição é conhecida pela maioria dos entrevistados, mas é considerada por poucos. Alega-se que o caranguejo se constitui em alimento importante para a sobrevivência como justificativa para tal ilícito. Esse conflito está situado nas áreas de manguezal, no estuário e na foz dos rios Piauí e Real.

d) IBAMA *versus* construtoras clandestinas.

A vegetação de restinga e de mangue perfazem parcela significativa da configuração fitogeográfica desse ambiente costeiro. A perda parcial ou total da vegetação original da APA constitui-se, entre outras coisas, um dos resultantes da ocupação por segundas residências, as famosas casas de praia. Isso se deve à falta de controle sobre as formas de uso do solo e de manejo dos recursos naturais, características da ocupação territorial desordenada do Litoral Sul de Sergipe e do Litoral Norte da Bahia, que vem contribuindo para acelerar a degradação ambiental (SANTOS, 2015; SANTOS, 2017; SANTOS; VILAR, 2013 e 2016).

f) Catadoras extrativistas *versus* construtoras.

Trata-se de um dos conflitos mais relevantes na APA do litoral de Estância, principalmente nas comunidades Ribuleirinha e Manuel Dias. As catadoras de mangaba enfrentam uma dupla invisibilidade, caracterizada pelo exercício de atividades tradicionais e por serem mulheres (SANTOS; SOUZA, 2016). Por outro viés, a maior demanda das catadoras é o acesso à terra, e a maior ameaça é a falta de organização social (COSTA; SOUZA; MENDONÇA, 2018). De um lado, o cercamento dessas áreas, bem como dos latifúndios e das propriedades particulares, têm dificultado o acesso das catadoras às árvores e seus frutos (SILVA; SOUZA, 2011). Por outra parte, a exploração turística, a segunda residência e a especulação imobiliária têm ameaçado a existência dessa cultura tradicional (MOTA, 2005).

3.2 CONFLITOS DOS IMPACTOS DA AÇÃO HUMANA E PROCESSOS NATURAIS ASSOCIADOS

A tipologia de Little (2001) que versa especificamente sobre os conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e dos efeitos naturais envolvem basicamente aspectos associados à contaminação, esgotamento e degradação de ecossistemas. Sua ocorrência estende-se por diversas comunidades ao longo da APA e são predominantes os interesses econômicos, turísticos, imobiliários e privados. Nessa classificação, foram diagnosticados os casos mais graves de contaminação do meio ambiente, expressão dos conflitos em diferentes graus e proporções nas comunidades, além do comprometimento da sustentabilidade local e até regional. Outro aspecto é o esgotamento de recursos naturais, o qual origina conflitos diferenciados, pois ocasiona repercussões futuras de difícil quantificação. Ademais, a degradação dos ecossistemas é atrelada aos processos particulares de contaminação e esgotamento. As principais motivações dessa categoria de conflito, seus respectivos atores e sua localização em termos de povoados estão apresentados no quadro 2.

Quadro 2 - Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e processos naturais associados, – Estância – APA Litoral Sul – 2019.

Motivações dos conflitos	Atores envolvidos	Locais de ocorrência
Dunas móveis na rodovia	DER/SE x Prefeitura Municipal de Estância	Praia das Dunas, Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato
Dunas móveis nas casas e construções	APPs x Proprietários de bens imóveis	Praia das Dunas, Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Praia do Abaís, Movimento das Marisqueiras de Sergipe
Buggys	APA x Bugueiros	Praia das Dunas, Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Praia do Abaís, Movimento das Marisqueiras de Sergipe, Porto do Mato, Ribuleira, Cachoeirinha

Resíduos sólidos	Prefeitura/APA x Moradores e turistas/vilegiaturistas	Praia das Dunas, Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Movimento das Marisqueiras de Sergipe, Porto do Mato, Ribuleira, Cachoeirinha, Manuel Dias
Esgoto	Moradores x Prefeitura/APA	Praia das Dunas, Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Porto do Mato, Movimento das Marisqueiras de Sergipe, Coqueiro de Dentro, Cachoeirinha, Manuel Dias
Tartarugas marinhas	Projeto TAMAR x Moradores locais/turistas/vilegiaturistas	Praia do Abaís

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

a) DER/SE *versus* Prefeitura Municipal.

As dunas móveis localizadas no acesso à Praia do Saco foram parcialmente retiradas para a construção da SE-100, mas atualmente verifica-se mobilidade do campo de dunas a ponto de ocupar parte do trecho da referida rodovia. Situação semelhante tem ocorrido na estrada de acesso à praia das Dunas, já parcialmente obstruída. A partir desse cenário territorial, os processos de uso e ocupação do solo na Praia do Saco levaram ao desmonte de dunas móveis para diferentes fins, principalmente para atender os interesses do turismo e da vilegiatura (VIEIRA *et al.*, 2013). Dessa forma, o conflito consiste no descaso frente a manutenção de condições favoráveis à circulação na rodovia, pois ambos atores envolvidos remetem um ao outro a responsabilidade por tal empreitada.

b) APPs *versus* proprietários de bens imóveis.

Ao longo da extensão da praia das Dunas, do Saco, da Boa Viagem e do Abaís foram construídas centenas de casas de veraneio, também definidas como habitações de segunda residência. Essas construções estão em desalinhamento com a Resolução do CONAMA n° 303/2002, que define como APPs restingas situadas em faixa mínima de trezentos metros,

medidos a partir da linha de preamar máxima, e em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues, além das dunas, do manguezal e das praias, em locais de nidificação e reprodução da fauna silvestre. Além do desrespeito às APPs, os proprietários têm sofrido prejuízos ocasionados pela erosão marítima, destruindo os imóveis, e pela movimentação das dunas, recobrando as residências secundárias de areia (SILVA; SOUZA, 2011). Mas vale ressaltar a falta de planejamento territorial das UCs e a limitada fiscalização de ocupações ambientalmente inapropriadas. De acordo com Santos (2011, p. 119), “nas praias do Abaís e do Saco, o desenvolvimento associado à construção de núcleos urbanos são evidências dos danos ambientais”.

c) APA *versus* bugueiros.

A atividade turística está intrinsecamente relacionada ao trânsito dos *buggys* na APA, principalmente nos povoados das praias do Saco, das Dunas, do Abaís e circunvizinhanças. No município de Estância existe uma grande quantidade de ecossistemas preservados que estão sendo ameaçados pelo crescente trânsito de *buggys*, entre outras atividades (SANTOS, 2012). A justiça embargou a circulação dos mesmos devido a necessidade de proteção das tartarugas do Projeto TAMAR, porém recentemente a atividade foi liberada, pois foram traçadas rotas alternativas que evitam o contato direto com a areia das praias, através do Plano de Manejo Ecoturístico das Dunas.

d) Prefeitura/APA *versus* moradores e turistas e vilegiaturistas.

Não obstante o veículo coletor de lixo, de responsabilidade da prefeitura de Estância, passar em dias fixos pelas comunidades das margens da Rodovia SE-100, bem como nas comunidades praianas, os resíduos sólidos ainda se constituem numa séria ameaça à preservação e ao uso sustentável da APA. Há registros de queima de lixo por parte dos moradores, geralmente nos quintais das residências. Constatou-se também o aumento da geração e do acondicionamento em locais inadequados (SANTOS, 2017; SANTOS, 2015).

e) Moradores *versus* Prefeitura/APA.

Outra grave ameaça à preservação da APA é o despejo do esgotamento das casas diretamente no solo. Isso se deve à ausência de tratamento de esgoto na área. Com o surgimento dos condomínios fechados e a perspectiva de aumento progressivo de moradores, esses problemas de esgotamento sanitário e consequente contaminação ambiental tem se tornado cada vez mais conflitante e, desse modo, preocupante (SANTOS; VILAR, 2013).

f) Projeto TAMAR *versus* moradores locais/turistas/vilegiaturistas.

O Projeto TAMAR desenvolve importante trabalho nas praias do litoral sul, no tocante à preservação e reprodução das tartarugas-oliva, ou seja, da espécie *Lepidochelys olivacea*. O litoral sergipano é o principal berço de reprodução dessa espécie no Brasil. Há alguns anos o ICMBIO ajuizou ação denunciando o trânsito constante de carros e motos ao longo das praias, verdadeiras ameaças à dinâmica natural. Isso se intensifica no período de veraneio, com o aumento do número de turistas e vilegiaturistas e, conseqüentemente, com o aumento dessa modalidade de conflito entre atores específicos.

3.3 CONFLITOS DE USO DOS CONHECIMENTOS AMBIENTAIS

Na tipologia de Little (2001) salientam-se também os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Para essa classificação faz-se imprescindível as percepções de riscos dos conflitos. Outro aspecto relevante nessa categorização é o uso exclusivo da informação enquanto propriedade intelectual de um indivíduo ou de determinada coletividade. Por fim, os lugares tidos como sagrados também podem ocasionar conflitos a partir de diferentes visões de mundo. Na área de estudo, essa tipologia está concentrada nas comunidades praianas do Abaís e do Saco e no Porto do Mato (Quadro 3). Caracterizam-se pela negação dos direitos fundamentais, bem como pelo uso inadequado dos conhecimentos ambientais, tendo em vista o desenvolvimento de atividades turísticas, religiosas e reivindicatórias.

Quadro 3 - Conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais - Estância – APA Litoral Sul – 2019.

Motivações dos conflitos	Atores envolvidos	Locais de ocorrência
Turismo costeiro	Agências de turismo/moradores locais x APA	Praia do Abaís, Praia das Dunas, Praia do Saco
Turismo fluvial	Marinha x Proprietários de embarcações/ clandestinas	Associação dos Pescadores e das Marisqueiras do Porto do Mato, Porto do Mato
Educação	Estado/Prefeitura x Comunidade local	Praia do Abaís, Associação dos Pescadores e das Marisqueiras do Porto do Mato, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Ribuleira, Associação das Catadoras de Mangaba, Cachoeirinha, Manuel Dias
Saúde	Prefeitura x Comunidade local	Praia do Abaís, Associação dos Pescadores e das Marisqueiras do Porto do Mato, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Ribuleira, Associação das Catadoras de Mangaba, Cachoeirinha, Manuel Dias
Capela Nossa Senhora da Boa Viagem	Igreja Católica x Judiciário	Praia do Saco
Acesso local	Latifundiários x Moradores locais	Praia do Abaís, Associação dos Pescadores e das Marisqueiras do Porto do Mato

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

a) Agências de turismo/moradores locais *versus* APA

O turismo e a segunda residência são dois dos principais elementos polarizadores de conflitos ambientais na APA, pois há maior fluxo de turistas e veranistas e, conseqüentemente, maior o uso dos recursos naturais. Essa atividade é importante para a geração de trabalho e renda para os moradores locais. No período de veraneio aumentase consideravelmente a presença de turistas e vilegiaturistas nas praias, movimentando pousadas, restaurantes e bares. É quando os moradores locais mais se dedicam a essas atividades em detrimento do extrativismo.

b) Marinha *versus* Proprietários de embarcações/Clandestinos/.

O segmento fluvial e marítimo também pode ser encontrado como forma de turismo local, principalmente no Porto do Mato, no Porto do Cavalo, na Ponta do Saco, na Praia do Saco e na localidade de Terra Caída. Geralmente, as travessias aquáticas são realizadas por meio de lanchas, escunas, *jet skis*, tó-tó-tós e outras embarcações, partindo principalmente de Terra Caída e do Porto de Cavalos, para Mangue Seco (BA) e para a Ilha da Sogra. As fiscalizações da Marinha tem sido uma constante para combater a prática clandestina desse tipo de turismo, gerando conflitos.

c) Estado/Prefeitura *versus* comunidade local

As escolas estão concentradas nos Povoados Porto do Mato, nas instalações do Centro Esperança e Vida, da Diocese de Estância, e na Praia do Abaís. Além das aulas e demais atividades pedagógicas, o transporte, a merenda escolar e os livros didáticos são ofertados nas unidades de ensino. O conflito existe entre as comunidades de difícil acesso às escolas e nos locais por onde o transporte escolar não transita, pois se tem a demanda, mas faltam as condições para atendê-las.

d) Prefeitura *versus* comunidade local

O único posto de saúde para as comunidades estudadas está situado no Povoado Porto do Mato, e o atendimento se dá em dias e horários específicos. Por conseguinte, as pessoas acabam recorrendo com mais frequência aos hospitais públicos das sedes dos municípios de Indiaroba e Estância. Assim sendo, o conflito ocorre dado à precariedade da oferta do acesso à saúde pública às comunidades litorâneas. Existe a demanda, mas a oferta é ainda insuficiente para os moradores das comunidades costeiras e estuarinas.

e) Igreja Católica *versus* Judiciário

A capela de Nossa Senhora da Boa Viagem (Figura 1) está localizada na Praia do Saco e pertence a Diocese de Estância. Constitui-se como valioso patrimônio histórico, cultural e religioso para o Estado, especialmente para o município de Estância, pois foi desse local que os jesuítas iniciaram o processo de colonização das terras do sul de Sergipe. Dada os fortes

movimentos cíclicos das águas oceânicas e estuarinas ocorridos nos últimos anos nessa região, intensificando a erosão costeira, a capela está ameaçada de ser destruída, ensejando intervenção judicial e gerando situações conflitivas.

Figura 1 - Molhe para proteção da capela de Nossa Senhora da Boa Viagem - Praia do Saco - Estância.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

f) Latifundiários *versus* moradores locais

Esse tipo de conflito se processa principalmente no Povoado Massadiço, onde proprietários de terra não permitem acesso ao atracadouro e ao manguezal para a comunidade. Esse conflito acabou culminando na morte de um morador local, que desobedeceu às ordens de não atravessar a fazenda para ter acesso às terras de domínio público do complexo estuarino dos rios Piauí/Real.

Na nossa área ocorre a proibição de acesso à maré. A gente é obrigado adentrar ao mangue e a maré escondido, em horas diferenciadas, porque o latifundiário que envolve os terrenos à margem da maré nos proíbe, inclusive com óbito, [registrado] no processo que solicitamos há 14 anos atrás da criação da Unidade de Conservação da Reserva Extrativista do Litoral Sul (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

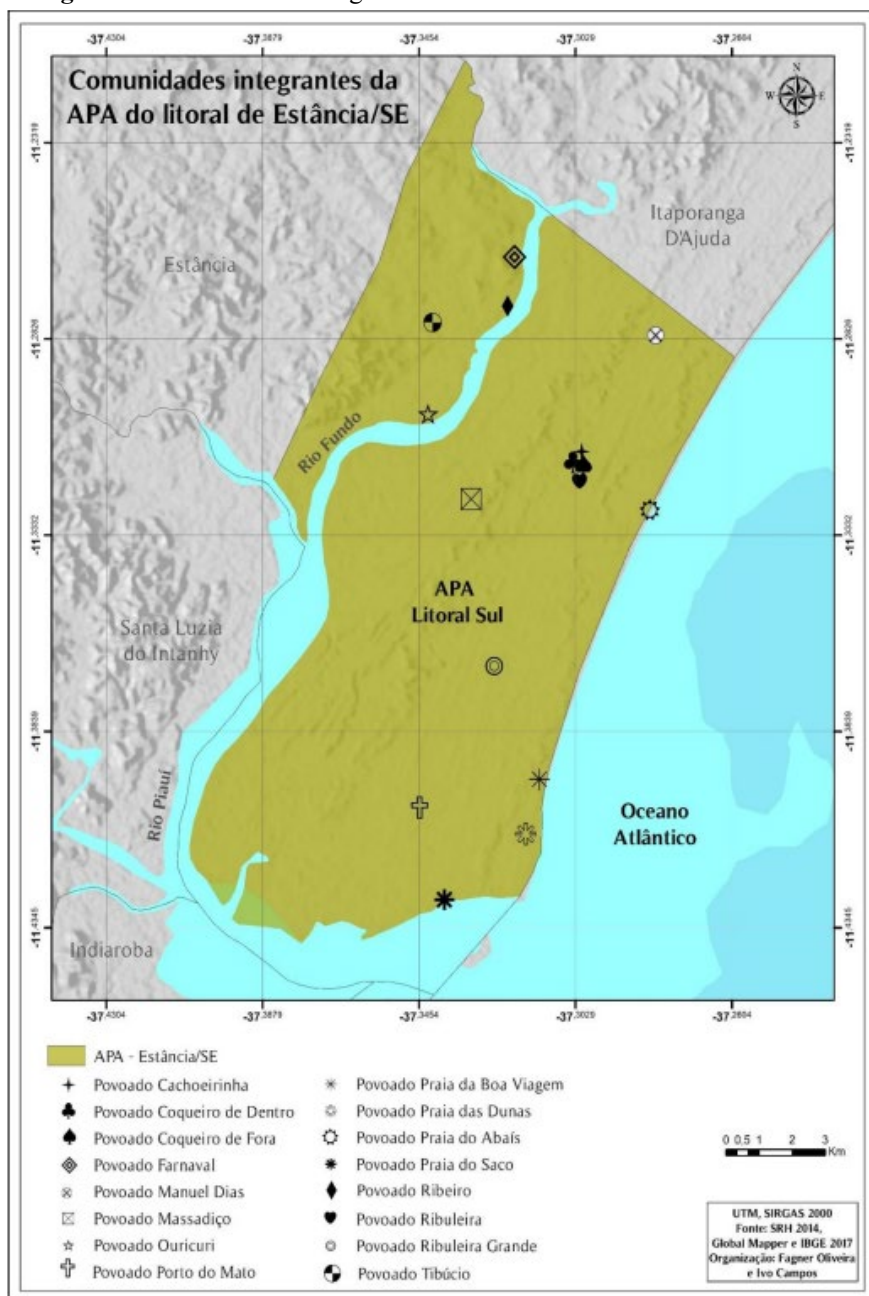
4 A CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NO LITORAL DE ESTÂNCIA

As comunidades que integram a APA podem ser destacadas cartograficamente em três agrupamentos territoriais distintos, mas em conexão e comunicação entre si: os espaços de praias (Abaís, Boa Viagem, Dunas e Saco); as adjacências da rodovia SE-100 (Manuel Dias, Massadiço, Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Coqueiro de Fora, Ribuleira Grande, Ribuleirinha e Porto do Mato); e as margens do rio Fundo (Farnaval, Ribeiro, Tibúcio e Ouricuri); perfazendo o total de dezesseis povoações (Figura 2).

A figura 3 é um esforço de cartografar os conflitos ambientais, conforme a tipologia triparte de Little (2001). A necessidade de contextualização ambiental, histórica e geográfica dos conflitos convida a essa tentativa de espacialização na perspectiva de entendimento de suas dimensões básicas e de propor, no campo da ação política, resoluções.

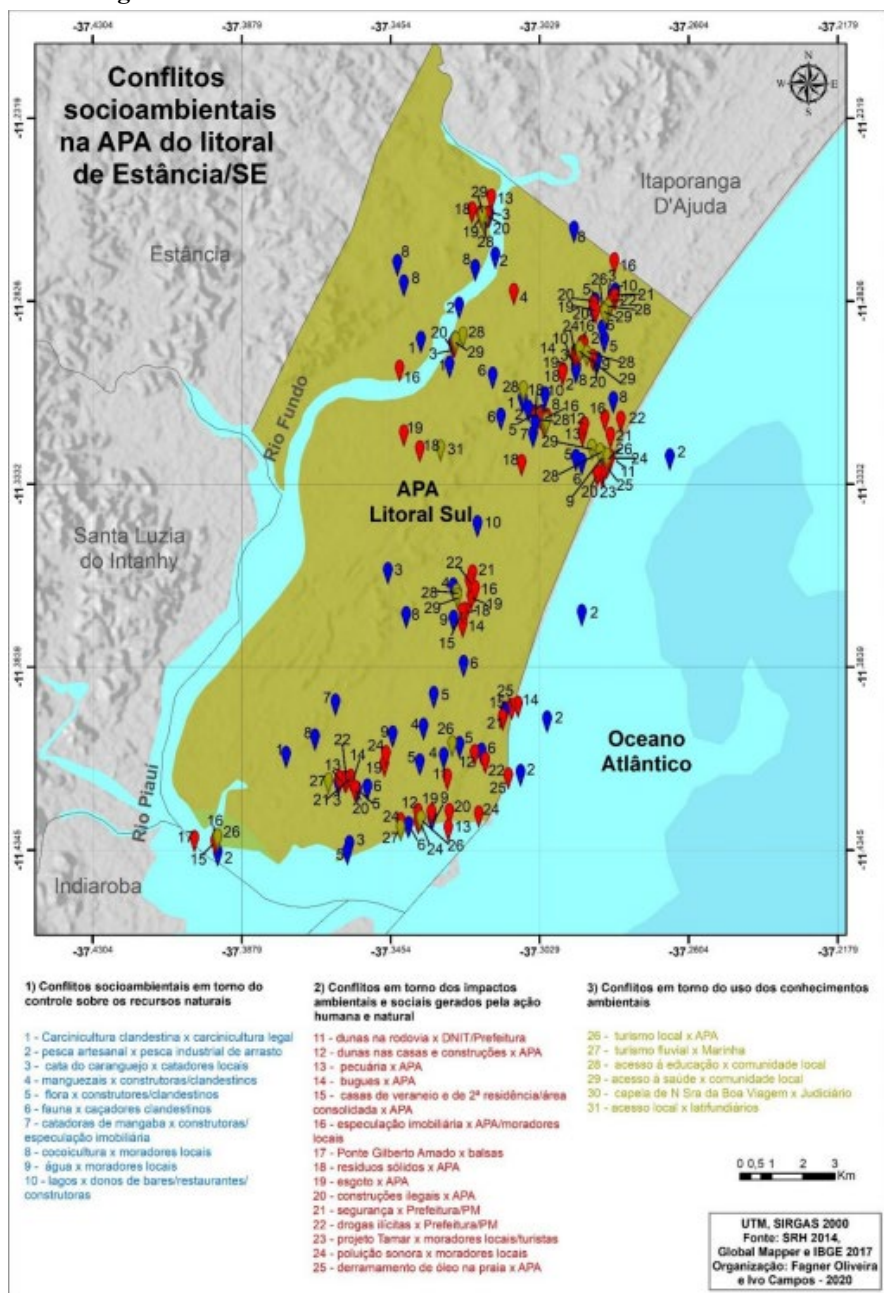
Este resultado evidencia a necessidade que se impõe em investir em políticas públicas que contemplem as reais necessidades das comunidades costeiras tradicionais. Além disso, faz-se necessário políticas públicas que promovam a sensibilização e a conscientização ambiental dos moradores, dos veranistas e dos turistas, tendo em vista o conhecimento e esclarecimento do que seja uma APA e da importância de sua preservação e conservação no contexto da sustentabilidade.

Figura 2 - Comunidades integrantes da APA do Litoral Sul em Estância/SE.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Figura 3 - Conflitos Ambientais na APA Litoral Sul - Estância/SE.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões atreladas à conservação e preservação dos recursos naturais na área em estudo ainda carecem de instrumentos para o direcionamento de ações humanas. Embora o Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) se constituam em valiosos instrumentos jurídicos, a implementação do Plano de Manejo se impõe como uma necessidade para o ordenamento territorial em bases sustentáveis e como estratégia de gerenciamento de conflitos ambientais.

Em sua maioria, os moradores locais desconhecem a natureza e as finalidades jurídicas da APA. Mas há exceções, sobretudo, dos responsáveis pelos órgãos do poder público, a exemplo da SEMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Estância), da ADEMA (Administração Estadual de Meio Ambiente) e da Unidade Gestora da APA Litoral Sul. Como reflexo da dinâmica dos conflitos ambientais mapeados, as atuações fiscalizatórias só ocorrem com maior frequência no período de veraneio, e são direcionadas principalmente aos moradores locais, cuja predominância se dá nos moldes de caráter punitivo em detrimento de ações preventivas e educativas.

Por último, à guisa de síntese, constatou-se aumento nos conflitos ambientais decorrentes de uma série de elementos: desconhecimento da natureza e das atribuições de uma APA; interesses desiguais no usufruto dos bens materiais, a exemplo das casas de praia, e acesso, apropriação e uso também desiguais dos recursos naturais; iniciativas turísticas e vilegiaturísticas sem base sustentável; e falta ou dificuldade de ação do poder público no tocante à fiscalização e implementação da legislação vigente. Esse cenário gera uma tensão constante que dificulta a implementação de ações equilibradas e a conservação da geobiodiversidade local.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. R. R. de. Conflitos territoriais no processo de implantação da reserva extrativista (RESEX) do Litoral Sul de Sergipe. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2014.
- BRAGHINI, C. R. Gestão territorial de Unidades de Conservação no litoral sergipano. 2016. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2016.
- CARVALHO, M. E. S. A carcinicultura na Zona Costeira do Estado de Sergipe. 2004. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2004.
- COSTA, J. de J.; SOUZA, R. M. e; MENDONÇA, F. de A. Distribution and Exploitation of Mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) in Sergipe, Northeast, Brazil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 11, n. 18, 2018.
- FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Edufs, 2010. p. 40-61.
- GONÇALVES, F. D. S. O processo de criação da reserva extrativista marinha do litoral sul de Sergipe: embates e limites. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015.
- LIMA, L. B. B. M. O turismo de sol e praia no Litoral Sul de Sergipe: uma análise sob a perspectiva dos modelos do SISTUR e TALC. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.
- LITTLE, P. E. Os conflitos ambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 57-64.
- MOTA, D. M. da. **A mangabeira as Catadoras o Extrativismo**. Belém/PA: EMBRAPA, 2005.
- NASCIMENTO, E. P. do. Os conflitos na Sociedade Moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 47-56.
- OLIVEIRA, F. S. de. Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2020.
- OLIVEIRA, A. C. C. de A. Análise do estado ambiental da planície costeira de Estância Sergipe como subsídio de ordenamento territorial. **Estudios Teritoriales**, São Paulo, p. 3240-3264, set. 2014.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SANTOS, M. A. dos. Análise geoambiental do município costeiro de Estância – Sergipe. 2011. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2011.
- SANTOS, P. P. dos. Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano. 2015. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2015.
- SANTOS, C. N. C. dos. Entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram. 2017. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2017.
- SANTOS, P. P. dos; VILAR, J. W. C. Territórios e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA Litoral Sul (SE). **Revista Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 2, 2013.
- _____. Os conflitos ambientais da implantação do imobiliário-turístico no litoral de Sergipe. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, jul. 2016.
- SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. Territórios e conflitos na APA Litoral Sul de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L.; **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: EDIFS, 2014, p. 162-186.
- SANTOS, E. A.; SOUZA, R. M. e. Territorialidade das catadoras de mangaba no litoral sul de Sergipe. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 629-642, jul. 2016.
- SERGIPE. Decreto nº 13.468, de 21 de janeiro de 1993. Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe. **Diário Oficial do Estado**, Aracaju, SE, 27 jan. 1993. Disponível em: <https://semarh.se.gov.br/wpcontent/uploads/2017/01/decreto_n.%C2%BA_13.468.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- SILVA, M. do S. F. da.; SOUZA, R. M. e. Território usado e implicações do turismo na APA Litoral Sul em Sergipe. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v. 4, n. 2, 2011.
- VIEIRA, L. V. L. et al. Praia do Saco em Estância/SE: análise dos processos de uso e ocupação do solo costeiro. **Rev. Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, Lagarto/SE, ano VI, 2013.
- VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L.; **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: IFS, 2014.
- VILAR, J. W. C.; et al. Atlas digital do litoral sergipano: contribuição para o planejamento ambiental e gerenciamento costeiro. In: **Pesquisa em Políticas Públicas no Estado de Sergipe**. São Cristóvão: EDUFS. 2016, p. 297-311.

Capítulo 8

SIM! EU MORO EM CONDOMÍNIO FECHADO! CONTRAPONTO DAS NOVAS FORMAS DE URBANIZAÇÃO LITORÂNEA NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU-SE³⁷

**Sarah Lúcia Alves França
Vera Lúcia Alves França**

1 INTRODUÇÃO

Numa sociedade capitalista, as desigualdades sociais são evidentes e se manifestam no espaço urbano através da moradia, como produto do capital que exclui uma parcela da população que não tem acesso à compra de um imóvel em áreas com infraestrutura (VILLAÇA, 2001). A partir do final do século XX, o mercado imobiliário passou a difundir novos estilos de vida e “conceitos de moradia”, que articulam elementos e valores como segurança, controle, isolamento, privacidade a equipamentos e serviços coletivos, além de toda infraestrutura necessária para se viver em comunidade. As estratégias de marketing criam desejos e demandas para a valorização simbólica de novas áreas e para a implantação de produtos imobiliários contemporâneos, como a moradia fechada (CALDEIRA, 2000).

A implantação desses empreendimentos distantes do centro, em bairros entrelaçados com grandes vazios e fora do tecido urbanizado, causa transformações sócioespaciais, resultando em dispersão e fragmentação nas metrópoles brasileiras, denominado como “novas formas de urbanização” por Reis (2006), sendo geradora de vários tipos de nucleação. O primeiro tipo são os condomínios horizontais ou loteamentos fechados de luxo, com amplos lotes, infraestrutura, opções de lazer e amenidades ambientais, alguns deles como residência de veraneio ou como primeira

³⁷ Texto originalmente publicado na Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXXII, n. 2, Edição Especial: Territórios Costeiros, setembro, 2021, p. 229-248. Agradecemos a autorização para republicação em forma de capítulo de livro.

residência de famílias de alta renda, com condição de mobilidade facilitada. O segundo são os empreendimentos residenciais subsidiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, construídos distantes das oportunidades urbanas, e em áreas de expansão, com propósito de valorização. Esses dois tipos de nucleação apresentam inúmeras contradições ao espaço urbano e à sociedade, se constituindo oportunidades oferecidas pelo capital, com apoio do Estado (VILLAÇA, 2001; REIS, 2006).

Diante disso, esta pesquisa analisa as novas formas de urbanização e seus agentes através da inserção de condomínios fechados na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), a partir da década de 1990, quando da implantação do primeiro empreendimento dessa natureza na capital sergipana. Para tanto, foram utilizados pressupostos teóricos, revisão bibliográfica sobre a RMA, levantamento de informações e dados de pesquisa desenvolvidas no Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR-UFS), além de dados obtidos em órgãos públicos.

2 A FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU: CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A Região Metropolitana de Aracaju está situada na porção leste do Estado, com área de 860 km², que corresponde à 29,5% do território sergipano, sendo composta pelos municípios de São Cristóvão (a oeste), Nossa Senhora do Socorro (ao norte), Barra dos Coqueiros (ao nordeste) e a capital, Aracaju (Figura 1). Sua definição ocorreu através da Lei Complementar (LC) estadual nº 25/1995, com alteração através da LC nº 86/2003, com novas definições.

Figura 1 - Localização do Estado de Sergipe e da Região Metropolitana de Aracaju.



Fonte: IBGE, modificado pelos autores, 2019.

Os municípios inseridos na Região Metropolitana de Aracaju concentram 972.637 habitantes (IBGE, 2020), que corresponde a 42,37 % da população sergipana e apresentam acelerada urbanização em decorrência da incidência de políticas públicas que conduzem à metropolização da capital sergipana, conforme assegura França (1999).

O município que abriga a capital conta com uma área 174 km² onde vivem 664.908 habitantes (IBGE, 2020), correspondendo à 67,66% da população da RMA. Concentra as principais atividades de serviços e comércio de Sergipe, sobretudo do ramo imobiliário, e apresenta diversidade de empreendimentos fechados, acirrando a segregação sócio-espacial, mas, também, os conflitos urbanos e habitacionais, já que abriga 67,2% dos domicílios em aglomerados subnormais do total dos municípios integrantes RMA, segundo o IBGE (2020).

Nossa Senhora do Socorro tem uma área de 158 km² e abriga 185.706 habitantes, com intensa dinâmica populacional entre as décadas de 1980 e 2000, em função da implantação de políticas públicas residenciais como o Complexo Taíçoca (o maior núcleo urbano do município), com vários conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), e a criação do Distrito Industrial, o que resultou num maior dinamismo econômico e na concentração da maior parte dos moradores do município (FRANÇA, 1999).

São Cristóvão é o município com maior território da RMA (437km²) e sua sede abriga a quarta cidade mais antiga do país e a primeira capital de Sergipe, tombada como patrimônio histórico e cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) em 1967. O município conta com 91.093 habitantes (IBGE, 2020) distribuídos nos povoados dispersos na zona rural, na sede e nos núcleos urbanos conurbados com Aracaju, como o Grande Roza Elze, o mais urbanizado e populoso, alvo da implantação de vários empreendimentos da COHAB e do Programa Minha Casa Minha Vida (FRANÇA, 1999; CEPUR, 2021).

Com uma área territorial de 91km², Barra dos Coqueiros é o menor município em termos territoriais e apresenta a menor população da RMA,

30.930 habitantes (IBGE, 2020). Nos últimos anos, intervenções públicas contribuíram para o dinamismo do município, cuja localização é privilegiada pela faixa litorânea, como a construção da ponte sobre o Rio Sergipe, atraindo inúmeros empreendimentos imobiliários e, também, a implantação de atividades industriais de grande porte, como a Termelétrica Sergipe (CELSE), o Parque Eólico e uma Refinaria (em fase de estudos).

3 NOVAS FORMAS DE URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: “CONDOMINIZAÇÃO” NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU

3.1 TENDÊNCIA DE NOVAS FORMAS DE MORADIA: CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E O VERANEIO DE PRAIA

Caldeira (2000, p. 243) aponta que os condomínios horizontais fechados foram formados por “múltiplas residências [...] fortificados, com entradas controladas por sistemas de segurança, normalmente ocupando um grande terreno com áreas verdes e incluindo todo tipo de instalações para uso coletivo”, contrapondo-se totalmente aos assentamentos precários, que apresentam restrição de espaços coletivos e de equipamentos comunitários de qualidade.

A moradia fechada horizontal pode apresentar duas tipologias. A primeira, são condomínios horizontais³⁸, que correspondem aos grupos de casas previamente construídas e entregues pela construtora/incorporadora, embora haja posteriores ajustes para adaptação às necessidades dos clientes. Assim, é caracterizado pela padronização das residências (que podem ter várias opções de plantas) ou com pequenas alterações, como quantidade de dormitórios, elementos das fachadas (detalhes e cores), a fim de atingir um maior e mais diversificado consumidor. Já

³⁸ O Artigo 197 do Plano Diretor de Aracaju (Lei Municipal no 042/2000) considera como condomínio residencial “aquele destinado a edificações de unidades autônomas para fins de moradia em um terreno, cabendo a cada unidade como parte inseparável, uma fração ideal de terreno, equipamentos e espaços de uso comum caracterizado como bens em condomínio” (ARACAJU, 2000).

o loteamento fechado³⁹ tem como produto de venda lotes, além de infraestrutura viária e de lazer em que os proprietários realizarão, posteriormente, a construção da moradia, com liberdade na escolha do projeto arquitetônico personalizado de acordo com suas necessidades e recursos financeiros. Caldeira (2000, p. 262) aponta que “o alto valor ligado a ‘personalidade’ da casa, compartilhado por todas as classes sociais, provavelmente explica por que casas padronizadas não são comuns entre a elite”.

Na Região Metropolitana de Aracaju, a tendência de novos estilos de moradia vem se consolidando a partir dos anos 1990, após a Lei nº 873, de 1983, que estabelece a nova delimitação de bairros de Aracaju e extingue a antiga zona rural, que passou a denominar-se Zona de Expansão Urbana (ZEU)⁴⁰. Foi nessa área que foi registrada a implantação do primeiro condomínio horizontal da RMA, o Morada da Praia I, em 1990, em uma área entremeada de vazios, sítios de produção agrícola e áreas de preservação ambiental (FRANÇA, 2004; 2011).

A busca por um padrão de vida exclusivo e seguro acarretou a propagação desses novos produtos em Aracaju, como consequência dos preconceitos de categorias sociais, medo da violência e status de morar em espaços murados e a próximo à natureza e à praia. O estoque de terras, a demanda por áreas de lazer e verdes, o congestionamento e a degradação da área central, somados ao incremento da violência, contribuíram para o fortalecimento da inserção

³⁹ Os loteamentos fechados inexistem juridicamente na Lei Federal brasileira (Lei nº 6766/1979) e na legislação municipal de Aracaju (Plano Diretor - Lei Municipal nº 042/2000), sendo erroneamente aprovado com as determinações estabelecidas para condomínio horizontal. Nesta perspectiva, esses empreendimentos não respeitam a lei federal de parcelamento do solo, que proíbe o cerceamento dos perímetros dos loteamentos.

⁴⁰ Em março deste ano, o Prefeito de Aracaju sancionou a Lei nº 5.373/2021, que estabelece a transformação da ZEU em seis bairros, substituindo a nomenclatura dos povoados. A norma define a totalidade do território municipal como área urbana, e extingue a Zona de Expansão Urbana, como parte de um projeto “Cidade Expansão” anunciado pelo chefe do executivo. Entretanto, uma série de polêmicas envolve a aprovação desta Lei, por não ter, segundo o Fórum em Defesa da Grande Aracaju, cumprido requisitos legais do Plano Diretor, Estatuto da Cidade e Lei Orgânica. Por isso, não foi aceita pelos moradores, diante da falta de debates e audiências públicas, com a população, e em função da série de impactos urbanos e sociais que essa definição desencadeará nesse território. Fonte: Disponível em <<https://www.nenoticias.com.br/prefeito-de-aracaju-reconhece-ilegalidades/>>. Acesso em: 02 de maio de 2021, às 11:29h.

dos condomínios horizontais e loteamentos fechados (FRANÇA, 2011; 2019).

Assim, entre 1990 e 2020, o mercado licenciou 65 novos condomínios horizontais (5.093 unidades), em especial, às margens das Rodovias Inácio Barbosa e Ayrton Senna/Náufragos, que atraíram famílias de alta renda, contribuindo, dentre inúmeros fatores, para desencadear a intensa valorização fundiária. No momento da construção da Rodovia Inácio Barbosa, as glebas já eram de domínio das construtoras que aguardavam o Estado para ofertar melhores acessos e serviços (FRANÇA, 2011). Posteriormente, essas empresas implantaram seus empreendimentos fechados de forma dispersa, valorizando, mais ainda, os vazios, confirmando o fenômeno da especulação e do ganho do capital imobiliário.

Fora desta zona, a Coroa do Meio, Atalaia, Farolândia e Aeroporto receberam 56 condomínios horizontais (1.294 unidades), em detrimento da proximidade com o centro e o incentivo do adensamento em função da permissividade da legislação, especialmente a partir dos anos 2000. Entretanto, destes empreendimentos, 39 são de pequeno porte (menos de 20 unidades), alguns duplex para aluguel de famílias de renda média, somando 388 unidades.

Na Região Metropolitana como um todo, observa-se a implantação de 166 empreendimentos dessa natureza (16.806 moradias), sendo 138 (8.430 UH) localizados na capital, 12 (6.174 unidades) na Barra dos Coqueiros, 6 (678) em Nossa Senhora do Socorro (todos subsidiados pelo PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida) e 10 em São Cristóvão (apenas 1.524 unidades) (Tabela 1 e Figura 2).

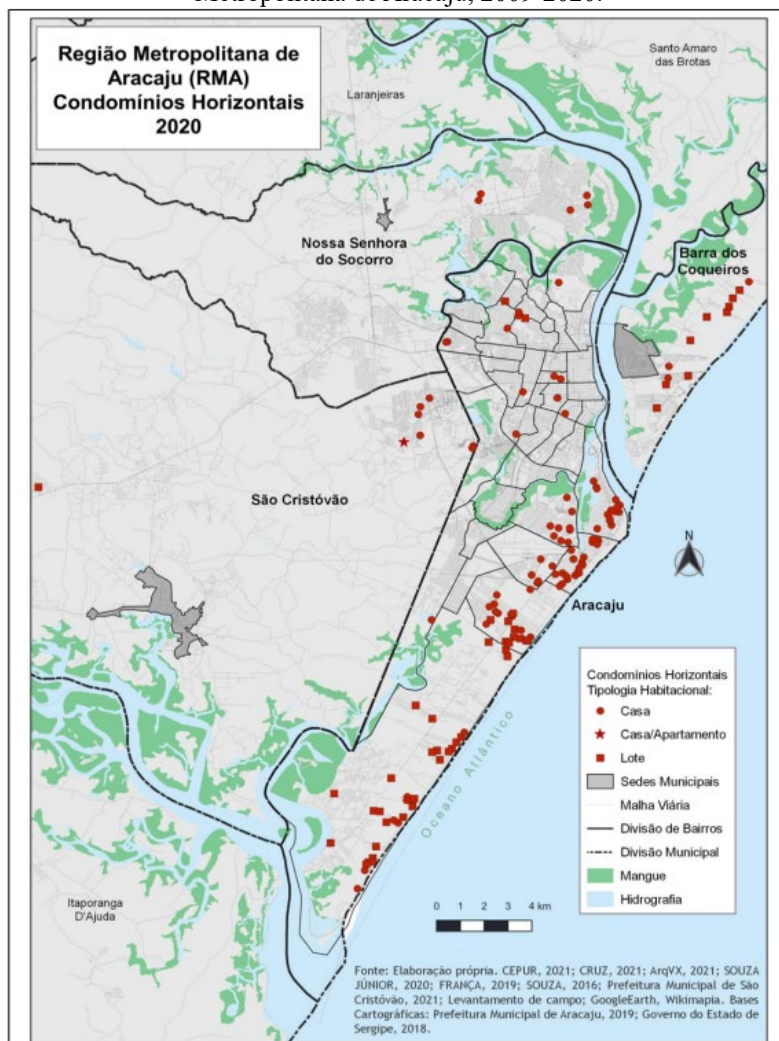
Tabela 1 - Região Metropolitana de Aracaju - Condomínios Horizontais - 1990-2020.

Municípios	Casas		Lotes		Misto		Total	
	Empreendimento	UH*	Empreendimento	UH	Empreendimento	UH	Empreendimento	UH
Aracaju	95	4.445	43	3985	0	0	138	8.430
São Cristóvão	7	536	1	471	2	517	10	1.524
Nossa Senhora do Socorro	6	678	0	0	0	0	6	678
Barra dos Coqueiros	3	886	9	5.288	0	0	12	6.174
Total	111	6.545	53	9.744	2	517	166	16.806

Fonte: Elaboração própria, com base em: CEPUR, 2021; CRUZ, 2021; ArquiVX, 2021;

MOURA JÚNIOR, 2020; FRANÇA, 2019; SOUZA, 2016; Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2021; Levantamento de campo; GoogleEarth, Wikimapia. * UH – Unidade Habitacional.

Figura 2 - Condomínios Horizontais na Região Metropolitana de Aracaju, 2009-2020.



Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

A partir de 2009, houve uma queda no número de licenciamento na capital, em detrimento da Ação Civil Pública (ACP) conduzida pela Justiça Federal, que determinou bloqueio temporário de expedição de alvarás

de licenciamento, construção e inauguração (HABITE-SE) de quaisquer empreendimentos na ZEU (FRANÇA, 2019).

Com isso, os empreendedores direcionaram seus investimentos para Barra dos Coqueiros, cuja produção de condomínios fechados se ampliou, “sobretudo a partir da década de 2010, com destaque para todo o complexo Alphaville, para o Costa Paradiso Club Residencial e para o Damha I Sergipe, os três às margens da supracitada Rodovia, e a poucos metros da Praia da Costa” (GESTEIRA, 2017, p. 50). Além disso, os investimentos federais que subsidiaram empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, todos de tipologia vertical nesse município, fortaleceram a segregação sócioespacial (CEPUR, 2021).

Importante salientar que a dinâmica imobiliária da RMA tem concentrado investimentos em empreendimentos fechados na Barra, que estão, segundo Gesteira (2017, p. 55),

concentrados ao longo da rodovia que liga o centro ao Povoado de Atalaia Nova, e em suas adjacências, se difundem também em direção à região norte do município, nas áreas dos Povoados Olhos D'Água, Capuã e Jatobá, ao longo da rodovia SE-100, onde também estão localizados outros condomínios de lotes urbanizados, como o Thai Residence, o Maikai Residencial Resort e a área destinada à construção do Condomínio Reserva Capuã, além de condomínios de prédios como o Alamedas da Barra e o Litorâneo Barra Residence, todos ao longo da supracitada rodovia, em uma área com características ainda predominantemente rurais, na qual as comunidades tradicionais desenvolvem seu modo de vida e trabalho.

Alguns pontos merecem ênfase nessa tipologia: primeiro, quanto à transformação da gleba em grandes lotes que deram origem ao loteamento (desmembramento⁴¹), o posterior fechamento intramuros e a subdivisão deste em lotes menores. As áreas “públicas” fruto do parcelamento

⁴¹ No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju (Lei Municipal no 042/2000), o desmembramento é considerado como subdivisão de gleba, lote ou área remanescente, com aproveitamento do sistema viário existente, sem que implique na abertura ou prolongamento de novas vias e logradouros públicos (ARACAJU, 2000).

receberam equipamentos coletivos de lazer, como piscinas, quadras de esporte e salão de festas, e o sistema viário torna-se inacessível a todos da cidade (FRANÇA, 2019). Em segundo lugar, a inserção desses condomínios fechados em áreas litorâneas como Zona de Expansão Urbana em Aracaju e a Barra dos Coqueiros tem se apropriado da paisagem notável, sobretudo aqueles localizados às margens do Rio Vaza-Barris ou no segundo caso, na faixa de praia. Esses empreendimentos se valorizam a partir de atrativos e privilégios pela proximidade às amenidades naturais, cujas guaritas de acesso voltam-se às margens das principais rodovias e se estendem ao contato direto com o rio e o mar, “privatizando-os” com acesso restrito e exclusivo dos moradores, em especial para famílias de renda mais alta, com a finalidade de segunda residência (FRANÇA, 2019; SOUZA, 2016) (Figuras 3, 4 e 5).

Figura 3 - Localização de condomínios de lotes na Barra dos Coqueiros com acesso à praia.



Fonte: <<https://thai.laredo.com.br/index.php?version=onpage>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

Figura 4 - Abertura do site do empreendimento Thai Residence.



Fonte: <<https://thai.laredo.com.br/index.php?version=onepage>>.
Acesso em: 20 de abril de 2021.

Figura 5 - Propaganda do empreendimento Maikai Residence.



Fonte: <https://imovelnovotudonovo.com.br/empreendimento_maikai_residencial_resort.html>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

Sobre esse privilégio de moradia exclusiva, um dos proprietários⁴² de uma casa nesse condomínio enfatiza: “O que eu mais gosto no Thai é a proximidade com a natureza, entre nós e o mar não há nada. É o verdadeiro ‘pé na areia’” No discurso de propaganda⁴³ desse empreendimento, a construtora ainda ressalta no seu site que o Thai Residence é “condomínio residencial de lotes **com acesso à praia** pronto para morar” [grifo nosso]. Complementa essa ideia da seguinte forma:

A essência da vida pé na areia é a sensação de estar em perfeita conexão com a natureza. Foi isso que a Laredo implantou na Barra dos Coqueiros. Com infraestrutura diferenciada e uma beleza arquitetônica integrada ao ambiente, a tranquilidade vai morar junto ao seu bem-estar. O Thai Residence uniu segurança, tecnologia e um verdadeiro complexo de lazer para você ter uma experiência de moradia que elevará sua vida a um novo patamar: o da exclusividade de viver bem do seu jeito (Site da construtora Laredo Urbanizadora. Disponível em: <<https://thai.laredo.com.br/index.php?version=onepage>>. Acesso em: 20 de abril de 2021).

Entretanto, há consequências na cidade e na sociedade:

por mais que isso não se efetive na esfera legal pela impossibilidade jurídica de um condomínio tomar para si a propriedade do espaço público, a ideia embutida na estrutura física desses condomínios com seus clubes já praticamente na areia da praia, termina por inibir a presença de “pessoas estranhas” a essa realidade naquela área específica do espaço público, promovendo por fim, o intento de uma praia exclusiva, privativa (GESTEIRA, 2017, p. 72).

Diferente dos condomínios de casas na praia, localizados ao longo da costa de Aracaju e da Barra dos Coqueiros, é importante destacar a implantação de outro produto idealizado pelo mercado imobiliário, o primeiro condomínio

⁴² Discurso retirado no site da construtora Laredo Urbanizadora. Disponível em <https://www.laredo.com.br/>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

⁴³ Retirado do site da construtora Laredo Urbanizadora Disponível em <<https://thai.laredo.com.br/index.php?version=onepage>>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

de campo, Haras Residence⁴⁴, em 2013. Localizado na BR 101, no povoado Aningas, zona rural de São Cristóvão, entre a capital sergipana e o município de Itaporanga, o condomínio de 471 lotes é considerado por Souza (2016, p. 207) um enclave territorial. Conforme assegura a autora:

O muro, o pórtico de entrada, a restrição de acesso, o lazer confinado, a rodovia e a dependência do automóvel refletem a autosegregação da camada solvável da população. As necessidades de segurança, de maior contato com a natureza, de lazer e ócio são agregadas ao produto habitação. [...] Trata-se de uma nova forma de habitat urbano com significados que ultrapassam o entendimento do condomínio de campo como apenas uma nova tipologia habitacional.

3.2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E A “CONDOMINIZAÇÃO” DA MORADIA SOCIAL

Em março de 2009, diante da disposição do Governo Federal em acelerar o crescimento das cidades e reduzir o déficit habitacional, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) foi substituído pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (Lei Federal Nº11.977/2009) como estratégia para garantir acesso ao mercado habitacional às famílias com renda até 10 salários mínimos. De fato, o objetivo era alavancar a construção civil em meio à crise econômica que assolava o país, através da parceria com Prefeituras Municipais (responsáveis pelos cadastros das famílias), financiamento da CAIXA e construção das moradias através das construtoras (FRANÇA, 2019).

Assim, em 30 de abril de 2009, o então prefeito de Aracaju anunciou a adesão ao programa assegurando que “o projeto vai contribuir para a redução do déficit habitacional de Aracaju e aumentará o investimento na construção

⁴⁴ Apesar de estar localizado na zona rural do município de São Cristóvão, a cobrança do IPTU é justificada pela destinação do empreendimento que é a moradia e o lazer, e isto o enquadra no Art. 1 da Lei Nº 6.766/79 que rege sobre o parcelamento do solo urbano: “As quatro funções primordiais do solo urbano são, segundo a doutrina: moradia, circulação, lazer e trabalho” (BRASIL, 1979). (SOUZA, 2016, p. 207).

civil e na geração de emprego”⁴⁵ Segundo informações da CAIXA (2019), no mesmo ano, construtoras assinaram contratos de projetos com o referido banco para atuarem na capital, em São Cristóvão e Barra dos Coqueiros, com exceção de Nossa Senhora do Socorro, que teve seu primeiro empreendimento contratado em 2010 (CEPUR, 2021). Assim, foram identificados 129 conjuntos habitacionais e 27.631 moradias produzidas na RMA, entre 2009 a 2018, dentre condomínios fechados e conjuntos habitacionais (com entrega das casas construídas). (Tabela 2 e Figura 6).

Desse total, o PMCMV implementou na RMA 122 empreendimentos no formato condomínio fechado (24.541 unidades), murados e controlados por guaritas de segurança, com espaços coletivos privativos, reproduzindo a tendência de moradia contemporânea da classe de renda alta, criando espaços fragmentados e dispersos (CEPUR, 2021) (Tabela 3). Esse processo de “condominização da moradia social” é relevante nessa análise, pois para manter esse aparato de serviços privados, os moradores terão que arcar com pagamentos de taxas condominiais, afetando o orçamento mensal de famílias com renda significativa, mais evidentes na faixa 1 (0 a 3 salários mínimos). O resultado disso é a inadimplência, gerando crises na gestão condominial, além de conflitos internos, resultando no sucateamento dos equipamentos e áreas de uso comum (MOURA JÚNIOR, 2020).

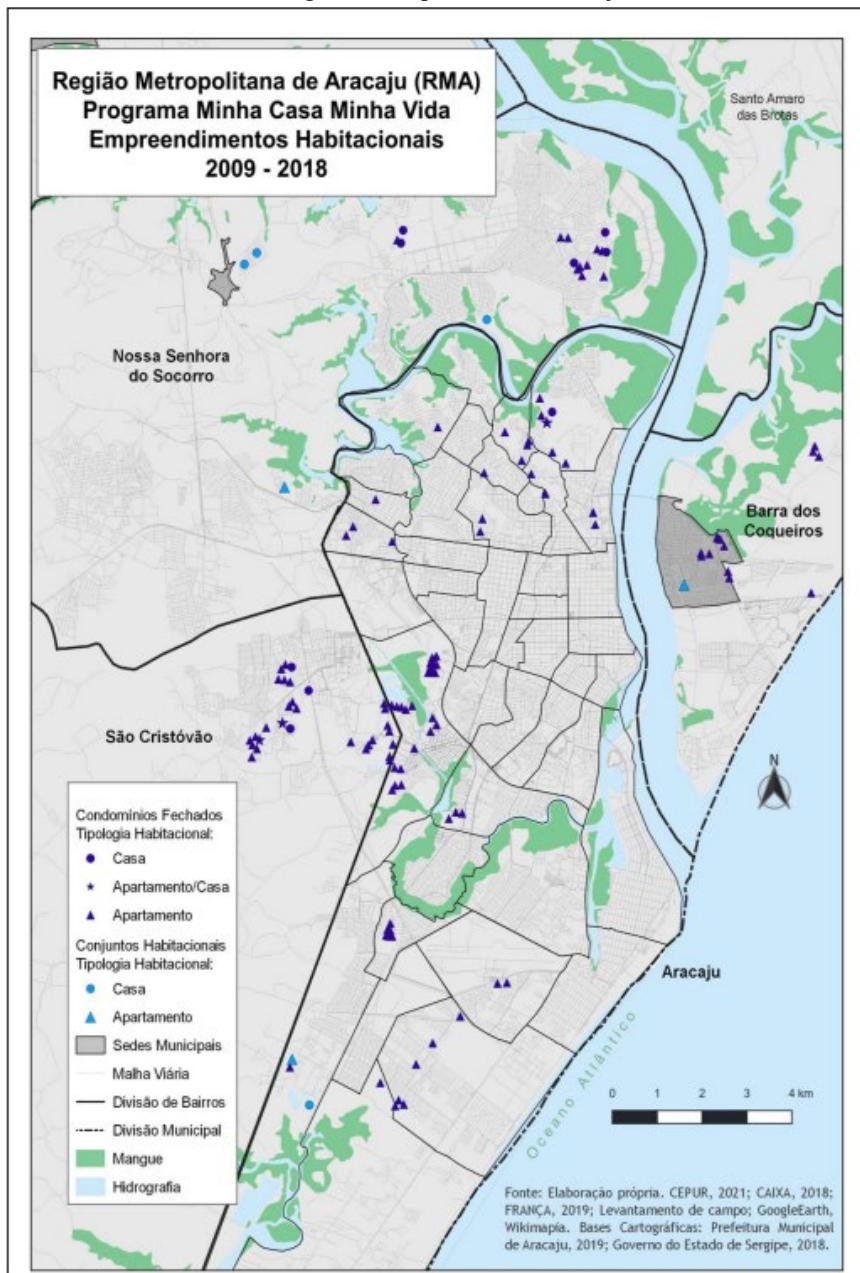
Tabela 2 - Região metropolitana de Aracaju - condomínios fechados e loteamentos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida - 2009-2018.

Municípios	Condomínio Fechado		Conjunto Habitacional		Total	
	Empreendimento	UH	Empreendimento	UH	Empreendimento	UH
Aracaju	64	12099	02	749	66	12.848
São Cristóvão	30	6.657	-	-	30	6.657
Nossa Senhora do Socorro	15	3.033	04	1.794	19	4.830
Barra dos Coqueiros	13	2.752	01	544	14	3.296
Total	122	24.541	07	2.727	129	27.631

Fonte: CEPUR, 2021. Dados fornecidos pela CAIXA, 2019.

⁴⁵ Disponível em <www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=85126&titulo=cidade>. Acesso em: 06 fev. 2014.

**Figura 6 - Empreendimentos Habitacionais do Programa Minha Casa
Minha Vida na Região Metropolitana de Aracaju, 2009-2018.**



Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

**Tabela 3 - Região Metropolitana de Aracaju - Condomínios Fechados
do Programa Minha Casa Minha Vida - 2009-2018.**

Municípios	Condomínio Fechado						Total	
	Misto		Apartamentos		Casas			
	Empreen- dimento	UH	Empreen- dimento	UH	Empreen- dimento	UH	Empreen- dimento	UH
Aracaju	01	369	62	11.673	01	57	64	12.099
São Cristóvão	02	517	25	5.657	03	483	30	6.657
Nossa Senhora do Socorro	-	-	10	2.656	05	377	15	3.033
Barra dos Coqueiros	-	-	13	2.752	-	-	13	2.752
Total	03	886	110	22.738	09	917	122	24.541

Fonte: CEPUR, 2021. Dados fornecidos pela CAIXA, 2019.

Desses condomínios fechados, importante analisar as diferentes tipologias habitacionais: verticais, horizontais ou misto (casa e apartamento). Na RMA, do total dos condomínios, 90,16% são verticais e 92,65% das moradias na tipologia de apartamentos, localizados especialmente na capital e na Barra dos Coqueiros (CEPUR, 2021).

Essa tipologia é preferência das construtoras que atuam na RMA, diante das possibilidades de multiplicação do solo, com maior aproveitamento em relação ao parcelamento, permitindo maior produtividade de unidades habitacionais. Quando se trata da terra e moradia como mercadorias na cidade capitalista, o objetivo/resultado é o maior ganho de lucratividade para o mercado da construção civil, relacionada à racionalidade construtiva que ocorre com repetição dos projetos e do processo construtivo ampliando escala e promovendo a estandartização (FRANÇA, 2019).

No caso de Aracaju, o processo de verticalização foi fortalecido mais recentemente pelo PMCMV, sendo que dos 64 condomínios, em 62 o objeto de venda é o apartamento (11.673 aptos), localizados sobretudo nas porções norte, oeste (limite com município de São Cristóvão) e ao sul. Os bairros

Porto D'Antas, Cidade Nova, Santo Antônio, ao norte, próximos à Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros; Olaria e Jabotiana, localizados ao oeste, limítrofe com São Cristóvão, bem como o Santa Maria e a antiga ZEU, ao sul, são marcados pela presença desses condomínios verticais. Os bairros Jabotiana, Aruana e ZEU, com oferta precária de saneamento básico, sobretudo no quesito de esgotamento sanitário e drenagem urbana, abrigam 5.897 moradias em 30 condomínios, cuja ocupação rápida e recente tem acirrado problemas ambientais como impermeabilidade do solo, resultando em alagamentos e inundações.

Acompanhando essa tendência, no município de São Cristóvão foram construídos 30 condomínios, com 6.657 unidades habitacionais, correspondendo a 27,12% do total das unidades da RMA. Destes 25 são condomínios verticais, com gabarito entre 4 a 8 pavimentos, sendo os maiores com 304 e 320 apartamentos (19 e 20 blocos de 4 andares) (CEPUR, 2021). Importante apontar a proximidade de 6 empreendimentos implantados contíguo ao bairro Jabotiana, limítrofe com Aracaju e 18 conjuntos no Grande Roza Elze, fortalecendo as relações metropolitanas. Nenhum dos empreendimentos foram inseridos na sede.

Em Nossa Senhora do Socorro, foram construídas 3.033 moradias em 15 condomínios, a maior parte na porção oeste do Complexo Taiçoca, em áreas mais periféricas, sem infraestrutura. É importante destacar que os 2 empreendimentos do PMCMV que estão na sede (apesar de não serem fechados em condomínios) foram implantados em área contínua à urbanizada, mas com escala equivalente ao dobro da quantidade de moradores da sede. Sem dúvida, irá agravar a oferta, já precária, do esgotamento sanitário, transporte, comércio e serviços dessa localidade (MOURA JÚNIOR, 2020).

O município de Barra dos Coqueiros reúne 13 condomínios (todos verticais), destacando duas áreas de concentração de empreendimentos do lado oeste das margens da Rodovia SE-100, logo após a Ponte Aracaju-Barra e, nessa mesma pista, uma área de manguezal às margens do Rio Pomonga, próximos aos novos condomínios fechados de média e alta renda (Mai Kai

e Thai Residence), no lado oposto. Sobre os empreendimentos que em suas propagandas destacam à proximidade à Aracaju, Gesteira (2017, p. 72) caracteriza como “condomínios verticais de prédios de no máximo quatro andares, voltados a um público com menor poder aquisitivo, semelhantes ao que encontramos na área da cabeceira da Ponte Aracaju – Barra”.

Entretanto, convém destacar que, apesar dos condomínios apresentarem a tipologia habitacional verticalizada, é um processo ainda muito incipiente, sendo que 11 empreendimentos são condomínios de prédios de blocos com 4 pavimentos (de 6 até 18 blocos), destinados às famílias classificadas na faixa de renda 2 e 3 (CEPUR, 2021).

Assim, fica nítida, no município da Barra dos Coqueiros, a

desigualdade no processo de espacialização do mercado imobiliário no município, que, enquanto reserva a faixa leste, próxima às praias, a um perfil de condomínios de “alto padrão”, estabelece para a faixa oeste, que vai desde a Rodovia até à área de manguezal, outro tipo de empreendimento, como é o caso dos condomínios Litorâneo Barra Residence e Alameda da Barra, localizados no povoado Capuã, na área rural do município (GESTEIRA, 2017, p. 72).

De fato, as características arquitetônicas dos empreendimentos do PMCMV, como gabarito dos prédios, diversidade das tipologias e o sistema de condomínio, se constituíram em base para as transformações sócio-espaciais, fragmentando zonas urbanas periféricas e modificando áreas rurais e de expansão, permitida pelo Estado. Diante disso, Santos (2018, p. 194) assegura que esse processo legitima a lógica da oposição entre o centro e periferia urbana regional, considerando

duas grandes dinâmicas diferenciadas de expansão urbana a partir do PMCMV, com realidades opostas na RMA: a primeira são os empreendimentos construídos nas faixas 2 do programa na periferia da região, e a segunda dinâmica são empreendimentos habitacionais voltados para a faixa 3, concentrados em Aracaju, no Bairro Jabutiana e na Zona de expansão.

Assim, a reprodução desses espaços autosegregados, como define Correa (1999), marca a paisagem da RMA, sobretudo nas áreas de fragilidade

ambiental, como o bairro Jabotiana e a antiga Zona de Expansão em Aracaju, os limites de São Cristóvão com a Grande Roza Elze, e do Complexo Taiçoca, em Nossa Senhora do Socorro. Por fim, ocasionou transtornos à população no tocante à mobilidade, infraestrutura e serviços coletivos, cujo aumento populacional, demanda ampliação de investimentos da gestão para qualificar os espaços públicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da implantação de empreendimentos fechados se fez presente na metrópole aracajuana, a partir de 1990, significando mais uma proposta do mercado imobiliário para um grupo de renda mais alta, formando espaços fechados e exclusivos, que apresentam projetos de “grife” divulgados através campanhas publicitárias que enfatizam a natureza e a oferta de infraestrutura privada como ponto-chave. E é essa a estratégia do capital: basear-se nos desequilíbrios socioeconômicos para obter oportunidades de produtos imobiliários.

A crescente segregação sócioespacial foi ocasionada pela intensificação da ocupação fragmentada e dispersa, distante do centro urbanizado, dificultando a ligação com o resto da cidade e estreitando relações de dependência do automóvel individualizado. Somado a isso, a precariedade de infraestrutura é reforçada ao permitir que condomínios sejam instalados em bairros com oferta de serviços ineficaz ou inexistente, acarretando sérios impactos e conflitos socioambientais, como ocorreu na Zona de Expansão Urbana e no Jabotiana, na capital. Nesse sentido, os beneficiados são o mercado imobiliário e, em especial, os proprietários de terras, cuja estratégia é valorizar o solo e ganhar uma renda fundiária cada vez mais elevada.

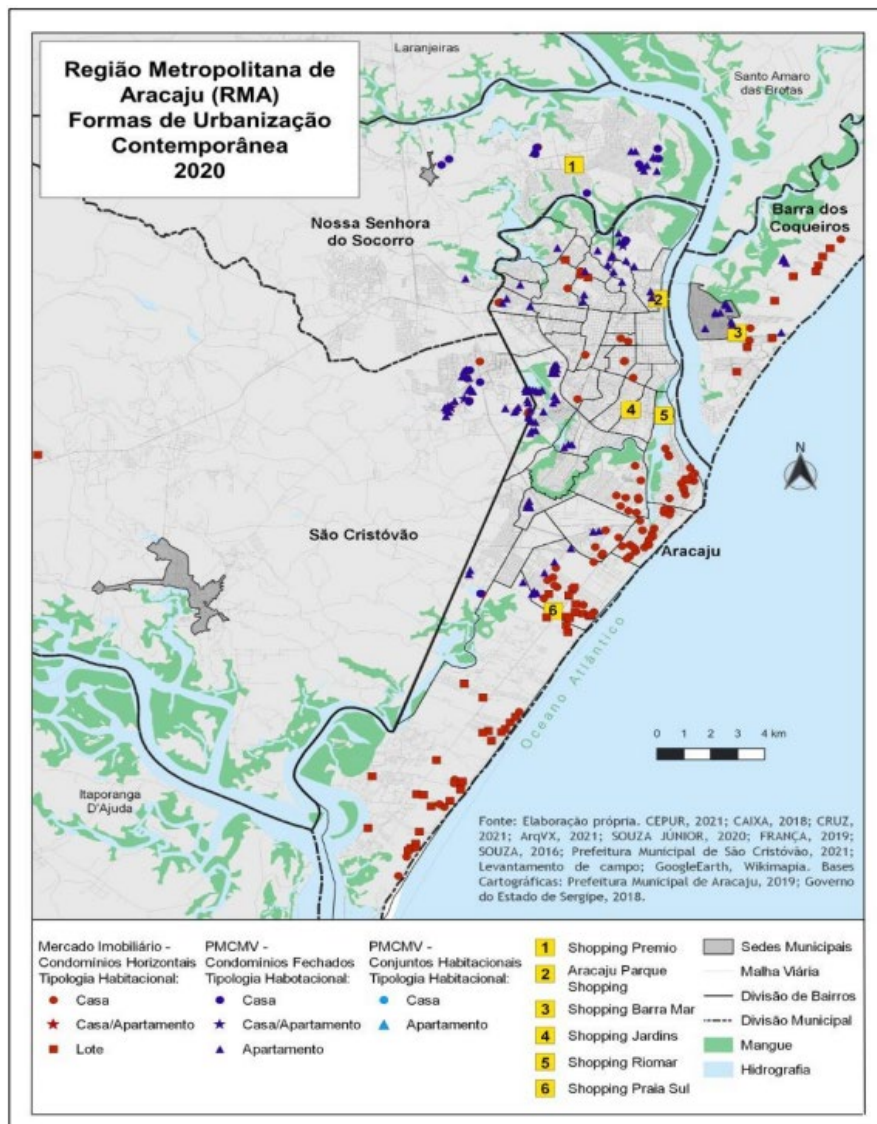
De fato, observa-se dois eixos de ocupação, que revelam “contrapontos” da urbanização RMA. Por um lado, um vetor na porção mais litorânea da Região Metropolitana de Aracaju, por condomínios horizontais de veraneio voltados para grupos de renda média alta e alta. Isso ficou marcado,

predominantemente na Barra dos Coqueiros, após impedimento judicial de licenciamento de empreendimentos na Zona de Expansão Urbana da capital, caracterizada por esse tipo de condomínio. O fortalecimento dessa tendência imobiliária que se apropria da paisagem praiana, e proporcionada pelo Estado, através da construção de infraestrutura, vem se constituindo uma aposta no produto da moradia enclausurada e murada, formando uma cidade paralela e fechada, intensificando o uso do solo para fins residenciais em áreas de fragilidade natural, além de se segregar do restante do município, como alerta Souza (2016).

Por outro lado, marca-se a “condominização da moradia” de interesse social (sejam verticais ou horizontais), a partir da aliança entre Estado-mercado através do PMCMV, principalmente na face oeste e norte da RMA, em Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, em bairros com baixo valor da terra e distantes das oportunidades urbanas, para famílias de renda de 0 a 10 salários mínimos, que resultam em maior necessidade de deslocamento, em função da não existência de urbanidade nesses espaços. Isso porque a essa oferta de moradia não se estabelece nos mesmos patamares que as intervenções de infraestrutura e serviços públicos, tornando-se um agravante no espaço social nesses municípios. Outra questão importante é o aumento no custo de vida, somando, às despesas mensais, o acréscimo nos custos com transporte público e mais horas no trânsito, as taxas condominiais que sobrecarregam o orçamento, além da exigência de mudanças de comportamento para se conviver em comunidades intramuros (Figura 7).

Sem dúvida, essa forma de moradia fechada repercute para as cidades e para a sociedade, em ruas sem vidas, inseguranças, sem dinâmica urbana e comunitária, em função da ausência da utilização dos espaços públicos em detrimento do discurso da segurança privada e apropriação dos espaços coletivos em condomínios. A vida em comunidade é trocada pela vida individualizada, em grupos homogêneos ou familiares, distanciando-se daqueles “diferentes” economicamente, contradizendo as diretrizes da importância da diversidade nas cidades.

Figura 7 - Formas de urbanização contemporânea na Região Metropolitana de Aracaju, 2020.



Fonte: Elaboração das autoras, 2021.

De fato, nesse contexto é relevante enfatizar que a ineficácia do Estado quanto à implementação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, de efetivação do direito à moradia e combate à especulação fundiária,

constantes nos Planos Diretores Municipais, tem atenuado a periferização e a metropolização na área objeto de estudo. Ficou evidente a deficiência no tocante ao planejamento integrado metropolitano, além da forte preferência do mercado imobiliário na construção dos empreendimentos de forma espalhada, reforçando o surgimento de novas configurações espaciais nocivas ao desenvolvimento e gestão sustentável, degradando o meio ambiente, favorecendo o surgimento de áreas vazias, beneficiando os proprietários fundiários especuladores. Dessa forma, marca-se o distanciamento da real efetivação do direito à moradia e à cidade para aquelas famílias que não tem condições de acessar o mercado formal da habitação.

REFERÊNCIAS

- ARACAJU. Lei no 42 de 06 de outubro de 2000. Institui o Plano Diretor de **Desenvolvimento Urbano de Aracaju e dá outras providências**. PMA: Aracaju, SE. 06 de outubro de 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania** em São Paulo. 34ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CEPUR. Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais. **Tabela de Levantamento dos Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana (2009-2018)** (Documento interno de pesquisa). Laranjeiras, DAU/UFS, 2021.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1999.
- CRUZ, Catharina Nunes. Quando a Segurança Entra em Cena: Arquitetura do Medo nos Condomínios Horizontais em Aracaju/SE. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras: 2021.
- DINIZ, Dora Neuza L. Aracaju: Evolução e Verticalização. 2003. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em Arquitetura e Cidade). Faculdade de Belas Artes de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FRANÇA, Sarah L. A. **Vetores de Expansão Urbana: Estado e Mercado na produção da habitação em Aracaju-SE**. São Cristóvão: EdUFS, 2019.
- _____. A produção do espaço na Zona de Expansão de Aracaju/SE: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- _____. Os condomínios fechados na Zona de Expansão Urbana de Aracaju: uma nova modalidade de segregação sócio-espacial. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Tiradentes, Aracaju, 2004.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves França. **Aracaju: Estado e Metropolização**. São Cristóvão: EdUFS, 1999.

- GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A ação estado-capital na produção do espaço e a expropriação das comunidades tradicionais no município de Barra dos Coqueiros/SE. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2017.
- GÓIS, Renata Noronha. Transformações do Espaço Urbana no Bairro Industrial em Aracaju-SE: Agentes Sociais e Intervenções Espaciais. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Tiradentes, Aracaju: 2016.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa da População para 2020**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em 30 de abril de 2021 às 09:53h.
- MOURA JÚNIOR. Alex Nascimento. Minha Casa Minha Vida em SOCORRO! O protagonismo do mercado imobiliário na produção de empreendimentos fechados do Programa Minha Casa Minha Vida. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras: 2020.
- REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. - São Paulo: Via das Artes, 2006.
- RODRIGUES, Vinícius Silva. As transformações recentes no espaço urbano de Nossa Senhora do Socorro: Uma desconcentração metropolitana. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras: 2017.
- SANTOS, Mário Jorge Silva. A (re)produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (SE): interfaces da ação do Estado e do capital. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2018.
- SANTOS, Priscila Pereira. Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2015.
- SCARANTO, Sâmia Carolina Lima; SILVA, Rooseman de Oliveira. Aracaju Park Shopping: Cultura e Religião em Espaço Empresarial. **Cadernos de Graduação**. Aracaju. v. 5. nº 1. p. 11-28. Universidade Tiradentes: Aracaju, 2018.
- SILVA, Rooseman de Oliveira. Formas de Uso e Apropriação do Espaço Urbano Coletivo. O caso do Bairro Jardins em Aracaju-SE. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- SOUZA, Alessandra Magda dos Santos de. Condomínios Horizontais Exclusivos e a Dinâmica Sócioespacial no Litoral Metropolitano de Aracaju (SE). **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2016.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute of Land Police, 2001.

Capítulo 9

OS “MALAFOGADOS” NA COSTA SERGIPANA (1942-1945): CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA HISTÓRICA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL⁴⁶

Luiz Antônio Pinto Cruz

1 INTRODUÇÃO

As guerras mundiais do século XX devastaram geografias costeiras, mas ainda existem paisagens marítimas sem história e vítimas naufragadas sem nomes. Entre 1939 e 1945, por exemplo, as águas do Oceano Atlântico foram novamente transformadas em campos de batalhas. No auge dos embates entre eixo e aliados, a fronteira beligerante ia do norte da Europa, na então denominada Batalha da Noruega, na Escandinávia, estendendo-se até o extremo sul da América, na Batalha do Prata, Uruguai. Ao analisar estes cenários de confrontos em seu conjunto, percebe-se que a Batalha do Atlântico se tornou o teatro de operações mais extenso, duradouro e estratégico da Segunda Guerra Mundial. Embora nada se iguale à resistência britânica às investidas alemãs, é necessário englobar historicamente as costas atlânticas de outras nações, as quais, por sofrerem campanhas submarinas ítalo-germânicas, também acabaram integradas à Batalha do Atlântico.

Com vistas a isso, as batalhas navais precisam voltar a ser objeto de pesquisa da Geografia Histórica, pois olhar espacial permite compreender a experiência

⁴⁶ Texto originalmente publicado na Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXXII, n. 2, Edição Especial: Territórios Costeiros, setembro, 2021, p. 267-285. Agradecemos a autorização para republicação em forma de capítulo de livro.

dos marinheiros que “nela se enfrentam, com os sofrimentos que nela suportam, com as mentalidades daqueles que tentam sobreviver e, para tudo dizer, com os imensos desafios que nela se cristalizam” (AUDOIN-ROUZEAU, 2009, p. 5). Os ardores da guerra jamais poderão ser entendidos sem uma análise detalhada das localidades onde os confrontos navais se registraram. Deste modo, a Geografia Histórica contribui com valiosos subsídios para se dimensionar a escalada da guerra sob os povos atlânticos da Europa, África, América e Caribe.

Estudar a guerra submarina na costa do Brasil significou mapear o invisível, ou seja, lidar com o inimigo ausente, surpreendente e perturbador. A Kriegsmarine (Marinha de Guerra Alemã) fez da Batalha do Atlântico uma luta sistemática contra os navios mercantes. Uma reflexão geográfica dos navios caçados ou torpedeados ajuda a reconstituir cenários beligerantes ignorados na literatura clássica. A extensão da Batalha do Atlântico dependia do raio de ação das marinhas de guerra, da logística de abastecimento e das missões estratégicas, era uma mobilização geral contra o suprimento de víveres dos oponentes.

O espaço sul-atlântico também se revestiu de significações beligerantes no tempo da Segunda Guerra Mundial, pois se transformou em águas militarizadas. Outra reflexão importante: uma guerra que realmente se coloque enquanto “total” deve vislumbrar a Europa enquanto epicentro irradiador das operações militares, no entanto, jamais como um fim em si mesmo. A totalidade se alimentava da localidade, porque a máquina-de-guerra se movimentou por diferentes plagas do globo e espalhou a barbárie numa escalada tecnológica jamais vista. Há, nesse sentido, uma Segunda Guerra Mundial ainda pouco estudada nos trópicos americanos.

Em virtude disso, pensar geograficamente a Batalha do Atlântico na costa do Brasil faz-se necessário, porque este cenário tropical também foi profundamente marcado pelos ataques de submarinos alemães e italianos. Os naufragos dos navios torpedeados e os soldados praieiros estabeleceram relações significativas, entre 1942 e 1945, com as populações litorâneas do Nordeste. À época, dentre as novidades introduzidas pelos estadunidenses na sociedade brasileira, destacava-se o Sistema de Defesa Passivo: blecaute,

ensaio antiaéreo, vigilância costeira, dentre outras mobilizações. Eram orientações oficiais de como os civis deveriam se comportar diante da então recém-chegada atmosfera beligerante na América do Sul.

Em termos metodológicos, foi feita uma revisão bibliográfica sobre a temática da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e sobre os malafogados, ou seja, os resquícios materiais resultantes dos torpedeamentos na costa sergipana, além de entrevistas com moradores antigos do litoral sergipano com questionamentos sobre as práticas e a memória desses atores sociais sobre o torpedeamento dos navios na costa sergipana.

À luz da Geografia Histórica, esta investigação buscou compreender os acontecimentos militares e suas relações espaciais no litoral sergipano, no período compreendido entre 1942 a 1945. Apesar de se registrar a carnificina bélica em diferentes lugares e ocasiões, a costa do Brasil demorou a ser reconhecida enquanto “status de front oceânico” dentro da literatura clássica da Segunda Guerra Mundial. Sob essa lacuna cabe uma série de indagações cruciais: a) quais os desdobramentos da não-observância dos fenômenos bélicos nas águas do Atlântico Sul?; b) como se deu o irromper da guerra submarina na costa do Brasil e por que a costa sergipana foi o alvo inicial dos torpedeamentos? Quais as reações e os conflitos nos esquemas de apropriação e comercialização dos salvados nas praias sergipanas? Enfim, como os malafogados ajudaram a (re)contar histórias sergipanas da Batalha do Atlântico Sul sob uma perspectiva geográfica?

2 SOB O PRISMA DA GEOGRAFIA: A BATALHA DO ATLÂNTICO SUL

O Atlântico Sul, como outras regiões oceânicas do globo, também registrou intensos embates navais no tempo da Segunda Guerra Mundial. Se comparado ao Atlântico Norte, qualificou-se enquanto uma área oceânica de frente secundário. Contudo, isto jamais deve ser lido como desmerecimento. Porque cada sinistro à superfície ou debaixo d’água, é dotado de historicidade. Negá-la equivale a esquecer o seu próprio estatuto de coisa real: o espaço é

real porque histórico. Essa perspectiva faz dos estudos retrospectivos uma etapa essencial ao conhecimento geográfico (LOURENÇO, 2005).

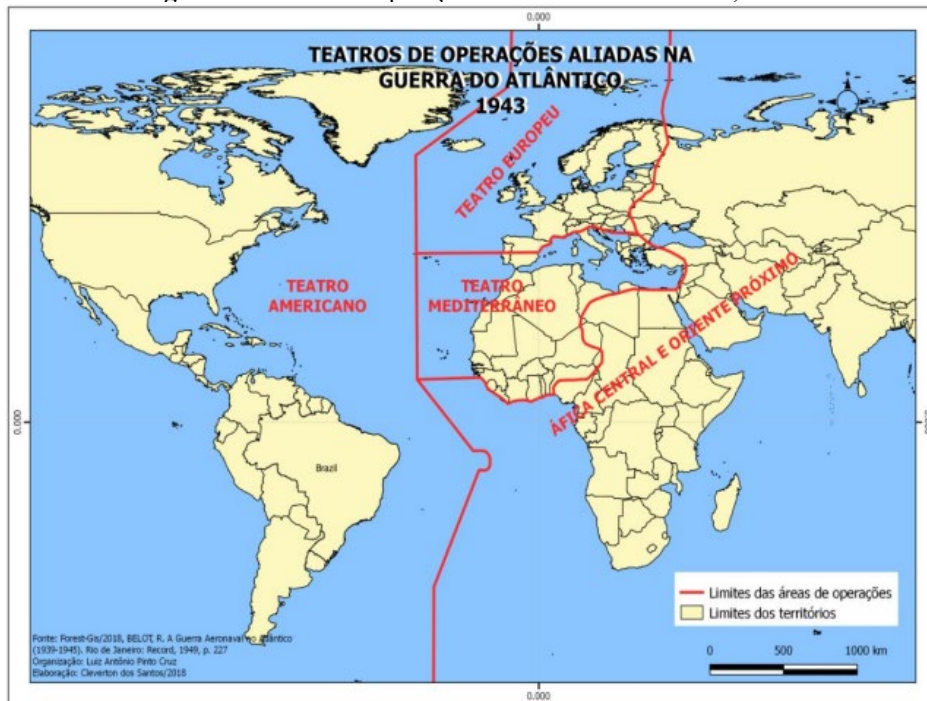
Deste modo, introduzir mediações militares de ordem geográfica dentro desta guerra fragmentada, pode encontrar respostas acerca das particularidades do acontecimento dramático e suas adjacências imediatas. O Atlântico Sul, território marginal por excelência se comparado aos intensos embates do Atlântico Norte, estabeleceu conexões logísticas importantes com os “teatros da guerra”: americano, norte-atlântico, africano e oriental. Tanto os portos da costa da África quanto os da América do Sul integraram missões com variáveis mais amplas. A título de ilustração, pode-se utilizar como exemplo, a circulação de comboios, o fornecimento de víveres, o socorro aos naufragos, a construção de bases militares, dentre outras contribuições do mundo em retaguarda.

Pelo exposto, o Oceano Atlântico se tornou o lugar da logística-primordial para as potências beligerantes. Tanto ingleses quanto alemães desenvolveram um macrozoneamento de toda a extensão oceânica. Aviões, navios e submarinos deveriam operar em mesorregiões quadriculadas. O cumprimento da missão deveria, por sua vez, ser registrado dentro de um espaço de menor extensão, a quadrícula, uma microrregião atlântica numerada, por onde a máquina-de-guerra espalharia a barbárie. Convém esclarecer que torpedear um navio não era uma tarefa simples. A manobra de ataque exigia uma obediência tática dos tripulantes, frieza germânica e atenção ao enquadrar o alvo. Era um momento tenso especialmente para o comandante do submarino, pois este se situava entre o “pensar” e o “agir”. Nada, absolutamente nada, poderia sair errado. A tática é a arte da caça. Argutos caçadores, os submarinistas alemães não costumavam agir à base do improviso ou da sorte.

Em 1943, o Almirante R. Belot (1949) analisou a Batalha do Atlântico e dividiu sua extensão em teatros de operações. As áreas limítrofes entre eles se destacam pelas linhas vermelhas na figura 1. Situada dentro do Teatro Americano, a costa do Brasil também estabeleceu conexões diretas com oeste

da África e o Teatro Mediterrâneo. Graças à movimentação da máquina-de-guerra, os povos atlânticos viveram em permanente estado de emergência. Os marinheiros que se lançavam ao mar temiam não regressar, porque o medo do submarino era um sentimento universal naquela época.

Figura 1 - Teatros de operações na Guerra do Atlântico, 1943.



Fonte: BELOT, 1949, p. 227.

Na órbita da Batalha do Atlântico, a costa do Brasil se apresenta enquanto um território periférico. Ao trazê-la para o centro de uma abordagem investigativa e mapeá-la, poderão ressurgir sobre outras formas, novas interpretações espaciais, que contribuirão para a renovação dos estudos da Segunda Guerra Mundial. A costa do Brasil foi esquadrihada pelos nazistas: cidades, portos, suprimentos, movimentação naval e bases militares⁴⁷ A

⁴⁷ Os representantes da Krigsmarine desenvolveram investigações sobre a realidade naval na costa do Brasil nos anos de 1940. A região entre o Porto de Recife e Salvador foi uma das áreas estudadas. Para saber mais ver RAHMEIER (2020).

Geografia, enquanto dimensão do espaço oceânico, tem um importante papel na compreensão do fenômeno militar contemporâneo. Navegar entre os trópicos da América do Sul era, acima de tudo, uma encruzilhada de encontros, riscos e medos. A maioria dos tripulantes dos navios mercantes zarpava sem saber o destino. O sigilo servia para dificultar ações da espionagem eixista e da traição do quinta-colunismo⁴⁸.

No primeiro semestre de 1942, os navios mercantes brasileiros já vinham sendo atacados pelos U-boats no Atlântico Norte. Gradativamente, os sinistros passaram a ser registrados cada vez mais próximos à América do Sul. Até o início de maio de 1942, a Marinha Mercante do Brasil perdeu 6 navios com 116 vítimas fatais, em águas do Atlântico Norte. Durante a primeira quinzena de agosto retorna uma certa calmaria. A trégua era aparente e deveria ser interpretada como a preparação da tempestade (SEITENFUS, 2003). Entre 15 a 20 de agosto de 1942, desencadearam sucessivos ataques contra a Marinha Mercante Nacional. Esta agressão nazista levou o Brasil à guerra.

3 OS REGISTROS DO TORPEDEAMENTO E A ESCOLHA DA COSTA SERGIPANA

De acordo com a Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, o ataque sequenciado do U-507 na costa de Sergipe, com naufrágio dos navios *Baependi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, e depois, na costa da Bahia, o naufrágio do *Itagiba*, *Arará*, *Jacira* e *Hammaren*, criaram, de súbito, uma atmosfera de beligerância no Atlântico brasileiro. Por conseguinte,

⁴⁸ Movimento de brasileiros considerados traidores da pátria. Soldados sem farda, inimigos internos, que se disfarçavam de bons cidadãos, mas ajudavam aos inimigos eixistas com informações privilegiadas. Como por exemplo, a chegada e partida de navios, os seus carregamentos e destinos. Originalmente, a ameaça do “inimigo interno” nasceu na Espanha, no tempo da Guerra Civil (1936-1939), atribuída aos simpatizantes do general Franco que residiam no interior da cidade de Madri. Em direção a ela, marchavam “quatro colunas”, alimentando a expectativa de um intenso confronto dentro da capital espanhola. No entanto, as tropas fascistas tinham uma arma secreta contra seus opositores: os madrilenos que os apoiavam como “quinta-coluna”. Esse elemento surpresa no interior social foi determinante para a vitória dos franquistas. Ver mais detalhes em CRUZ (2012).

impulsionaram o Brasil a ingressar no bloco dos aliados (Inglaterra, Estados Unidos e URSS) na Segunda Guerra Mundial contra o eixo (Alemanha e Itália). Convém assinalar que a declaração contra o Japão, por sua vez, só foi anunciada em 1945.

Com o intuito de perceber como a Batalha do Atlântico reverberou sobre a costa de Sergipe, importa analisar a documentação sergipana sobre os acontecimentos militares. O litoral sergipano tem 163 km de extensão entre a foz do Rio São Francisco, ao norte, e a do Rio Real, ao sul. Contudo, com base nos depoimentos dos naufragos, delimitou-se a área costeira das agressões navais entre a barra de Estância e a de Aracaju.

Nesta gênese brasileira da guerra dos U-boats, não se pode deixar de lado as histórias e memórias das populações costeiras. Neste horizonte tropical e apocalíptico, vislumbra-se na época uma multidão de micronarrativas de pessoas anônimas que viviam nas colônias de pescadores, povoados ribeirinhos e cidades situadas às margens do complexo estuarino Piauí/Real. Elas vivenciaram a transformação do seu espaço litorâneo em ambiente de tensão com a chegada dos naufragos, mortos e salvados. No entanto, em geral, a historiografia oficial ignorou a população local⁴⁹.

Assim que chegaram à cidade Estância, os naufragos militares procuraram meios de alertar aos seus superiores das agressões navais sofridas. Então, os estancianos logo providenciaram um telégrafo. Por conseguinte, o capitão Lauro Moutinho dos Reis conseguiu se comunicar com o Comandante da 7ª Região Militar de Recife-PE. De forma breve, relatou sobre o torpedeamento do Baependi. Eis a mensagem telegrafada na íntegra:

= 156 ESTÂNCIA SE NIL/16º - URGENTÍSSIMO
EXMO SR CMT SETIMA REGIÃO MILITAR RECIFE
- PE = BAEPENDI TORPEDEADO CERCA DE VINTE
MILHAS AO LARGO DA FRONTEIRA BAHIA E
SERGIPE ONTEM 19 HORAS PT ACABO DE CHEGAR
SALVO COM DOIS OFICIAIS SÉTIMO GRUPO VG
TENENTE JOEL E VERÇOSA QUATRO PRAÇAS

⁴⁹ Para conhecer as histórias e memórias beligerantes dos litorâneos no Atlântico sergipano e baiano, ver respectivamente Cruz (2012) e Cruz (2017).

CIDADE DE ESTÂNCIA NORTE DA BAHIA PT
POSSÍVEL GRANDE NÚMERO DE VÍTIMAS DEVIDO
RAPIDEZ DO AFUNDAMENTO PT NÃO POSSUO
INFORMAÇÕES SALVAMENTO DOS DEMAIS
ELEMENTOS GRUPO PT TOMO LIBERDADE
LEMBRAR VEXCIA NECESSIDADES DE PESQUISA
LOCAL DO NAUFRÁGIO VIRTUDE POSSÍVEL
HAVER BALEEIRAS PERDIDAS SIGO NAUFRAGOS
CIDADE ARACAJU CAP LAURO REIS.⁵⁰

A leitura do telegrama permite perceber os desdobramentos da agressão naval em seu sentido mais puro. A atmosfera da guerra saiu do mar e pairou em terra graças aos relatos dramáticos dos naufragos. Tanto presencialmente com os sergipanos quanto nas mensagens telegrafadas, a guerra submarina emergiu de forma surpreendente e alarmou o Brasil. No Atlântico brasileiro, de certo, a agressão nazista encobriu primeiro a costa de Sergipe, para depois se propagar pelos quatro cantos do Brasil.

Ao registrar a atmosfera beligerante no pós-acontecimento, o referido telegrama se tornou um dos documentos históricos mais emblemáticos do Brasil contemporâneo, uma espécie de “anúnciação da guerra” ou um “pedido de socorro” dos militares sobreviventes. A costa de Sergipe esteve sob ataque de nautas estrangeiros, e a respeito deste clima de tensão, o *Correio de Aracaju* noticiou em primeiro de setembro de 1942:

A guerra chegou, materialmente, ao Brasil, pois há muito já estava nela. A nova situação, porém, impõe tarefas mais concretas e precisas. Antes de tudo, é preciso considerar que esta não é uma guerra, mas é a guerra, a deflagração final das imensas contradições em que o mundo se vem arrastando para se superar, em busca da “continuidade, da sobrevivência, do progresso”. Não nos iludamos, pois o nosso “Pearl Harbor”, aí está, com todas as suas consequências”

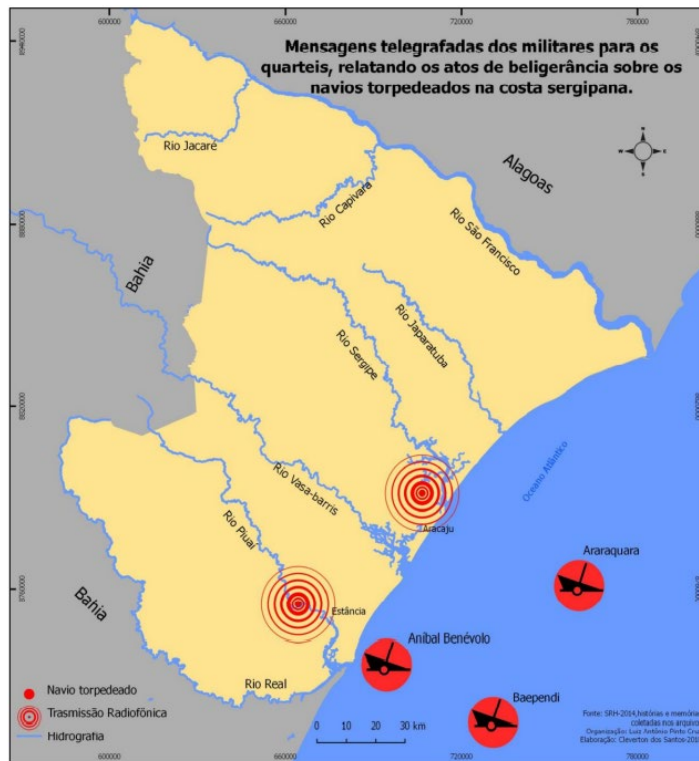
⁵⁰ BRASIL. Ministério do Exército. **Inquérito Policial Militar (IPM). Torpedeamento *Baependi***. 6ª Região Militar. 1942. Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Edifício Duque de Caxias, Rio de Janeiro. [Telegrama do Capitão Lauro Moutinho dos Reis (Náufrago do *Baependi*) ao Comandante da 7ª Região Militar de Recife, PE. Estância, SE, 16 de agosto de 1942].

Para a imprensa da época, o ataque sequenciado do U-507 sempre costumava ser comparado com o bombardeio nipônico sobre a base estadunidense de Pearl Harbor, no Oceano Pacífico. No entanto, a barbárie registrada em Sergipe também precisa ser entendida na ótica dos sergipanos. Para tanto, a Geografia Histórica ajuda a entender espaços militarizados, símbolos de barbárie e representações sociais. Estância e Aracaju irradiaram sucessivas mensagens dramáticas para as autoridades civis e militares. Tanto os representantes da Capitania dos Portos de Sergipe quanto os do 28º Batalhão dos Caçadores passaram os últimos meses de 1942 explicando os desdobramentos dos sinistros para o Presidente Getúlio Vargas.

No pós-acontecimento havia o nítido temor de invasão de tropas nazifascistas às praias nordestinas. No entanto, é importante destacar que interessava à Alemanha Nazista, na ocasião, romper com as linhas de suprimentos dos Aliados. Era uma batalha naval, portanto, que visava romper a circulação de armamentos, matérias-primas e tropas militares. Soldados alemães não invadiram as praias sergipanas, mas o medo disso acontecer foi forte o suficiente para se montar uma vigilância ostensiva da sua região costeira, com os chamados “soldados da praia”.

A seguir, tem-se o mapa de Sergipe (Figura 2) indicando o irradiar de mensagens telegráficas. Estância e Aracaju exerceram importantes papéis no pós-acontecimento: socorro aos naufragos, sepultamento dos mortos, recolhimento dos salvados e vigilância costeira. Sem dúvidas, a maior contribuição foi anunciar que guerra naval chegou ao Brasil. Vale ressaltar que as cidades de Sergipe ainda carecem de novas investigações científicas, que estabeleçam conexões entre o território costeiro e os eventos militares no mar.

Figura 2 - Localização das Mensagens Telegráficas dos Militares para os Quartéis e dos Navios Torpedeados na Costa Sergipana – 1942.



Fonte: SRH, 2014.

Em Sergipe, o submarino alemão ainda navega no imaginário coletivo dos mais velhos. Em nossas andanças pela faixa litorânea e regiões estuarinas, encontramos João Martins do Nascimento, no povoado Pontal, município de Indiaroba. Ele nos recebeu em sua casa, à beira do rio Real, região limítrofe entre Sergipe e Bahia. Apresentou um modo particular de entender o abraqueiramento da Segunda Guerra Mundial. Conforme suas palavras:

Aqueles torpedeamentos ocorreram na 2a Guerra da Alemanha. Eu nasci na 1a Guerra da Alemanha. (...) Agora, a 1a Guerra da Alemanha não veio agravar nada aqui. Agora, a 2a veio. Porque a 2a Guerra da Alemanha foi de Hitler [falou enfaticamente o nome de Hitler!]. Então, essa 2a Guerra atingiu Aracaju. Porque (...) dois ou três navios foram torpedeados. O *Aníbal Benévolo*, o

Araraquara e o Baependi! Foi tudo [afundado] de uma noite para outra. (...) O submarino era aí no oceano pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, pra lá e pra cá. Ia no sul, ia no norte. E quando eles [os tripulantes do submarino] receberam sua missão. Torpedearam de quatro a cinco navios de uma vez só. Esse povo veio dar na costa de Mangue Seco e Coqueiro. E alguns ainda vieram por aqui [povoado de Pontal]. Atravessaram de canoas de vela, com destino a Estância, para pegarem o transporte para Aracaju (Entrevista em 2005).

A noção de “guerra” remete às suas leituras juvenis dos anos de 1940, quando o então estudante Nascimento chamava as guerras mundiais de “1ª e 2ª Guerra da Alemanha”. Na luta global contra o nazifascismo, as nações aliadas sempre responsabilizaram a Alemanha e os alemães pelo tempo de barbárie. No ato de rememorar o acontecimento dramático, o entrevistado também moldou a sua fala com elementos subjetivos da embocadura dos Rios Piauí/Real. O mundo estuarino dos sergipanos e o espaço atlântico da guerra estavam lado a lado, num diálogo constante com o medo. Em 1943, outros submarinos alemães circularam pela barra de Estância. Em 1º de março, o navio estadunidense Fitz John Porter acabou surpreendido pelo *U-518* e, no dia 31 de julho, o vapor Bagé foi torpedeado pelo *U-185*, comandado pelo Capitão-Tenente August Maus. Ainda há indícios do afundamento do navio inglês *Gotenberg* (CRUZ, 2017). Estes ataques submarinos evidenciam o quanto a Barra de Estância se tornou um lugar emblemático para a história da Batalha do Atlântico Sul.

Em diferentes pontos da costa de Sergipe, homens e mulheres dos casebres de palha (artesanos, canoeiros, lavadeiras, marisqueiras, pescadores, roceiros, saveiristas etc.) contavam histórias dramáticas da guerra recheadas de mitos. Na Ilha da Barra dos Coqueiros, defronte à Aracaju, o escritor Mário Cabral (1955) fez registros sobre os torpedeamentos navais e seus restos na praia de Atalaia Nova. No livro Roteiro de Aracaju, apresentou uma personagem icônica, Seu Durval. Ouviu dele “histórias de amores e de mortes, de navios e de naufrágios, de crianças, mulheres e homens que foram tragados pelas águas de Yemanjá”. Evidencia assim, o quanto o discurso memorialístico mergulha nas esferas do mundo naval e simbólico. E continua

a narrativa, o ilhéu Durval “contará essas histórias, sentado em um velho coqueiro arrancado pela ventania, os pés no chão, as calças arregaçadas no meio das pernas nervosas, uma peixeira na cintura, o dorso nu batido pela brisa e pela salsugem do oceano” (CABRAL, 1955: 128).

Tal salsugem d’alma tropical personifica o ilhéu Seu Durval nos adereços, nos costumes, na vegetação e na religiosidade. A prosa aventureira com doses de dramas e sabor do mar. Por falar em mar de Sergipe, outro exímio contador de causos foi José Martins Ribeiro Nunes, conhecido em Aracaju como prático Zé Peixe, que lançou um olhar mais aprofundado sobre as questões espaciais no tempo dos torpedeamentos.

Zé Peixe refletiu sobre as informações que a Carta de Navegação ofereceu aos submarinistas alemães, notadamente da Barra de Estância. O Farol da Cotinguiba e o do Rio Real que serviam como pontos de referência para os viajantes oceânicos também iluminaram a movimentação da máquina-de-guerra, pois facilitaram as coordenadas navegacionais no Brasil.

Para o velho lobo do mar, a Barra de Estância foi “escolhida” pelos nazistas. Havia uma geografia da guerra, onde os nautas estrangeiros sabiam fazer uso dos recursos cartográficos. Ao ser questionado: os sucessivos ataques navais na costa sergipana, então, seriam um triunfo da logística alemã? O arguto Zé Peixe assim respondeu:

Eu não sei a história. Ninguém conta quem foi o submarino, mas dizem que foi alemão. Veio esperar aí na passagem da Barra de Estância. O lugar mais deserto de Sergipe era a Barra da Estância. De Estância para São Cristóvão. Quer dizer, como esse povo [os homens dos submarinos] sabia né? Bom, pela carta de navegação ele vê. Pela carta de navegação ele sabe. Sabia mais ou menos, porque a carta de navegação tem a cidade, o lugar mais deserto e a aproximação mais próxima à praia.

As palavras também cartografam vivências a partir do tempo ausente que se tornou presente pela linguagem (GROSSI; FERREIRA, 2001: p. 30). Nestas memórias do lobo do mar, os submarinistas tinham ao seu dispor um território costeiro desguarnecido, iluminado e cheio de alvos. Para a

inteligência militar alemã, como já foi dito, a tática submarina é a arte da caçada naval. De acordo com os esclarecimentos de Kurt Jurgers, chefe do Departamento Histórico da Marinha da Alemanha, os *U-boats* vieram ao Atlântico Sul porque o Atlântico Norte estava em dificuldades, já que os americanos desenvolveram com rapidez equipamentos antissubmarinos. Decidirão então, atacar os cargueiros na costa brasileira, que abasteciam os aliados com matérias-primas importantes (TORRES, 2007).

Na noite do dia 15 para 16 de agosto de 1942, três navios foram torpedeados. A velocidade com que os alemães imprimiram as agressões navais deixou os sergipanos perplexos, por transparecer um conflito totalmente desconhecido, um inimigo marcado pela ausência e uma quantidade elevada de destroços nas praias, ao alcance de todos. Desde então, a guerra submarina se tornou o centro das preocupações das Forças Armadas do Brasil. O *Correio de Aracaju*, de 13 de novembro de 1942, anunciou que para facilitar o conhecimento dos inimigos do Eixo a Capitania dos Portos tem mapas com desenhos e silhuetas de submarinos para conhecimento não só dos marinheiros como de quaisquer outras pessoas.

A essência da batalha naval se encontra estruturada na tecnologia, responsável pela velocidade do caos e pela natureza apocalíptica da guerra. É preciso reconhecer a parte militarizada desta tecnologia, pois a classe militar é esta espécie de inteligência desenfreada cuja ausência de limites provém da tecnologia, da ciência (VIRILIO & LOTRINGER, 1984). A máquina-de-guerra não são somente explosões, também é comunicação, vetorização, geografia. É, especialmente, a velocidade da expedição.

No centro da máquina-de-guerra mundial, em movimento veloz, palpita um coração artificial – a tecnologia. Acostumamo-nos a concebê-la invariavelmente como um bem maior. Com muito custo, concedemos que é um instrumento neutro cujos efeitos podem ser bons ou maus, dependendo de quem dela se apropria. E sempre a vimos como um instrumento civil, sequer cogitamos que a tecnologia de ponta é monopólio dos militares, a quem serve, mas, sobretudo, quem a servem e cultural (VIRILIO; LOTRINGER, 1984, p. 10).

A leitura do texto permite perceber o quanto as áreas de fronte estimularam o *modus operandi* nas ciências. Estas, por sua vez, desenvolveram tecnologia de ponta, com a intenção de destruir, matar e surpreender. As armas de destruição em massa são filhas dos cientistas. A tecnologia concedeu ao submarino, por exemplo, a vantagem do efeito surpresa. Havia pressa pela inovação nos campos de batalha. Havia velocidade nas longas travessias oceânicas. Era a ciência a serviço da pátria visando vencer a guerra. Era o sonho nazista de edificação do Terceiro Reich sob o mundo.

4 A GEOGRAFIA DOS MALAFOGADOS: ENTRE A PROIBIÇÃO E O DESEJO DOS OBJETOS

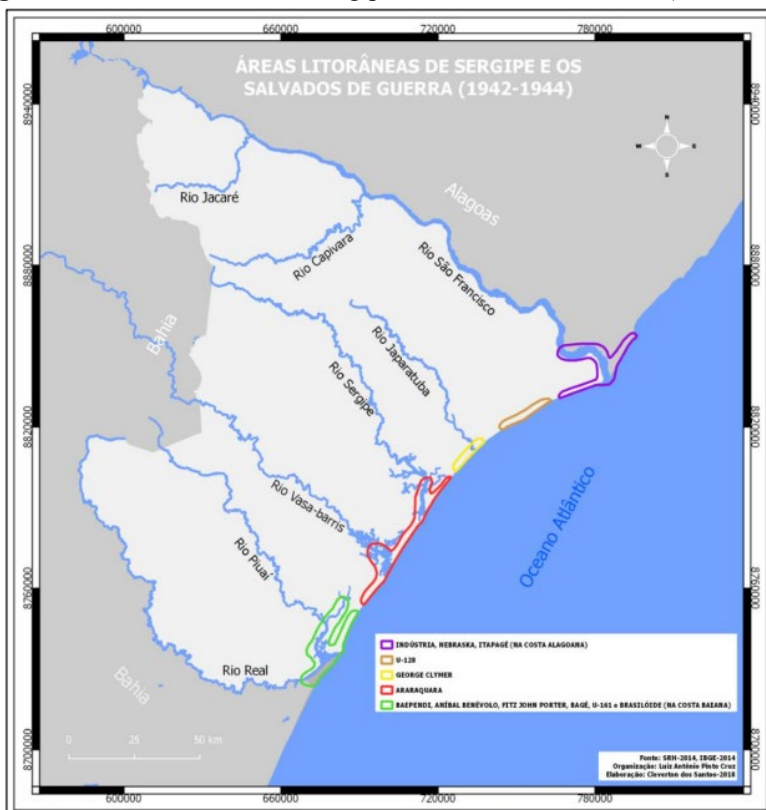
Na linguagem do mundo náutico, os “salvados de guerra” significam restos materiais de um acontecimento trágico-militar, e no nosso caso, do navio mercante torpedeado. Mais as coisas flutuantes também poderiam ser provenientes do torpedo não detonado, do submarino alemão bombardeado ou até do avião militar abatido. Já no mundo sociocultural dos sergipanos, a sabedoria atlântica desenvolveu um sentido popular para os salvados de guerra: “malafogados”.

Estudar o acontecimento trágico-militar na perspectiva social implica tirar do anonimato uma gente tropical marginalizada, que residia dentro de palhoças estuarinas, situadas entre coqueirais e manguezais. Implica também perceber as interações entre elas e as ações militares da Batalha do Atlântico Sul, ligações estas, que ajudaram a entender porque uma coletividade se sentia envolvida pela atmosfera beligerante.

O mapa litorâneo de Sergipe indica os lugares de aparição de salvados de guerra (Figura 3). Graças à memória dos entrevistados, à análise de fotografias, às informações dos jornais e documentos do judiciário e de militares, foi possível mapear esses lugares costeiros. As diferentes cores identificam o navio soçobrado: nacional ou estrangeiro, mercante ou militar. Por meio desses rastros e restos, entende-se porque a aura da Segunda Guerra Mundial marcou e ainda marca a memória coletiva dos sergipanos.

À sombra de extensos coqueirais e cajueiros, acampamentos militares foram erguidos em áreas pontuais. Canhões de artilharia, instalados por entre dunas da praia, pareciam querer atacar o oceano ou o céu. Binóculos sempre mirando o mar em busca de qualquer anormalidade, a orientação dos superiores era a que eles deveriam ter olhos sempre abertos para água e ser capazes de identificar o periscópio. Contudo, o único inimigo de fato era o marasmo, o calor do dia, a frieza da noite e o próprio medo. O soldado da praia teve que travar uma luta contra si mesmo. Ele vivia entre uma beleza paisagística que não podia aproveitar e à beira da loucura. Vigiar e lutar contra o nada, gerava uma situação de tensão permanente, onde o nada era o tudo ao extremo. Alguns soldados da praia chegaram a enlouquecer.

Figura 3 - Áreas Litorâneas de Sergipe e os Salvados de Guerra (1942-1944).



Fonte: SRH, 2014; IBGE, 2014

Na medida em que as coisas se tornaram mais críticas em relação à prática de recolher malafogados, os militares resolveram adotar medidas mais enérgicas e repressivas junto à população civil. Em 6 de outubro de 1942, o secretário da Capitania dos Portos de Sergipe, José Augusto Diniz de Aguiar Dantas, elaborou um edital que circulou pela imprensa escrita, e radiofônica, com o objeto de conscientizar a população sergipana de que os objetos achados tinham donos e precisavam ser entregues aos militares. Acrescentou-se ainda a insistência da adoção do blecaute como forma de não denunciar a posição costeira para os inimigos no mar e a proibição de cortar os manguezais que envolviam a cidade de Aracaju, porque eles serviriam de proteção natural, caso houvesse um desembarque de soldados nazifascistas nas praias de Sergipe. De acordo com o referido edital da capitania:

De ordem do Senhor Capitão de Corveta Gentil Homem de Menezes, Capitão dos Portos deste Estado, comunico a todos a quantos possa interessar que esta Capitania dá por muito bem recomenda a proibição do corte de lenha de mangue por quem não esteja para isso legalmente habilitado, bem como a sua compra e venda fora de tais condições; a proibição de detenção em poder de particulares de quaisquer salvados de naufragos ou qualquer objeto ou embarcação que dê à praia; a obrigação que é imposta a quem quer que encontre objetos, salvados ou embarcações em tais condições, de promover a sua guarda e comunicar o encontro a esta Capitania com maior brevidade; que na forma das disposições do decreto 4 557, de 10 de agosto último, todo movimento dos portos e águas interiores bem como a sua fiscalização e vigilância além da orla marítima, são a cargo desta Capitania e das entidades federais e estaduais que com ela colaborem, com o fim comum; que pelo cumprimento de disposições análogas às presentes e anteriormente tornadas públicas têm sido aplicadas às sanções regulamentares e multas a grande número de contraventores. Esta Capitania em benefício de serviço público e no cumprimento de suas atribuições não pode deixar de ser rigorosa com os infratores nem estes podem alegar ignorância das disposições legais.

A ênfase no documento era a proibição de detenção dos salvados dos naufrágios pelas populações litorâneas. Ao procurar demarcar posições

sociais e limitar o acesso dos civis à região praiana, os militares acabaram por despertar uma “guerra pelos malafogados” com os sergipanos. Por esta razão, o litoral se transformou em lugar de conflito. Em defesa da posse deles, a população realizou suas incursões às áreas proibidas e criou artimanhas para catarem os salvados: 1 – conheciam o ciclo das marés, sabendo o momento em que as águas jogavam os artefatos; 2 – preferiam agir na madrugada, para recolhê-los antes da primeira ronda militar; 3 - entocavam por entre as dunas e lá escondiam os objetos catados, marcando o local com cocos ou galhos; e por fim, 4 – sabiam dos horários e comportamentos dos marinheiros.

Pelo exposto nestes comportamentos sociais, os sergipanos se sentiam donos dos salvados de guerra. Ora, foram eles que os encontraram “perdidos” na praia, e assim, queriam conceder um fim mais digno ao que seria em tese tratado como lixo naval. Legalmente, a coisa achada deveria ser entregue aos seus verdadeiros proprietários: os familiares dos viajantes oceânicos, as companhias navais ou as instituições militares. No entanto, na maioria dos casos, não houve devolução. O objeto malafogado foi entendido socialmente como um presente precioso do mar, como rememorou Salvelina Santos de Moraes⁵¹, em entrevista realizada em 2014:

Malafogados? Era porque era do mar. Porque foi do mar! Foi o mar quem trouxe né? Chamavam de malafogados! Foi o mar quem trouxe e ele pegou dos navios torpedeados. Olhe fulano peguei isso do mar, isso assim, dos malafogados. Alguns diziam que era do mar, do tibun e não diziam malafogados sabe? O mar era o malafogado porque trazia tudo isso. As pessoas iam beirando o mar, catando. Não tinha rodagem naquela época. Iam para o Mosqueiro. Deu mais coisa na praia de Estância e do Mosqueiro para cá.

A partir da análise desta memória pode-se perceber que as populações litorâneas possuíam a incrível habilidade de criar histórias sobre o sinistro. Elas buscaram entender o sinistro dentro de suas tradições culturais. O mundo dos malafogados nasceu como resposta a uma luta contra o invisível. Contudo, a justificativa que “o mar trouxe os malafogados para a população

⁵¹ Filha do faroleiro da Atalaia, Teodoro Moraes.

carente” jamais seria acatada pelas autoridades da Capitania dos Portos de Sergipe, que criaram uma regulamentação de acesso ao litoral e apontaram restrições aos salvados tentando frear a prática dos malafogados. Os sergipanos, principalmente aracajuanos e estancianos, jamais os deixariam escapar de suas mãos.

Se por um lado, no mar, os salvados apontam os rastros dos submarinos alemães, por outro, nas praias sergipanas, os malafogados revelam a geografia dos catadores dos objetos. Para saber onde e o que chegou nas praias, quem pegou o quê e o que se fez com os malafogados, era preciso atentar para a movimentação dos sergipanos e o que um dizia ao outro em sigilo. Armazéns, bares, barbearias, bodegas, botequins, canoas e pontes eram espaços masculinizados de sociabilidade, locais úteis para o propósito de “ficar por dentro literalmente das coisas”. A este respeito, Murillo Melins recordou alguns “causos de juventude” em seu livro *Aracaju romântica que vi e vivi*. Esse memorialista ajudou a iluminar esta pesquisa indicando quem mais “pescava” os malafogados. Eis as suas impressões:

À noite na praia de Formosa, os veranistas e pescadores misturavam-se no armazém de Seu Guimarães, Bar do guarda Barbosa e no Botequim de Dona Lila. Papo sobre pescarias, estórias dos torpedeamentos dos cinco navios, dos naufrágos que davam na praia de Atalaia. Casos de pescadores que acharam caixas cheias de cédulas de grande valor que, depois de secas ao sol, fizeram alguns mudarem suas vidas, para melhor. Uns compararam casas, outros se estabeleceram no comércio. (MELINS, 2007, p. 314).

Ao mesmo tempo, percebem-se nesta memória de Murillo Melins que os nativos pescadores eram os principais agentes no ato de recolher os salvados de guerra, e por que não dizer, da própria comercialização destes nas cidades de Indiaroba, Santa Luzia do Itanhy, Estância, Itaporanga, São Cristóvão e Aracaju. No entanto, a importância de recolher os objetos à beira-mar pode ser percebida de duas maneiras diferentes. De um lado, na ótica militar, pois os salvados ajudavam a entender a ação dos *U-boats*. Por outro lado, na perspectiva social, as histórias e as memórias dos malafogados abriram

frestas para coisas veladas no interior da costa de Sergipe, onde se visualizou a dinâmica social de apropriação, os desvios de coisas e os usos no cotidiano.

As estratégias de apropriação dos salvados eram ágeis, sigilosas e secretas. Contudo, aquilo que acontecia no anonimato se tornava conhecido facilmente. Como já foi dito, cobrir o objeto com areia da praia e com cascos de cocos secos nos sítios eram tentativas de despistar a varredura policial. Em entrevista, Salvelina Santos de Moraes rememorou estas estratégias do Zé Malafogados:

O povo escondia coisas nas praias e nos sítios. Assim, muitos sítios mesmo. Faziam assim, botavam as coisas no buraco e acabar cobria com casca de coco. Escondiam lá para poder ficar. Quando descobria de fulano, era só pressionar, porque este dizia que sicrano também tem e tá em tal lugar. Quando um era descoberto sempre entregava o outro. Tinha gente que chegava assim pro meu pai, chamava e dizia: - Seu Teodoro, fulano tá com isso, isso e isso escondido! Tá dentro de uma valeta num buraco e tá escondido coberto com casca de coco. Aí quando ele ia com os soldados ele já ia certo ali, aonde tava aquele negócio todo sabe? Ele dizia assim: - Não negue! Porque eu já sei! Já sei o que tem aqui porque já me disseram! Já me falaram! Ele não dizia quem era, mas dizia: - Eu já tô sabendo que aqui tem! Ele achou latas de manteiga, móveis, muita coisa deu na praia, como caixa de louças.

A busca pelo que estava escondido – e como foi encoberto – coube ao faroleiro Teodoro Moraes. Era preciso atentar para a sutileza dos detalhes e pensar a praia enquanto espaço de representações. Assim, a teia de quem pegou o que se formava quando um entregava o outro. Em meio à raiva de ser descoberto e à inveja de ver alguns se darem bem, o “Zé Malafogado” indicava o caminho percorrido pelos salvados de guerra e como esconderam. Cobrindo as coisas com casca de coco nos sítios ou cavando um buraco na areia da praia e depois marcar o local com galhos.

Mais do que faroleiro, Teodoro Moraes era morador da região praiana e conhecido pela gente litorânea, esta condição o fez adentrar com facilidade em um mundo social que também era seu, mas que seria fechado para os forasteiros disciplinadores (policiais, marinheiros e militares). Além disso, ele percebeu os buracos dos malafogados também nas praias a partir das

seguintes evidências: a areia remexida, as pegadas ao lado de um morrinho e galhos suspeitos. Apesar de se recuperar alguma coisa, a maioria dos salvados se espalhou entre os moradores do litoral sergipano.

Os objetos de valor caíram num mercado clandestino. No centro de Aracaju, os malafogados eram tratados como mercadorias. Eles representavam muito mais do que um pedaço do navio ou um objeto do naufrago, pois a sua posse poderia oportunizar uma melhoria de vida. Algumas pessoas de origem humilde conseguiram ascender socialmente, tal mudança gerou suspeita ou indicativo da comercialização dos salvados às escondidas. Com o dinheiro em mãos, eles quitavam dívidas ou compraram casa, sítio ou bodega. Por meio dos desvios das coisas de valor, dos saques aos cadáveres, do comércio ilegal, houve, sem dúvidas, o enriquecimento ilícito.

Nesta época, a Praia Formosa voltou a ser a mais frequentada pelos aracajuanos em fins de 1942. Além de deter uma paisagem tropical agradável, ela tomou o lugar da Praia de Atalaia Velha, que já tinha poder de atração territorial desde os anos de 1920. As circunstâncias que favoreceram o afastamento dos aracajuanos de Atalaia Velha incluíam: 1 – a atmosfera de medo e incerteza provocada pela ação dos *U-boats*; 2 – a angústia dos militares, que num primeiro momento, acreditavam que tropas alemãs ou italianas poderiam desembarcar nas praias oceânicas; 3 – a restrição do acesso de civis ao litoral. Por isso, as praias estuarinas do Rio Sergipe voltaram a ocupar um papel de relevo na cultura balneária de Aracaju, com destaque para a Praia Formosa, Praia do Aracajuzinho e as praias situadas na Barra dos Coqueiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em agosto de 1942, como já foi dito, o submarino U-507 empreendeu manobras livres na costa de Sergipe. Em rápida sequência, lançou seus torpedos contra o Baependi, Araraquara e Aníbal Benévolo. Ao longo desta pesquisa, vislumbrou-se que a história dos torpedeamentos não acabou quando os navios mercantes desapareceram no horizonte oceânico. Coube

à memória coletiva dos sergipanos a tarefa de recordar as agressões nazistas em territorialidades flutuantes e apontar caminhos interpretativos para se entender os acontecimentos no mar.

Cada acontecimento trágico-militar foi gerador de coisas flutuantes, ou seja, de salvados de guerra. Graças às correntes marítimas favoráveis à costa, logo chegaram às praias locais e às mãos oportunistas. Entre os sergipanos, os salvados de guerra eram denominados de malafogados. A força imagética dos malafogados residia no arrebatamento que suscitou nas populações litorâneas no tempo da Segunda Guerra Mundial. Em meio às proibições da Capitania dos Portos de Sergipe, homens e mulheres não deixaram de buscar os malafogados e criaram suas estratégias para desvio, trajetória, posse, uso e comercialização. Como foi evidenciado nos registros documentais, houve conflitos entre civis e militares pelos malafogados.

Histórias de guerra marítima foram tecidas no pós-torpedeamento. Além das coisas malafogadas, sobreviventes desesperados e náufragos mortos também tornaram as operações militares alemãs mais inteligíveis. Nesta esteira praiana dramática, não há como negar o valor da memória nas construções das narrativas sociais. O ato de recordar revelou cenários tropicais imbricados a uma teia de micro-acontecimentos. Deste modo, ainda no raio do século XXI, velhos sergipanos são portadores de uma memória dramática, que esculpiu, no espaço e tempo, uma geografia histórica da Batalha do Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS

AUDOIN-ROUZEAU, S. **As grandes batalhas da história**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

BRASIL. Ministério do Exército. **Inquérito Policial Militar (IPM). Torpedeamento Baependi**. 6ª Região Militar. 1942. Arquivo Histórico do Ministério do Exército. Edifício Duque de Caxias, Rio de Janeiro. [Telegrama do Capitão Lauro Moutinho dos Reis (Náufrago do Baependi) ao Comandante da 7ª Região Militar de Recife, PE. Estância, SE, 16 de agosto de 1942].

- BELOT, R. **A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939-1945)**. Rio de Janeiro: Record, 1949.
- CABRAL, M. **Roteiro de Aracaju**: guia sentimental da cidade. Aracaju: Livraria Regina Limitada. 1955.
- CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, SE, 29 de agosto de 1942.
- CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, SE, 1º de setembro de 1942.
- CRUZ, L. A. P. A guerra já chegou entre nós! O cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945). 2012. **Dissertação** (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012.
- CRUZ, L. A. P. A Guerra do Atlântico na costa do Brasil: rastros, restos e aura dos Uboats no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945). **Tese** (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2017.
- DANTAS, J. A. D. de A. **Edital da Capitania dos Portos de Sergipe**. Aracaju, 6 de outubro de 1942.
- GROSSI, Y. de S.; FERREIRA, A. C. Razão narrativa: significado e memória. In: **Revista de História Oral**. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral. Nº 4, junho de 2001.
- HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 - 1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOURENÇO, L. A. B. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- MELINS, M. **Aracaju romântica que vi e vivi**. Aracaju: UNIT. 2007
- MORAES, Selvelina Santos. **Entrevista cedida à Luiz Antônio Pinto Cruz**. Aracaju, SE, 1º jul. 2014.
- NASCIMENTO, João Martins do. **Entrevista concedida à Luiz Antônio Pinto Cruz**. Povoado de Pontal, Indiaroba, SE, 7 de jul. 2005.
- NUNES, José Martins Ribeiro. **Entrevista com Zé Peixe concedida à Luiz Antônio Pinto Cruz**. Aracaju, SE, 07 abr. 2004.
- RAHMEIER, A. H. P. **Diplomacia, jogos políticos, intrigas e guerra: a relação entre Alemanha e Brasil (1937-1942)**. São Leopoldo: Oikos - Editora Unisinos, 2020.
- SEITENFUS, R. A. S. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Barueri: Manole. 2003,
- TORRES, S. Naufrágio do Araraquara. Caderno Mais. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8 de julho de 2007.
- VIRILIO, P.; LOTRINGER, S. **Guerra Pura – A militarização do cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Capítulo 10

A TRAJETÓRIA DO DESENHO URBANO DE ARACAJU: UMA LEITURA CARTOGRÁFICA⁵²

Fernanda Monteiro
José Wellington Carvalho Vilar

1 INTRODUÇÃO

Aracaju tem sido estudada por especialistas das mais variadas áreas do conhecimento, resultando em contribuições valiosas sobre sua história e geografia, sobre o tempo e o espaço da cidade. Um desses estudos é o de Fernando Porto, originalmente publicado em 1945 com segunda edição, ligeiramente modificada, em 1991. Nessa obra o referido professor, engenheiro e geógrafo ao mesmo tempo, estava preocupado com a evolução urbana dos dez primeiros anos da nascente capital entre os anos de 1855 e 1865.

Essa publicação de Porto (1991) encerra em si uma proposta de cartografia histórica de Aracaju e se converteu em referência obrigatória para os estudiosos da trajetória urbana da capital sergipana, principalmente geógrafos, historiadores e arquitetos (DINIZ, 1963; LOUREIRO, 1983; RIBEIRO, 1989; FRANÇA, 1998; CARDOSO, 2002 e 2003; VILAR, 2000 e 2002a; NOGUEIRA, 2006, FRANÇA, 2019).

⁵² Texto originalmente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Vol. 1. N. 50, 2021. Dossiê: Espaço Urbano, p. 95-119. Agradecemos a autorização para republicação em forma de capítulo de livro.

Parte-se do pressuposto que a trajetória urbana de Aracaju está marcada pelas diferenciações socioespaciais e pelas fragmentações territoriais. O uso da cartografia para analisar a configuração geográfica do passado é o diferencial da proposta do texto, uma contribuição inédita para entender o tempo e o espaço da capital sergipana. Um mergulho na geografia histórica de Aracaju, via produtos cartográficos.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é discutir a trajetória do desenho urbano de Aracaju através do uso de representações cartográficas. Essa escolha pela cartografia histórica enquanto instrumento metodológico não está isenta de problemas, tais como a existência e o acesso ao material cartográfico, seus diferentes estilos, a acurácia e a dificuldade de leitura de produtos elaborados com objetivos distintos e nem sempre com a preocupação com trajetória do espaço⁵³. Seja como for, a opção pela cartografia histórica permitiu revelar alguns elementos da relação entre o processo e a forma, entre tempo e espaço⁵⁴. Espera-se que esse caminho possa ser mais uma contribuição a iluminar a compreensão da trama urbana e da configuração do espaço de Aracaju.

Para subsidiar esse esforço cartográfico, o trabalho está dividido em quatro partes: momentos iniciais de Aracaju; crescimento lento e as primeiras evidências de fragmentação espacial; crescimento rápido e intensificação dos processos de fragmentação e segregação socioespacial; e o momento atual de consolidação dos processos de dispersão-fragmentação-centralização.

⁵³ A escolha do material cartográfico aqui analisado se deu em função desses critérios.

⁵⁴ Na literatura sobre Aracaju existem várias propostas de periodização que foram tomadas como referência: Diniz (1963), Loureiro (1983), Ribeiro (1989) e Vilar (2000). Mesmo conduzindo suas reflexões através de diferentes metodologias, estes autores são referências para o entendimento da trama urbana, e suas propostas sobre a periodização se complementam, conforme as mudanças dos sistemas econômico, político e social. A periodização aqui utilizada é a seguinte: a) de 1855 a 1900; b) de 1900 a 1964; c) de 1964 a 1988; d) a partir de 1988.

2 A OCUPAÇÃO DO SÍTIO ORIGINAL E OS PRIMEIROS REGISTROS DE CRESCIMENTO ESPACIAL (1855-1900)

A transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju em 17 de março de 1855 é um marco histórico em Sergipe. Ainda no período imperial, Aracaju nasce sobre o ideal de civilização no contexto de valorização dos signos de progresso no século XIX. No entanto, como bem registrado na literatura histórica, Aracaju apresenta muitos problemas para a construção das primeiras edificações e do arruamento, além de ter sofrido as severas consequências da epidemia de cólera-morbo (SANTANA, 1997; CARDOSO, 2002). O historiador Amâncio Cardoso (2003, p. 112), talvez de maneira exagerada, fala de uma “Cidade de Palha” para ilustrar “os incômodos enfrentados pelos primeiros migrantes que se instalaram nas praias febris do Aracaju”.

A configuração espacial de Aracaju do século XIX se confunde com os problemas do sítio original, caracterizado por áreas alagáveis, pela presença do manguezal e de outros corpos hídricos. Por isso não é exagero definir Aracaju como a cidade das águas, na esteira das ideias preclaras da geógrafa Maria Augusta Mundim Vargas (2002) ao estudar o meio ambiente e a paisagem urbana da capital sergipana. Na verdade, a necessidade de aterros, a destruição da mata de restinga e do manguezal e o desmonte de dunas acompanham a história de Aracaju desde os seus primórdios.

Se a transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855 revela a necessidade de um porto e as forças da oligarquia canavieira do vale do Cotinguiba (CALAZANS, 1955; FORTES, 1955), é preciso também destacar que o modelo colonial de cidade representado por São Cristóvão estava em crise e deu passagem para um formato urbano efetivamente aberto para o mundo. É nesse contexto de necessidade do mundo que surge Aracaju enquanto capital da então província de Sergipe D’El Rey (VILAR, 2006).

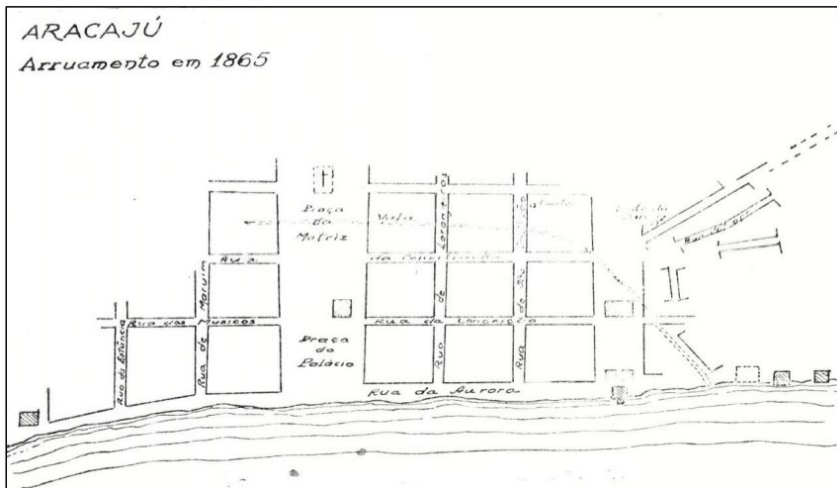
Outro elemento chave para a compreensão da trama urbana inicial da nossa capital e que marca sua trajetória é a escolha do plano ortogonal, o famoso tabuleiro de xadrez. Idealizado pelo engenheiro Sebastião José Basílio

Pirro, esse modelo se reproduz por grande parte da cidade e se constitui num indicador de ares de vanguarda que sempre se tentou dar à nascente capital. A ideia de cidade planejada, bastante criticada por Vilar (2006), também faz parte desse ideário urbano de cidade moderna.

Duas referências cartográficas expressam esse momento inicial do desenho urbano de Aracaju: os croquis registrados em Fernando Porto (1991) e a planta hidrográfica de Aracaju, elaborada em 1894 pelo capitão de Mar e Guerra Francisco Calheiros da Graça e por Ludgero Bento da Cunha Mota, capitão do porto do Estado de Sergipe. São produtos cartográficos distintos, os do primeiro grupo são representações esquemáticas em forma de croquis, enquanto a planta da Marinha do Brasil se destaca pela acurácia e precisão das informações. Em Porto (1991), os croquis são clássicos da literatura sobre geografia histórica de Aracaju, e por isso bastante referenciados, enquanto a carta hidrográfica só foi encontrada na Tese de Cátedra da professora Maria da Glória Costa Monteiro, defendida em 1962, no então colégio Estadual de Sergipe, atual Centro de Excelência Atheneu Sergipense.

Bem ao estilo da geografia clássica, em sua busca pela evolução histórica do espaço, os quatro croquis de Porto (1991) tratam das bases físicas de Aracaju em 1855, ilustra os “primeiros passos da cidade” em fevereiro de 1856 e 1857, e o arruamento em 1865, dez anos depois da transferência da capital. Tais croquis ilustram os elementos naturais, alguns problemas relacionados à escolha de um sítio inundável e a localização ainda dispersa das primeiras edificações. Na cartografia de Porto (1991) para o ano de 1865 (Figura 1) já estava mais evidente a forma em quadrícula que configuraria a cidade ao longo de seu desenvolvimento urbano. Começa-se a desenhar os primeiros elementos formadores do centro histórico.

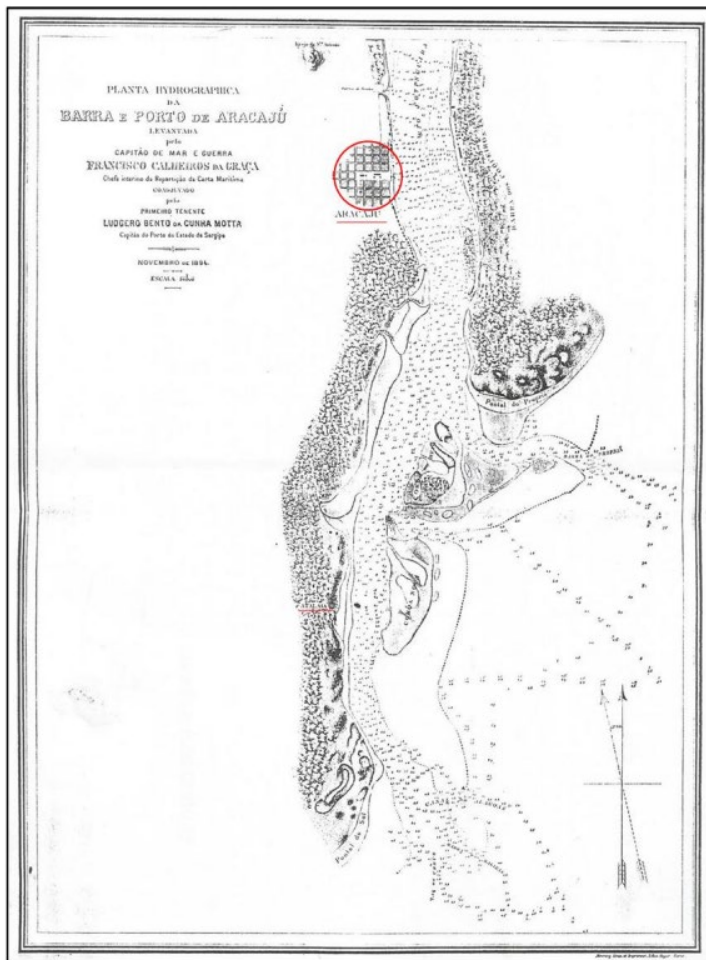
Figura 1 - Aracaju - arruamento em 1865.



Fonte: Porto (1945, p. 45).

Além das representações cartográficas evidenciadas em Fernando Porto (1991), vale destacar desse período um documento representativo da cartografia histórica de Aracaju, produzido no final do século XIX: a planta hidrográfica da Barra e Porto de Aracaju, elaborada pela Marinha do Brasil, em 1894, na escala 1:20:000 (Figura 2). Delineada com maior precisão cartográfica do que os croquis de Porto (1991), sua leitura, além de revelar aspectos geomorfológicos na escala histórica, indica a batimetria e a presença de expressivos bancos de areia na foz do rio Sergipe. Para o mosaico urbano, que aqui nos interessa mais de perto, vale ressaltar o espaço construído até o final do século XIX, com uma expansão muito pouco expressiva, quando comparado com o croqui do arruamento de 1865, ou seja, num intervalo de tempo de quase trinta anos. Se na cartografia de Porto (1991) se revelam mais de treze quadras, em 1894 esse número é pouco superior a trinta. Em outros termos, a configuração espacial de Aracaju no final do século XIX se limitava ao centro histórico, aí inseridos os alinhamentos das Praças do Palácio e da Igreja Matriz, revelando um crescimento urbano muito lento e muito pouco expressivo em termos territoriais.

Figura 2 - Planta Hidrográfica da Barra e do Porto de Aracaju -1894.



Fonte: Marinha do Brasil, 1984. Publicada em Monteiro (1962, p. 16).

Do ponto de vista geomorfológico, a planta hidrográfica da marinha revela em escala histórica a existência de três bocas da barra em Aracaju que num período de tempo de pouco mais de um século deu origem à restinga onde atualmente estão assentados os bairros Coroa do Meio e Atalaia, com problemas de erosão até hoje, localmente expressivos (WANDERLEY, 2006). Na planta, ainda se observa dois grandes bancos de areia, denominados de “Corôa Nova” e “Corôa do Meio”. Pela leitura desse documento cartográfico, é possível entender a origem geomorfológica dos bairros Atalaia e Coroa do

Meio. Nas palavras eloquentes da professora Maria da Glória Costa Monteiro, escritas nos anos sessenta, “há cerca de um século, o canal plenamente navegável situava-se próximo à margem direita, até o mar (...), passando em frente ao farol, cuja posição recuada é fruto da construção da restinga e ampliação do feixe ao qual está soldada (MONTEIRO, 1963, p. 11).

3 CRESCIMENTO URBANO LENTO E EVIDÊNCIAS DE FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL (1900-1964)

No segundo período aqui definido, Aracaju ainda mostrava incertezas quanto aos eixos de direcionamento urbano, mas as vias de comunicação vão induzir claramente o crescimento gradual e lento desse momento. Num contexto dos primeiros sinais de modernidade, como bem alertou Santos (2002), a cidade cresce bem lentamente, de forma espontânea ou dirigida pelos eixos viários abertos pelo poder público. Em todo o caso, é significativo em termos demográficos que somente em 1960 a capital sergipana ultrapassa cento e dez mil habitantes. Aracaju ainda era uma cidade de pequeno porte.

O longo período de 1900-1964 é marcado pela expansão urbana em manchas e pelo crescimento tentacular, iniciando os processos de difusão espacial descontínua, como relatam Diniz (1963) e Ribeiro (1989). Destacam-se fatores como maior investimento em infraestrutura, ampliação das linhas de transporte por ferrovia, eixos viários e a polarização de atividades econômicas de Sergipe em Aracaju.

Quatro representações cartográficas foram selecionadas para esse segundo momento da história do desenho urbano de Aracaju: as cartas náuticas publicadas pela Marinha do Brasil em 1940 e 1960⁵⁵ e dois cartogramas produzidos por Diniz para sua Tese de Cátedra no Atheneu Sergipense, defendida em 1961 e publicada em forma de livro em 1963. Da mesma forma que a cartografia selecionada do período anterior, esses dois grupos se caracterizam por diferentes níveis de acurácia da informação cartográfica.

⁵⁵ Agradecemos ao Tenente Lemos do DHN (Diretoria de Hidrografia e Navegação) da Marinha do Brasil no Rio de Janeiro, pela gentileza e prontidão no envio em formato digital das edições das cartas náuticas do Porto de Aracaju, dos anos de 1940 e 1960 (nº 1003).

As cartas náuticas da Marinha, na escala de 1:20.000, com o detalhamento e o rigor que o conhecimento da batimetria exigia, para dar maior segurança à entrada e saída de embarcações do estuário do rio Sergipe, revelam em termos de morfologia urbana a formação dos bairros centrais e das áreas de ocupação antiga de baixa renda. É possível registrar a continuidade do modelo de quadrícula, embora se observe espaços não ocupados na mancha urbana, tão comum ao longo da trajetória de Aracaju. Há que destacar a presença da linha férrea que direcionou o crescimento para a zona oeste, principalmente dos terraços do Siqueira Campos e de parte do atual Santos Dumont e 18 do Forte. Até o final dos anos 1930, há também registro na carta náutica do arruamento no bairro Industrial e Santo Antônio, mas um tanto diferente do formato original do centro e dos primeiros bairros periféricos (Figura 3).

Publicada em 1960, com dados do segundo lustro da década de cinquenta, a segunda edição da carta náutica evidencia algumas poucas edificações na Atalaia Velha, vias abertas em direção ao sul da cidade e a ponte sobre o rio Poxim. O aeroporto Santa Maria também já estava delimitado na carta com símbolo cartográfico de “em construção”. Mas nesse período, o domínio dessa zona era dos coqueirais, das matas de restinga e das áreas alagáveis com um farol solitário e sítios dispersos. Ainda ao sul da cidade, a parte construída em mancha se limitava praticamente ao atual bairro São José, na altura da rua Campo do Brito, mas já se observa vias construídas em direção à atalaia (Figura 4). Ao sul de Aracaju, há muito pouca ocupação demarcada nas duas cartas náuticas (1940 e 1960). O formato dos canais fluviais e dos bancos de areia são também registrados nesse setor mais costeiro, ainda com muita pouca ação antrópica.

Os dois cartogramas escolhidos para ilustrar esse segundo período correspondem à tentativa de Diniz (1963) de estabelecer de maneira esquemática a evolução e a estrutura urbana de Aracaju até os anos sessenta (Figuras 5 e 6). Vale ressaltar o caráter inédito dessas duas propostas para Aracaju e o alinhamento epistemológico com a geografia clássica em seus esforços de trabalhar com a dimensão temporal do espaço, ainda de maneira positivista. Diniz (1963) estabelece quatro momentos para representar espacialmente a

trajetória da cidade: 1857; 1911; 1949; 1960. A leitura dos dois cartogramas indica a tentativa de correlação entre tempo e espaço e não é difícil observar a zona central como pioneira, a presença de zonas de transição e a definição da zona sul, oeste e norte, além do que foi definido de maneira pioneira como zona de dispersão e zona de invasão. A influência do pensamento da Escola de Ecologia Humana de Chicago, tão alinhada à geografia clássica de corte francês, se revela na terminologia usada por Diniz (1963).

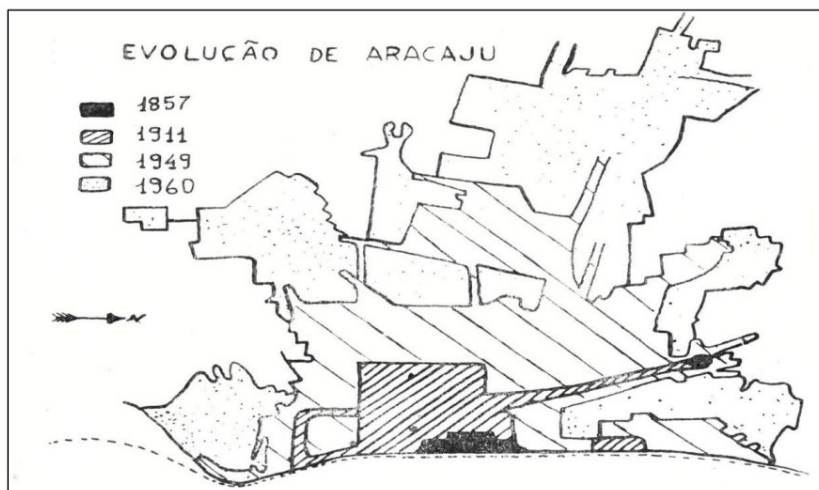
Figura 3 - Carta Náutica do Porto de Aracaju -1940.



Fonte: Marinha do Brasil – Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 1940.

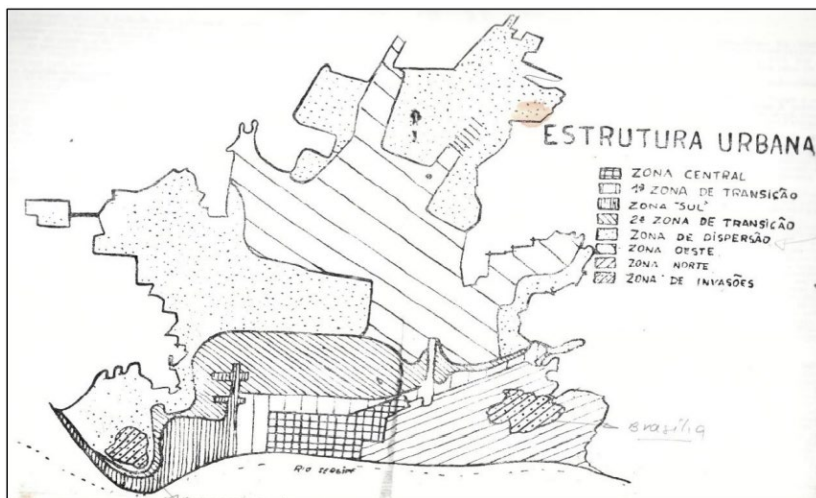


Figura 5 - Evolução de Aracaju até 1960.



Fonte: Diniz (1963, p. 17).

Figura 6 - Estrutura Urbana de Aracaju até 1960.



Fonte: Diniz (1963, p. 28-29).

A definição temporo-espacial elaborada por Diniz (1963) revela a primeira dispersão da população para a periferia, identificando diferenciações tipológicas no setor ao sul, “(...) a zona rica da cidade (...)” (p. 37), ao norte, “a zona mais pobre e miserável da cidade (...)” (p. 40), mas com o seu bairro

Industrial, e ao oeste, para o Siqueira Campos com suas oficinas, a ferrovia e depois a força da rodovia. Apesar de ainda mostrar-se majoritariamente concentrada em termos morfológicos, é possível notar eixos de dispersão em Aracaju e ainda muitos espaços vazios entre as manchas de crescimento.

As leituras da cartografia de Diniz (1963) e das cartas náuticas da Marinha (BRASIL, 1940; 1960) revelam o crescimento tentacular e o espraiamento de uma forma urbana já fragmentada. Além disso, notam-se os indícios de tipificações socioespaciais categorizadas em zonas, provavelmente as primeiras propostas de zoneamento da cidade. As desigualdades intraurbanas já eram mais que evidentes.

4 A INTENSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE FRAGMENTAÇÃO E SEGREGAÇÃO (1964-1988)

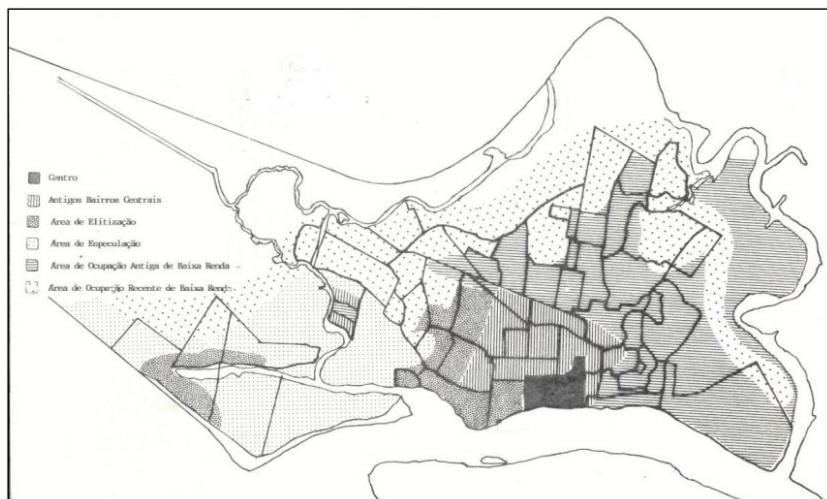
Esta fase se inicia com o golpe militar de 1964 e se encerra com a promulgação da constituição em 1988. Neste período de quase vinte e cinco anos intensificaram-se os processos de concentração espacial, dispersão territorial e fragmentação da malha urbana. Em decorrência da reorganização da economia, surge um maior investimento do setor privado em Aracaju, e dois grandes agentes sociais, o Estado e mercado imobiliário, se destacam na construção da forma urbana fragmentada, estimulando uma tipificação socioespacial bastante diferenciada, configurando mais claramente uma cidade dividida.

Em termos econômicos, vale ressaltar nesse período a exploração do petróleo, associada à instalação na Petrobras em Sergipe, e a expansão do setor terciário. Ressaltase ainda a importância dos fluxos migratórios e do processo de industrialização e urbanização, tornando Aracaju mais atrativa para o êxodo rural. A densidade populacional oriunda das migrações contribuiu para a urbanização da capital, pois os terrenos são cada vez mais valorizados, amplia-se a acessibilidade através de abertura de avenidas, ruas e vias de acessos e da construção de pontes, e direcionam-se as tipificações sociais,

distribuídas não mais de maneira tão espontânea, como predominante no período anterior. Neste ponto, a cidade de Aracaju cresce em várias direções e acentuam-se a estratificação socioespacial e os níveis de pobreza.

Em termos cartográficos, destaca-se o material produzido na dissertação de Mestrado de Neuza Góes Ribeiro, defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1985 e publicada em 1989. Deste trabalho, outro clássico da geografia urbana da capital sergipana, foi selecionado o cartograma síntese da Tipologia Intraurbana de Aracaju (Figura 7) para contribuir com a leitura territorial do desenho urbano e com a interpretação dos processos que configuram a cidade nesse momento.

Figura 7 - Aracaju - Espaços Intraurbanos – 1984.



Fonte: Ribeiro (1989, p. 106).

A cartografia que estabelece a tipologia intraurbana de Aracaju apresenta uma visão da cidade a partir de padrões espaciais. A influência da chamada geografia quantitativa e o alcance da geografia crítica já são bastante evidentes. O trabalho de Ribeiro (1989) se situa nessa transição entre o olhar neopositivista da cidade e a perspectiva que tanto se preocupava com as desigualdades socioespaciais. Por um lado, há o esforço de definição de padrões intraurbanos, e com isso se apresentam dificuldades porque encerra

a análise em si, e por outro, registra-se a leitura social de Aracaju na tentativa de desvendar um mosaico complexo e desigual, no contexto dos debates e lutas dos movimentos sociais que desembocariam nas eleições constituintes e na constituição de 1988, que pela primeira vez na História brasileira apresenta um capítulo dedicado à política urbana.

Ribeiro (1989) define seis padrões de ocupação do solo para Aracaju dos anos oitenta: **centro da cidade** - corresponde ao centro tradicional e sua zona de influência direta, com uso do solo misto; **área de elitização** - caracteriza-se pela densificação, verticalização, alto valor da terra e forte tendência à homogeneização das classes média e alta, e em termos espaciais apresenta-se em duas manchas descontínuas, uma na zona sul e outra no bairro Atalaia; **áreas de especulação** - situada entre essas duas manchas de elitização, apresentam baixo ritmo de ocupação, mas com tendência à elitização, alto valor da terra e, como o próprio nome já diz, intensa especulação imobiliária; **antigos bairros centrais** - com características de estabilidade, predomina a classe média e uma ocupação marcada por unidades unifamiliares; **áreas de ocupação antiga de baixa renda** - apresenta baixo ritmo de ocupação e do valor da terra, condições precárias de moradias e abrange grande porções da zona norte e oeste da cidade; e **áreas de ocupação recente de baixa renda** - semelhante ao padrão anterior, mas com elevado ritmo de ocupação e localizado na franja urbana periférica.

Manifesta-se claramente na cartografia de Ribeiro (1989) a fragmentação espacial de Aracaju, concomitante à concentração populacional e ao processo de periferização desigual. A movimentação e circulação entre espaços descontínuos criam interconexões viárias, apresentando infraestruturas espacialmente diferentes e paisagens heterogêneas entre as zonas categorizadas. Diferentes agentes sociais convergem para a construção fragmentada do desenho urbano, com predomínio do poder público e do capital privado.

Da representação cartográfica de Ribeiro (1989) também se depreende a verticalização, que embora tenha se iniciado antes, é entre os anos oitenta e o

final do século XX que se instala com mais velocidade na malha “consolidada” da chamada zona sul, mais especialmente nos bairros Jardins, Luzia, 13 de Julho, Ponto Novo e Grageru, respectivamente.

Outra observação na tipologia de Ribeiro (1989) é a referência à construção de uma série de conjuntos habitacionais, principalmente entre os anos setenta e oitenta, por isso a professora Vera França, uma exímia conhecedora de Aracaju, chama nossa capital de “cidade dos conjuntos”⁵⁶. Nesse período, conjuntos do porte do Bugio I e II (Assis Chateaubriand), Augusto Franco, Jornalista Orlando Dantas e Santa Tereza, para classes menos privilegiadas, e Inácio Barbosa e Beira Rio, para classe mais solventes, direcionam o crescimento da cidade⁵⁷.

A linguagem utilizada por Ribeiro (1989) já indicava avanços e preocupações com as heranças históricas que marcam a paisagem e o espaço urbano de Aracaju. Embora não haja uma discussão conceitual mais aprofundada, a utilização de termos e expressões, tais como elitização, especulação imobiliária, verticalização, segregação e favelização, evidenciam claramente uma tentativa de entender os processos e as contradições imanentes de Aracaju que se revelam nas paisagens desiguais e antagônicas. A zona norte em contraposição à zona sul fica patente na cartografia de Ribeiro (1989) e principalmente no cartograma de tipologia dos padrões intraurbanos, selecionado aqui para análise. Talvez essa obra seja a síntese mais completa, até o momento construída, sobre a trajetória urbana de Aracaju, por isso virou clássico, leitura obrigatória para arquitetos, geógrafos, historiadores e pessoas preocupadas com Aracaju.

⁵⁶ Fala realizada em palestra realizada no IFS em 1998, para discussão dos problemas urbanos de Aracaju.

⁵⁷ Nessa empreitada, destacam-se o Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e a Companhia Estadual de Habitação (COHAB-SE), atuando em setores sociais diferenciados, classe média e classe menos favorecida, respectivamente (RIBEIRO, 1989; FRANÇA, 2019).

5 A CONTINUIDADE DO MOVIMENTO DE DISPERSÃO- FRAGMENTAÇÃO-CENTRALIZAÇÃO

Desde a Constituição de 1988 se vive o longo processo de redemocratização do país, agora questionado com tinta de “agonia cívica”, para usar a feliz expressão da atriz Marieta Severo, amplamente divulgada na mídia⁵⁸. Apesar da crise institucional que vivemos hoje, o debate sobre Plano Diretor e a incorporação no planejamento urbano das ideias de sustentabilidade e gestão participativa marcaram o tom, pelo menos até 2018.

Sem entrar na “novela” do Plano Diretor de Aracaju que agora assume a sua terceira revisão, num claro obstáculo à gestão democrática, a configuração atual de nossa cidade revela-se em forma de problemas variados na área “consolidada”, de crise na ocupação dos espaços periféricos, na força da metropolização e dos processos socioespaciais que ilustram uma cidade fragmentada. Ademais, a crise espacial do centro e dos bairros centrais já é evidente e a antiga Zona de Expansão Urbana (ZEU) e a Jabotiana são as reservas de terras na malha de Aracaju para onde a cidade ainda pode se espriar, malgrado as decisões judiciais em sentido contrário, ancoradas no direito ambiental.

Foram selecionados três produtos cartográficos para ilustrar esse momento mais atual: os trabalhos de Vilar (2000), Nogueira (2006) e França (2019). São materiais resultantes de Teses de Doutorado, ou seja, de mergulhos mais profundos sobre a realidade urbana de Aracaju. Os documentos cartográficos selecionados foram os seguintes: mapa da Média de Banheiros por Domicílios nos Setores Censitários - Aracaju - 1991 (VILAR, 2000); croqui intitulado Aracaju e a Configuração da Malha Urbanizada entre 1855-2000 (NOGUEIRA, 2006); e o mapa Aracaju: Vetores de Expansão Urbana - 2000 a 2014 (FRANÇA, 2019).

O mapa do número médio de banheiros por domicílios nos setores censitários (Figura 8), produzido num contexto de definição dos eixos

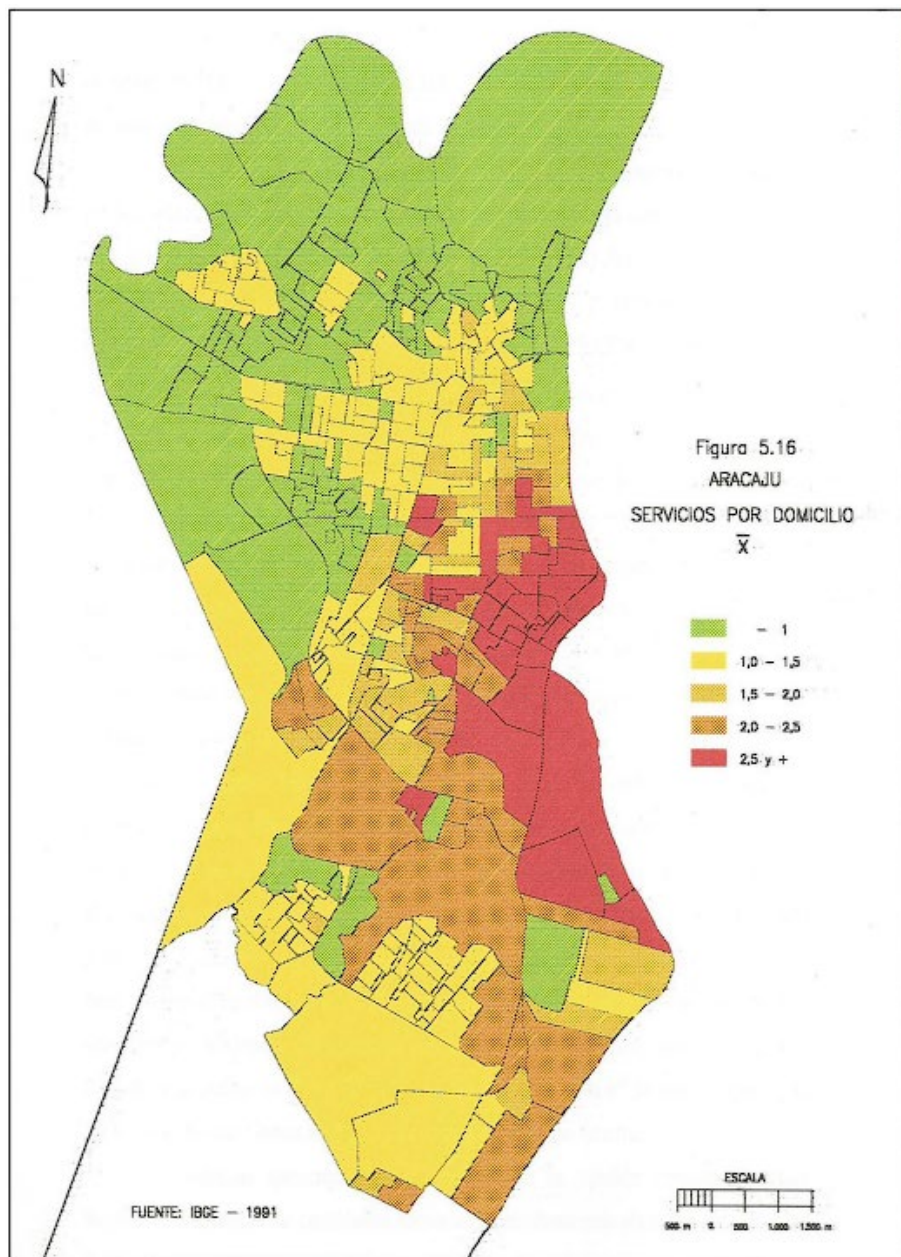
⁵⁸ “Marieta severo: Nunca senti uma angústia cívica tão profunda” www.oglobo.com - Acesso em: 22/8/21.

terciários da economia no tecido urbano de Aracaju, foi um dos indicadores utilizados para demonstração da diferenciação socioespacial. O mapeamento de indicadores demográficos, econômicos (renda média do chefe de família), dos domicílios (% de apartamentos, % de domicílios vazios e alugados, compartimentos dos domicílios) e de instalações higiênico sanitárias, na escala mais detalhada do setor censitário, usados na tese de Vilar (2000), mostraram-se correlacionados, e mais que um desenho dual e antagônico revelaram espaços híbridos, ou seja, com alto grau de reciprocidade e formados por elementos de diversa natureza ou origens, inter-relacionados e interdependentes. Assim pois, a lógica de Aracaju parece vir de sua unidade.

Por sua vez, o croqui de Nogueira (Figura 9) trata da trajetória espacial da malha urbanizada de Aracaju entre os anos de 1855 e 2000. É a única entre as representações cartográficas aqui selecionadas que tem ampla preocupação temporal, praticamente a história da configuração da malha urbana de Aracaju.

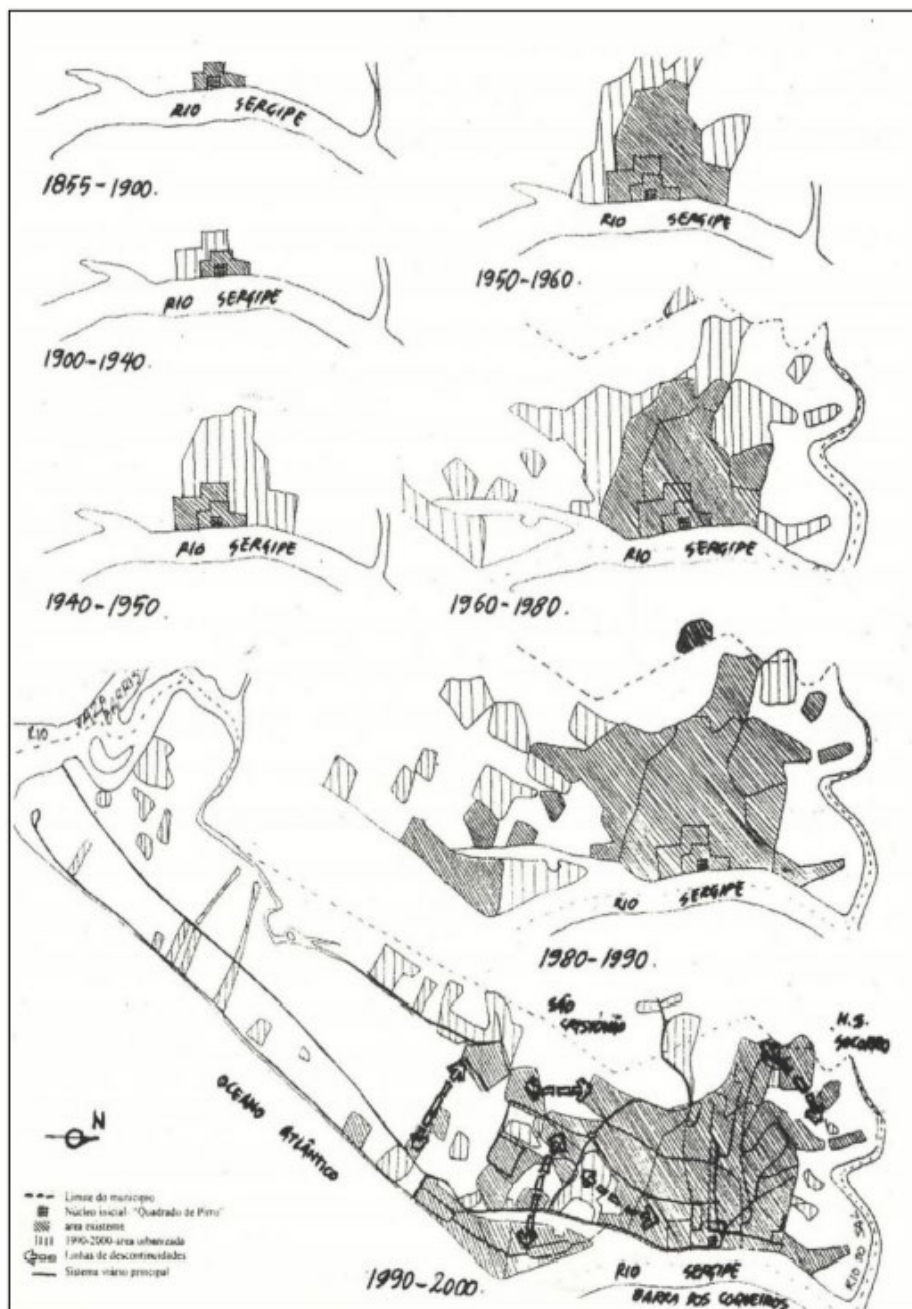
Por último, a Tese de França (2019) também é muito rica em termos cartográficos. O mapa dos vetores e expansão urbana de Aracaju (2000-2014), feito com tecnologia de ponta, com o uso dos SIGs, além de visualmente muito agradável, apresenta alta precisão e revela com maior exatidão os eixos recentes de adensamento e crescimento da cidade. Depois de uma análise exaustiva em termos das políticas habitacionais de Aracaju contemporânea e lastreada em uma sólida e detalhada base de dados, França (2019) revela a ação do Estado e do Mercado na produção residencial da cidade, seja pela construção de conjuntos, seja pela implementação de programas habitacionais, de condomínios verticais e horizontais e loteamentos fechados, tendo como marco temporal balizador o Plano Diretor, aprovado no ano 2000. Em síntese, o mapa de França (2019) indica dois **vetores de adensamento**: um com verticalização concentrada no eixo 13 de Julho, Jardins, Grageru e Luzia e o outro formado pelos bairros Inácio Barbosa, Farolândia, Coroa do Meio e Atalaia; e dois **vetores de expansão**: o primeiro com apropriação dos bairros da zona norte e o segundo acompanhado de conflitos ambientais na Jabotiana, antiga ZEU e no bairro Santa Maria (Figura 10).

Figura 8 - Média de Banheiros por Domicílios nos Setores Censitários - Aracaju – 1991.



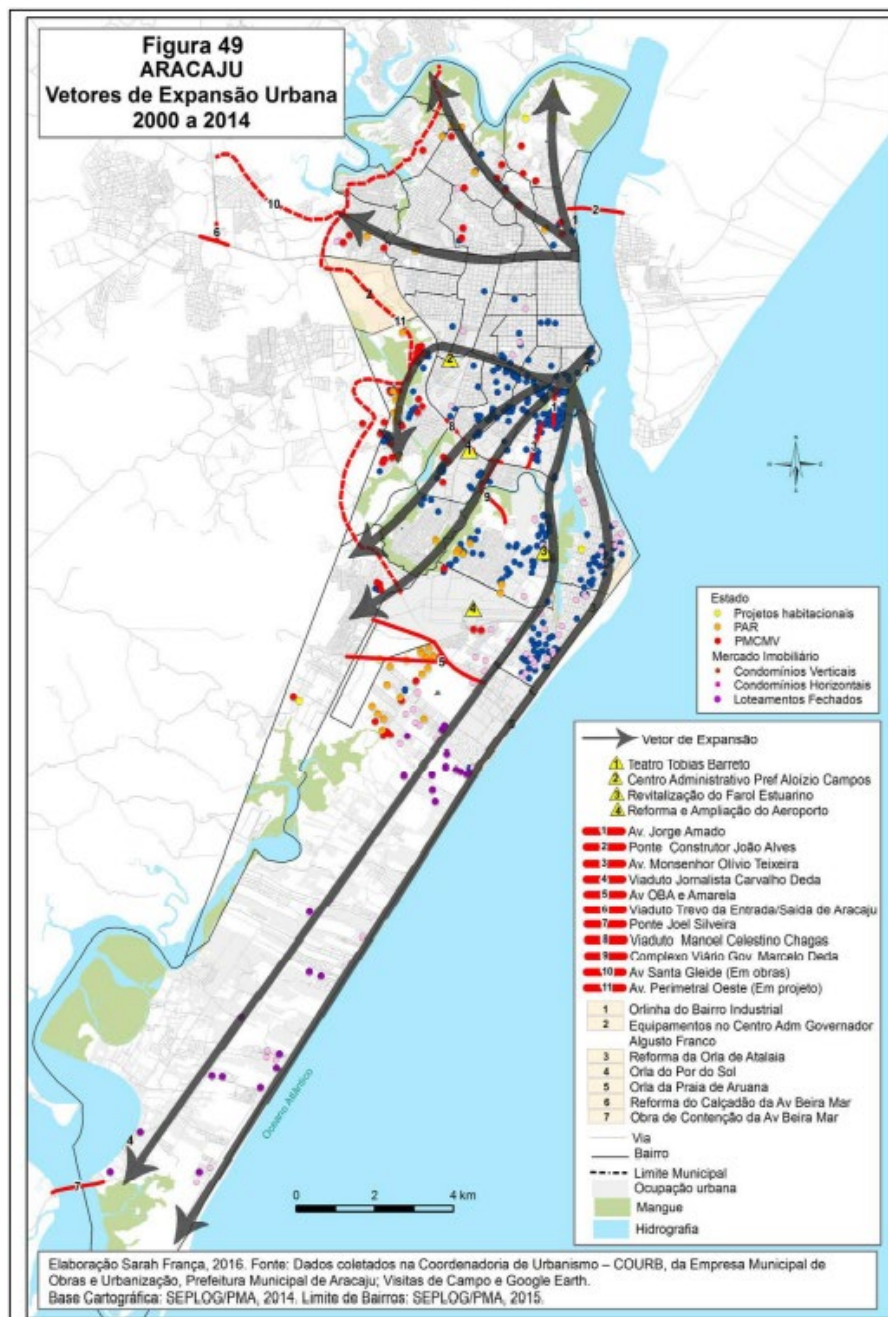
Fonte: Vilar (2000, p. 239).

Figura 9 - Aracaju e a configuração da malha urbanizada entre 1855-2000.



Fonte: Nogueira (2006, p. 195).

Figura 10 - Aracaju – Vetores de Expansão Urbana - 2000 – 2014.



Fonte: França (2019, p. 159).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao demonstrar uma das faces do espaço através do tempo, a leitura cartográfica da história do desenho urbano de Aracaju revelou-se frutífera e indicadora de fragmentação. O esgarçamento e o retalhamento do tecido urbano parecem resultados de processos socioespaciais que construíram a capital sergipana, sempre dividida, altamente fragmentada e com fortes indicadores de autosegregação residencial, uma cidade de muros, de “enclaves fortificados”, na expressão consagrada de Caldeira (2000), principalmente nos espaços de praias e hoje também na Barra dos Coqueiros, na região metropolitana.

Se a lógica que (des)organiza o desenho da cidade obedece a padrões de desigualdade social e de separação espacial, a fragmentação resultante em Aracaju se expressa em termos de uma cidade compacta, “consolidada”, na permanência da relação centro-periferia, na dispersão urbana para a região metropolitana e na presença de um série de problemas ambientais de difícil solução.

A cartografia analisada deixou evidente a formação do mosaico urbano, de um tecido heterogêneo e desigual. Entre períodos de crescimento lento, acelerado, concentrado, tentacular e difuso o desenho da configuração urbana de Aracaju assume formas caleidoscópicas, multidimensionais, desequilibradas e fortemente desiguais.

Por fim, é preciso evidenciar que os clássicos da geografia urbana de Aracaju deixam claras as tendências espaciais e as formas de crescimento da cidade e, ao mesmo tempo, contribuem para desvelar seus conteúdos. A revisita aos clássicos sempre dá bons frutos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Carta Náutica do Porto de Aracaju - 1940.** Marinha do Brasil - Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 1940.
- BRASIL. **Carta Náutica do Porto de Aracaju - 1960.** Marinha do Brasil - Hidrografia - Costa Leste – Porto de Aracaju – Carta 1003, 2ª edição, 1960.

- CALAZANS, J. Aracaju, contribuição à História da capital de Sergipe. In: CALAZANS, J. **Aracaju e outros temas sergipanos**. 2ª edição. Aracaju: FUNDESC, 1992, p. 39-97. [1942].
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.
- CARDOSO, A. Aracaju no tempo do Cólera (1855-1856). **Revista de Aracaju**. Aracaju: ano LLX, nº 9, p. 231-241, 2002.
- CARDOSO, A. Cidade de Palha: Aracaju, 1855-1895. **Revista de Aracaju**. Aracaju: ano LX, nº 10, p. 111-115, 2003.
- DINIZ, J. A. F. **Aracaju: síntese de sua Geografia Urbana**. Aracaju: Tipografia J. Andrade, 1963.
- FORTES, B. Evolução da paisagem humana da cidade de Aracaju. **Diretório Acadêmico “Jackson de Figueiredo”**, Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju, 1955.
- FRANÇA, V. L. A. **Aracaju: Estado e metropolização**. São Cristóvão: EDUFS, 1999.
- FRANÇA, S. L. A. **Vetores de expansão urbana: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju - SE**. São Cristóvão: EDUFS, 2019.
- LOUREIRO, K. A. S. **A trajetória urbana de Aracaju, em tempo de interferir**. Aracaju: INEP, 1983.
- MONTEIRO, M. da G. **A restinga da Atalaia: uma contribuição ao estudo do litoral sergipano**. Aracaju: Livraria Regina, 1962.
- NOGUEIRA, A. D. **Patrimônio arquitetônico e história urbana: Ensaio sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju**. São Cristóvão, EDUFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
- PORTO, F. **A cidade de Aracaju 1855-1865: ensaio de Evolução Urbana**. 2ª edição. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1991. [1945].
- RIBEIRO, N. M. G. **Transformações do espaço urbano: o caso de Aracaju**, Recife: Massangana, 1989.
- SANTANA, A. S. **As febres do Aracaju (Dos miasmas aos micróbios)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1997.
- SANTOS, M. N. dos. Aracaju na contramão da ‘Belle Époque’. **Revista de Aracaju**. Aracaju: ano LIX, nº 9, p. 143-153, 2002.
- VARGAS, M. A. M. A paisagem urbana e o meio ambiente de Aracaju. **Revista GEOUFS**. São Cristóvão, vol. 1, n. 1., p. 9-17, 2002.
- VILAR, J. W. C. La expansión del área de consumo: la vieja e la nueva centralidad intraurbana de Aracaju (Brasil). 2000. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidad de Granada, 2000. (Tomo 1 e 2).

- VILAR, J. W. C. Os espaços diferenciados da cidade de Aracaju: uma proposta de classificação. **Revista de Aracaju**. Aracaju: ano LIX, nº 9, p. 87-99, 2002a.
- VILAR, J. W. C. O centro da cidade: considerações demográficas sobre Aracaju. **GEOUFS**. São Cristóvão. Vol. 1. Nº 1, p. 18-27, jul./dez., 2002b.
- VILAR, J. W. C. Evolução da paisagem urbana de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M de. et al.(Orgs.). **O ambiente urbano**: visões geográficas de Aracaju. Aracaju: Editora UFS, 2006a, p. 45-67.
- VILAR, J. W. C. Problemas socioambientais da periferia de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de; et al. (Orgs.). **O ambiente urbano**: visões geográficas de Aracaju. Aracaju: Editora UFS, 2006b, p. 49-71.
- WANDERLEY, L. de L. Paisagem na janela: esse nosso inconstante Rio Sergipe e a evolução de sua foz. In: ALVES, J. do P. H. (Org.). **Rio Sergipe**: importância, vulnerabilidade e preservação. Aracaju: Ós Editora, 2006, p. 165-194.

Parte 4

TERRITÓRIOS TURÍSTICOS

Capítulo 11

TERRITÓRIOS TURÍSTICOS DE ARACAJU/SE⁵⁹

**Joab Almeida Silva
José Wellington Carvalho Vilar**

1 INTRODUÇÃO

As transformações no tempo e espaço levam o homem a adaptar novas formas de produção e consumo, percebidas no cotidiano de acordo com a adesão de indivíduos e grupos de pessoas, nas mudanças e inovações apresentadas. Desde o início do ano 2020 o marco das transformações na humanidade é a pandemia provocado pelo COVID-19 que trouxe novos protocolos de segurança sanitária, o necessário isolamento social, e instigou no homem à necessidade de reconexão com a natureza e consigo mesmo.

Diante do desafio de melhorar a conectividade homem natureza nas relações de produção e consumo do espaço, tem-se a necessidade de analisar as configurações espaciais dos territórios turísticos, suas possibilidades e desafios para o futuro. O sistema de produção do turismo tem natureza complexa porque envolve setores diversos na composição da oferta de serviços e equipamentos formadores de produtos, assim como lida com diferentes perfis entre indivíduos e grupos que formam a demanda de viagens.

No contexto de uso espacial que pode produzir experiência memoráveis, está o mercado turístico, buscando compatibilidade entre ofertantes e demandantes. As transformações às quais o espaço está exposto, cedem às forças e pressões do capital financeiro, portanto, o planejamento e constante

⁵⁹ Texto originalmente publicado na Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXXII, n. 2, Edição Especial: Territórios Costeiros, setembro, 2021, p. 249-266. Agradecemos a autorização para republicação em forma de capítulo de livro.

monitoramento do desenvolvimento turístico são fundamentais à gestão do território, espaço de processamento do turismo.

O Brasil se esforça desde 2003, com a criação do Ministério do Turismo, para estabelecer diretrizes e critérios da Política Nacional de Turismo (PNT) que sejam capazes de gerar desdobramentos nas unidades da federação e nos seus municípios. Planos, programas e projetos de desenvolvimento turísticos foram pensados e implantados em todas as regiões brasileiras, mas o processo de participação daqueles que produzem turismo parece questionável, notadamente sobre representatividade e controle das intervenções.

O Estado de Sergipe tem suas principais intervenções turísticas no início da década de 1990, e assim como o Nordeste brasileiro foi influenciado pelos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Com função de centralidade e destinos priorizado desde então para os principais investimentos públicos e privados, a capital sergipana, Aracaju, foi selecionada como área de estudo.

Diante destes problemas e motivações, a pesquisa tem por objetivo identificar os territórios turísticos de Aracaju/Sergipe, e para tanto, foi realizada uma fundamentação sobre a discussão de territórios turísticos, analisados aspectos históricos de constituição destes territórios e elaboradas propostas de apoio ao desenvolvimento da atividade turística. Como procedimentos e técnicas de suporte metodológico foram utilizados o levantamento e análise da bibliografia, análise documental, visitas de campo e observação direta em reuniões realizadas no período de 2007 a 2019.

2 O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA FUNDANTE DA ANÁLISE SÓCIOESPACIAL DE DESTINOS TURÍSTICOS

Seguindo a visão assertiva de Milton Santos (2014), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. A dinâmica de transformação do espaço se dá por pressões, na quais interagem forças produtivas e relações de produção e se expõe de forma clara e inequívoca, os

elementos constitutivos do espaço – os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Estes elementos se entrelaçam, fundem-se e se confundem, contêm-se uns aos outros e são por todos contidos, produzindo a totalidade que, por ser mais presente, impõe de maneira mais evidente, resultados intrincados.

Influenciado por elementos de oferta e demanda, onde, de um lado, estão os equipamentos fixos (infraestrutura, construções, alimentos e produtos diversos) e serviços (transportes, hospedagens, alimentação, entretenimento, etc.) e do outro, os diversos tipos de consumidores turistas, o turismo se insere nas atividades econômicas que são analisadas a partir das interações entre os objetos e os homens, para fins de produção e consumo, indicando que para cada lugar onde se estabelece, um sistema de objetos e ações se apresenta de modo específico na sua organização espacial.

A geografia do turismo é comumente analisada sob a perspectiva das áreas funcionais urbanas ou rurais, numa ótica territorial, assim, preocupa-se com a dinâmica da organização espacial, as motivações dos visitantes e as funções estabelecidas pelos homens nos lugares turísticos.

Carlos (2011) trata a geografia do turismo como o aprofundamento da especialização nos estudos da geografia, e enfatiza que, longe de desvendar a produção do espaço como momento da reprodução do capital, esse segmento da ciência geográfica desloca o raciocínio da produção do espaço como momento da reprodução do capital para o raciocínio da produção do espaço enquanto mercado, isto é, da constituição da transformação das particularidades de transformar o tempo de não trabalho em tempo de consumo produtivo, para a produção de um saber que permite, com maior competência, “vender o espaço”.

A configuração do espaço turístico depende de interação de quatro agentes produtivos: governos, empresas, turistas e comunidade receptora (LAGE; MILONE, 2009). Estes quatro grupos são dependentes quanto aos resultados de impactos das suas intervenções no espaço vivido em experiências turísticas. Por isso a organização espacial depende de políticas estruturadas sobre a perspectiva desta interação.

As diretrizes da Política Nacional de Turismo apresentam, por meio de uma análise histórica desde meados de 1990, conflitos de interesses entre as categorias analíticas da geografia. Lugar, região e território confundem-se nos instrumentos de planejamento estratégico, tático e operacional da PNT. As edições do Plano Nacional de Turismo, seus programas e projetos desdobrados nas unidades federadas, regiões turísticas e municípios turísticos, instrumentalizam o olhar sobre uso destas categorias.

Inicialmente, o lugar aparece como foco das políticas públicas de turismo, notadamente com o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em seguida, os Polos de Turismo orientados pelo BID e as regiões turísticas propostas pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT) parecem dirigir atenção ao desenvolvimento regional, quando este mesmo programa se propõe a priorizar destinos turísticos na tentativa de encontrar centralidade por meio de destinos indutores do turismo regional, assim, contemporaneamente, fruto desta história com muitas lições e aprendizados, tem-se o território como categoria fundante.

Na abordagem territorial, o foco das políticas é incontestavelmente o território, pois combina a proximidade social que favorece a solidariedade e a cooperação com a diversidade de atores sociais, a articulação dos serviços públicos, a organização do acesso ao mercado interno, e até o compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social (BRASIL, 2003).

Nos últimos vinte anos, o território ganhou um sentido diferente, mais amplo, para abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área. Hoje, um olhar geográfico sobre as fronteiras que separam os homens do século XXI irá necessariamente revelar a pluralidade das suas diferenças e a diversidade de suas formas de associação entre pessoas e espaços. O conceito de território assumiu um papel importante nas políticas públicas de turismo, uma vez que serve como base para compreensão dos inúmeros processos de fragmentação espacial e união social (BRASIL, 2008).

As discussões das relações de poder permeiam os conceitos de território e dessa forma, consideram-se relevantes as abordagens de dois importantes geógrafos brasileiros: Saquet (2007, p. 78), que conceitua o território como “(...) espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, e Souza (2005, p. 112), ao considerar que o território “constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros”. A organização do espaço turístico depende do nível de integração dos agentes de produção, e para além do planejamento, seu ordenamento deve estar atento à gestão integrada que se aproxime das noções de desenvolvimento sustentável.

O consumo do espaço é caracterizado pelo uso passageiro do território, num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização ao mesmo tempo em que se valora determinada paisagem, mesmo não havendo modificação no território, há uma apropriação direta ou indireta e uma produção espacial simbólica natural ou cultural (RODRIGUES, 1999).

A introdução do turismo como atividade econômica em um território acarreta na reorganização do espaço. Siviero (2005, p. 6) ressalta que

algumas das transformações que o turismo produz podem ser previstas, outras talvez sejam inesperadas, a problemática consiste em gerenciar essas mudanças assegurando seus benefícios e identificando os impactos negativos para que sejam minimizados, ou para que os núcleos receptores não sofram com o declínio de suas funções urbanas tradicionais.

As viagens que ocorrem num determinado tempo e espaço são orientadas pelo conjunto de atrativos, equipamentos e serviços que são oferecidos aos visitantes com o intuito de satisfazer as suas necessidades. O turismo enquanto espaço turístico é definido por Beni (2001, p. 57) como: “O resultado da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não podemos esquecer, são a matéria prima do Turismo. Esse elemento ou componente do patrimônio turístico, mais o mapeamento, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país.”

3 TERRITÓRIOS TURÍSTICOS E A OFERTA DE ATRATIVOS EM ARACAJU

Em meados do século XIX, Aracaju foi projetada com um traçado de tabuleiro pelo engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, cuja demarcação e organização podem ser percebidas até os dias atuais no entramado urbano do centro histórico, que expandiu por grande parte da cidade influenciando obras públicas, localização de prédios comerciais e residências, dando-lhe identidade urbanística (CAMPOS, 2018; CARVALHO, 2005; FRANÇA, 2008).

Historicamente, as transformações urbanas no espaço físico de Aracaju, baseadas no pressuposto de modernidade, chamam atenção para a negação da natureza ao afirmar o progresso como processo civilizatório da modernidade, fundamentado na racionalidade econômica e instrumental capitalista. A prática de aterramento de mangue e desmonte de dunas que compromete o seu entorno ecossistêmico, associado ao adensamento em áreas menos propícias para habitação, tornou-se recorrente ao longo da trajetória urbana da capital sergipana (SANTOS, 2007).

França e Falcon (2005) abordam a produção do espaço de Aracaju como resultante de políticas públicas voltadas para industrialização, habitação e verticalização. O efeito disso é uma cidade que se conurbou com os municípios vizinhos, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro. A ampliação da malha habitacional, ao longo do tempo, envolve o aumento de problemas de infraestrutura, educação, saúde, saneamento, transporte, desemprego, pobreza, violência e marginalidade. Além disso, o espaço passou a se elitizar com o fortalecimento da classe média que também fortaleceu setores econômicos como o da construção civil, gerando novas demandas de recursos públicos e desafios para sua gestão administrativa.

Outro fator relevante é a ocupação da Zona de Expansão da cidade de Aracaju, com destaque para a horizontalidade dos condomínios fechados (SANTOS, 2012; 2014) que promovem segregação espacial (FRANÇA, 2011). Associado às verticalidades dos edifícios (SANTOS, 2012; 2014) e

metropolização da cidade (FRANÇA, 2000) está o adensamento de áreas, especialmente o centro da cidade e mais recentemente a área da praia, notadamente na Orla de Atalaia, resultados da crescente especulação imobiliária no eixo sul da cidade (VILAR, 2006).

Sarah França (2011) expõe os problemas de produção espacial dispersa enfocando no crescimento de Aracaju, na multiplicidade dos proprietários fundiários, promotores imobiliários, na ação do Estado e nos grupos sociais de baixa renda como agentes de produção do espaço urbano. Ações como incorporação, financiamento, construção e comercialização da terra e políticas públicas habitacionais estão distribuídas espacialmente, mas concentradas em agentes de produção, a exemplo das construtoras, servindo para explicar o adensamento de vilas próximo à área central da cidade, ou formação de áreas periféricas por população cuja renda não é capaz de pagar pelos preços dos imóveis. Reforça-se que as áreas centrais de Aracaju são heterogêneas, mas não são pobres, a pobreza é periférica, embora nem toda essa periferia seja pobre.

Para Campos (2018), a transformação do espaço urbano se dá pela constante busca de acumulação e poder dos diversos grupos que atuam em busca de vantagens diversas. O solo urbano é usado para valorização do capital e reprodução social, com criação de territórios que formam novas configurações espaciais. O jogo de produção do espaço urbano de Aracaju é influenciado pela construção de infraestruturas e equipamentos por parte do Estado que impulsiona a segregação sócio-espacial e cria uma cidade dividida, difusa e heterogênea. O mercado imobiliário cria condomínios verticais e horizontais fechados, afastando qualquer possibilidade de aproximação de populações mais pobres das áreas centrais.

Na visão de geógrafos e arquitetos, Aracaju tem sua organização espacial definida pelos conflitos e convergências de interesses do Estado, das empresas e em menor parte, dos residentes. A articulação entre governos e empresas acaba sendo muito maior que qualquer manifestação de interesse da população, exposta às transformações quando chegam em fase de intervenção.

Estes fatores expõem a cidade à constante segregação e suas consequências, bem como expõe a gestão municipal ao desafio permanente de melhorar as condições de infraestrutura de áreas mais pobres, concomitante ao esforço de atendimento às pressões de grupos empresariais.

Aracaju detém a maior parcela do PIB do Estado, reflexo da concentração de atividades industriais, comerciais e de serviços. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2018), o município de Aracaju atingiu uma população de 648.939 habitantes, do total de 2.278.308 no Estado de Sergipe, concentrando cerca de 28% do contingente estadual e ocupando uma área de 181km² com densidade demográfica de 3.140,65 hab/km². Além da posição estratégica de ligação litorânea entre os Estados de Alagoas e Bahia, que lhe assegura fluxo rodoviário regular, a cidade de Aracaju é considerada portão de entrada do fluxo aéreo em razão da localização do aeroporto Santa Maria, único do Estado de Sergipe.

Na produção espacial de Aracaju se revelam as práticas de espacialização do turismo, que interagem com a dinâmica organizacional da cidade e com a fluidez dos seus territórios. A posição concentradora de população do Estado de Sergipe também lhe confere a concentração de serviços de apoio ao turismo enquanto os territórios de lazer, história e comércio locais interagem com a atividade turística, ficando mais evidente nas áreas que sofrem adensamento urbano e valorização do capital, mesmo que seja em momentos históricos e territórios distintos, como o Centro Histórico e a Orla de Atalaia.

O turismo de Aracaju é marcado pela ocupação hoteleira do centro histórico da cidade na década de 1960, seguido da Orla de Atalaia em meados da década de 1970/80. Estas duas áreas formam os primeiros territórios turísticos de Aracaju e estão entre os principais produtos turísticos do Estado de Sergipe. A primeira, pela concentração de equipamentos do patrimônio histórico e artístico, e a segunda, na condição de maior polo receptivo, concentrador de equipamentos de apoio ao

turismo com as finalidades de lazer e negócios. Além disso, podem ser identificados atrativos, equipamentos e serviços, na área urbanizada à beira do Rio Sergipe até o bairro Industrial, com áreas territorializadas para ou pelo turismo.

Na década de 1990, a urbanização da Orla da Praia de Atalaia provocou uma nova dinâmica de uso espacial voltada para o turismo. Antes observada apenas como área de lazer e eventual turismo, passou a priorizar esta atividade e concentrar a instalação de equipamentos privados como meios de hospedagem, bares e restaurantes, absorvendo a maior parte dos leitos ofertados no Estado de Sergipe.

A contribuição do setor extrativista mineral é marcante na formação do PIB de Aracaju e influenciou a ocupação turística por meio dos equipamentos de hospedagem que se instalavam naquele mesmo período de transformação espacial e paisagística da Orla da Praia de Atalaia. Estes equipamentos estavam mais voltados aos segmentos de negócios e menos ao de lazer/sol/ praia, visto que o volume de turistas regulares era mais motivado pelos negócios. Essa valorização do segmento de negócio fica evidente pela disponibilidade de áreas e serviços de convenções e eventos nos hotéis instalados naquele período.

A história do turismo de Aracaju se desenvolve sem um elemento de identidade territorial que nos remeta às transformações espaciais. Elementos existentes parecem pouco relacionados com símbolos naturais ou culturais, a exemplo dos arcos da Orla de Atalaia. Embora os Arcos demonstrem justamente a presença de quatro rios de Aracaju, Sergipe, Poxim, do Sal e Vaza-Barris, eventualmente ele é lembrado por este motivo, normalmente se referem como um portal da Orla de Atalaia, ou seja, um elemento representativo, mas reconhecidamente dissociado daquilo que representa. Outrossim, a justificativa de homenagem aos rios deixou faltar o quinto arco, referente ao Rio Pitanga.

A produção espacial do turismo em Aracaju não se dissocia da dinâmica de crescimento urbano da cidade. Os interesses e as relações de poder, tanto

do Estado, quanto das empresas recaem sobre a atividade turística e sobre os modos de vida do lugar. A especulação imobiliária e suas consequências atingem áreas de interesse turístico como a Orla de Atalaia e as Praias do Litoral Sul de Aracaju, portanto, há necessidade de constante interação entre os agentes de produção setorial do turismo com os demais setores produtivos da cidade. As verticalidades, a segregação, o adensamento e os atrativos da Orla e da zona sul se configuram em novas territorialidades que produzem fluidez em área de usos múltiplos como aquelas aonde se produz turismo, são problemas carentes de mitigação e soluções inteligentes. O turismo de Aracaju tem na faixa leste da cidade o seu palco de reprodução, é o rio ou é mar que assumem protagonismo.

Antes da delimitação dos territórios turísticos de Aracaju, vale registrar alguns problemas metodológicos. Os dados e informações coletadas em fontes secundárias serviram para apresentar a oferta (atrativos, equipamentos e infraestrutura de apoio). A falta de base de dados unificada que reunisse os três elementos do sistema prejudicou a composição de um quadro geral da oferta turística de Aracaju. Entretanto, foi possível organizar um quadro dos atrativos seguindo uma perspectiva de ocupação de uso turístico, principalmente pelo poder do Estado nas intervenções de uso público, especializadas em sete territórios nominados de acordo com as principais intervenções espaciais identificadas: 1. Praias do Litoral Sul de Aracaju; 2. Orla Pôr do Sol; 3. Orla de Atalaia; 4. Jardins; 5. Praia 13 de Julho; 6. Centro Histórico; 7. Orlinha do Bairro Industrial (Quadro 1). Estes sete territórios consideram as relações de poder do Estado com a instalação dos diversos equipamentos e atrativos relacionados à apropriação do fazer turístico pelo setor privado, a capacidade de atrair fluxo de turistas para consumir a sua produção, os conflitos entre os agentes de produção, e as identidades que os compõem.

**Quadro 1 - Territórios Turísticos e Distribuição
da Oferta de Atrativos de Aracaju - SE, 2019.**

Nº	Territórios Turísticos	Atrativos Turísticos
1	Praias do Litoral Sul	Praia de Aruana, Praia do Robalo, Praia dos Náufragos, Praia do Refúgio, Praia do Mosqueiro, Cemitério dos Náufragos.
2	Praia de Atalaia	Praia de Atalaia, Orla de Atalaia, Praia dos Artistas, Oceanário de Aracaju, Monumento aos 150 anos de fundação de Aracaju, Conjunto de esculturas e vultos históricos, Conjunto de esculturas “Formadores da Nacionalidade”, Equipamentos esportivos da Orla de Atalaia, Antigo Farol do Bairro Farolândia, Complexo Cultural Gonzagão, Centro de Cultura e Arte J. Inácio, Posto de Atendimento ao Turista.
3	Orla Pôr do Sol	Rio Vaza-Barris, Orla Pôr do Sol, Crôa do Goré, Ilha dos Namorados, Posto de Atendimento ao Turista, Ilha Grande e Pedreira (São Cristóvão), Ilha Mem de Sá (Itaporanga D’Ajuda)
4	Jardins	Parque dos Cajueiros, Rio Sergipe, Parque Governador Augusto Franco (Sementeira), Centro de Ciência e Tecnologia da Cidade de Aracaju (CCTECA), Centro de Convenções de Sergipe, Teatro Tobias Barreto.
5	Praia Treze de Julho	Rio Sergipe, Calçada da 13 de Julho, Praia Formosa, Praça Tobias Barreto, Igreja de São José, Museu Histórico de Sergipe (Sociedade Médica de Sergipe), Galeria de Arte J. Inácio, Galeria do SESC, Escola de Arte Valdice Teles, Atual Sede do IPHAN/SE, Sede da OAB/SE (Antigo Palacete - Casarão dos Rollemberg), Biblioteca Estadual Epifânio Dória, Espaço Cultural Yázigi, Teatro Atheneu, Centro comercial 13 de julho.
6	Centro Histórico	Rio Sergipe, Monumento de Aracaju, Academia Sergipana de Letras, Delegacia do Ministério da Fazenda, Sede do Grupo Escolar Barão de Maruim (Atual CULTART), Conservatório de Música de Sergipe, Teatro Juca Barreto (anexo ao Cultart), Galeria de Artes Mário Britto, Museu da Gente Sergipana, Largo da Gente Sergipana, Ponte do Imperador, Praça Olímpio Campos, Palácio Museu Olímpio Campos e Biblioteca ViceGovernador Manoel Cabral Machado, Praça Fausto Cardoso, Catedral Metropolitana, Centro de Turismo, Museu do Artesanato e Cine Vitória, Igreja São Salvador, Centro Comercial de Aracaju, Centro Cultural de Aracaju, Teatro João Costa e Biblioteca Mário Cabral (Antiga Alfândega), Mercados Públicos (Antônio Franco, Thalles Ferras e Augusto Franco), Painéis do artista Jenner Augusto distribuídos em prédios do centro histórico, Espaço Zé Peixe (antigo Terminal Hidroviário de Aracaju), Galeria de Arte Florival Santos (no Cultart), Arquivo Público de Sergipe, Memorial do Poder Judiciário (Antigo Tribunal de Relação), Memorial do Legislativo, Arquivo Público do Estado, Palácio Inácio Barbosa, Galeria de Arte Álvaro Santos, Galeria Jenner Augusto, Associação Comercial de Sergipe, Academia Sergipana de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), Centro de Criatividade Gov. João Alves Filho, Teatro Tiradentes
7	Orlinha do Bairro Industrial	Rio Sergipe, Centro de Artesanato Chica Chaves, Ponte Sobre o Rio Sergipe, APA Morro do Urubu, Parque da Cidade, Teleférico (Parque da Cidade), Escultura de Nossa Senhora da Conceição, Orlinha do Bairro Industrial, Igreja Santo Antônio, Mirante do Bairro Industrial, Espaço Cultural Imbuça.

Fonte: Silva, 2019.

No grupo de atrativos, a oferta dos territórios turísticos de Aracaju apresenta similaridades no tocante aos aspectos culturais. Quando foi proposta a organização espacial de Sergipe em oito territórios, um dos resultados do Planejamento Participativo no Governo Marcelo Déda, verificou-se a tentativa de incluir a cultura como vetor estratégico do desenvolvimento e da inclusão social. De acordo com Sergipe (2010), pensar Aracaju como um importante polo de desenvolvimento remete-nos à necessidade e ao desafio de interiorizar as operações e permanência turística, observando a diversidade que se formou entre os Rios São Francisco e Real, entre o Oceano Atlântico e o Sertão Nordeste.

Para Sergipe (2010), a cultura sergipana pode ser organizada em três capítulos: Manifestações Tradicionais (Tradições religiosas, artesanato, espetáculos e danças, Música, Literatura popular, Folguedos de guerra, luta e libertação); Manifestações Contemporâneas (Festas e eventos, Teatro, música e artesanato); e Territórios de Identidade (o que acontece em cada território). Entre estes territórios está o da Grande Aracaju, onde, evidentemente, se insere o município de Aracaju.

A cultura de um destino se diferencia dos demais. Todavia, é essencial lembrar que suas manifestações não podem ser alvo de mercantilização excessiva, a ponto de prejudicar as tradições. Inserir uma manifestação cultural num produto/pacote turístico, requer atenção especial às condições de execução da manifestação e seu grupo de brincantes, antes de condicioná-la ao fluxo regular de turistas, um trabalho de flexibilização e planejamento que compete aos agentes de turismo receptivo. É necessário identificar caminhos possíveis para o acesso, vivência e experiências pelos turistas, sem ferir a originalidade das práticas culturais, suas motivações, suas datas ou as pessoas que participam. A cultura sofre ressignificações do tempo e das formas de produção espacial onde quer que aconteça, mas o turismo, enquanto atividade produtiva, deve servir de caminho para sua preservação. Entre as sugestões desta interação está a vivência artística que pode ser

viabilizada por meio de um roteiro alternativo nas unidades produtivas destes diversos artistas e dos artesãos para promover o conhecimento e novos canais de comercialização das artes e do artesanato aracajuano.

Partindo para os equipamentos turísticos, não foi possível chegar a uma fonte de informações que reunisse dados dos diversos setores ligados ao turismo, portanto, recorreu-se aos dados do Cadastro das Empresas e Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) e dos Indicadores Econômicos do Turismo de Sergipe do IBGE (2016). De acordo com o CADASTUR (2007), no estado de Sergipe houve um crescimento de 26,7 % na oferta de meios de hospedagem no período de 2002 a 2006. Neste mesmo período a oferta de agências de viagens quase dobrou com um crescimento de 89,3%.

Os organizadores de eventos de Sergipe tiveram um crescimento de 25%, mas com baixa representatividade, apenas dez cadastrados. E o setor de transportadoras turísticas apresentou um crescimento de 35,5% naquele período analisado. Se comparados os dados do CADASTUR (2007) com o CADASTUR (2017), é possível observar um aumento médio de 200% no total dos cadastrados de quatro setores (meios de hospedagem, agência de viagens, organizadores de eventos e transportadas turísticas), visto que saiu de 317 cadastrados em 2007 para 819, em 2017.

Nos dados coletados sobre 2017 destaca-se o indicador dos meios de hospedagem que não seguiu o mesmo crescimento dos demais setores, pelo contrário, apresentou queda. Num primeiro momento, este dado parece incoerente sobre o crescimento médio geral, e sobre a observação das transformações espaciais em Aracaju, causadas pela instalação de equipamentos de hospedagem. Entretanto, pode ser explicado pela desmotivação dos empresários de meios de hospedagem para manter ou realizar o cadastro. Um dos aspectos de desmotivação pode ser a mudança de comportamento dos consumidores/turistas que passaram a utilizar também hospedagens alternativas não formais disponibilizadas em plataformas digitais, nas quais, são comercializadas diárias de leito em

residências ocupadas ou diárias de unidades habitacionais (casa, flat, ou apartamento) para hospedagem, um indicador que não foi possível aferir sobre o comportamento da demanda, mas representa um novo perfil de gasto em hospedagem dos turistas no mundo inteiro, gerando impacto de queda na ocupação dos meios de hospedagem tradicionais. Considerando que a ABIH/SE não levantou os dados da oferta hoteleira para além dos associados da entidade, e para demonstrar que os dados do CADASTUR (2017) em relação aos meios de hospedagem não refletem o momento histórico analisado, recorreu-se aos dados do IBGE (2016), sendo possível identificar um registro de 281 equipamentos, que, embora não reflita totalidade do setor, demonstra que cerca de 50% dos equipamentos não estão no sistema de cadastro do MTur.

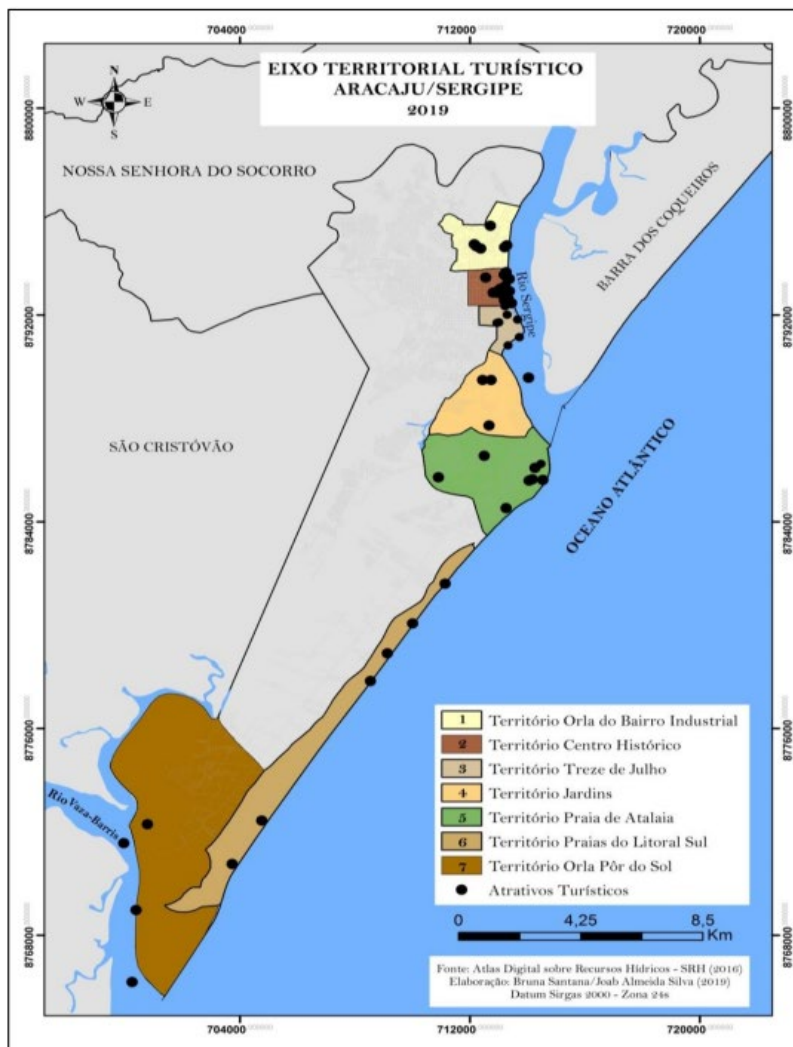
Embora dos dados do CADASTUR (2017) e IBGE (2016) refiram-se ao Estado de Sergipe, a maior concentração destes equipamentos está na cidade de Aracaju. Os equipamentos relacionados aos setores econômicos de interesses turístico como meios de hospedagem, bares e restaurantes, estão distribuídos na cidade, se organizando de maneira mais concentrada nas áreas do centro histórico e Orla de Atalaia, áreas de maior concentração de atrativos naturais e culturais. Por meio do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) (2016), foi possível alcançar outro dado importante que reflete a distribuição de ocupação dos trabalhadores sergipanos. Embora não contemplem atividades informais e setores importantes como o de transportes, sua análise permite uma constatação pouco discutida e pouco evidenciada nos dados anteriores: a força das atividades ligadas ao setor de alimentos e bebidas. Somente o setor de restaurantes e similares emprega mais que o de hotéis. Agrupando as atividades ligadas ao setor de meios de hospedagem, elas significam um terço do número de trabalhadores ligados ao setor de alimentos e bebidas quando agrupadas suas atividades. Portanto, embora com baixa adesão no CADASTUR, o setor de alimentos e bebidas tem grande influência na geração de emprego e renda para os sergipanos.

Outra dimensão da oferta é a infraestrutura de apoio turístico. No que se refere às informações sobre sistemas de transportes, comunicação e serviços básico, foram identificadas ações comuns aos territórios, a exemplo da sinalização turística viária e suporte de ciclovias. No setor de transportes, o fluxo de pessoas e mercadorias é assegurado pela disponibilização de linhas aéreas operadas no Aeroporto Internacional Santa Maria, pela BR-101, rodovia SE-100 norte e sul, na ligação com os Estados da Alagoas e Bahia, além da disponibilização de linhas regulares de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal com embarques e desembarques pelo Terminal Rodoviário José Rollemberg Leite e pela antiga estação Governador Luiz Garcia.

No transporte marítimo vislumbram-se operações de Cruzeiros. Embora o Porto não esteja adequado para passageiros em razão da sua função centralizada em cargas, quando demandada, a recepção será feita com adequações para desembarque de passageiros por meio do uso de lanchas. No transporte ferroviário, uma estação chegou a operar no trecho que compreende os municípios de Aracaju e São Cristóvão de 1913 até o final da década de 1990, mas, atualmente, o prédio tombado como patrimônio nacional está em processo de licitação de reforma, com recursos do IPHAN para ressignificação de uso. No Plano Estratégico Municipal, estão inseridas ações de mobilidade urbana inteligente, ações educativas para o trânsito, sistema integrado temporal no transporte público e transporte fluvial integrado.

Com base neste panorama da oferta turística de Aracaju, tomando por referência os equipamentos e recursos naturais que compõem atrativos turísticos, foi construído o mapa do Eixo Territorial Turístico de Aracaju com maior concentração de elementos formadores desta oferta, contemplando sete Territórios: 1. Orla do Bairro Industrial, 2. Centro Histórico, 3. Praia Treze de Julho, 4. Jardins, 5. Praia de Atalaia, 6. Praias do Litoral Sul de Aracaju, 7. Orla Pôr do Sol (Figura 1).

Figura 1 - Aracaju/SE: Eixo Territorial Turístico, 2019.



Fonte: Silva, 2019.

O eixo territorial turístico de Aracaju é marcado pela força das águas enquanto recurso natural atrativo para as transformações espaciais produzidas pelo uso turístico com a instalação de equipamentos fixos de apoio à atividade e consequente geração de fluxo de pessoas residentes, visitantes e turistas (Figura 2 e 3).

Figura 2 - Arcos da Orla de Atalaia e passarela de acesso à praia.



Fonte: Joab Almeida Silva /2018.

Figura 3 - Parque Augusto Franco - Sementeira.



Fonte: Joab Almeida Silva /2018.

Na breve descrição dos sete territórios que compõem o eixo territorial turístico de Aracaju, foram evidenciados os equipamentos públicos e os recursos naturais que compõem a oferta de atrativos. O principal elemento

de identificação destes territórios foi a relação de poder do Estado na transformação espacial para uso turístico, ao selecionar intervenções físicas que culminam em núcleos territoriais. Também foi evidenciada a fragilidade de organização sócio-espacial pela falta de uma estratégia de desenvolvimento da atividade, capaz de orientar a promoção do destino e a atração de investidores e consumidores/turistas.

Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, acreditando na combinação entre as dimensões econômica, social, ecológica e cultural, apresenta-se essencial o estabelecimento de alternativas de atenção às áreas de proteção ambiental, visadas pela especulação imobiliária, além da necessária inclusão e valorização dos elementos culturais nas operações turísticas com foco na inclusão social dos agentes de produção cultural pelas ferramentas de produção do espaço turístico.

Cada um dos sete territórios turísticos de Aracaju vive dinâmicas sócio-espaciais específicas que foram detalhadas na tese de Silva (2019), servindo de subsídios para novos estudos sobre a configuração espacial/territorial turística, seus conflitos, relações de poder, avanços e desafios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eixo territorial turístico de Aracaju segue o percurso da área costeira marítima e das áreas estuarinas dos Rios Vaza-Barris e Sergipe, reforçando a importância dos recursos naturais enquanto atrativos e motivadores da instalação de equipamentos e serviços de apoio à atividade. Entretanto, na promoção do destino turístico, poucos atrativos são selecionados para comunicar o potencial turístico do destino Aracaju. Territórios como Praias do Litoral Sul e Orlinha do Bairro Industrial ficam renegados ao conhecimento interno e eventual indicação dos guias de turismo, atendentes de hospedagem e residentes que possam indicá-los aos turistas.

A infraestrutura de meios de hospedagem concentrada na Orla de Atalaia demonstra a condição de centralidade da cidade de Aracaju sobre o Estado

de Sergipe. Este aspecto abre caminhos para pensar alternativas de melhor interação da capital com o interior do Estado, antes disso, serve de reflexão sobre os usos da cidade enquanto oferta turística, visto que cada território enfrenta problemas urbanos como adensamento, especulação imobiliária, precária ou deteriorada infraestrutura básica e de apoio ao turismo.

Os territórios aqui definidos apresentam sérios gargalos de atração e permanência turística que combinam com o perfil da demanda e parecem pouco utilizados na atualização e elaboração de roteiros turísticos. Nas agências e operadoras de turismo predomina um roteiro intitulado City Tour Aracaju ou Aracaju e Praias, trabalhando elementos pouco diversificados ao longo do tempo. Aracaju inovou na recuperação de prédios do patrimônio histórico, mas seu patrimônio imaterial tem incipiente interação com estes equipamentos, sinalizando a necessidade de melhorar a diversificação do produto turístico a partir de uma melhor relação com sua história, cultura artes. Não como merca mercantilização do fazer cultural, mas num exercício de interação sustentável, valorizando seus fazeres culturais.

A inovação a partir de um novo olhar e prática com elementos da cultura não serve apenas para contabilizar competitividade turística, mas assegura uma inovação partida de elementos singulares e autênticos que são capazes de transformar a viagem em uma experiência turística memorável. Tudo isso, porém, não será possível, sem solucionar problemas primários do turismo de Aracaju: 1. Elaboração do Plano Municipal de Turismo; 2. Fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo para controle e uso do Plano; 3. Promoção estratégica do destino com base em produtos inovadores; 4. Diversificação da oferta turística a partir de roteiros com maior valorização dos saberes e fazeres culturais e dos recursos naturais; 5. Captação de recursos para intervenções públicas e privadas baseado numa estratégia de desenvolvimento turístico unificado entre os agentes de produção do turismo.

O ciclo de vida do turismo de Aracaju ainda está em desenvolvimento, continuar em crescimento ou estagnar com qualidade de uso e evitar seu declínio são os desafios atuais. As mudanças do turismo no mundo requerem

estas adaptações, assim como esperam a permanente aplicação dos protocolos de segurança sanitária, o desbloqueio de mentalidade de muitos operadores de um turismo que visem apenas ao lucro e passe a focarem na experiência do turista como fonte de sustentação de negócios, um turismo que não deixe a natureza para trás, que seja bom hoje e possa ser ainda melhor no futuro.

REFERÊNCIAS

- ARACAJU. **Planejamento estratégico da gestão municipal 2017-2020**. Prefeitura Municipal de Aracaju: Aracaju, 2017.
- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- _____. **Análise estrutural do turismo**. 4ª ed. São Paulo: Senac, 2001.
- BID. **BID e Ministério do Turismo iniciam operação de apoio ao PRODETUR Nacional**. 2010. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2010-06-18/bid-e-ministerio-do-turismo-apoio-ao-prodetur-nacional,7348.html>. Acessado em 11 de setembro de 2017.
- BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2003 – 2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações básicas**. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf. Acessado em: 10/02/2016.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Orientações Técnicas para Criação de Conselho Municipal de Turismo**. MTur: Brasília, 2018.
- CAMPOS, A. C. **El Desarrollo urbano de Aracaju, Brasil (1855 – 2005): un juego de múltiples agentes**. Tese (Doutorado em Geografia). Barcelona: Universitat de Barceloma, 2017.
- CARLOS, A. F. A. Construindo a metageografia, in CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 141-151.
- CARVALHO, V. S; SEBRÃO, Sobrinho. **Laudas da História do Aracaju**. 2ª ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2005.
- CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. CORRÊA, L. R. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 12ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.
- COELHO, M. F; FERNANDES, I. **Economia do Turismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.
- FRANÇA, S. L. A.. **A produção do espaço na zona de expansão de Aracaju/SE:**

- Dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011.
- FRANÇA, V. L. A. FALCON, M. L. O. (Orgs.). **Aracaju: 150 anos de vida urbana**. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.
- FUNCAJU. **Mapa Cultural Digital de Aracaju**. Aracaju: FUNCAJU, 2019
- IBGE. Panorama das Cidades. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <<https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>>. Acesso em: 22 mai. 2019.
- LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OMT-UNWTO. **Orientando a retomada do Turismo**. UNWTO, 2021. Disponível em: <<https://www.unwto.org/>>. Acesso: 02 de mai. 2021.
- PDITS. **Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** (PDITS) do Polo Costa dos Coqueirais, Technum Consult, Brasília, DF, 2013.
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). São Cristóvão/SE: PRODEMA/UFS, 2007.
- SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.
- SERGIPE. **Sergipe, cultura e diversidade**. Governo de Sergipe. Aracaju: Solisluna, 2010.
- SILVA, J. A. Gestão pública do turismo no município de Aracaju. **Monografia** (Especialização). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- SILVA, J. A. Organização sócio-espacial do turismo de Aracaju/SE: a governança como diferencial competitivo. 344 f. **Tese** (Doutorado em Geografia). São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2019.
- SIVIERO, A. P. Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: uma análise da área central de Curitiba/PR. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.
- VILAR, J. W. C. Evolução da paisagem urbana do centro de Aracaju. In: ARAÚJO, H. M. de; et al. **O ambiente urbano: Visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão: Editora UFS, 2006, p. 45-67.

Capítulo 12

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO LITORAL NORTE DE SERGIPE: ENTRE COMUNIDADES E ÁREAS PROTEGIDAS

Claudio Roberto Braghini

Manoel Elielson Cordeiro de Jesus

Thatiana Carvalho Santos

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo objetiva apresentar indicativos favoráveis ao desenvolvimento de formas de turismo que contemplem a inclusão de comunidades no Litoral Norte de Sergipe. O estudo focalizou comunidades distribuídas em povoados que apresentam relação com o turismo, dada a proximidade e influência da rodovia SE-100N e das unidades de Conservação (UC), destacando peculiaridades que permitem pensar o turismo com base local, na concepção de território como espaço usado.

Ao longo do trabalho é apresentado um contexto sobre as UCs do Litoral Norte de Sergipe, o perfil de algumas comunidades e a relação entre ambos. Na sequência, são discutidas questões vinculadas ao turismo e às iniciativas com foco na participação comunitária, em especial em ecoturismo, turismo rural e turismo de base comunitária (TBC), que sinalizam possibilidades de inclusão e poderiam ser alvos de ações públicas com foco no desenvolvimento territorial.

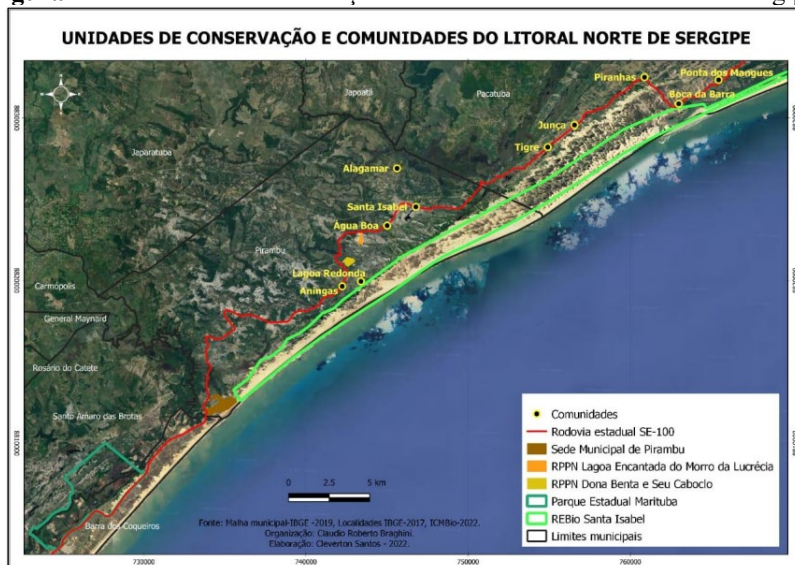
Do ponto de vista metodológico, a análise se baseou em referências bibliográficas e documentais, apoiados por atividades de campo, desenvolvidas entre os anos de 2014 e 2020, além de articular informações derivadas da atuação profissional dos autores, ao longo dos últimos 15 anos, alinhando conhecimento e práxis (BRAGHINI, 2016; SANTOS, 2017; CORDEIRO DE JESUS, 2020). Tais estudos envolveram diversas ações, tais como: visitas de campo, reuniões

participativas, caminhadas transversais, levantamentos de patrimônio (natural, cultural e atividades econômicas) e entrevistas com diversos atores sociais, desde comunitários e gestores públicos até gestores de UC.

2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADES DO LITORAL NORTE: BREVE APRESENTAÇÃO TERRITORIAL

Em termos físicos e mais próxima ao oceano, no Litoral Norte de Sergipe observase a presença representativa da planície costeira com ambientes de cordões litorâneos, praias arenosas, campos de dunas, com rios que desaguam no mar e formam áreas estuárias, com a presença de manguezais. Neste cenário, na área de estudo há quatro unidades de conservação (Figura 1), sendo três delas tratadas neste artigo: Reserva Biológica (REBIO) de Santa Isabel; Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Dona Benta e Seu Caboclo; e RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia. Na lógica de ordenamento territorial, pode-se dizer que são espaços destinados ao uso para a conservação, conforme proposto por Barragán-Muñoz (2004).

Figura 1 - Unidades de Conservação da Natureza no Litoral Norte de Sergipe.



Fonte: Cláudio Roberto Braghini, 2016.

A Reserva Biológica de Santa Isabel é uma UC de gestão federal e de proteção integral, que admite uso indireto dos recursos. O turismo é considerado atividade de uso indireto, entretanto não é admitido na categoria reserva biológica (BRASIL, 2000). Criada pelo Decreto Federal nº 96.999, de 20 de outubro de 1988, a REBIO de Santa Isabel ocupa áreas costeiras dos municípios de Pirambu e Pacatuba (Figuras 2 e 3). O objetivo é descrito como “proteção da fauna local, especialmente as tartarugas marinhas que encontram na Praia de Santa Isabel, a sua principal área de reprodução.” (BRASIL, 1988, s/p.).

Figura 2 - Dunas da REBIO de Santa Isabel e o Riacho Sangradouro - Povoado Lagoa Redonda, Pirambu.



Fonte: Claudio Braghini (2015)

Figura 3 - Vista panorâmica da REBIO de Santa Isabel, com mata de restinga, lagoa, dunas e praia, entre Pirambu e Pacatuba.

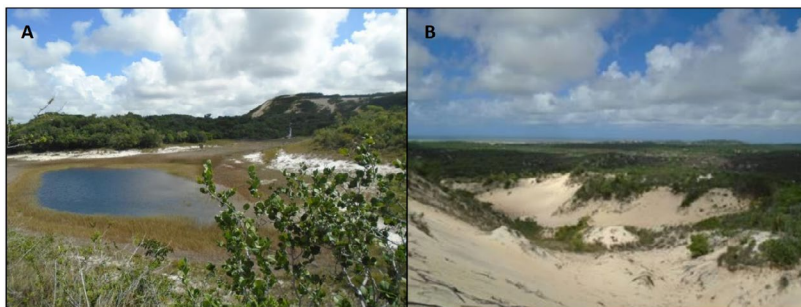


Fonte: Manoel Elielson Cordeiro de Jesus (2018)

Apesar da elaboração do plano de manejo, ainda não se registrou sua implementação devido a problemas legais, oriundos de um erro de azimuth na ocasião da criação. Estima-se que a área gerida pela UC é de 5.888 hectares em contraposição aos 2.766 hectares previstos no ato da criação. Um relatório de retificação (ICMBIO, 2010) foi feito, mas a judicialização e tempo para tomada de decisões tem gerado inseguranças e pressões sobre a UC diante dos novos interesses, desde sua criação.

As outras duas UC são da categoria Reserva Particular de Patrimônio Natural, a RPPN Dona Benta e Seu Caboclo (Figura 4a) e a RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia (Figura 4b), ambas localizadas no município de Pirambu, e criadas por iniciativa do mesmo proprietário. Essas UCS abrigam e protegem ecossistemas de restinga com formações dunares e lagoas entremeadas. A sede de ambas se situa na Fazenda Cordeiro de Jesus, próxima aos povoados Lagoa Redonda e Água Boa. Nas RPPNs há atividades de ecoturismo e educação ambiental (CORDEIRO DE JESUS, 2020).

Figura 4 - A - RPPN Dona Benta e Seu Caboclo; B - RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia, ambas em Pirambu.



Fonte: Acervo GPTEC-IFS (2018).

Para falar das Comunidades do Litoral Norte, ao se tratar das semelhanças e singularidades, sempre que possível, estabeleceu-se a relação entre a base natural, composta por praias arenosas, dunas, mata de restinga e lagoas, com as ocupações por povoados e a presença de plantações, ao longo da rodovia SE-100N, pois se integram aos modos de produção, ao cotidiano e a cultura. Tal cenário e contexto são elementos indicativos de atratividade ao turismo.

Sobre a influência da rodovia SE-100N na dinâmica dos povoamentos, pode-se dizer que sua abertura modificou o fluxo entre tais localidades e os centros urbanos, que antes se dava, principalmente, pela praia, como ocorria a partir dos povoados de Ponta dos Mangues, Boca da Barra, Tigre, localizados no município de Pacatuba. Mas após a construção da Rodovia SE-100 esta passou a ser a principal via de acesso, intensificado com sua recente pavimentação asfáltica. Além disso, outro fator que contribuiu com o redirecionamento do fluxo foi restrição imposta pela REBIO de Santa Isabel e pelo Projeto TAMAR, com proibição da circulação de veículos que afetavam ou geravam riscos aos ninhos de tartarugas marinhas. Em Pirambu, nos povoados Aningas e Lagoa Redonda, também há relatos de processos territoriais semelhantes. A melhoria recente de infraestrutura e acesso às localidades também favorecem o turismo.

Outro aspecto que se deve ter em conta nesses fluxos territoriais é que as dunas e faixas de areia dificultam o deslocamento da praia em direção às áreas mais internas. Apenas Ponta dos Mangues, Boca da Barra e na sede de Pirambu, mantém-se relação com o mar de forma mais intensa, devido à proximidade. Entretanto, mesmo em povoamentos mais distantes, há pescadores artesanais que realizam suas práticas deslocando-se de suas moradias para áreas de rio e mar, via automóveis, principalmente, ou com carroças, além de motocicletas e bicicletas. A prática de construção de barracos na linha da costa para guardar apetrechos de pesca, mesmo em áreas da Reserva, não é rara.

Mesmo as percepções de riscos que a rodovia SE 100N possa trazer, como aumento de violência, especulação imobiliária, entre outros, os grupos consultados nas pesquisas realizadas expressam sentimento de que o asfaltamento, de forma geral, trouxe saldos positivos em relação aos negativos (BRAGHINI, 2016; JESUS, 2019). A pavimentação da rodovia traz uma materialidade que se associa às formas de ocupação das suas margens, pois elas carregam a (i)materialidade, que se interconecta com os simbolismos já existentes. Quando se compara o acesso a bens e serviços em relação às comunidades nas sedes municipais, o enfrentamento das dificuldades e desigualdades, as obras de infraestrutura e a ocupação, trazem perspectivas

de melhoria das condições de vida às pessoas do lugar ou, no mínimo, mais opções de trabalho e renda, com deslocamento de forma mais rápida e segura. O turismo se insere neste contexto de fluidez territorial no olhar dos moradores.

Quanto às formas tradicionais de produção comunitária, observam-se a agricultura familiar e de subsistência, a pesca artesanal e o extrativismo de coco e mangaba. Para algumas comunidades, o artesanato derivado do extrativismo da taboa (*Typha domingensis*), nos Povoados Tigre, Junça e Ponta dos Mangues, e do Ouricuri ou licuri (*Syagrus coronata*), nos povoados Alagamar, Água Boa, Santa Isabel e Ponta dos Mangues, são relevantes também. A pequena criação de animais (bovinos e ovinos), citadas com frequência pelos moradores, situa-se nas áreas de pastagem no interior da REBIO de Santa Isabel. Nesse perfil de comunidades, os benefícios sociais, como aqueles derivados de programas federais, são importantes como fontes de renda, como o Seguro Defeso, no caso de pescadores artesanais. O cultivo de camarão em viveiro é atividade evidente em Ponta dos Mangues, além da aquicultura.

Um olhar e uma escuta para o lugar, no sentido de captar expressões, modos de vida, formas de produção e a paisagem, evidenciam relações cotidianas distintas. Os pescadores artesanais atribuem valor e condicionalidade da dinâmica do rio e do mar como seu espaço de trabalho, que acaba atribuindo uma dinâmica familiar com divisão de tarefas em termos de gênero. A pesca aparece como tarefa masculina, enquanto que o extrativismo de mangaba e “mariscagem”, além das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, são predominantes para mulheres. Há transferência de saberes da pesca artesanal aos filhos, mas estes se mostram cada vez menos interessados em permanecer nessa atividade, apesar de serem cadastrados como pescadores, em razão do seguro defeso. No artesanato, como no uso da palha do licuri ou ouricuri, na comunidade Alagamar, observa-se também a presença masculina associada ao fato da atividade gerar maior renda (CORDEIRO DE JESUS, 2009).

A satisfação em viver no lugar é recorrente nas comunidades estudadas, seja pela referência quanto à paz e segurança, nas narrativas sobre as histórias e lutas, inclusive na “contação de causos e lendas”, bem como, no prazer

e orgulho no seu saber-fazer. Cordeiro de Jesus (2020) cita a alegria de mulheres que se dedicam ao artesanato, quando se “ajuntam para ir cortar taboa que até cantar cantam... tem cantiga sim”. (CORDEIRO DE JESUS, 2020, p. 91). Ou na satisfação do reconhecimento: “... quando alguém pega uma bolsa nossa já diz logo: é de Pacatuba, só lá tem esses acabamentos. Já reconhece” (CORDEIRO DE JESUS, 2020, p. 91).

Parecem hipnotizadas quando estão trabalhando no artesanato. Conversam sem tirar o olhar do que está fazendo. Deixam se fotografar e mal olham para a câmera. Mal respiram tamanha a concentração. Estão sempre em movimento juntamente com a palha. É palha na frente da maioria das casas do povoado em processo de secagem. É palha nas mãos das artesãs sendo desfiada ou sendo trançada carinhosamente. É palha emoldurando artefatos que serão vendidos ao atravessador, que repassa ao comerciante e finaliza na cabeça ou nas mãos dos consumidores ...” (CORDEIRO DE JESUS, 2020, p. 136). A cultura local se traduz no saber fazer, no sorriso solto de pessoas que fazem questão de mostrar sua denticção em troca de um hilariado. No “rapar mandioca” na casa de farinha ou apreciar eles experimentando o gosto da farinha após a torra: pega um punhado somente com os dedos, esfrega o polegar sobre a farinha para sentir a textura para depois com uma habilidade de um bom atirador de facas joga a farinha em direção à boca, abocanhando todos os grãos de uma só vez. Isso tudo sem perder o meado da prosa que acontecia com outros ao pé do forno. O observador atento aos mínimos detalhes, ainda ver os dentes do degustador agora mais esbranquiçado devido a cor da farinha, uma afirmação de que a farinha “tá boa”, “tá torradinha” e o gran finale é o sorriso aberto e cheio de vida para corroborar o enunciado. (CORDEIRO DE JESUS, 2020, p. 136).

A religiosidade é frequente nas comunidades, há diversidade, mas se observa uma forte influência católica, dado que cada povoado apresenta uma divindade como padroeira(o) e há festas e “rituais” anuais associados (CORDEIRO DE JESUS, 2020). A organização comunitária em torno dos templos católicos e evangélicos e suas ações são espaços importantes, inclusive para tomada de decisões coletivas.

Observa-se que o cotidiano e a cultura, atrelados aos modos de vida locais, integrados historicamente ao perfil dos ambientes conservados, sinalizam elementos a serem considerados no desenvolvimento do turismo, que pretenda incluir tais comunidades e de forma sustentável.

Em relação às formas de organização e reconhecimento profissional há ações de Estado, como iniciativas do FAT (Fundo de Apoio ao Trabalhador), extensão rural, projetos de compensação ambiental derivado das ações exploratórias da Petrobrás, através do PEAC (Programa de Educação Ambiental em Comunidades Costeiras), ação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), seja com assentamentos ou remanescentes de populações quilombolas. Todos, de forma direta ou indireta, contribuem para a profissionalização e organização no sentido de incremento de ofícios, embora não sejam integrados em tempo e espaço. Em alguns casos observa-se a relação entre Projeto TAMAR e comunidades, como em Ponta dos Mangues, na confecção de bordados, e também na sede de Pirambu, na fábrica de camisetas. Cabe, portanto, reconhecer ações com perfil inclusivo, embora se observe que não estão integrados no tempo e no espaço. Para o turismo pode-se articular parcerias com órgãos públicos, o SEBRAE, e instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Do ponto de vista social, no quesito acesso à educação e saúde, pode-se dizer que a maior parte dos povoados apresentam escolas para os primeiros níveis do Ensino Fundamental e dispõem de serviço de transporte coletivo para alunos de outros níveis, como importantes formas de inclusão. Há postos de saúde em algumas comunidades e compartilhamento de ambulância entre povoados, mas é através do agente de saúde que se tem a forma mais comum de acesso. No caso da segurança pública, não existem postos policiais e os registros de conflitos e crimes são considerados raros, entretanto, o aumento de veranistas, no povoado Lagoa Redonda, tem gerado preocupações e maior presença de policiamento. O programa Luz para Todos favoreceu a chegada de energia elétrica, ampliando o acesso e consumo de eletrodomésticos. A instalação de torres transmissoras favoreceu a comunicação, com proliferação de celulares e acesso à internet, mesmo com conexão irregular, além de alguns pontos públicos de acesso a *wi-fi*,

como na sede da Associação dos Artesãos e Apicultores dos Povoados Tigre e Junça (AAAPTJ). Esse contexto permite evidenciar fragilidades de acesso a bens e serviços e por isso qualquer forma de turismo deve contemplar a possibilidade de proporcionar melhoria da qualidade de vida das comunidades nesses aspectos.

Em termos de organização local, registram-se também algumas entidades de cunho social, como a ACOPAL (Associação Comunitária Participativa de Aningas e Lagoa Redonda), Instituto San Rafael, Associação dos Quilombolas e do Instituto Dona Benta e Seu Caboclo. Em Pacatuba, destacam-se a Associação dos Artesãos e Apicultores dos Povoados Tigre e Junça, além da Associação de Moradores. O Projeto Tainha, em Ponta dos Mangues, durante o período de 2012 a 2017, articulou ações com moradores para refletirem e se organizarem em torno do turismo de base comunitária, incluindo ponto para exposição e comercialização de artesanato e restaurante comunitário, além de eventos, a exemplo do Festival Maré Lança. Em síntese, vale ressaltar que as formas de organização comunitária são elementos chaves para pensar em articulações para o turismo numa perspectiva de autogestão e no estabelecimento de parcerias adequadas, e algumas ações caminham neste sentido.

3 RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ENTRE COMUNIDADES E ÁREAS PROTEGIDAS: CONFLITOS E DESAFIOS PARA O TURISMO

A REBIO de Santa Isabel tem uma influência marcante dada sua dimensão pelas interfaces e interações com povoados diversos, associado ao seu caráter restritivo quanto ao uso dos recursos naturais (BRAGHINI, 2016; SANTOS, 2017; BRAGHINI; VILAR, 2019; CORDEIRO DE JESUS, 2020).

Uma gama de restrições impostas às comunidades quanto ao uso do espaço territorial e dos recursos ambientais das UC e no seu entorno, incluindo os demais interesses locais, ao longo do tempo, podem sinalizar pressão sobre

os modos de vida e a reprodução das comunidades, por vezes manifestos em conflitos territoriais e ambientais. Nesse processo foi possível identificar também articulações entre gestão de UC e comunidades, numa perspectiva de inclusão social e econômica e possíveis contrapartidas (Quadro 1).

Quadro 1 - Relações entre gestão das UC de Pirambu e Pacatuba e comunidades locais

Restrições ao uso dos espaços e recursos UC e no seu entorno pelas comunidades	
REBIO	Categoria de UC restritiva, que exhibe e evidencia pressão por atividades de pastagem e os cercados, presença de casas ou barracas por veranistas e pescadores em Boca da Barra, extrativismo de mangaba, predação/destruição de ovos de tartarugas e presença frequente e desordenada de veranistas nos Povoados Lagoa Redonda e Boca da Barra. Paralisação da visitaç�o ao Centro de Educa�o Ambiental do TAMAR na sede da REBIO.
RPPNs	Acesso de visitantes n�o autorizados (aut�nomos ou conduzidos por moradores locais) por v�rios lugares, a exemplo da Cachoeira do Roncador, para lazer. Risco de destrui�o de registros arqueol�gicos, pisoteamento da flora, afugentamento de animais, desestabiliza�o de dunas, risco de fogueiras, presen�a de ca�adores.
Conflitos territoriais	
REBIO	Derrubada de casas de veranistas e barracas de pescadores (Boca da Barra e Ponta dos Mangues, principalmente), destrui�o dos cercados para gado, puni�o por retirada de madeira de manguezais para constru�o (Ponta dos Mangues), proibi�o do acesso de ve�culos e carro�as nas praias, puni�o por captura/preda�o de ovos de tartaruga com o TAMAR, IBAMA e Pol�cia Federal, fiscaliza�o e limita�o da pesca de arrasto de camar�o (na sede de Pirambu). Desejo de flexibiliza�o e possibilidades de outros usos da �rea da UC por gestores p�blicos municipais.
RPPNs	A�o�es de fiscaliza�o diante de visitas n�o autorizadas, ca�a e fogueiras
Articula�o�es entre gest�o de UC e comunidades	
REBIO	A�o�es do TAMAR de sensibiliza�o e informa�o sobre a preserva�o e cuidados com as desovas e o valor das tartarugas; contratos firmados com antigos tartarugueiros para auxiliar na preserva�o; fornecimento de servi�os para bordadeiras (Povoado Ponta dos Mangues) e a f�brica de Camisetas (Sede de Pirambu). Eventos culturais (Pirambu) e escola de capoeira (Ponta dos Mangues); cria�o do Conselho Consultivo da REBIO (apenas Ponta dos Mangues e Boca da Barra n�o tiveram representatividade)
RPPN	Ecoturismo previsto no Plano de Manejo; organiza�o de Ecomuseu do Roceiro; articula�o da gest�o com empreendedores locais (povoado Lagoa Redonda) para forma�o de condutores ambientais locais; sensibiliza�o, informa�o e constru�o coletiva de roteiro local nos Povoados Alagamar e �gua Boa a partir de projetos acad�micos do Instituto Federal de Sergipe, em ecoturismo de base comunit�ria; trabalho de Mestrado em Ecoturismo de Base Comunit�ria para o Litoral Norte.

Fonte: Autores, 2022.

A comunidade observa e usa os espaços litorâneos como fonte de sustento, local de trabalho e lazer, com sua temporalidade própria na manifestação de seu cotidiano. Tal olhar contrasta com os objetivos da gestão de uma UC, que precisa identificar as pressões e ameaças, compreender e monitorar os objetos de conservação, como espécies e ecossistemas, sem necessariamente deixar de reconhecer a cultura local.

No âmbito das articulações citadas entre comunidade e gestão da UC, é relevante apontar que há fragilidades vinculadas ao interesse da gestão ou a falta de condições materiais e de recursos financeiros e de pessoal. Consequentemente, nessa cadeia de ações é preciso pensar na estrutura e conjuntura entre gestão da UC e os órgãos ambientais hierarquicamente subordinadas e dependentes, para sua eficácia e funcionalidade, portanto, para a governança no/do território (BRAGHINI, 2016).

As restrições de usos, o poder do Estado e as ações coercitivas evidenciam sinais de conflitos manifestos ou latentes. Paralelamente, observa-se uso dos territórios por atividades econômicas que trazem consigo uma dinâmica temporal e interesses distintos, permeando diversas territorialidades e temporalidades. Nesse contexto, as influências das UCs nos territórios se mostram mais complexas, dado que as áreas ocupadas, os interesses e usos na ocasião da criação diferem ao longo do tempo.

O entendimento sobre a cultura e o cotidiano das comunidades interconecta natureza, cultura e modo de vida, o que remete à ideia de território como espaço usado, bem com a ideia de lugar, como espaço vivido. Portanto, algumas evidências permitem gerar uma reflexão nesse sentido, sobre a intervenção de uma UC, patrimonializada pelo Estado, e de certa maneira, repensar no papel, poderes e necessidades para uma governança territorial e na redução das desigualdades.

É preciso lembrar sempre que o mesmo espaço usado implica distintas interpretações e valores atribuídos à natureza e cultura. O rio e o mar, para interessados em exploração de petróleo, presente em Pirambu e Pacatuba, têm valores distintos para uma comunidade pesqueira artesanal ou aos

empreendedores de turismo que vislumbram grande fluxo ou movimento de escala, além dos conservacionistas. A comunidade pescadora de Ponta dos Mangues atribui valor ao rio, diante da sua atividade produtiva, do seu cotidiano, distinto do proprietário de um empreendedor externo que implementa uma pousada, restaurante e promove passeio local

4 TURISMO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INCLUSIVO, JUSTO E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

Os elementos e as relações apresentadas até aqui desenham um cenário de possibilidades para o desenvolvimento do turismo no Litoral Norte de Sergipe. No senso comum, a exuberância natural da região se destaca como potencial turístico, mas há outros fatores que precisam ser evidenciados e analisados à luz das características locais e se configuram em oportunidades ou desafios, quanto às possibilidades do turismo como ferramenta de desenvolvimento local.

Na divisão das regiões turísticas de Sergipe, o Litoral Norte integra o Polo Costa dos Coqueirais, porém pouco dos recursos dos incentivos do PRODETUR/NE foi destinado a essa região. São reconhecidas algumas fragilidades no Programa, como não ter promovido articulações e redes de cooperação entre os atores sociais e não possuir linguagem acessível e favorável à participação dos residentes dos locais que estão recebendo os incentivos, somado a isso, tem-se o foco na infraestrutura favorecendo a especulação imobiliária (SILVA, 2012). A ocupação do Litoral Norte de Sergipe demonstra uma tendência do turismo decorrente das atuais políticas públicas direcionadas para a região Nordeste do Brasil, onde os avanços na direção da participação dos atores e da busca pelo desenvolvimento local não se realizam na prática.

A implementação da ponte Construtor João Alves, sobre o Rio Sergipe é considerada um marco territorial, porque favoreceu a especulação imobiliária e os investimentos privados, sobretudo no município de Barra dos Coqueiros,

onde se erguem condomínios fechados, casas de segunda residência, nas praias mais reservadas, além de hotéis de médio e grande porte, na praia da Atalaia Nova, que também tem a tradição de comportar grandes eventos culturais, principalmente, shows musicais. Barra dos Coqueiros talvez seja o município que mais se modificou recentemente.

Dos principais atrativos turísticos da Barra dos Coqueiros que remetem à identidade e tradições locais destacam-se o Passeio de Tototo's pelo Rio Sergipe, os produtos preparados à base da mangaba, como geleias, licores e doces, produzidos pela Unidade das Catadoras de Mangaba do Povoado de Capuã, e outras ações de cultura e arte envolvendo o artesanato e o folclore da associação de artesãos desse município.

Saindo da Barra dos Coqueiros pela Rodovia SE-100 N, após atravessar a ponte sobre o Rio Japarutuba, chega-se a Pirambu, cujos lugares que mais recebem visitas com finalidades turísticas são a sede municipal e o povoado Lagoa Redonda. A partir de Pirambu a visita turística aparenta ser mais heterogênea e concentrada em determinadas épocas do ano e a demanda que já existe é atendida por pousadas e restaurantes da própria localidade. Na sede municipal há certo movimento na cena cultural, com eventos populares, saraus, grupos de folclore e de dança ativos, com fortes traços da cultura local. O centro de educação ambiental do Projeto TAMAR representou um dos principais atrativos turísticos, que atualmente encontra-se fechado e, conforme relatos de moradores locais, reduziu significativamente o número de turistas no município. Essa mesma instituição também atua na promoção de eventos culturais junto à população.

No trajeto entre os povoados de Pirambu e de Pacatuba existem alguns restaurantes e meios de hospedagem. Há pousada no povoado Tigre com boa estrutura e espaço de lazer, que oferece refeições e passeios de barco no rio, articulando com barqueiros locais. Além destas, existem residentes que alugam quartos para turistas e oferecem refeições em suas residências, alguns deles motivados por projetos que buscaram sensibilizá-los para o desenvolvimento do TBC (SANTOS, 2016).

Observa-se um maior número de visitantes e atividades turísticas relacionadas aos ambientes de dunas e de praia, em áreas inseridas nas UC, seja nas RPPNs ou na REBIO. A pavimentação recente da rodovia já gerou mudanças no uso e ocupação, como a especulação imobiliária, construções para o turismo e segunda residência, o acesso à praia facilitado, pressões para as UC, dentre outras questões. Em Ponta dos Mangues, por exemplo, barracos de pescadores para apetrechos de pesca, localizados na beira do rio no porto principal, foram vendidos para não residentes, que construíram casas para alugar por temporada e, inclusive, limitaram o acesso dos residentes à margem do rio. No povoado vizinho, Boca da Barra, há hotel de grande porte para ser inaugurado.

O contexto mostra uma movimentação em torno dos serviços e interesses no turismo, destaca possibilidades e desafios, logo, cabe ressaltar os aspectos que estão invisibilizados e não atraíram interesses públicos e privados. São as ações de órgãos públicos na formação, organização e promoção da produção local, bem como de projetos de instituições do terceiro setor e de instituições de ensino, pesquisa e extensão. Ações que consideram a permanência e fixação das comunidades em seus territórios, mas não geraram até o momento processos sinérgicos com a magnitude para se estabelecerem como contraponto a modelos excludentes de ocupação litorânea.

No que se refere aos atrativos com potencial para o turismo, Cordeiro de Jesus (2020) mostra a riqueza de patrimônios cultural e natural das comunidades, que podem ser trabalhados numa perspectiva de inclusão, em roteiros ecoturísticos, articulados com UCs. A região não faz parte dos roteiros turísticos convencionais oferecidos pelas principais empresas do estado e predominam as viagens em pequenos grupos, por conta própria e aquelas consideradas de “bate e volta” (SANTOS, 2016).

O turismo com olhar para as comunidades poderá agregar valor ao que se produz localmente, como a produção artesanal nos Povoados Alagamar, Água Boa, Santa Isabel, Tigre, Junça e Piranhas. Vale ressaltar que espaços comunitários e atividades promovidas como compensação ambiental do

PEAC favorecem a organização coletiva, como a instalação de sedes e abrem possibilidades para pensar coletivamente as perspectivas turísticas.

Outro indicativo favorável são as ações desenvolvidas em parceria com instituições de pesquisa e extensão do Instituto Federal de Sergipe (IFS), em Pirambu, nos povoados Água Boa e Alagamar (SANTOS; AQUINO; BRAGHINI, 2019), articulações do gestor das RPPNs com comunidades em torno do ecoturismo e do TBC, além da proposta de desenvolvimento de Roteiro no Litoral Norte (CORDEIRO DE JESUS, 2020). O já citado Projeto Tainha de TBC (SANTOS, 2016) em Ponta dos Mangues, envolveu também outras ações, como o Intercâmbio de troca de experiências com o Projeto Aratu de Turismo de Base Comunitária (Ilha Mem de Sá/Itaporanga D'Ajuda - SE - em parceria com IFS), o I Encontro de Vivência em Turismo na Natureza (Lagoa Redonda/Pirambu - SE - em parceria com os gestores das UCs da região), e capacitações em diferentes tipos de artesanatos, em meios de hospedagem (em parceria com o Aju Hostel/Aracaju - SE) e culinária local.

A fragilidade ambiental e a existência de UCs sugerem uma forma de ocupação territorial e turística adequada à conservação ambiental. Nesse aspecto, ecoturismo, turismo rural e turismo cultural, associados à gestão comunitária, permitem pensar em possibilidades distintas do turismo convencional de escala, integradas aos ambientes de restinga, dunas, lagoas, rio, praia e mar. São formas de turismo que carregam a possibilidade de reconhecer o valor cultural e ambiental das relações entre pesca artesanal e pescadores, extrativismo e extrativistas, artesanato e artesãos, quintais produtivos e agricultores familiares.

O TBC, planejado como forma de gestão coletiva (BRAGHINI et al., 2020) carrega em seus princípios a perspectiva de gerar laços, na medida em que há centralidade das ações, colaboração e parcerias (BRASIL.MTUR, 2010). Não são panaceias para a solução dos problemas socioambientais nas comunidades, no entanto, permitem dar visibilidade e promover a fixação destes no lugar, da sua cultura e reprodução e podem contribuir na conquista de melhorias das condições de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Litoral Norte de Sergipe está em transformação impulsionada por obras de infraestrutura, fomentadas pelo Estado, com tendência de promoção de um processo de ocupação similar ao visto e outras áreas costeiras nordestinas, com influência do turismo de lazer, segmento Sol e Praia, carreando a especulação imobiliária, principalmente na busca de integração rodoviária entre Bahia, Sergipe e Alagoas. Além desses elementos, a presença de exploração de petróleo é frequente. A presença das UCs permite diferentes olhares, sendo que um deles é o da conservação ambiental, dada a relevante biodiversidade, em áreas com reconhecida fragilidade, como os ecossistemas de dunas, praias, restingas e manguezais. Outro olhar se conduz no sentido da restrição imposta às comunidades do entorno quanto ao uso e acesso aos recursos.

Caminhando-se no sentido da permanência e resistência das comunidades, em razão das transformações que tendem a se impor, os movimentos percebidos, em torno da promoção de formas de turismo inclusivo (ecoturismo, turismo rural, turismo cultural e ações em prol de uma gestão comunitária), sinalizam caminhos distintos da tendência. Igualmente, há ações em Sergipe indicativas dessa outra possibilidade. Cabe também provocar o Estado a reconhecer e gerar ações públicas para um desenvolvimento territorial que dê visibilidade a essas comunidades, esforços para sua permanência e reprodução, articulando ações estruturantes com as quais o turismo se integre.

As próprias UCs, que se estabelecem como freios a impactos ambientais negativos, podem se integrar em ações para favorecer o desenvolvimento territorial local, quiçá sustentável, trazendo uma perspectiva de permanência e de maior visibilidade às formas de saber-fazer das comunidades, aliadas ao turismo comunitário como um dos vetores prioritários, conforme indicativos apontados.

REFERÊNCIAS

- BARRAGAN-MUÑOZ, J. M. **Ordenación, planificación y gestión del espacio litoral**. Barcelona: Oikos-tau, 1994.
- BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: Reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe**. Aracaju: EDIFS, 2020.
- BRAGHINI, C. R. Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. **Tese** (Doutorado em Geografia). UFS, 2016.
- BRAGHINI, C. R.; VILAR, J. W. C. Unidades de Conservação e conflitos ambientais no litoral sergipano, Brasil. **Revista Franco-brasileira de Geografia**, n. 40, p. 1-22, 2019.
- BRASIL. **Decreto Presidencial nº 96.999 de 20 de outubro de 1988**. Cria, no litoral do Estado de Sergipe, a Reserva Biológica de Santa Isabel. Brasília, Diário Oficial.
- BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Brasília, Diário Oficial.
- BRASIL. MTUR. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Ministério do Turismo – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 88p.
- CORDEIRO DE JESUS, M. E. Roteiro das Tartarugas: ecoturismo de base comunitária no Litoral Norte de Sergipe. 2020. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2020.
- ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes**, 2018. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Proposta de Retificação e atualização dos limites da Reserva Biológica de Santa Isabel no Estado de Sergipe**: Relatório Técnico. Pirambu: Rebio de Santa Isabel, 2010.
- PEAC. **Programa de Educação Ambiental com comunidades costeiras Bacia Sergipe/Alagoas**. Petrobrás: Ibama: Fapese: UFS, 2010. Disponível em: <<http://programapeac.com.br/espacocomunitario>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- SANTOS, M. I. R.; AQUINO, M. A. C.; BRAGHINI, C. R.. Entre paisagens, saberes e fazeres em Pirambu, Sergipe: construção colaborativa para roteiro ecoturístico. **Iniciação Científica** (Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo) - Instituto Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão. Relatório Final. Aracaju: IFS, 2019.
- SANTOS, T. C. **Relatório de Atividades do Projeto Tainha de Turismo de Base Comunitária em Ponta dos Mangues, Pacatuba, SE**. 2012. Documento apresentado ao Instituto Afrânio Affonso Ferreira (IAAF), Salvador, BA, 2017.

SANTOS, T. C. Turismo de Base Comunitária: oportunidades e desafios para Ponta dos Mangues, Pacatuba - SE. 2016. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Gestão de Turismo). Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2016.

SILVA, J. A. Turismo e Organização do Espaço no Polo Costa dos Coqueirais. 2012. 188f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2012.

ORGANIZADORES

JOSÉ WELLINGTON CARVALHO VILAR



Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO - UFS) e do Programa de Pós-graduação em Turismo (PPMTUR-IFS). Geógrafo, Licenciado e Mestre em Geografia pela UFS. Dr. em Ordenamento Territorial pela Universidade de Granada (UGr) - Espanha. Editor da Revista GeoNordeste. Líder do Grupo de Pesquisa em Ordenamento Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC) – CNPq/IFS. Pesquisador do Observatório das Metrópoles – Núcleo Aracaju.

E-mail: wvilar@yahoo.com.br

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5445919556990229>

HÉLIO MÁRIO DE ARAÚJO



Pós-doutor em Geografia Física pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Atualmente é professor Titular do Departamento de Geografia e do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – Campus de São Cristóvão, onde leciona e orienta nos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado. Desenvolve pesquisas em Geociências, com ênfase em Geomorfologia e Coordena o Grupo de pesquisa Dinâmica Ambiental e Geomorfologia (DAGEO) credenciado no CNPq e certificado pela UFS, com desenvolvimento de projetos de pesquisa em várias linhas da Geomorfologia e suas interfaces.

E-mail: heliomarioaraujo@yahoo.com.br

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0583296366295145>

JOAB ALMEIDA SILVA



Doutor e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOo) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Gestão Pública também pela UFS, Turismólogo pela UNIT. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Turismo da UFS e Integra os Grupos de Pesquisa/CNPq: ANTUR e PLANTUR/UFS, atuando nas linhas de análise sócio-espacial, planejamento e políticas públicas de turismo.

E-mail: joab.turismo@hotmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1862568811283641>

AUTORES



MARIA AUGUSTA MUNDIM VARGAS

Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Rio Claro). Professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe e voluntária do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFS)

E-mail: guta98@hotmail.com.br

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8084338011353197>



RAFAEL DA CRUZ

Geógrafo e Licenciado em Geografia pela UFS. Mestre pelos Programa de Pós-graduação em Geografia da UFS e Especialista em Educação Ambiental pela mesma Instituição. Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Dinâmica Ambiental e Geomorfologia (DAGEO/CNPq/UFS) do Departamento de Geografia da UFS, Campus de São Cristóvão. Atualmente é professor de Geografia da Rede Particular de Ensino.

E-mail: dacruzrafael@yahoo.com.br

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5278205513524409>



NEISE MARE DE SOUZA ALVES

Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro dos Grupos de Pesquisa Dinâmica Ambiental e Geomorfologia, e Dinâmica e Modelagem Costeira (UFS/CNPq). Graduada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (Licenciatura e Bacharelado). Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador. Mestre em Geoquímica e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Bahia e Doutora em Geografia pela UFS.

E-mail: neisemare@gmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2987378657873693>



DÉBORA BARBOSA DA SILVA

Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro-Pesquisador do grupo de pesquisa DAGEO (Dinâmica Ambiental e Geomorfologia) da UFS. Licenciada e Bacharel em Geografia, Mestre em Geoquímica e Meio Ambiente - Pedologia - pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Doutora em Geografia pela UFS.

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1924422176996143>



BRUNA LEIDIANE PEREIRA SANTANA

Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEU/UFS. Graduada em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Membro do Grupo de Pesquisa Dinâmica Ambiental e Geomorfologia e Dinâmica e Modelagem Costeira - UFS.

E-mail: bruna.leydiane@gmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4755613472002086>

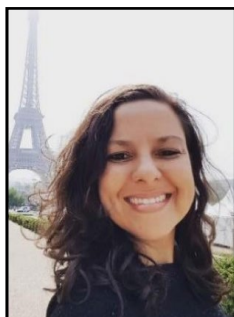


LUCAS SILVA LEITE

Professor de geografia da Rede Estadual da Bahia. Graduado e Mestre em Geografia (Linha de Pesquisa - Dinâmica Ambiental) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Durante a graduação participou do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e atuou como aluno bolsista de Iniciação Científica (IC).

E-mail: silwa_lukas@hotmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4700481127131777>



MÁRCIA ELIANE SILVA CARVALHO

Professora do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) e do Programa de PósGraduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui Doutorado e Mestrado em Geografia pelo PPGEO/UFS, Especialização em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente/UFS e Graduação em Ciências Biológicas/UFS. Realizou estágio de Pós-doutoramento no LABOCLIMA/UFPR com a temática Geografia e Saúde e é Pesquisadora do GEOPLAN - Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial/CNPq/UFS.

E-mail: marciacarvalho_ufs@yahoo.com.br

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9749730002452013>



MAX ALBERTO NASCIMENTO SANTOS

Possui graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialização em Turismo e Cultura pela FASE, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: sergipemax@yahoo.com.br

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5684446792633605>



ANA ROCHA DOS SANTOS

Licenciada, Bacharela, Mestra e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), instituição na qual é professora do Campus Prof. Alberto Carvalho, e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico/UFS.

E-mail: ana.rochaufs@gmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1013669253531610>



FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA

Ex-padre da Diocese de Estância/SE, Licenciado em Geografia pela UFS, Bacharel e Licenciado em Filosofia Faculdade Católica/GO, Bacharel em Teologia PUC/PR, Graduando em Bacharelado em Direito Pio X, Especialização em Filosofia FIJ/RJ e em Sagradas Escrituras Claretianos/SP, Doutorando e Mestre em Geografia (PPGEO/UFS).

Membro do Grupo de Pesquisa em Ordenamento Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC) – CNPq/IFS.

E-mail: fagnerdeoliveira@hotmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5951783917586989>



CARLA NORMA CORREIA DOS SANTOS

Licenciada, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Especialista em Geografia Humana e Produção do Espaço pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Atualmente, é professora efetiva do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Professora Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Turismo (PPMTUR) do IFS. É Membro do Grupo de Pesquisa em Ordenamento Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC) – CNPq/IFS.

E-mail: carlanorma10@yahoo.com.br

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5624568350605409>



SARAH LÚCIA ALVES FRANÇA

Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe e Líder do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos de Planejamento e Práticas Urbanas e Regionais (CEPUR) e Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Aracaju.

E-mail: sarahfranca@academico.ufs.br

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5281840573462045>



VERA LÚCIA ALVES FRANÇA

Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado) e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Rio Claro). Atualmente é professora aposentada da Universidade Federal de Sergipe e continua desenvolvendo atividades docentes no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO).

E-mail: verafranca@gmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7014432504923356>



LUIZ ANTÔNIO PINTO CRUZ

Graduado em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre e Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Educação Básica na Secretaria de Estado da Educação e Cultura de Sergipe (SEDUC). É especialista sobre a Batalha do Atlântico na costa do Brasil, no tempo da Segunda Guerra Mundial.

E-mail: historiasdomar@gmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9503027449247129>



FERNANDA MONTEIRO

Arquiteta pela Universidade Tiradentes (UNIT) e Mestra pelo Programa de Pósgraduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É Membro do Grupo de Pesquisa em Ordenamento Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC) – CNPq/IFS.

E-mail: fernanda.mto@gmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2516379243038362>

CLAUDIO ROBERTO BRAGHINI



Doutor em Geografia pelo PPGEIO da Universidade Federal de Sergipe (2016); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA, na Universidade Federal de Sergipe; Especialista em Ecoturismo (Turismo Ambiental) pelo SENAC/CEATEL; Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo - USP. Possui Graduação complementar em Pedagogia pela Universidade Iguaçu (2001).

Atualmente é Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR), no Instituto Federal de Sergipe (IFS). É vice-líder do GPTEC-IFS (Grupo de Pesquisa Turismo, Educação e Cultura) e membro do GESTAC (Grupo de Estudos de Ambientes Costeiros), ambos no IFS.

E-mail: braghini.claudio@ifs.edu.br

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6345985821227558>

MANOEL ELIELSON CORDEIRO DE JESUS



Graduação em Gestão de Recursos Humanos e em Gestão de Empreendimentos Turísticos pela Universidade Tiradentes (UNIT), Especialista em Ecologia e Conservação de Ecossistemas Costeiros pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Mestrado em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS). Gestor de Unidade de Conservação - RPPN Dona Benta e Seu Caboclo e Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia.

E-mail: fcjecoturismo@hotmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1121674197368091>

THATIANA CARVALHO SANTOS



Pós-graduada em Planejamento Turístico pela Universidade Federal de Sergipe, com graduação Tecnólogo em Gestão de Turismo, pelo Instituto Federal de Sergipe. Graduação em Ciências Biológicas Bacharelado e Mestrado em Biotecnologia em Recursos Naturais, ambos pela UFS.

E-mail: thati.carvalho@gmail.com

Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1582765781270511>

A ideia de organizar uma coletânea específica sobre o litoral sergipano surgiu a partir da revisão dos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Geografia (DGE) e pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), ambos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Já existe um considerável acervo, seja como TCC, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e artigos científicos, voltado para o espaço litorâneo de Sergipe, e a presente coletânea vem se juntar a essa diversidade de estudos na perspectiva de divulgação do conhecimento geográfico e da organização temática em um documento que sintetiza abordagens divergentes e olhares diferenciados sobre um espaço multiforme e multifuncional.

(Os organizadores)